

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

Forasteiros:

Trajetórias, experiências de trabalho e
práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no
Alto Paranaíba (MG)

Roberta Brandão Novaes

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

***FORASTEIROS:*
TRAJETÓRIAS, EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E
PRÁTICAS DE DESLOCAMENTO DOS TRABALHADORES DO CAFÉ
NO ALTO PARANAÍBA (MG)**

ROBERTA BRANDÃO NOVAES

Sob a orientação do Professor
John Cunha Comerford

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós – Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Maio de 2009

305.56308151
N935f
T

Novaes, Roberta Brandão.

Forasteiros: trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paranaíba (MG) / Roberta Brandão Novaes, 2009.

179 f.

Orientador: John Cunha Comerford.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 175-178.

1. Trajetórias pessoais - Teses. 2. Experiências de trabalho – Teses. 3. Práticas de deslocamento – Teses. 4. Trabalhadores do café – Teses. I. Comerford, John Cunha. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

ROBERTA BRANDÃO NOVAES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM -----/-----/-----

John Cunha Comerford. (Dr.) CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Leonilde Servolo de Medeiros. (Dr.) CPDA/UFRRJ

Moacir Gracindo Soares Palmeira. (Dr.) PPGAS/MN/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Quando penso sobre a minha trajetória até a conclusão do mestrado, me recordo de todos os caminhos que me trouxeram até aqui, das escolhas feitas (e opções descartadas), e, sobretudo, das pessoas que participaram da minha vida.

Caroline Bordalo, Maíra Martins e Sérgio Muniz são queridos amigos feitos na graduação, e com quem sempre partilhei os interesses pela mesma área de estudo. A iniciativa de me convidar para participar do projeto Estágio de Vivência, ao qual já haviam se integrado, foi fundamental para que eu descobrisse ao que de fato eu gostaria de me dedicar a pesquisar nas ciências sociais. Também partiu deles o grande incentivo para que eu fizesse a seleção do CPDA. Agradeço a eles pela amizade, pelas discussões intermináveis desde a época do Estágio de Vivência, e por plantarem tantas pulgas atrás da minha orelha, com seu senso crítico e grande capacidade de reflexão.

Aline Magalhães e Camille Ribeiro também são amigas queridas desde a graduação por quem tenho profunda admiração e um carinho especial. Obrigada por todas as risadas, pelos abraços sinceros, pela amizade e pela força que sempre me deram.

Com Sabrina Trica, tenho uma dívida impagável: difícil retribuir tudo o que ela sempre fez por mim, sua amizade incontestável, a sua presença amiga nos momentos mais difíceis. À Bia, muito obrigada por tudo. Também não posso deixar de mencionar seus pais, Cristina e Sérgio, e seu irmão Rodrigo, pelo carinho com que sempre me receberam nas inúmeras vezes em que me hospedei em sua casa.

Aos amigos do CPDA: Leo Felizardo, Laécia Jalil, Pablo Romero, Júnior Wesz, Everton Picolotto, Mariana Trotta, Fernanda Maria Vieira, Janaína Sevá. Juliana Lattini, Teresinha, Vitória Schettini, Emanuel Oguri, Wilde Itaboray, Valter Lúcio de Oliveira, Márcio Ranauro e Cris Desconsi. A vocês agradeço a amizade, às discussões em salas de aula, às festas em que nos divertimos... Já sinto saudades da nossa convivência e torço para que nos encontremos sempre ao longo de nossas vidas.

Um agradecimento especial aos amigos da Angonal, meu grupo de capoeira: os nossos treinos sempre divertidos (e intensos) ao fim do dia, seguidos das nossas conversas e cervejas no Seu Laury (que nunca nos deixou ficar até tarde, colaborando também para que eu mantivesse minha produção intelectual no dia seguinte) foram fundamentais para que eu não perdesse a tranquilidade nos dias mais tensos de elaboração da dissertação.

À Fernanda Figurelli, Patrícia Mafra e Grazieli Dainese, companheiras da equipe de pesquisa, agradeço pelos momentos em que compartilhamos nossos anseios e descobertas do trabalho de campo, e da amizade nascida dessa convivência.

Aos professores Paulo Alentejano e Marcos Otávio Bezerra, agradeço por terem aceitado com tão boa vontade discutir comigo as idéias do meu projeto inicial da pesquisa de mestrado, mesmo sem obrigação nenhuma de fazê-lo, e em meio aos seus diversos compromissos diários.

À professora Simoni Guedes, minha orientadora da graduação na UFF, agradeço pelos anos de iniciação científica, nos quais tive a oportunidade de iniciar a minha experiência no trabalho de campo etnográfico. Hoje reconheço e compreendo melhor o quanto aprendi sobre pesquisa e antropologia nos anos em que trabalhei com ela.

Às professoras do CPDA Verônica Secreto e Leonilde Medeiros, agradeço pelos cursos instigantes e pela boa convivência fora da sala de aula.

À coordenação da pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio”, agradeço a oportunidade de ter trabalhado na pesquisa, da qual nasceu a minha dissertação. Agradeço também à Fundação Ford e à Faperj pelos recursos que possibilitaram o trabalho de campo, e à Capes pela bolsa de mestrado.

Ao professor John Comerford, agradeço o apoio e a amizade.

Aos trabalhadores que entrevistei, e a todos que me acolheram no trabalho de campo, agradeço a atenção com que me receberam, e ao cuidado que sempre tiveram comigo. Sem isto, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço a minha mãe, Vanda, ao meu pai, Mário, e aos meus irmãos, Fernanda e Pedro, pelo apoio.

Por fim, agradeço ao Fabrício pelo seu amor, pela sua inteligência luminosa e por todos esses anos ao meu lado, que com sua presença sempre me fortaleceu.

*“Diz que eu rumino desde menininho
Fraco e mirradinho a ração da estrada
Vou mastigando o mundo e ruminando
E assim vou tocando essa vida
marvada”*

Trecho de “Vide, vida **marvada”**

(Renato Teixeira)

RESUMO

NOVAES, Roberta Brandão. **Forasteiros: trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paranaíba (MG)**. 2009. 172p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

O objetivo desta pesquisa foi investigar as trajetórias, as experiências de trabalho e as práticas de deslocamento dos trabalhadores contratados temporariamente para as diversas etapas da produção do café, sobretudo para a colheita, no município de Esmeralda, localizado na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Este tema se justifica pela importância da realização de novos estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna (e cada vez mais mecanizada) agricultura de larga escala, desvendando suas especificidades e contribuindo para o seu entendimento. O trabalho de campo etnográfico, a observação participante e a realização de entrevistas gravadas e informais a partir de um roteiro constituíram as principais estratégias metodológicas da pesquisa. Os trabalhadores do café foram acompanhados em dois espaços: em um bairro de trabalhadores, onde residia boa parte daqueles que haviam se mudado em definitivo para a cidade, e em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para abrigar aqueles que iam à cidade à procura de trabalho no período da safra. Para além das diferenças percebidas entre os grupos de trabalhadores nestas duas situações, constatou-se que o trabalho no café representa cada vez menos uma oportunidade de emprego e de possibilidade de alguma acumulação, sendo mais um elemento na combinação de diferentes tipos de ocupação que geram diferentes fontes de renda. Essa articulação é uma estratégia, uma tentativa de driblar a precariedade e a pobreza. Invariavelmente, o dinheiro ganho com o trabalho no café, na cana, na soja, no milho, na laranja, entre outros, tem permitido apenas (e nem sempre) a reprodução desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trajetórias dos trabalhadores, experiências de trabalho, práticas de deslocamento.

ABSTRACT

NOVAES, Roberta Brandão. *The Strangers: trajectories, labor experiences and migration among rural workers in the Alto Paranaíba (MG)*. 2009. 172p. Thesis (Master in Social Science in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

The objective of this research was to investigate trajectories, labor experiences and migration practices among rural wage laborers in a city located in the Alto Paranaíba region in the state of Minas Gerais. This subject is justified by the need to improve knowledge about temporary workers' place in modern agriculture and their social practices. Ethnography and interviews were the main research methods. Workers and their social networks were observed in two different places: in the neighborhood where most agricultural workers who moved into the city live; and in a shelter built by the rural workers' Trade Union to house people from other places that go to that city looking for jobs in agriculture (coffee harvesting, mostly). There are important differences between these two groups regarding family relations, labor possibilities and mobility practices, even if in both cases agricultural jobs never generate enough income to cover all their needs. In both cases, also, they are hired by intermediaries known as "gatos".

Key- words: worker's trajectories, labor experiences, migration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – APRESENTANDO O LÓCUS DA PESQUISA EMPÍRICA: OS ATORES E O UNIVERSO DA CAFEICULTURA NO CERRADO MINEIRO.....	18
1.1 A REGIÃO.....	18
1.2 O SURGIMENTO DA MARCA.....	21
1.3 O CICLO DO CAFÉ E SUA DINÂMICA.....	22
A MECANIZAÇÃO.....	31
1.4 OS TRABALHADORES E SEUS REPRESENTANTES: MEDIAÇÃO E CONFLITO.....	32
1.4.1 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.....	32
1.4.2 O NÚCLEO TRABALHISTA.....	35
1.4.3 OS ACERTOS.....	36
1.4.4 A CONCILIAÇÃO.....	38
1.5 VISITANDO AS FAZENDAS COM O SINDICATO DOS TRABALHADORES.....	41
1.5.1 OS ACORDOS.....	41
1.5.2 OS ALOJAMENTOS.....	46
CAPÍTULO II - REPUTAÇÃO, VIOLÊNCIA E ESTIGMA: O BAIRRO MONTE AZUL E SEUS MORADORES.....	51
2.1 O BAIRRO.....	51
2.2 TRAJETÓRIAS FAMILIARES E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO.....	61
2.3. REPUTAÇÃO, “LUTA” E TRABALHO.....	75
CAPÍTULO III - A VIDA DE DESLOCAMENTOS DOS TRABALHADORES DO ABRIGO.....	90
ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA ENTRE OS TRABALHADORES.....	127
CAPÍTULO IV - A RESPONSABILIDADE DE MEXER COM TURMA: CONTROVÉRSIAS E SABERES DO OFÍCIO DE SER <i>GATO</i>	137
4.1. UM SUJEITO MÚLTIPLO.....	137
4.2. OS GATOS EM ESMERALDA.....	138
4.3 TRAJETÓRIAS PESSOAIS.....	140
4.4. EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO.....	143
4.5. LUCINDA E A EXPERIÊNCIA DE UMA EMPREITEIRA.....	159
CONCLUSÃO.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

SIGLÁRIO

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CACCER – Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado

CAI – Complexo Agroindustrial Canavieiro

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FUNDACCER – Fundação das Associações dos Cafeicultores do Cerrado

INPI – Instituto Nacional de Produção Industrial

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NINTER – Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados

PRODECER – Programa Nipo – Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado

SAS – Secretaria de Ação Social

INTRODUÇÃO

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de eclipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Geertz

Desde o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em meados dos anos 80, e do recrudescimento da luta pela terra após o fim da ditadura militar, a pesquisa na área de ciências sociais no que se refere aos trabalhadores rurais tem-se dedicado intensamente a entender a sua organização via movimentos sociais, e a analisar a ritualística da ocupação de terras, o modelo de reivindicação da reforma agrária e os diferentes projetos dessa reforma e suas implicações, dada a importância do tema no contexto social e político brasileiro (Sigaud, 2005; Macedo, 2003; Menezes, 1991; Rosa, 2000; Medeiros *et alii*; Alentejano, 1997 e 2003; Smircic, 2000; Brennessein, 2000; Castro, 1995, entre outros).

Os estudos sobre os trabalhadores assalariados no Brasil, apenas nos últimos anos têm sido retomados. Entre alguns desses trabalhos feitos nos anos 1970 e que constituem valiosas referências, podem ser citados os de Garcia Jr. (1990), sobre o trabalho assalariado urbano no sudeste e sua relação com a constituição de um campesinato no nordeste, e o de Lopes (1976) sobre os assalariados industriais na agroindústria da cana. Especificamente sobre os assalariados rurais, destaca-se o de Sigaud (1979), sobre os trabalhadores da cana de açúcar em Pernambuco.

Há também um conjunto de trabalhos dos anos 70 e 80 sobre a mão de obra volante (bóias frias) da cana em São Paulo (D’Incao, 1975 e 1982; Stolcke, 1986).

No entanto, há poucos estudos antropológicos recentes sobre trabalhadores assalariados rurais em regiões marcadas pela expansão do chamado agronegócio dos anos 1970 em diante, que modificou bastante a configuração do trabalho rural no Brasil nas últimas décadas. A maioria das pesquisas sobre os assalariados refere-se àqueles que trabalham em

regiões “antigas” como a cana no nordeste e em São Paulo, e o cacau na Bahia. Entre os trabalhos sobre as áreas mais novas do café, como em Minas Gerais, destaca-se o de Angelotti (2006).

Novaes (2007) destaca como a expulsão de trabalhadores do campo e sua posterior dificuldade de obtenção de emprego e de acesso à terra em diversas regiões leva esses sujeitos a migrar. Na mesma perspectiva, Alves (2007) afirma que a partir de 2003, o Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI) retoma uma nova fase de expansão, recrutando mão de obra proveniente em especial dos estados nordestinos. De acordo com este autor, os locais onde vigora a pequena agricultura de subsistência e nos quais estão presentes os elementos do processo de expulsão deste grupo social produzem os empregados com as qualidades exigidas pelo CAI: elevadas produtividade e força física para suportar o trabalho pesado, e disponibilidade para aceitar baixa remuneração.

Estes migrantes pendulares, como são denominados por Alves (2007), são oriundos principalmente do Maranhão e do Piauí, e enfrentam cinco dias na estrada para buscar emprego nos canaviais paulistas. Estas viagens são realizadas em ônibus clandestinos, por caminhos que fogem das rodovias pavimentadas para driblar a fiscalização da Polícia Rodoviária e das Delegacias Regionais do Trabalho.

A maioria desses trabalhadores são homens jovens que deixam suas casas em busca de melhores salários para sustentar suas famílias. O retorno à região de origem depende de uma série de fatores, entre os quais condições financeiras para pagar a passagem de volta e saúde necessária para acumular o dinheiro na entressafra.

Além da precariedade do transporte, também são péssimas as condições de trabalho e habitação desses trabalhadores. Não faltam denúncias sobre a existência de trabalho escravo e dados sobre aliciamento, maus-tratos, insalubridade das moradias e má qualidade da alimentação, levando boa parte desses homens a adoecer (Alves, 2007; Menezes, 2002).

Estes trabalhos, entre outros, versam sobre as experiências dos trabalhadores de diferentes estados nordestinos que migram para trabalhar no corte da cana no interior paulista e na Zona da Mata norte pernambucana. No entanto, pouco se conhece sobre os deslocamentos sazonais ocasionados pelas safras de outras lavouras em diversas regiões brasileiras. E ainda que pesem as semelhanças, os diferentes processos do trabalho criam relações diversificadas e específicas (Moraes, 1996).

Propondo um diálogo com esta bibliografia, o objeto de análise de minha dissertação são as práticas de deslocamento, as experiências de trabalho e as trajetórias dos trabalhadores

temporários envolvidos na produção do café no município de Esmeralda¹, localizado na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

Este estudo é resultado da minha inserção no projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um estudo exploratório”, coordenado por Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ), Beatriz Heredia (PPGSA/IFCS/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) e Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ). Esta pesquisa maior teve como objetivo mapear as relações sociais que permeiam o circuito do chamado agronegócio produtor de grãos e café no Mato Grosso, Oeste baiano e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O objeto deste trabalho se justifica pela importância da realização de novos estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna (e cada vez mais mecanizada) agricultura de larga escala, desvendando suas especificidades e contribuindo para o seu entendimento. No contexto mais amplo do projeto acima referido, a investigação das múltiplas faces desse modelo produtivo se faz necessária para entender como as condições de trabalho e vida de cada um dos diferentes atores e as relações entre os mesmos se tecem em torno do que no vocabulário corrente têm-se definido como agronegócio.

A escolha por fazer o trabalho de campo no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi guiada inicialmente pelo conhecimento de que há grande quantidade de movimentos sociais, ocupações de terra e assentamentos rurais na região, temática na qual sempre residiu meu interesse acadêmico².

Após uma viagem de dez dias ao Triângulo, realizada em março de 2008 com outros pesquisadores da equipe³, reformulei o objeto e a problemática do meu estudo. Interessada a princípio nas discussões relativas aos direitos de propriedade e possibilidades de apropriação da terra de diferentes agentes envolvidos em conflitos agrários, tive meu olhar despertado em outras direções.

Nessa incursão preliminar ao campo, cujo principal objetivo era estabelecer contatos, estivemos em várias cidades. As entrevistas realizadas em dois municípios em particular foram fundamentais para que eu delimitasse meu objeto de pesquisa. Em Citrino⁴, fomos à

¹ O nome do município onde a pesquisa foi realizada é fictício, bem como os nomes de todas as pessoas mencionadas nesse trabalho.

² Essas indicações foram obtidas mediante a leitura do material resultante dos *surveys* previamente realizados pela coordenação da pesquisa, artigos e teses sobre a região.

³ Fernanda Figurelli, doutoranda do PPGAS/MN/UFRJ, Hailton Pinheiro de Souza Jr., mestrando do PPGSA/IFCS/UFRJ e o professor John Comerford (CPDA/UFRRJ) são os outros pesquisadores que participaram desse trabalho de campo inicial. Posteriormente, Grazielle Dainese e Patrícia Mafra, alunas do curso de doutorado do PPGAS/MN/UFRJ, também integraram essa equipe de pesquisa.

⁴ Nome fictício.

Fazenda São Gabriel, pertencente à família Poente, natural do interior de São Paulo e uma importante referência da cafeicultura local.

Durante nossa conversa com esses produtores, os problemas causados pelos chamados “baianos”, trabalhadores contratados em grande número para o período da colheita, e as dificuldades em lidar com eles, foram exaustivamente detalhados. Esses trabalhadores oriundos sobretudo do nordeste e não apenas da Bahia, foram descritos como agressivos, preguiçosos, pouco asseados, quase analfabetos e ignorantes. Não ter de lidar com essa mão-de-obra é uma das principais razões evocadas por esses cafeicultores para mecanizar todo o processo de produção, projeto em efetivo andamento. Há também uma grande tensão provocada pela fiscalização dos órgãos públicos que os obrigam a obedecer à legislação trabalhista, sob a ameaça de multas elevadas pela sua transgressão.

Apesar de homogeneizados sob a pecha de “baianos”, há diferenças sociais marcantes entre esses trabalhadores em termos de origem, cor, idade, gênero. Em Esmeralda, talvez ainda mais que em Citrino, esses “baianos” carregam o estigma de violentos, indolentes, quase primitivos. Na rodoviária de Esmeralda, foi instalada a sala do Centro de Triagem do Migrante, criado pela parceria entre a Secretaria de Ação Social (SAS) da Prefeitura e a Polícia Militar. A função do funcionário que ocupa a sala é vigiar e manter sobre controle os trabalhadores que chegam em massa ao município para o período da safra em busca de trabalho.

A chegada desses trabalhadores envolve e incomoda profundamente aos moradores locais. Em todos os lugares – bares, restaurantes, lanchonetes, lojas, bancos, salões de beleza, hotéis, farmácias, supermercados – ao também ser identificada como “de fora” e contar o propósito da minha estada em Esmeralda, não houve oportunidade em que não ouvi relatos sobre os distúrbios atribuídos à permanência desses trabalhadores na cidade, como o aumento da violência e da estatística de assaltos e furtos, o alcoolismo, a mendicância.

Os trabalhadores que chegam à cidade sem emprego, situação da maioria, podem se hospedar por até três noites em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda. Segundo uma assistente social da SAS, aqueles que não conseguem trabalho seriam encaminhados para algumas fazendas. Os que ainda assim não conseguiam empregar-se, receberiam passagens para retornar ao local de origem ou para ir a outras cidades onde pudessem consegui-lo. Não obstante, no meu convívio com os trabalhadores durante a pesquisa, ouvi diversas queixas a respeito da dificuldade de conseguirem passagens ou outro tipo de ajuda dos agentes da Secretaria.

Para além dessas questões que tornavam atraente a idéia de fazer o trabalho de campo em Esmeralda, o fator decisório para esta escolha foi a minha ida ao bairro Monte Azul, onde reside grande parte da mão de obra contratada para o trabalho nos cafezais. Pareceu-me que pesquisar neste bairro formado *por e para* os trabalhadores “de fora”, renderia um material interessante para um trabalho de dissertação.

Após aquela viagem inicial, no retorno ao Rio de Janeiro cabia-me escrever o projeto da dissertação. Para melhor definir meu objeto, retomei o contato com os trabalhos de alguns autores fundamentais para a elaboração da minha proposta de pesquisa.

Inúmeras teses analisaram as profundas modificações ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 50, nas quais as políticas governamentais de modernização tiveram grande peso (Brandão, s/d; Pessoa, 1988; Stolcke, 1986; Palmeira e Leite, 1998). Essas transformações afetaram aos pequenos sítiantes, e em especial aos moradores e agregados que viviam dentro das fazendas, que com o encerramento das relações de trabalho tradicionais, assalariaram-se integral ou parcialmente. Moura (1988), no Médio Jequitinhonha, e Sigaud (1979), na Zona da Mata de Pernambuco, estudaram o processo de surgimento desses trabalhadores temporários. Os trabalhos das duas autoras são importantes contribuições para pensar sobre processos análogos ocorridos em outras regiões, como na zona cafeeira do cerrado mineiro.

Se por um lado é preciso reconhecer os impactos sociais e econômicos dessas mudanças, por outro é necessário ir além das explicações que interpretam o assalariamento como a consequência inevitável do avanço do capitalismo nas áreas rurais (Sigaud, 1979, Garcia Jr., 1990). Garcia Jr. (1990), mediante a análise de trajetórias individuais e familiares de migrantes que se tornaram operários rurais ou urbanos, conclui que justamente essa passagem pelo mercado de trabalho, industrial ou não, possibilita a reprodução de sua condição camponesa. Assim, buscando entender a multiplicidade das escolhas e estratégias dos camponeses migrantes e os significados desses deslocamentos (Garcia Jr. 1990), Menezes (2002) e Woortmann (1990) também contestam a tese de um desenvolvimento capitalista associado a uma inevitável e linear proletarização desses trabalhadores rurais.

A leitura do trabalho de Lopes (1976), uma descrição do ofício dos operários canavieiros em Pernambuco conduzida pelo seu pensamento a respeito de sua prática econômica, me fez optar por empreender a pesquisa a partir da maneira como esses

trabalhadores percebem suas trajetórias⁵, suas experiências de trabalho e suas práticas de deslocamento.

Em termos de delimitação do meu objeto de pesquisa, uma definição central permanecia em aberto: como categorizar o grupo social que eu pretendia estudar? Podia-se afirmar que eram assalariados rurais? Seriam ex-camponeses? Seriam camponeses trabalhadores migrantes, termo cunhado por Menezes (2002)? Seriam migrantes?

Com a preocupação de não engessar minha análise, preferi, a princípio, me referir ao grupo em questão como *trabalhadores rurais*, *apanhadores de café*. Ao longo do trabalho de campo pude constatar que esses trabalhadores não eram somente *rurais*; tampouco eram apenas *apanhadores*.

A maioria dos trabalhadores com os quais estive tem experiências em empregos urbanos como pedreiros em construções civis, operários de fábricas e vendedores ambulantes, em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as mulheres, muitas já trabalharam ou trabalham como faxineiras, empregadas domésticas, babás ou cuidando de idosos.

Quando viajam para cidades menores onde a oferta de trabalho vem da produção agrícola, a grande maioria trabalha também em outros tipos de lavouras como laranja, soja, cacau, cebola, tomate, feijão, milho, hortaliças, cana e mesmo o café em outras regiões, como a Bahia. Muitos também já trabalharam em carvoarias.

Entre os trabalhadores residentes em Esmeralda, quase todos trabalham também *na diária*, forma de trabalho referente às atividades da entressafra, como *capina*, *desbrota*, *adubação*, *arruação* e *plantio* dos pés de café. Embora a maioria dos trabalhadores chegue à cidade somente no período da safra, alguns chegam um pouco antes para trabalhar também *na diária*.

Embora tivessem uma origem camponesa, esse passado de boa parte dos trabalhadores que conheci havia se perdido há muito tempo, o que levou-me a excluir a possibilidade de chamá-los de camponeses ou ex-camponeses.

Uma questão que também primava por ser resolvida era a ênfase que seria dada ou não ao tema da migração. O meu trabalho seria sobre os migrantes? Sayad (1998) define o migrante como uma força de trabalho, e uma força de trabalho em trânsito, provisória.

⁵ Bourdieu (1996) afirma que o relato de vida é a construção de um modelo oficial da representação de si e se baseia sempre na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de tecer uma lógica da própria história. Isto posto, uso a noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um sujeito ou grupo à luz da recomposição do contexto no qual atua o indivíduo, tal como definida pelo autor.

Avaliei que não focaria na questão da migração, mas nas trajetórias de vida e trabalho dessa força de trabalho provisória. Desse modo, me referirei ao grupo social estudado como *trabalhadores temporários do café*, ou *trabalhadores do café*.

Mas a escolha por não focar a migração, não significa ignorar sua importância neste trabalho e no contexto da pesquisa, no qual ela se impõe. Em Esmeralda, assim como na França descrita por Sayad (1998), a migração é sinônimo de “problema social”; o migrante, o “de fora” é sempre mencionado e percebido como um problema social. Mesmo aqueles que moram na cidade há 15 ou 20 anos, permanecem sendo “de fora”.

Defini como objetivo geral de minha pesquisa fazer um estudo sobre os trabalhadores do café no município de Esmeralda, buscando entender os processos específicos que os constituíram e os constituem enquanto tais. Em outras palavras, quis apreender como esses homens e mulheres percebem e vivenciam concretamente as situações sociais e as relações produtivas nas quais estão imersos.

Neste sentido, procuro pensar os processos específicos, as escolhas concretas, as estratégias e necessidades da vida diária que levaram esses sujeitos ao trabalho na lavoura do café.

Após escrever o projeto, restava-me o desafio de transpor do papel para a realidade minhas propostas e objetivos. Como captar as representações desses trabalhadores sobre suas vivências e seus ofícios?

A convivência ampla propiciada pelo trabalho de campo etnográfico e pela observação participante, as principais estratégias metodológicas da pesquisa, permite a construção de uma análise mais densa sobre aspectos de relações sociais materiais que escapam aos breves contatos das entrevistas (Wolf, 1998).

Fiz entrevistas gravadas e informais com os trabalhadores e seus familiares, membros do sindicato, *gatos*, alguns produtores e funcionários do abrigo do sindicato, da Secretaria de Ação Social, dos postos de saúde e policial, professores de algumas escolas locais e com trabalhadores rurais dos assentamentos e acampamentos da região, sempre com o auxílio de um roteiro semi-estruturado, o que não constitui uma não imposição da problemática. A entrevista sempre produz um discurso *a partir* da pergunta do investigador, e não independente dela. Para Thiollent (1987) a não-diretividade esconde, sob a máscara da reciprocidade e da liberdade de fala, a hierarquia e a monopolização do saber.

Problematizar a situação da pesquisa como um todo e, em especial, a situação em que entrevistador e entrevistado se encontram⁶, possibilita a apreensão das opiniões, não como simples coleta de “idéias”, mas como interação com outrem (Thiollent, 1987). A interpretação construída sobre as análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram (Zaluar, 1986; Cardoso, 1986). Ambas as posições não são fixas nas interações sociais, e podem ser manipuladas de diferentes formas, pelo entrevistador ou pelo entrevistado.

É preciso entender, portanto, como o pesquisador é percebido pelos informantes em diferentes estágios do trabalho, e como essas percepções afetam o que as pessoas decidem contar sobre elas mesmas (Menezes, 2002). Desde o princípio imaginei que a minha condição de mulher urbana, jovem, de classe média, escolarizada e *de fora*, fosse criar muitas barreiras ao meu contato com os trabalhadores. Ao contrário do que eu imaginava, o contato com os homens no abrigo, com algumas exceções, foi mais profundo do que com as mulheres do bairro. Talvez pelo lugar – pode ser que se sentissem mais à vontade para contar sobre suas vidas longe de suas casas e cidades, talvez porque estivessem em uma situação de penúria tão grande que precisavam compartilhar seu sofrimento mesmo com uma estranha, talvez simplesmente porque eu lhes inspirava confiança -, os trabalhadores com os quais conversei no abrigo contavam-me muito mais detalhes sobre sua vida pessoal. Eles também não hesitavam em mencionar nomes de gatos e fazendeiros que os exploravam ou fazendas nas quais eram maltratados.

Com o tempo, percebi que a minha condição de mulher, jovem, urbana, de classe média, escolarizada e de fora era, estranhamente, o que os fazia confiar em mim: ser uma pessoa assim – para eles, eu podia estar no ar-condicionado, no shopping, na praia, no conforto da minha vida, mas escolhi estar ali, longe da minha família e da minha cidade - e estar interessada em suas vidas e nas condições nas quais trabalham fez com que eu conquistasse o respeito e a amizade desses trabalhadores. Eles também me viam como alguém que poderia denunciar e divulgar para as autoridades e para a sociedade a situação miserável na qual vivem, afinal, ninguém dá ouvidos a um *bóia fria*; mas eu – sendo de classe média, escolarizada (“doutora”, era como me chamavam) e urbana -, poderia me fazer ouvir.

No bairro Monte Azul, tive mais contato com as mulheres. Se no início eu achava que por ser mulher, seria mais fácil me aproximar delas, pude constatar depois o meu equívoco.

⁶ Menezes (2002) descreve as diferentes situações e lugares nos quais realizou entrevistas, e como isso influenciou a dinâmica das mesmas. A autora narra como um dos trabalhadores se sentiu muito mais à vontade para contar a sua história sendo entrevistado na casa da pesquisadora, já que se considerava o mais pobre do vilarejo. Em outras situações, os entrevistados se sentiam mais seguros em suas próprias casas.

Apesar do grande carinho com o qual me tratavam, e apesar de nunca se negarem a receber-me ou a conversar comigo, as nossas conversas nunca deixaram de ser mais superficiais. Essas trabalhadoras e seus maridos se limitavam a responder apenas o que eu lhes perguntava e nunca diziam nada que pudesse lhes comprometer, como falar mal de fazendas, fazendeiros ou gatos.

Alguns pesquisadores enfatizam a necessidade de compreender as ligações entre os diferentes lugares aos quais pertencem esses trabalhadores que se deslocam ao longo do ano em busca de trabalho (Menezes, 2002; Garcia Jr., 1990). Por esta razão entre outras, apesar do meu projeto inicial prever visitas às famílias e às cidades de origem desses *safristas*, não foi possível fazer essas viagens devido às limitações de tempo do trabalho de campo e de elaboração de uma dissertação de mestrado.

No primeiro dia em Esmeralda, quando efetivamente dei início à pesquisa, fui ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais para retomar o contato com Giovana, a advogada entrevistada por mim e por uma colega de pesquisa no breve trabalho de campo realizado em fevereiro/março de 2008. Esta advogada tornou-se uma importante informante durante a pesquisa. Ela levou-me ao Ninter - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – e apresentou-me aos seus funcionários para que eu pudesse, sempre que desejasse, assistir aos acertos e conciliações trabalhistas realizados por eles. Ela também levou-me para assistir aos *acordos* feitos nas fazendas com os apanhadores de café e apresentou-me ao zelador do abrigo construído pelo sindicato para que eu pudesse ter livre trânsito no local.

O contato no Monte Azul foi tecido através da escola municipal do bairro. Gravei uma entrevista com o diretor⁷ e uma professora de história, aos quais pedi informações sobre o lugar. Eles falaram bastante sobre a violência do Monte Azul. Quando eu disse que iria caminhar pelo mesmo para melhor conhecê-lo, o diretor aconselhou-me a não fazê-lo, pois em pouco tempo anoiteceria, e o bairro se torna ainda mais violento à noite.

Ele também informou-me que boa parte dos alunos matriculados na escola vem do norte de Minas, especialmente das cidades de Manga, Januária e Janaúba, o que era perceptível por eles serem “mais morenos”, segundo a sua expressão. Assim como no trabalho de Moraes (1996), mais uma vez, a cor passa a ser o atributo disfarçado sob o invólucro da

⁷ Enquanto esperava pelo diretor, saí à procura de um telefone público, pois precisava fazer alguns telefonemas. Contudo, todos os telefones públicos próximos haviam sido depredados. Fui à farmácia em frente ao colégio e perguntei aos atendentes se eles sabiam onde havia um telefone que estivesse funcionando. Um dos balconistas teve uma reação enfurecida, gritando que “eles” (os moradores do bairro) quebram tudo, que “eles” mesmo precisam e destroem os telefones. Em seguida, eu e uns quatro funcionários dessa farmácia ficamos conversando. Eles falaram muito mal do bairro e de seus moradores, aos quais chamaram de “vândalos”. Entre esses atendentes, apenas uma moça morava em Monte Azul, e ela afirmou detestar o bairro.

origem regional. Os caracteres de representação caídos sobre este grupo impingem-lhes a marca do “baiano”, do “pessoal do norte”.

Também pedi ao diretor que me apresentasse a alguns funcionários da escola que fossem moradores do bairro. Assim conheci Dora, que logo me “adotou” e fez questão de me apresentar aos seus vizinhos e “irmãos” da igreja evangélica por ela freqüentada.

Se inicialmente a idéia era permanecer apenas no Monte Azul, com o tempo percebi que seria interessante acompanhar os trabalhadores em outros espaços, como no abrigo construído pelo Sindicato. A convivência com os mesmos naquele local, sobretudo, se revelou muito profícua, proporcionando-me apreender aspectos muito significativos de suas histórias, percepções e da relação entre eles, o que não foi possível em nenhuma outra situação.

A perspectiva comparativa entre o bairro Monte Azul e o abrigo dos trabalhadores ganhou força durante a pesquisa em campo, assim como na análise aqui apresentada.

No bairro, tive contato com famílias estabelecidas, que há anos haviam saído das cidades onde nasceram. No abrigo, conheci homens que viajavam sozinhos, de região em região em busca de trabalho. Muitos não tinham residência fixa ou estavam há muito tempo fora de suas casas, sem ver a mulher, filhos ou outros familiares com quem residiam.

Outro contraste significativo entre os trabalhadores do Monte Azul e os do abrigo era a forma como percebiam o seu recrutamento. No Monte Azul, todos trabalhavam com os empreiteiros, conhecidos como *gatos*, para conseguir trabalhos nas fazendas e em nenhum momento colocaram problemas em relação a isso.

Quando passei a freqüentar o abrigo, um panorama absolutamente diverso se abriu. As conversas com os trabalhadores neste local giravam principalmente em torno de reclamações sobre o modo como os gatos os tratavam. Estes eram vistos como exploradores e agressores. Muitos trabalhadores tentavam falar diretamente com proprietários ou com os *gerentes* das fazendas para tentarem empregar-se.

Curiosamente, entre os trabalhadores do bairro e os do abrigo, até o tempo disponível que tinham para mim se contrapunha. Aos finais de semana, eu costumava ir ao Monte Azul, pois era mais fácil encontrar os trabalhadores em casa. De segunda a sexta, eles estavam trabalhando nas fazendas e só retornavam depois das 17 horas. E como todos diziam que ao anoitecer as ruas do bairro ficavam desertas por causa da violência, nunca pude estender minhas visitas até mais tarde. Durante a semana, eu ia quase todas as noites ao abrigo. Aos sábados e domingos, ele ficava praticamente vazio.

Mas é mister ressaltar que, embora as oposições estejam aqui destacadas, muitas similitudes em suas trajetórias aproximam os trabalhadores do bairro e os do abrigo, assim como aqueles que conheci em outros espaços, como nas fazendas.

Além das entrevistas e da convivência com os trabalhadores, também busquei conseguir alguns dados quantitativos que pudessem ser interessantes para o meu trabalho. Descobri através do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores, que o posto de saúde do centro da cidade, atendia especialmente trabalhadores que vinham de outros municípios para o trabalho na safra.

Neste posto de saúde, conversando com a enfermeira-chefe, perguntei a ela como eu poderia ter acesso a estatísticas ou históricos de doenças e acidentes que acometiam os trabalhadores rurais. Ela orientou-me a procurar a enfermeira-chefe do hospital público de Esmeralda.

No hospital, Flávia, também enfermeira-chefe, disse que existia um arquivo com os prontuários dos trabalhadores, mas para acessá-lo, eu teria que pedir autorização à secretária de saúde do município.

Na Secretaria de Saúde, fui recebida pelo assessor da secretária. Ele não permitiu que eu tivesse acesso aos registros requeridos, explicando-me que 2008 era ano de eleição, e em cidades pequenas, “este é um processo muito complicado”.

Também tentei o acesso às estatísticas de violência da cidade, sobretudo aquelas referentes ao bairro Monte Azul, no batalhão da Polícia Militar de Esmeralda. Embora o sargento-coronel me recebesse muito bem e tivesse me prometido um relatório com as informações que eu buscava, esse relatório nunca me foi entregue, apesar de alguma insistência de minha parte.

A última semana do trabalho de campo foi destinada à minha ida à Citrino. Meu colega de pesquisa que havia feito o trabalho de campo nesta cidade havia me passado os telefones de dois produtores. Meu objetivo era ter acesso aos trabalhadores, através do contato com esses fazendeiros. No entanto, para isto seria necessário um tempo maior, para que eu pudesse adquirir liberdade para circular entre empregados e patrões. Em virtude dessas dificuldades, tive de me restringir às conversas *sobre* trabalhadores com estes últimos, de cuja tutela não consegui me desvencilhar.

Por fim, o trabalho de campo foi feito em duas etapas, com um intervalo de dez dias, entre os meses de maio e julho, totalizando dois meses.

No primeiro capítulo da dissertação, faço uma breve reconstituição histórica dos programas de ocupação e modernização agrícola do cerrado a partir da década de 1970 e situo

o leitor no universo da cafeicultura em Esmeralda e das figuras sociais que o permeiam – os trabalhadores e gatos, fazendas e colheitas, conflitos trabalhistas e sindicato, entre outros. Nos capítulos dois e três, discorro sobre as trajetórias e experiências de trabalho dos trabalhadores com os quais tive contato, e sobre a maneira como percebem sua condição enquanto tais. O segundo capítulo refere-se aos trabalhadores que conheci no bairro Monte Azul; o terceiro alude aos trabalhadores que passavam pelo abrigo construído pelo sindicato. No último capítulo, descrevo as minhas conversas com os gatos e também suas trajetórias de vida e trabalho.

Reconhecendo que o trabalho de pesquisa não é *sobre* um determinado grupo, mas sim *o que os pesquisadores acham interessante sobre* um determinado grupo (Wolf, 1998) assumo a seletividade do texto resultante desta investigação. Ao buscar pensar o agronegócio do café a partir do entendimento dos trabalhadores, não pretendo sugerir a possibilidade de uma reprodução de seu pensamento destituída das minhas próprias inferências e percepções. Não pretendo, tampouco, intitular-me “porta-voz” desses sujeitos (Wolf, 1998). Disto isto, busquei como sugere Peirano (1995), mergulhar no processo de descoberta antropológica resultante do diálogo comparativo entre a leitura da teoria e a observação etnográfica.

CAPÍTULO I

APRESENTANDO O LÓCUS DA PESQUISA: OS ATORES E O UNIVERSO DA CAFEICULTURA NO CERRADO MINEIRO

1.1. A Região

Os cerrados, inicialmente, ocupavam um terço do território brasileiro na região centro oeste e todo o norte, oeste e noroeste do estado de Minas Gerais. Caracterizam-se pelas terras planas, com uma flora arbustiva, arbórea ou campos. A vegetação tem quatro gradações, que podem ser encadeadas ou alternadas, prevalecendo apenas um dos tipos. Há o cerrado, formado por árvores de grande porte, retilíneas, quase iguais às florestas, no entanto, mais espaçadas; há o cerrado propriamente dito, com arbustos, cascas e folhas grossas, troncos retorcidos, formando uma vegetação concentrada (Ribeiro, 1986).

É nesta área de cerrado que se situa a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, uma das doze mesorregiões de Minas Gerais. Esta localidade faz fronteira ao norte com o sul goiano e com o noroeste de Minas; ao sul com o Ribeirão Preto, com o São José do Rio Preto e com o sul e sudoeste de Minas; a leste com a central Mineira e com o oeste de Minas; a oeste com o leste de Mato Grosso do Sul.

O povoamento do Alto Paranaíba se inicia no período da mineração, nos últimos anos do século XVII. A atividade mineradora atraía imigrantes de lugares diversos, contribuindo para o crescimento acelerado da população. No entanto, o ligeiro esgotamento das minas de ouro levou seus habitantes a se dedicarem à pecuária, que caracterizou largamente a ocupação das áreas do cerrado. A expansão da criação bovina resultou na apropriação de amplas extensões de terras por parte de grandes fazendeiros. Muitas delas deram origem a povoados que, após algum tempo, desenvolveram-se e transformaram-se em municípios (Pessoa, 1988).

Já nos anos 70 do século XX, no bojo da revolução verde e da *modernização conservadora* (Graziano apud Pessoa, 1988) levada a cabo pelos governos militares, o cerrado mineiro passa a ser alvo de programas de colonização dirigida cujos objetivos eram modernizar a produção agrícola de grãos na região visando a exportação (Ribeiro, 1986; Pessoa, 1988).

O PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados -, começou a ser implementado em 1972 e foi o primeiro plano de desenvolvimento dos cerrados elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O propósito do programa era gerar uma transformação tecnológica agrícola em uma área de 292.798 hectares na região citada (Pessoa, 1988).

O referido projeto foi idealizado pelo secretário de agricultura de Minas Gerais e contou com o suporte de vários órgãos estaduais, como a Emater (antiga Acar) e a Epamig (na época, PIPAEMG), entre outros, além do Banco Central e do Banco Mundial. Este último, em 1973, efetuou um empréstimo de aproximadamente US\$ 32, 9 milhões para os custos de implantação do PCI, cujas áreas de atuação foram as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica. O empréstimo feito pelo programa se converteu no financiamento de 230 projetos, distribuídos por uma área de 111. 025 hectares, e buscava atender aos grandes e médios proprietários por serem os únicos dispostos a aceitar as condições de quitação da dívida. A área média de cada beneficiado foi de 483 hectares (Pessoa, 1988).

Ainda que não tenha alcançado a desejada revolução tecnológica, o PCI contribuiu para o processo de modernização da agricultura no cerrado, nos moldes das médias e grandes propriedades, privilegiando em grande escala o setor industrial (Pessoa, 1988).

No início de 1973, teve início o PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba -, coordenado pela Cooperativa Agrícola da Cotia, através de um acordo feito pelo já mencionado secretário de agricultura. Este programa se desenvolveu em paralelo ao PCI e para sua instalação foi desapropriada uma área de 60.000 hectares localizada, em parte, nos municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos, onde foram formados os quatro núcleos de colonização (Pessoa, 1988).

A seleção dos colonos foi feita através de um pacto entre a Cooperativa da Cotia e a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. O acordo estipulava que pelo menos 80% dos beneficiados fossem indicados e escolhidos pela própria cooperativa, a partir da inscrição dos cooperados vindos do sul do país. Todos os selecionados deveriam ser imigrantes japoneses ou descendentes nisseis. Os recursos financeiros para implementação do PADAP giraram em torno de US\$ 200 milhões (Pessoa, 1988).

Um latifúndio com mais de 20.000 hectares desapropriado por interesse social; a posição privilegiada do espaço em relação aos principais mercados consumidores e produtores do país; a topografia adequada à mecanização, uma apropriada infra-estrutura de energia e transporte; a proximidade dos corredores de exportação de Santos e Vitória (França apud

Pessoa, 1988), além das boas condições de compra e acesso à terra propiciadas pela Cotia, são alguns dos fatores que facilitaram a implantação do programa. O PADAP representou, portanto, a primeira experiência de exploração agrícola intensiva no cerrado (Pessoa, 1988).

O experimento do PADAP foi o ponto de partida para o POLOCENTRO, a arrancada essencial para a agricultura empresarial no cerrado, preparando o terreno para a consolidação do Projeto Cerrado (PRODECER). Entre 1975 e 1984 foram canalizados ao programa US\$ 868 milhões de dólares distribuídos entre os setores de transporte, pesquisa, agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural (Pessoa, 1988).

A partir de 1979, há uma redução de recursos para o POLOCENTRO. Uma viagem feita pelo presidente Geisel ao Japão em 1976 resultou na assinatura do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado – PRODECER. Também em 1979, a Jica (Japan International Cooperation Agency), elabora um estudo propondo o desenvolvimento agrícola numa área de 500.000 km, nos cerrados. Por fim, no mesmo ano, é criada a Campo (Companhia de Promoção Agrícola), uma empresa para planejar, assistir e coordenar o PRODECER. Essa companhia era constituída por duas holdings, a Brasago, com 51% de capital brasileiro, e a Jadeco, com 49% de capital japonês. Por essas razões, constata-se que a diminuição dos subsídios para o POLOCENTRO tinha por finalidade enfraquecer a especulação no negócio de terras e facilitar a compra destas pela Campo. (Pessoa, 1988).

O PRODECER foi, fundamentalmente, um projeto do capital japonês pago pelo Brasil com o objetivo de produzir grãos para o mercado mundial (Pessoa, 1988).

A partir de meados da década de 80, as inovações mecânicas, físicas e químicas possibilitaram a aceleração do ritmo e da produtividade do trabalho (França apud Ferreira e Ortega, 2004). Conforme Garlipp apud Ferreira e Ortega (2004), a produtividade da produção cafeeira cresceu 57,6% de 1985/86 até 1995/96 na microrregião de Esmeralda.

A redução do espaçamento das ruas e do distanciamento entre os pés, técnica denominada de adensamento; a introdução de variedades de menor porte permitindo o uso das colheitadeiras; uma nova tecnologia na preparação do solo, com uso de adubos e defensivos agrícolas mais sofisticados e a adoção da irrigação, entre outras, são alguns procedimentos utilizados para elevar a produtividade da produção cafeeira no Cerrado (Ferreira e Ortega, 2004).

Menezes (2002), Novaes (2007) e Ferreira e Ortega (2004) entendem que as novas formas de gestão do trabalho agrícola em função da mudança no padrão tecnológico acarretam também mudanças no perfil dos trabalhadores requeridos para a colheita. Se há um tempo a preferência era pela força física, hoje são escolhidos homens, jovens, assíduos, sem

histórico de processos trabalhistas contra os patrões e mais escolarizados e qualificados, capazes de operar instrumentos mais modernos.

Linhart (2002), em artigo sobre os processos sociais aos quais se pode atribuir o êxodo rural no Alto Paranaíba, sublinha que parte dos trabalhadores que constituem a mão-de-obra nos cafezais do cerrado são ex-agregados das fazendas locais e ex-sitiantes. A autora aponta como o encerramento das relações de agregação, também como descrito por Moura (1988) no Vale do Jequitinhonha, contribui, ao lado das mudanças na estrutura produtiva e nas formas de produção agrícola, para gerar uma massa de trabalhadores sem terra e sem vínculo empregatício. A dissolução dos laços entre o proprietário e o morador, com a conseqüente expropriação deste último, é uma das conseqüências do complexo conjunto de transformações econômicas identificadas no campo em diversas regiões brasileiras a partir dos anos 70.

1.2. O Surgimento da Marca

É nesse contexto de modernização agrícola do cerrado e da inserção do cultivo do café, que surge a marca Café do Cerrado nos anos 80, quando alguns cafeicultores começaram a idealizar sua criação junto ao Instituto Nacional de Produção Industrial (INPI), com o objetivo de diferenciar a origem do café, obtendo um certificado de qualidade. Atualmente, o grupo possui 8 cooperativas e 6 associações, cobrindo 55 municípios da região. Há ainda o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (Caccer), responsável pela parte jurídica e pelas diretrizes políticas da marca; uma única cooperativa exportadora e a Fundaccer, uma fundação constituída em parceria com a Epamig.

As conversas com os cafeicultores e funcionários das cooperativas evidenciaram o suporte político dado à cafeicultura da região, especialmente através de um deputado que agora ocupa um cargo importante no Ministério da Agricultura, e de seu assessor, um paulista que se tornou presidente das câmaras setoriais do agronegócio no Brasil e foi fundador de uma associação de cafeicultores e do Caccer⁸.

⁸ A “paixão” pelo café ou pela soja foi outro aspecto bastante marcado em meu breve contato com os produtores. Para os mesmos, o trabalho com estas culturas supõe um apego à terra, ao trabalho agrícola, em oposição ao cultivo da cana, gerenciado por empresários, sem nenhuma vivência rural. Atualmente, se verifica a instalação de grandes usinas de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como mencionado por professores da UFU, agentes da Pastoral Rural, sitiantes, assentados, fazendeiros, funcionários das cooperativas de café e técnicos agrícolas no estágio inicial do meu trabalho de campo, no final do mês de fevereiro de 2008. Essa *chegada* da cana, ao que parece, não é desejada pela maioria dos envolvidos de alguma forma com a agricultura atingindo tanto os empresários e grandes fazendeiros quanto os pequenos sitiantes e assentados rurais. Carvalho e Cleps Jr. (2007) ressaltam os impactos do crescimento da indústria canavieira na região.

A fundação das associações de cafeicultores foi uma iniciativa de alguns produtores de Citrino e Esmeralda. Nesta última cidade, o número de cafeicultores é menor em comparação a outras localidades, porém este fato talvez seja explicado pela grande concentração de terras e pelas gigantescas dimensões de muitas propriedades. Os produtores de Esmeralda também são definidos como sendo mais audazes e inovadores em suas investidas empresariais.

Em Citrino há um grande número de produtores, no entanto, de pequeno e médio porte, em geral originários de São Paulo e do Paraná. De acordo com a representante da Cacer, um grande cafeicultor em Esmeralda produz a partir de 30 mil sacas de café. Em Citrino, a família Poente, considerada uma das maiores produtoras, produz em uma boa safra, algo em torno de 10 mil sacas.

Em artigo publicado em 2004, Ferreira e Ortega apresentam dados que contrariam as informações cedidas pela representante da Cacer. Segundo os autores, na microrregião de Esmeralda, os pequenos agricultores (propriedades de até 100 hectares) constituem 68,2% dos produtores de café. No entanto, a área colhida corresponde a 29% do total.

1.3. O Ciclo do Café e sua Dinâmica

A preparação para a colheita do café na região do Alto Paranaíba tem início em fevereiro/março, quando se faz a *arruação*, ou a limpeza em volta dos pés, para os grãos mais maduros caírem na terra limpa. As folhas caídas ao chão são acumuladas no meio das *ruas*, o espaço entre duas fileiras de pés. No mesmo período, faz-se a capina e a *desbrota*, atividades que consistem em limpar a lavoura do mato e arrancar os brotos dos galhos.

A partir do final de abril, colhe-se o café. Neste período se intensifica a chegada dos trabalhadores vindos de outras regiões. Estive com trabalhadores de Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina, Paraíba, São Paulo, Paraná, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, outras cidades de Minas Gerais, especialmente do norte do estado, e da Bahia, sobretudo do município de Irecê. Em 2008, a prolongada temporada de chuvas provocou um largo atraso, e o início da colheita, que em geral acontece no começo de maio, foi adiado para o princípio de junho.

Durante o trabalho, tanto na safra quanto na entressafra, cada trabalhador recebe um número. Todas as *ruas* nas quais ele trabalha possuem esse número escrito em um esparadrapo colado ao primeiro pé da fileira, assim como todas as sacas utilizadas por ele. Ao

final de cada dia de trabalho, é contabilizada a quantidade de sacas colhidas por cada trabalhador. É comum o *gato*, profissional encarregado de arregimentar trabalhadores para o trabalho nas fazendas, contratar um *apontador* ou *apontadora* para realizar esta tarefa.

Novaes e Sigaud *apud* Menezes (2002) descrevem o empreiteiro/arregimentador como aquele que recruta os trabalhadores “clandestinos”, sem contrato de trabalho legal. Em Esmeralda, do contrário, os gatos não necessariamente burlam a legislação, o que não significa que sejam despojados da imagem de exploradores. As fazendas certificadas, as quais se empenham em assinar a carteira de trabalho de seus empregados e fazer um contrato de trabalho formal, também contratam os trabalhadores através dos gatos. Os cafeicultores e empreiteiros de Esmeralda também costumam enfatizar que tem se tornado bastante difícil não registrar os trabalhadores, em função de uma rigorosa fiscalização do Ministério do Trabalho.

Em abril, maio, como os grãos ainda não estão muito maduros, leva-se mais tempo para tirá-los do pé, já que ainda estão duros para serem puxados. Nos meses de setembro e outubro, com o processo de maturação já completo, torna-se mais rápido e fácil colher o café, aumentando o rendimento dos trabalhadores. Por esta razão, no final da colheita, os cafeicultores procuram manter o preço da saca o mais baixo possível, para que os *safristas* não ganhem muito dinheiro. Como me informou um fazendeiro, o gasto com empregados não pode ultrapassar 12% da sua receita.

Depois de colhido, o café é levado para o *terreirão*, espaço que pode ser de terra ou de cimento, onde é depositado e espalhado para a secagem. Os grãos precisam ser revirados por vários dias para que sequem uniformemente sob a ação do vento e do sol. Isto pode ser feito manualmente com uma espécie de rodo ou com essa mesma ferramenta acoplada a um trator ou motocicleta. No fim do dia, os grãos são cobertos com um plástico para evitar a umidade provocada pelo sereno ou pelas chuvas.

Cada lavoura de café tem um preço diferente. Enquanto umas valem dois reais, outras podem valer dez. O valor pago ao trabalhador por saca é o resultado de um cuidadoso cálculo que envolve a qualidade do café, o tempo necessário para colhê-lo, os custos com a mão de obra, entre outros fatores de mercado. Como me explicaram alguns trabalhadores, quando a colheita é lucrativa para os produtores, ela é pouco rentável para os trabalhadores, assim como o inverso é verdadeiro.

É o gato quem negocia o preço da saca de café com o patrão. Quando os trabalhadores estão insatisfeitos com o salário, eles param de trabalhar, sentam no carreador e esperam uma nova negociação. Essa interrupção do trabalho por algumas horas (nunca chega a um dia) para pressionar os fazendeiros a aumentar o preço pago pelo café, é chamada de greve.

A decisão em fazer a greve parte do próprio grupo envolvido na colheita, não tendo nenhuma relação com o Sindicato dos Trabalhadores. Nas fazendas, onde há gatos ou outros intermediários, são estes os primeiros a serem comunicados da interrupção do trabalho à espera de aumento. Depois de tomarem conhecimento da greve, os gatos fazem a negociação entre a oferta dos patrões e a demanda dos trabalhadores, até que se chegue a um novo acordo. Assim que o valor da saca sobe, os trabalhadores retomam o trabalho.

Quando se aproximam o fim do ano e a temporada chuvosa, aumenta o poder de negociação dos trabalhadores, pois é preciso colher todo o café antes do início das chuvas. Dessa maneira, os produtores aceitam subir o preço da saca, evitando greves constantes e o conseqüente atraso no término da colheita.

Embora as greves tenham sido mencionadas por alguns trabalhadores, esse tema pouco apareceu nas minhas conversas com a maioria dos meus interlocutores. Essa quase ausência da menção às greves parece sugerir uma descrença em relação à efetividade desse instrumento de reivindicação.

Em outubro, novembro, começa a florada. Essa é a época de adubar, colocar agrotóxico e irrigar os cafezais. Embora a colheita de café tenha um *ano bom* seguido por um *ano ruim* e assim sucessivamente, ou seja, a safra costuma dar lucro em anos alternados, os pés novos podem ser produtivos por anos consecutivos.

Na entressafra, os trabalhadores recebem por dia de trabalho, ou seja, por *diária*. Estas atividades são consideradas um “serviço pesado” e muito desgastante fisicamente devido ao uso da enxada, e menos rentável, pois se ganha um valor fixo - em média 20 ou 25 reais por dia. Do contrário, o trabalho por *empreita*, quando se ganha por produção, como no caso da colheita, é considerado mais lucrativo.

Nas fazendas onde se trabalha com gatos, são eles quem fazem o pagamento. Nas pequenas propriedades, os donos remuneram diretamente os trabalhadores. A remuneração costuma ser mensal, mas há locais onde os trabalhadores recebem a cada quinze dias ou até mesmo semanalmente. Muitos preferem receber apenas no final do mês, para que não desperdicem o dinheiro com bebidas ou mulheres.

Para Moraes (1996), os trabalhos por empreita e por produção resumem-se ao salário por peças. Segundo a autora, esta forma de salário revela-se mais lucrativa para o fazendeiro, já que a intensidade do trabalho depende unicamente do trabalhador, reforçando as diferenças de habilidade, preparo físico e disposição, despertando hierarquizações e concorrências através da definição do “bom trabalhador”, produtivo, ágil, e do “mau trabalhador”, preguiçoso e inábil.

Os contratados para o período da safra são chamados *safristas*, assim como os que trabalham na *diária* são os *diaristas*. Além destes, há também os trabalhadores fixos das fazendas, contratados para operar máquinas e tratores.

O *bóia fria*, assim denominado por comer a marmita fria, já que a carrega em seu deslocamento cotidiano entre a cidade e a fazenda, se distingue do *trabalhador alojado*, pois este reside dentro da propriedade onde trabalha. Os *bóias frias* podem ser moradores da cidade ou *trabalhadores “de fora”*, ou seja, aqueles que não vivem em Esmeralda e vão para o município em busca de trabalho. Os *bóias frias* moram em geral nos bairros mais pobres e afastados do centro de Esmeralda, sendo que o maior e mais populoso é o Monte Azul. Os trabalhadores que vem de outras regiões e não conseguem trabalho em fazendas com alojamento, também costumam dividir o aluguel de casas neste mesmo bairro, por ser mais barato.

O *trabalhador alojado* é quase sempre também um *trabalhador “de fora”*, já que vem de outros municípios. Aqueles que moram na cidade não costumam ficar alojados nas fazendas. Os trabalhadores considerados “de fora” não são assim considerados apenas por quem nasceu e vive em Esmeralda. Os trabalhadores de outras regiões que fixaram residência na cidade também consideram aqueles que chegam para safra como sendo “de fora”. Entretanto, para os nativos de Esmeralda, os trabalhadores de outros municípios, sobretudo os nordestinos, ainda que morem há muitos anos em Esmeralda, permanecem incluídos entre os “de fora”. O “de fora” não é aquele que chega hoje e parte amanhã, o “de fora” é aquele que fica. E ele assim se constitui justamente pelo seu contraste com a comunidade nativa (Simmel, 1964).

No caso de Esmeralda, as distinções são percebidas não apenas na condição social desses trabalhadores, mas também pela cor e pelo sotaque, como destacou o diretor da escola municipal de Monte Azul. Essas marcas indeléveis – a pobreza evidente, a cor, o sotaque – estigmatizam esses trabalhadores, tornando-os inaptos para a aceitação social plena. Essas

“deformidades físicas” supõem outras de caráter moral: a indisposição para o trabalho, a disposição para a criminalidade e o alcoolismo⁹.

O trabalhador “de fora”, sendo bóia fria ou alojado, com exceção daqueles que se estabeleceram no município, costumam circular entre estados e cidades em busca de trabalho. Mesmo aqueles que se estabeleceram em Esmeralda, quase sempre também têm uma trajetória de deslocamentos. O “ficar” na cidade não é precisamente para sempre; pode durar apenas até a próxima safra, ou pode ser pelos próximos anos ou, quiçá, até o fim da vida. Essa escolha é balizada pelo cálculo de onde está “bom de serviço”, o que significa poder acumular o mínimo para manter a família na cidade de origem, ou trazê-la para perto (Novaes, 2007).

No trabalho de Menezes (2002), os trabalhadores “de fora” costumam retornar à casa aos fins de semana ou quinzenalmente, o que não acontece em Esmeralda. O retorno ao município de origem se dá apenas ao fim da safra, ou quando se acumula o suficiente para poder voltar sem envergonhar-se de não ter nada, o que pode levar meses ou anos.

Menezes (2002) também situa uma distinção importante entre “paraibanos” e “pernambucanos” entre os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco. Sobre os primeiros, pensa-se que são mais dóceis e dedicados ao trabalho, atingindo altos índices de produtividade. Essas diferenças atribuídas por empreiteiros e patrões, refletem-se entre os trabalhadores, gerando conflitos entre eles.

Em Esmeralda, a distinção entre “paranaenses” e “baianos”, que apareceu nos primeiros contatos do trabalho de campo, sobretudo nas conversas com cafeicultores, não revelou-se significativa. Não somente porque a massa de trabalhadores vinda de outras regiões é muito mais difusa – a força de trabalho da cafeicultura em Esmeralda também é formada por paraibanos, cearenses, sergipanos, paulistas, maranhenses, pernambucanos, catarinenses e mineiros de diferentes regiões -, como também porque não são atribuídas diferenças no comportamento de paranaenses e baianos em termos de passividade e índices de produtividade. As distinções sobre quem mais trabalha ou sobre aqueles com os quais é mais fácil de lidar aparece em outras categorias, como gênero.

Peão e mão de obra são denominações genéricas para se referir a todo tipo de trabalhador rural ou braçal. Essas categorias são usadas tanto pelos próprios trabalhadores quanto pelos representantes do sindicato e *gatos*.

⁹ A partir da leitura de Goffman, (1988), tal análise desse contexto me pareceu possível.

Em nossas conversas no abrigo do sindicato, os trabalhadores se preocupavam em me explicar cada movimento da colheita, que pode ser feita manualmente ou através do uso de colheitadeiras. Roberto começou por me descrever o rastelo:

Deixa eu explicar o rastelo... O café quando ele fica seco, ele cai no chão. E o chão fica panhado de café, aí pra poder o café não perder, tem o rastelo. Se o café for muito grande o pé, aí tem que puxar para um lado e puxar para o outro. Por isso que é bom trabalhar de baião, de duas pessoas, porque aí um puxa para um lado e o outro puxa pro outro.

Usa-se o rastelo quando o café amadurece demais e cai no chão. Ao cair, ele mistura-se com terra, folhas e galhos, sendo necessário *abaná-lo* para livrá-lo dessas impurezas. Se o pé de café for alto, é preciso usar uma escada para colher. Caso contrário:

Se o café for pequeno, você pode puxar tudo para um lado só. Aí você faz aquela raminha, bate as folhas, bota aquelas folhas fora e passa na peneira. (Roberto)

Quando se usa o rastelo, é preciso peneirar o café; o café *do rapa*, pego diretamente com as mãos, não é preciso passar na peneira:

Eu estou falando do rastelo, esse que você passa na peneira. O café que você pega no rapa, não precisa da peneira. Você só abana as folhas. O rastelo tem que peneirar, é esse que a máquina deixa cair no chão. (Roberto)

Sobre a forma de colher, Manoel crê que é mais fácil colher *no pano*. Este é estendido embaixo do pé e nele se depositam os grãos colhidos. Os trabalhadores precisam apenas limpar as folhas que caem junto com o café. Quando se usa o pano, pode-se colher de duas formas: batendo com uma pequena vara nos galhos do pé de café para que os grãos caiam ou

puxando-os com as mãos. Esta segunda forma é considerada menos trabalhosa por alguns; no entanto, muitos preferem *bater no pé*.

Ganhar dinheiro na colheita também depende da rua e do pé de café; é preciso ter *sorte*. Se o pé estiver carregado e os grãos estiverem bons de serem puxados, pode-se colher muito:

Posso explicar mais claramente? Porque tem rua... É que nem mina de ouro. Essa rua de café está boa demais. Às vezes o cara está colhendo muito café... E o outro pobre coitado que está perto de você não tem nada. Pode dar sorte e a colhedeira pode dar defeito. (Roberto)

Os grãos deixados pelas colhedeiças é o café do *repassé*. A colheita mecanizada é feita apenas nos cafezais mais antigos. No entanto, quando a máquina quebra, como na situação colocada por Roberto, ou para colher o que a máquina deixou nos pés, os trabalhadores são requeridos para complementar o trabalho.

Os trabalhadores não gostam quando são obrigados a rastelar uma rua inteira e não encontram nem um grão. Por outro lado, os fazendeiros não gostam que bata no pé de café porque isso o estraga. Os cafeicultores só mandam fazê-lo quando o pé está morrendo e será cortado. O melhor café tem que ser tirado com as mãos.

O pano tem de ser colocado bem próximo ao pé de café, para que o colhedor não derrube muitos grãos na terra. Se o pano estiver distante do pé, maior será a quantidade de café no chão, diminuindo a quantidade colhida por saco. Roberto complementou a explicação:

Vai ser ruim para aquele que está no rapa e vai ser bom para aquele que está no rastelo, porque ele vai colher aquele café que caiu no chão. Vai ser lucro para o que vai rastelar. Porque não necessariamente você vai rastelar a rua em que você colheu.

Há sempre um fiscal para verificar o trabalho dos apanhadores de café. Este fiscal pode ser o fazendeiro, o gato ou alguém contratado somente para esta tarefa. Cada apanhador de café recebe um número correspondente ao número das suas ruas e aos dos sacos. Caso seja encontrado algum grão de café no chão (e sempre se encontra, já que é impossível não deixar algum) o fiscal ordena que os trabalhadores voltem e recolham os grãos que restaram. Além da verificação diária, depois de uma ou duas semanas, o fiscal verifica novamente as ruas nas quais cada trabalhador colheu.

A Fazenda Santa Marta foi uma das poucas propriedades em que estive. Fui levada para conhecê-la por Erick, um dos gatos com os quais tive contato. Ela tem 40 hectares e em meados de maio a colheita em seu cafezal ainda não havia começado. Havia 39 trabalhadores empregados na *diária*, entre os quais a maioria era mulher. Erick preferia contratar mulheres, pois as considerava mais dedicadas e responsáveis, embora admitisse que o trabalho era muito pesado e pouco rentável para uma mulher:

Agora, é mole... Uma mulher trabalhar o dia inteiro na enxada, até 4 horas da tarde, para ganhar 25 reais.

Em sua opinião, os homens bebem, arrumam brigas e faltam ao trabalho. Essa preferência por mulheres se opõe aos critérios de contratação descritos em pesquisas recentes sobre cortadores de cana, como aquelas realizadas por Menezes (2002) e Novaes (2007). Nestes trabalhos, a preferência é sempre por homens. Essa distinção pode estar relacionada ao fato de que o corte de cana é uma atividade ainda mais pesada do que a colheita de café.

Erick caminhou comigo pela plantação de café, mostrando-me os pés, os brotos que seriam arrancados e o mato a ser tirado. Explicou-me que os grãos da parte superior dos arbustos amadurecem primeiro porque pegam mais sol e que a safra em 2008 traria prejuízo aos produtores, pois a lavoura não estava de boa qualidade. Este gato presenteou-me com alguns grãos e uma “vara” do pé de café.

O dono da fazenda observava o trabalho dos diaristas, fato que me parece corrente em fazendas menores. Todos os trabalhadores usavam boné, luvas e botas. Entretanto, nenhum desses materiais era do tipo adequado ao trabalho na lavoura. O próprio Erick fez essa observação e apontou uma moça que usava uma grossa galocha de borracha. Ele mencionou que em algumas fazendas é proibido trabalhar sem o equipamento correto.

Em torno de um mês depois, esse mesmo *gato* levou-me à chácara de um primo seu para quem estava trabalhando com um grupo de safristas. Fui em seu ônibus, junto com os *bóias frias*.

Cheguei às 4 horas e 45 minutos em sua casa. Estava ao lado de fora do portão, aguardando alguma movimentação, quando notei duas moças sentadas do outro lado da calçada e percebi que eram duas trabalhadoras rurais.

Uma delas era Elisa, namorada de Erick. Ela se recordou de quando eu havia ido ver o trabalho dos *diaristas* na Fazenda Santa Marta.

A outra trabalhadora chamava-se Irene. Ela saiu com o marido e os dois filhos do Paraná há dez anos para morar em Esmeralda. Um de seus filhos morreu aos 16 anos. O outro tem 29 anos, é casado, trabalha com informática e também mora em Esmeralda. Por algum tempo, seu marido ia todos os anos trabalhar na *panha* de café no Alto Paranaíba, até que decidiram mudar-se em definitivo para a região. Apesar de colher café há cinco anos, Irene não se acha uma boa apanhadora, em função de sua pouca resistência física. Seu marido, além de dirigir o ônibus de Erick, também a ajuda na colheita.

Por volta de cinco e meia da manhã, Erick abriu os portões de sua casa e saiu com o ônibus. Eu, Irene e Elisa, que haviam decidido cuidar de mim no trajeto até a fazenda, entramos. Elisa falou para eu me sentar ao lado de Irene para que ela me protegesse, se houvesse algum problema. Elas disseram que como não havia assentos suficientes, muitos trabalhadores brigavam para irem sentados. Mas neste dia o ônibus estava vazio e sobraram muitos lugares. Irene me explicou que vários safristas abandonaram aquela colheita, por causa da baixa remuneração.

Erick morava no bairro Via Férrea, de onde seguiu para o bairro Monte Azul. Ele parou em diversos pontos nos quais era aguardado pelos trabalhadores.

Chegamos à fazenda aproximadamente às seis horas. Antes de começar o trabalho, os safristas abriram suas marmitas para tomar café. Elisa me serviu um pouco do seu, a pedido de Erick.

Os trabalhadores terminaram o desjejum e começaram o trabalho. Erick levou-me para conhecer Leonardo, o dono da propriedade, que naquele momento tirava leite de suas vacas. Este fazendeiro é um dos diretores da cooperativa dos produtores de leite de Esmeralda. O exemplo de Leonardo – um mineiro que tira o leite de suas vacas, não mecaniza a colheita e

está distante de se tornar (e de se perceber como) um empresário do agronegócio – aponta para uma certa diversidade dos cafeicultores no município estudado.

Leonardo tinha aproximadamente 40 anos. Nasceu e viveu toda a sua vida em Esmeralda, assim como sua esposa. Ele herdou esta fazenda que tem 41 mil pés de café de seu pai, cujas terras foram divididas entre os sete irmãos. Sua mulher é diretora de uma escola estadual. Eles têm um filho de 11 anos e uma filha de 20, que estuda biomedicina em uma faculdade de Uberaba.

Leonardo foi muito solícito, e disse que caso eu precisasse de algo ou de alguma informação, ele estaria a minha disposição. Ele também convidou-me para ir a sua casa, pois queria me apresentar a sua filha para que ela pudesse me fazer companhia e me levar às festas dos jovens de Esmeralda.

Após esta conversa, juntei-me aos trabalhadores para observá-los em seu trabalho. As mulheres eram a maioria entre os *safristas*. Elisa chamou-me para ensinar-me a colher café. Pouco depois, ela e Irene pediram que eu parasse. Elas temiam que, sem luvas, eu pudesse machucar minhas mãos desabitadas ao trabalho na lavoura.

Enquanto colhíamos, um rapaz de moto chegou ao cafezal procurando por uma trabalhadora. Ele havia ido buscá-la porque o marido dela havia sido preso por porte ilegal de arma.

Erick liberou-a para ir tirar o marido da delegacia. Depois, contou este episódio aos outros trabalhadores. Todos reprimiram o marido da trabalhadora em questão, e comentaram que ninguém deveria andar armado.

A expectativa de Erick era que em dez dias se colhesse todo o café. Em geral, este *gato* trabalha com fazendas menores, cuja colheita dura 15 ou 20 dias no máximo. O preço da saca, naquela época, estava cotado em sete reais. Os trabalhadores, oriundos do norte de Minas, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná e Sergipe, não tinham a carteira assinada e muitos não usavam o equipamento de proteção.

A mecanização

De acordo com um dos diretores da associação dos cafeicultores de Esmeralda, este município é o maior produtor de café do Brasil, possuindo um dos processos produtivos mais sofisticados e modernos do mundo, com um índice de 90% de mecanização.

Entretanto, ainda que uma grande quantidade de maquinário seja utilizada, não é possível o índice de mecanização atingir quase 100%, já que o trabalho manual ainda é largamente utilizado. Uma das razões para a manutenção dos trabalhadores nas colheitas é o fato de não poder usar a colheitadeira nos pés mais novos, sob o risco de danificá-los ou quebrá-los. Há, além disso, um número razoável de casos como o de Leonardo, o fazendeiro mencionado no tópico anterior. Estes pequenos proprietários que não mecanizam a colheita, em Esmeralda, são em geral mineiros que possuem uma pequena criação de gado leiteiro e também plantam café.

A mecanização, como se perceberá nos próximos capítulos, está na pauta das discussões, já que a ela se atribui a diminuição da oferta de trabalho. O aluguel das colheitadeiras, cujo custo varia de 100 a 150 reais por hora, tem permitido que até cafeicultores de menor porte mecanizem a colheita. O uso crescente de máquinas na produção cafeeira, especialmente na safra, período em que mais se utiliza mão de obra, causa desemprego não somente entre os trabalhadores temporários, vindos de outras regiões, mas também entre os pequenos agricultores locais, posto que muitos trabalham na colheita para complementar a renda familiar (Ferreira e Ortega, 2004).

No entanto, na percepção de alguns empreiteiros e trabalhadores, a mecanização, ao mesmo tempo em que lhes tira o trabalho, se faz necessária para a colheita, pois acredita-se que somente a mão de obra não conseguiria colher todo o café da região.

A redução de custos e a possibilidade de livrar-se dos trabalhadores, da “dor de cabeça de mexer com gente” e das exigências da legislação trabalhista são os fatores que levam os cafeicultores a optar por mecanizar a produção. É preciso destacar ainda que a mecanização requer mão de obra que saiba operar máquinas e mecânicos para fazer manutenção e reparo, além de inaugurar o mercado de aluguel de máquinas agrícolas.

1.4. Os Trabalhadores e seus Representantes: Mediação e Conflito

1.4.1. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda foi fundado em 1972. Seu público é composto principalmente por pequenos produtores rurais. De acordo com o que me informou uma funcionária, o sindicato possui 7.114 associados, divididos nas seguintes categorias: arrendatários, meeiros, assentados, parceiros, acomodatórios e proprietários. Há também os safristas, diaristas, os empregados fixos das fazendas (“Trabalham com carteira assinada”, segundo a explicação da funcionária) e os pensionistas¹⁰.

Segundo Giovana, a advogada da entidade, quem mantém o sindicato são os seus associados através do sistema de mensalidade ou do desconto confederativo. A mensalidade cobrada corresponde a 2% do salário mínimo, conforme definido na Convenção Coletiva¹¹. O desconto confederativo é feito pela carteira de trabalho.

A sede do sindicato fica em uma área administrativa, no centro de Esmeralda. No mesmo quarteirão encontram-se os prédios da associação dos cafeicultores e da Emater. As paredes externas da sede do sindicato dos trabalhadores de Esmeralda são todas de vidro. No hall de entrada, à direita há um extenso balcão em forma de “L”, atrás do qual ficam três funcionários que operam computadores e atendem aos que chegam requerendo informações ou algum serviço. Neste mesmo hall há várias cadeiras acolchoadas para aqueles que estão na fila do atendimento. À esquerda, há duas salas, a da presidência e a da advogada. Nos fundos, há ainda outras salas, onde trabalham o dentista, a fisioterapeuta e psicóloga que atendem pelo sindicato.

No discurso de seus representantes, o sindicato *trabalha em prol dos trabalhadores, e é sua função protegê-los*. Sua proposta de trabalho preza pelo *diálogo com o patrão*. Quaisquer desacordos entre empregados e empregadores, são *negociados através do diálogo*. Nos casos de denúncias de irregularidades das condições de trabalho nas fazendas feitas pelos trabalhadores, o sindicato nunca recorre primeiramente ao Ministério do Trabalho. O procedimento consiste em avisar ao fazendeiro sobre a denúncia em questão e chamá-lo para uma conversa. De acordo com a Convenção, não se pode entrar na propriedade sem autorização do proprietário. Para Giovana, o descumprimento dos direitos dos trabalhadores se dá em virtude da falta de informação dos produtores, e não por má fé. Para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda, as campanhas educativas promovidas entre os

¹⁰ Todas essas categorias foram mencionadas pela funcionária do STR.

¹¹ A Convenção Coletiva do Trabalho é um acordo feito entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal que estabelece os termos das relações trabalhistas entre as partes, que devem ser respeitadas durante sua vigência de dois anos. Suas cláusulas não podem ferir direitos previstos na legislação instituída pelo Ministério do Trabalho.

fazendeiros sobre como tratar os trabalhadores e respeitar os seus direitos, e o *diálogo com os patrões* na resolução de problemas, apresentam melhores resultados do que atos de enfrentamento direto.

Fazer crescer o índice de carteira assinada é uma das maiores metas do sindicato. Seus representantes fazem grande pressão entre trabalhadores e empregadores para que os primeiros trabalhem sempre *registrados*. Para os trabalhadores, os sindicalistas falam sobre os benefícios futuros de quem trabalhou a vida inteira de carteira assinada, como o direito à aposentadoria por tempo de trabalho ou por invalidez, quando se sofre acidentes de trabalho. Para os empregadores, eles destacam a importância de cumprir a legislação, evitando os riscos de ser multado pelo Ministério do Trabalho, no caso de uma visita surpresa, e de tornar-se um produtor certificado, com a qualidade do café reconhecida. Os representantes do sindicato sempre mencionavam as fazendas certificadas como a Fazenda São Pedro e uma conscientização dos produtores com relação às questões ambientais e sociais, enfatizando o papel fundamental do sindicato neste processo de defesa das leis referentes à proteção da natureza e dos direitos dos trabalhadores:

Os produtores têm conscientizado com relação a isso. Pra eles vender, pra exportar, tem que ter a certificação, e a certificação, um dos requisitos, é a questão ambiental e a questão social do trabalhador. Ele está amparado pelas leis. Então é uma facilidade que os trabalhadores estão ganhando com isso. Isso é um trabalho do próprio sindicato de estar ajudando a fiscalizar com relação a isso. (Arnaldo, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Para os trabalhadores, a obrigatoriedade de trabalhar fichado não significa necessariamente um privilégio. Muitos crêem que antigamente, quando não havia uma pressão tão intensa do sindicato para que as fazendas só aceitassem empregar com a carteira de trabalho, era mais fácil conseguir emprego, sem tanta “burocracia”. Mário, um empreiteiro com quem conversei rapidamente, prefere trabalhar sem carteira assinada, pois crê que assim tem mais *liberdade*. Arnaldo, que participava desta conversa, argumentou que:

São os direitos do trabalhador. Mais tarde vai precisar, é aquilo que eu te falei... O Mário ele próprio está sacrificando ele, o futuro dele, questão de aposentadoria e tudo. E se o cara

estiver fichado, a fazenda estiver recolhendo, ele estando fichado, ele tem os direitos dele garantido por lei. E outros que não assinam a carteira acabam perdendo isso tudo.

O sindicato dos trabalhadores rurais de Esmeralda procura sempre trabalhar em “regime de parceria”, como explicou-me Giovana. O sindicato tem convênio com a Unimed, oferecendo plano de saúde mais barato para seus associados, e com a Receita Federal, para obter descontos fiscais para pequenos produtores. Seus associados também podem fazer compras no supermercado e na farmácia do sindicato, cujos produtos não têm repasse de custos.

1.4.2. O Núcleo trabalhista

O Ninter - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – de acordo com seus representantes tem como objetivo¹² resolver as questões trabalhistas entre fazendeiros e empregados para evitar que um grande número de casos chegue à Justiça do Trabalho, onerando-a. Esta entidade foi criada em 1994 por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda e Região e do Sindicato Rural de Esmeralda, com o apoio da associação de cafeicultores de Esmeralda e da Justiça do Trabalho.

O Núcleo Intersindical é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e é composto por um Conselho Tripartite, pelo Diretor Executivo, pela Seção Intersindical de Conciliação, pelo Conselho de Arbitragem e pelo Conselho Mediador.

O Conselho Tripartite é o órgão máximo do Ninter e é integrado pelo Sindicato dos Trabalhadores fundador e pelos filiados, pelo Sindicato Patronal fundador e pelos filiados e por um Conselho Mediador, cujo representante é o Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento de Esmeralda.

No cargo de Diretor Executivo, há um revezamento sucessivo e alternado entre representantes do sindicato trabalhista e do sindicato patronal, que cumprem mandato quadrimestral.

¹² 2º Alteração do Estatuto do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – Ninter. Esmeralda. Minas Gerais. S/d.

Da Seção Intersindical de Conciliação fazem parte um coordenador e dois conciliadores, indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pelo Sindicato Rural.

O Conselho de Arbitragem é um órgão colegiado composto por seis árbitros leigos, integrados ao meio trabalhista e seis bacharéis ou advogados convidados pelo Conselho Tripartite, dentre os quais será nomeado um presidente.

Há também a Secretaria do Ninter, a qual inclui uma funcionária.

Nas inúmeras oportunidades do trabalho de campo em que fui ao Núcleo no intuito de assistir a uma conciliação ou em busca de encontrar alguns trabalhadores com os quais pudesse conversar, nunca encontrei qualquer um dos diretores ou representantes da entidade além dos conciliadores e da secretária.

Giovana, a advogada do sindicato, foi quem me levou pela primeira vez ao Núcleo. Fui apresentada a João Henrique, o conciliador indicado pelo Sindicato Rural; a Felisberto, o conciliador nomeado pelo Sindicato dos Trabalhadores e a Camila, a secretária. Os conciliadores explicaram-me todo o funcionamento da entidade e convidaram-me para assistir às conciliações quando eu quisesse, destacando o seu caráter público.

No dia seguinte voltei à sede do Ninter para assistir a uma conciliação marcada. Esperei por 40 minutos, mas nem o empregador nem o trabalhador apareceram. Camila explicou-me que isso é bastante comum, assim como muitas conciliações acontecem sem estarem previamente agendadas.

Quando não há discordância em relação ao que deve ser pago após a rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador vai ao Núcleo para fazer o seu *acerto* e receber aquilo a que tem direito. Do contrário, o fazendeiro ou o próprio empregado recorrem ao Ninter para resolver o litígio e tentar uma *conciliação*.

1.4.3. Os acertos

Conheci Josias no Ninter, onde ele havia ido para fazer o seu acerto, ou seja, receber o que tinha direito após a rescisão do seu contrato de trabalho com a fazenda da qual era empregado. Ele era de Pirapora e mudou-se para Esmeralda em busca de emprego, pois sua cidade é “fraca de serviço”. Neste município, trabalhou durante sete anos na Fazenda Santa Rita, definida pelo trabalhador como “uma fazenda onde tudo é direitinho”. Durante os anos

de trabalho nesta propriedade, Josias fez cursos oferecidos pela própria fazenda para aprender a operar um trator e a trabalhar com agrotóxico¹³.

Segundo este trabalhador, o gerente que está na fazenda há um ano não gosta dele e por isso o demitiu. Na documentação que Josias carregava, lia-se “Despedido sem justa causa”. Outros empregados antigos da Fazenda Santa Rita também foram despedidos no mesmo período.

Josias era um funcionário fixo e residia dentro da fazenda. Depois da demissão, foi morar na casa de um “cumpadre”. Com o dinheiro da indenização pretendia comprar uma “meia-água” para morar com a família no bairro Monte Azul, mas o conciliador trabalhista o aconselhou a não fazê-lo, porque acha que “No Monte Azul é muito ruim”. Josias tem quatro filhos, todos nascidos em Esmeralda. Sua esposa também é de Pirapora.

Este trabalhador receberia uma indenização de cerca de 10 mil reais e o seguro-desemprego durante quatro meses no valor de 660 reais. Ele iria trabalhar na colheita do café, de preferência sem ser *fichado*¹⁴ para permanecer recebendo o seguro.

Josias falou sobre o alcoolismo entre os trabalhadores e sobre as brigas causadas por causa do alto índice de ingestão de bebidas alcoólicas. Ele afirmou que não bebia, mas “Tem peão que bebe muito”. Josias acreditava que por essa razão os proprietários não querem mais alojar seus empregados nas fazendas.

Esse mineiro de Pirapora gosta muito de cantar e sempre escreve cartas para os apresentadores de televisão Hebe Camargo e Gugu Liberato, pedindo uma oportunidade para participar de seus programas. Josias também joga na tele-sena do baú, uma espécie de loteria do empresário Silvio Santos, mas nunca ganhou prêmios nem dinheiro.

Depois de conversar com Josias, me aproximei de João Henrique, que me contou sobre três trabalhadores que estavam ao lado de fora do Ninter. Eles tinham vindo de outras regiões para colher café. Estavam na rodoviária quando passou um fazendeiro e os levou para trabalhar em sua fazenda, onde trabalharam por 10 dias e se demitiram. Procuraram o Núcleo alegando que as condições do alojamento e o preço cobrado pelas refeições não eram adequados. Os conciliadores os orientaram a procurar o Ministério do Trabalho. João Henrique não disse o nome do proprietário desta fazenda, mas mencionou que ele sempre cria

¹³ Novaes (2007) chama atenção para o empenho dos usineiros do interior de São Paulo em aumentar o nível de escolaridade e qualificação daqueles considerados melhores trabalhadores, oferecendo-lhes a possibilidade de fazer cursos e serem remanejados para outros setores da empresa, como no caso de Josias.

¹⁴ *Fichar* e *registrar* são sinônimos para assinar a carteira de trabalho.

problemas com os trabalhadores. Já tentou convencê-lo a cumprir as normas trabalhistas, mas o tal cafeicultor nunca adotou suas instruções. O conciliador crê que somente após ser multado ele mudará sua maneira de tratar seus empregados.

Em outra oportunidade, quando levei uma companheira de pesquisa ao Ninter para apresentá-la aos conciliadores, conheci Ana Maria, uma moça de 18 anos que esperava a proprietária da Fazenda Santa Madalena, onde havia trabalhado por cinco dias, para fazer o seu *acerto*. Ela contou que já havia ido na sexta-feira receber o dinheiro, mas não conseguiu. Em sua opinião, essa cafeicultora é muito “enrolada”.

Ana Maria pediu demissão porque havia conseguido um emprego como babá, pois prefere cuidar de crianças a colher café. Na Fazenda Santa Madalena, Ana estava recebendo apenas sete reais por saca, e conseguia colher apenas duas por dia. Nos dois anos anteriores Ana Maria também havia trabalhado em colheitas de café. Esta jovem veio do norte de Minas com os pais e os irmãos há cinco anos. Seu pai é empregado fixo de uma fazenda onde vive com sua mãe. Ana é casada, não tem filhos e mora com o marido, que é mecânico, em Santo Amaro, outro bairro de trabalhadores.

1.4.4. A conciliação

Durante todo o meu trabalho de campo, só consegui assistir à conciliação de Mara, de 26 anos. Ela havia sido demitida da Fazenda São José, onde trabalhou de 19 de maio a cinco de junho deste ano. Em 2007, ela também havia trabalhado nessa mesma fazenda, por dois meses. Segundo a moça, ela foi despedida por causa do excesso de faltas pelo atual gerente, a quem considera muito ruim. Ora ela atribuía ao gerente a responsabilidade por ter sido mandada embora, ora culpava a *gata*, de quem queixou-se bastante. No dia em que Mara foi demitida, a empreiteira não a deixou voltar para a cidade no ônibus dos trabalhadores e ela teve que pedir uma carona para sair da fazenda. Quando retornou para receber o que lhe era devido após sua demissão, a *gata* recebeu-a muito mal, dizendo-lhe inúmeros palavrões.

Mara mora em uma pequena cidade vizinha desde criança, mas é do norte de Minas. Toda a família - ela, a mãe, o pai e os irmãos – mudou-se para a região do Alto Paranaíba buscando melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Todos “trabalham em lavoura”, conforme definiu.

Esta jovem vive em um bairro bem pobre daquela cidade com seus dois filhos, uma menina de seis anos e um menino de dois anos. Mara está grávida de quatro meses. Apenas o menino e o bebê são filhos do mesmo pai. Seu companheiro (embora ela não se considere casada) está em Patos de Minas trabalhando e todo mês lhe envia algum dinheiro.

Quando foi despedida, Mara trabalhava na *diária*. Ela não gosta deste trabalho, pois o considera pesado e pouco rentável. Para trabalhar na enxada durante todo o dia, Mara ganhava apenas 13 reais e 50 centavos. Agora, ela iria trabalhar em lavouras de feijão em sua cidade, pois em Esmeralda ninguém aceitaria empregar uma mulher grávida. Mesmo assim, ela acreditava que só conseguiria empregar-se sem carteira assinada.

Mara trabalhou colhendo milho e como doméstica no município onde mora. Este último emprego, ela também considera muito penoso. Segundo essa moça, as domésticas da cidade ganham 100 reais por mês e não são *registradas*. Ela acha que para ganhar algum dinheiro, “pobre tem que trabalhar para pobre, pois pobre paga melhor do que rico”.

A trabalhadora demitida havia procurado o Núcleo porque havia uma discordância entre o que o patrão queria pagar-lhe e o que ela achava que devia receber. De acordo com João Henrique, um dos conciliadores, o fazendeiro queria apenas pagar-lhe o saldo salário, ou o valor referente aos dias trabalhados na diária (15 dias x 13 reais e 50 centavos, somando 202, 50 centavos), os sábados e o salário família, cujos valores correspondiam a oito reais cada.

Além disso, a moça reivindicava uma indenização de 50% sobre o tempo restante de trabalho até o fim da safra¹⁵, que somaria um valor de aproximadamente 500 reais, e uma multa por ter sido despedida sem aviso prévio (artigo 477 da CLT), correspondente a um pouco mais de 400 reais.

Segundo João Henrique, Mara pôde ser mandada embora grávida porque seu contrato era por tempo determinado.

Na sala da conciliação estavam presentes Bernardo, encarregado do departamento pessoal da fazenda, e Mara, ambos sentados do mesmo lado da mesa. Do outro, estavam os conciliadores e eu, a convite deles.

João Henrique explicou a Bernardo que seria necessário pagar a indenização de 50% sobre o restante do tempo suposto para o fim da safra, pois o item do contrato que não previa

¹⁵ “Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato”. Artigo 479, Consolidação das Leis Trabalhistas.

o pagamento desse valor não tinha validade legal, e se o caso fosse parar na justiça, nenhum juiz reconheceria aquela cláusula. No caso dos contratos de *diaristas* e *safristas*, o valor dessa indenização é calculado a partir de uma estimativa do tempo de duração do trabalho. O cálculo foi feito tendo como base a conjectura de Bernardo de que o trabalho na fazenda renderia apenas mais dois meses, sendo finalizado em agosto.

Esperei que esse prazo estipulado pelo representante do fazendeiro fosse contestado por Felisberto ou por Mara, afinal quanto menor o tempo restante suposto para o fim do trabalho, menor seria o valor pago à trabalhadora. Mas não houve contestação.

O conciliador do sindicato patronal afirmou que Mara não deveria receber a multa de 400 reais por ser despedida sem aviso prévio. De acordo com o seu argumento, ela teria dez dias a contar da data em que foi mandada embora para receber esse dinheiro na fazenda. A moça explicou que foi duas vezes tentar recebê-lo; Bernardo¹⁶ a desmentiu.

Se todas essas indenizações fossem pagas a Mara, ela teria recebido 1.021 reais, com desconto de 4 reais e 17 centavos de INSS e 13 reais pela contribuição sindical. Subtraindo a multa do aviso prévio, ela receberia 690 reais, valor recusado pela trabalhadora.

Em virtude da resistência de Mara, Bernardo e João Henrique deixaram a sala para ligar para o fazendeiro. Eles voltaram poucos minutos depois propondo um acordo de 700 reais. Visivelmente, a moça não sabia o que resolver. Mara disse que queria pensar. Bernardo e João Henrique foram tomar um café para deixá-la decidir.

Ficamos somente eu, Mara e Felisberto. Ele perguntou-lhe se podia lhe dar um conselho e ela respondeu que era para isso que ele estava ali. Felisberto aconselhou-lhe a aceitar o acordo, argumentando que se ela levasse o caso para justiça, nenhum juiz lhe daria ganho de causa e o processo poderia demorar um ano. Ela teria de pagar advogado, arrumar duas testemunhas para depor a seu favor e ainda gastaria dinheiro com inúmeras passagens de ônibus para ir a Esmeralda, entre outros problemas. Por fim, Felisberto achava 700 reais uma ótima quantia. Ele chamou João Henrique e Bernardo, e Mara aceitou o acordo.

Felisberto conseguiu com Bernardo que ela recebesse uma parte de sua indenização naquele dia, pois Mara tinha ido de carona a Esmeralda porque estava sem dinheiro para a passagem de ônibus. Ela ainda voltaria no dia seguinte para pegar o restante do pagamento.

¹⁶ Em um intervalo da conciliação, Bernardo explicou-me que além dos trabalhadores temporários, trabalham na fazenda: o gerente ou administrador; o apontador, cujo trabalho é conferir quantas sacas foram recolhidas por cada trabalhador; o fiscal; o encarregado de turma ou *gato*, o encarregado do Departamento de Pessoal e os técnicos agrícolas. Bernardo e Felisberto explicaram que legalmente não existe a categoria *gato*, e que o termo correto, embora não muito utilizado, é “encarregado de turma”.

Mara tinha pressa em voltar a sua cidade, pois precisava pegar os filhos na saída da escola. Quando está trabalhando, ela paga uma moça para cuidar dos meninos no período da manhã, antes de eles irem para a aula.

A jovem trabalhadora despedida é uma moça negra e me pareceu semi-analfabeta. Na conciliação, estava muito constrangida. Ela ficou quase todo o tempo com a cabeça baixa, deitada sobre os braços apoiados na mesa.

1.5. Visitando as Fazendas com o Sindicato dos Trabalhadores

1.5.1 Os acordos

Em meados de maio de 2008, eu e outros pesquisadores da equipe acompanhamos Giovana, a advogada do sindicato dos trabalhadores à Fazenda Santo Antonio¹⁷, onde ela faria um *acordo* entre o patrão e os *safristas*. Até então, eu ainda não havia ouvido falar desta fazenda. Posteriormente, quando passei a freqüentar o abrigo dos trabalhadores e a conversar com eles na rodoviária é que passei a conhecer suas histórias.

Chegamos à Fazenda Santo Antonio por volta das 17 horas. Fomos primeiro a uma espécie de sede administrativa. Ao lado de fora, se concentravam muitos *apanhadores* de café, entre os quais se notava a presença de muitas mulheres. Havia um ônibus estacionado para levá-los de volta à cidade. Dali, fomos conduzidos ao local onde estavam os trabalhadores alojados.

O *acordo* aconteceu próximo ao alojamento, situado ao lado da residência do *gato*, o João da Bica. Nessa casa moravam sua esposa, uma filha e seus netos. O *gerente* da fazenda também estava presente. Os trabalhadores, aproximadamente uns 40 homens, tomavam banho e se preparavam para jantar. Giovana se posicionou atrás de uma mesa grande, assim como o *gato* e o *gerente*. Ela nos chamou para ficarmos junto a eles, mas preferimos ficar entre os trabalhadores.

A advogada explicou-lhes que o valor bruto da saca eram dois reais e 50 centavos, com os *direitos* incluídos - 13º salário, INSS, férias e contribuição sindical. O valor líquido da saca era 1 real e 80 centavos. Ao ouvirem isso, os protestos entre os trabalhadores foram

¹⁷ Pode-se fazer um paralelo entre a má reputação da Fazenda Santo Antonio e a da Usina Matari, como relatado por Menezes (2002).

muitos. O *gato* e o gerente pediam silêncio a todo o momento para que Giovana pudesse falar. Muitos trabalhadores também pediam aos colegas que reclamavam que ficassem quietos, argumentando que primeiro era preciso ouvir para depois reivindicar.

O *acordo* consistia em a advogada explicar aos trabalhadores as condições nas quais trabalhariam, o quanto ganhariam, o valor dos seus *direitos*. Ela enfatizou que o sindicato não negocia os salários; essa questão é resolvida apenas entre o patrão, o gato e os safristas.

Finalizado o *acordo*, me aproximei de alguns trabalhadores. Eles tinham vindo de Manga, no norte de Minas Gerais, em uma Kombi com mais 15 homens para trabalhar na Fazenda Santo Antonio. O *gato* havia ido buscá-los. A maioria se conhecia apenas de vista, e havia ido à Esmeralda porque sua cidade é “fraca de serviço”.

Guilherme vende cerveja nas festas públicas de Manga e já cortou cana no interior de São Paulo, o que considera “o pior trabalho que tem”. Segundo ele, os alojamentos das fazendas de cana são muito ruins e a marmita oferecida é fria. Guilherme também relatou casos de morte entre trabalhadores canavieiros e falou sobre as intensas câimbras que os derrubam ao chão, em função do grande desgaste físico. Ele disse que na Fazenda Santo Antonio, ao menos são servidas refeições quentes.

Os pais e irmãos de Guilherme vivem em Manga. Ele tem 26 anos, é solteiro e sem filhos. Era a terceira vez que ia a Esmeralda para colher café.

Daniel tem familiares em São Paulo, onde trabalhou de empacotador em um supermercado. Tem 19 anos, é solteiro e sem filhos. Era a primeira vez que colhia café.

A irmã de Francisco mora no centro de Esmeralda. Era a segunda vez que ele trabalhava na colheita do café. A primeira foi em 1997. Francisco é casado e tem quatro filhos. Quase não conseguiu ir a Esmeralda, pois um de seus filhos menores agarrou em suas pernas e pediu a ele que não viajasse.

Antonio, de 40 anos, trabalharia pela primeira vez nos cafezais. Ele estava apreensivo de não conseguir colher o bastante para ganhar algum dinheiro para mandar à família.

Esses trabalhadores estavam temerosos de andar em Esmeralda, pois consideravam a cidade muito violenta e tinham medo de serem assaltados. Relato semelhante é feito por Vettorassi (2007) em seu estudo sobre os cortadores de cana no interior de São Paulo. Um de seus entrevistados, um trabalhador maranhense, preferia não sair do “barraco” onde morava, por temer a violência no município de Guariba.

Segundo esses jovens, para subir o preço da saca de café, os empregados da Fazenda Santo Antonio iam fazer *greve*: parariam de colher por algumas horas até que o *gato* negociasse o aumento com o patrão.

A conversa com esses trabalhadores de Manga também girou em torno de acidentes de automóveis nas estradas. Na ida para Esmeralda, Guilherme ficou preocupado com o motorista da Kombi que os levou à fazenda, pois ele estava há mais de uma noite sem dormir.

Apesar da ocasião tensa, não tive nenhuma dificuldade para me aproximar desses trabalhadores. Outros contratados para trabalhar nesta fazenda eram oriundos do Maranhão, da Paraíba e do Ceará.

O segundo *acordo* que presenciei a convite de Giovana aconteceu na Fazenda Campo Alegre situada em um pequeno município próximo a Esmeralda. Esta fazenda é do grupo Matias, pertencente a um paulista.

Este fazendeiro possui apenas uma propriedade, onde se concentra a sede da empresa, mas produz soja, batata inglesa e café em outras 15 fazendas arrendadas. O principal cultivo é a batata, que é vendida para a Elma Chips, da qual o mencionado produtor é sócio.

Todo o processo de produção das fazendas da Matias é mecanizado. O café ainda é a lavoura que mais emprega trabalhadores já que as colheitadeiras somente podem ser usadas nos pés mais antigos, pois danificam e quebram os mais novos. A Fazenda Campo Alegre tem um milhão de pés de café e 50% de sua colheita é mecanizada. Em 2008 foram contratados apenas 80 *safristas* para o trabalho nos cafezais.

A colheita havia começado e os trabalhadores apanhavam café. O carro no qual estávamos eu, Giovana, Antenor - o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local-, e um fiscal da fazenda, parou em uma pequena estrada de terra no meio das lavouras.

Enquanto os sindicalistas conversavam com o gerente da propriedade, me aproximei de César, um *safrista*. Após ter lhe explicado rapidamente quem eu era, para puxar assunto, perguntei-lhe quantas sacas de café ele colhia por dia. César respondeu que se o trabalho rendesse bem, ele conseguia 12 sacas.

Em seguida, um *fiscal* apareceu e começou a fazer algumas anotações. César, que havia ficado apreensivo com a minha questão, perguntou ao fiscal se havia alguma exigência com relação a uma quantidade mínima de sacas a serem colhidas por dia por cada trabalhador. Esperei o fiscal se afastar e tornei a explicar a ele que eu não trabalhava para o fazendeiro e nem para o sindicato, e só havia feito aquela pergunta por curiosidade.

César nasceu em Luís Gomes, um município potiguar, e tem 68 anos. Separou-se da primeira mulher, com quem teve quatro filhos. Como ficou bastante abalado com o término do primeiro casamento, decidiu sair da cidade e ir para Irecê, onde casou-se novamente. Embora tenha fixado sua residência neste local, passa boa parte do ano viajando em busca de trabalho.

Este senhor vai todos os anos a Esmeralda colher café. Em 2007, trabalhou na fazenda de Carlos Heitor, um dos maiores cafeicultores da região. No nordeste, César costuma trabalhar com pesca e é aposentado da Polícia Militar.

César tem irmãos e outros familiares em Luís Gomes, para os quais sempre liga para dar notícias e quando pode vai visitá-los. Seus filhos moram todos em São Paulo.

Enquanto colhia, César usava luvas de lã, já bem rasgadas. Em um dos pés, ele usava uma bota de borracha, no outro usava um chinelo. Tive vontade de perguntar-lhe por que não usava a bota em ambos os pés, mas fiquei com medo que ele achasse novamente que eu estava fiscalizando seu trabalho.

Em seguida a esta conversa, me reaproximei do grupo no qual estava Giovana e ouvi o gerente pedindo a Antenor que convencesse os trabalhadores a usarem o material de proteção. Ao me ver, a advogada do sindicato me apresentou ao funcionário da fazenda. Quando falei que fazia um estudo sobre a vida dos trabalhadores rurais, ele disse que eu também deveria me interessar pelo cotidiano dos produtores, “para ver como eles sofrem”.

Por fim, os trabalhadores foram reunidos para ouvir o *acordo* que seria feito ali mesmo, na pequena estrada de terra. Quase todos reclamaram por ter o trabalho interrompido, pois estavam perdendo tempo e dinheiro. Um semicírculo foi formado em volta de Giovana, Antenor e do gerente da fazenda.

O presidente do sindicato foi quem primeiro falou. Ele enfatizou a importância de os trabalhadores serem sindicalizados, e que embora todos falem “o sindicato do Antenor”, o sindicato pertence a todos os trabalhadores.

Antenor também destacou que era imperativo o uso do EPI, pois caso aparecesse algum fiscal do Ministério do Trabalho, o fazendeiro seria multado. Ele também repreendeu os trabalhadores que tinham um pano ou um boné comum na cabeça, ao invés de usarem o conhecido “boné árabe”, que com sua aba comprida para proteger a nuca é mais apropriado para o trabalho sob o sol. O sindicalista os advertiu que se fossem vistos por três vezes sem o equipamento de proteção, seriam demitidos por justa causa.

Giovana iniciou o *acordo*. A fazenda estava pagando três reais e 80 centavos por saca. Com os *direitos*, este valor chegava a quatro reais e 50 centavos. A advogada explicou-lhes o significado da contribuição para o INSS, os benefícios de trabalhar de carteira assinada e as leis referentes à aposentadoria.

Em outros momentos, Giovana já havia me falado que muitos trabalhadores não gostam de ser *registrados* em trabalhos de períodos curtos, pois crêem que isso *suja a carteira*. Eles supõem que um futuro empregador pode julgá-los mal por terem sido contratados por tão pouco tempo. Quando posteriormente entrevistei o *gato* Tarcísio, ele confirmou essa perspectiva, reclamando das leis que obrigam o fazendeiro a assinar sempre a carteira de trabalho, prejudicando o trabalhador.

A discussão sobre o direito à previdência foi bem demorada e suscitou muitas questões entre os trabalhadores. Em outras situações, igualmente ficou nítido o grande interesse deles nesta temática.

Giovana também lhes informou que o custo do equipamento de proteção seria descontado de seus salários. De forma diferente da Fazenda Santo Antonio, a Fazenda Campo Alegre não oferece alojamento e não vende as refeições para os seus empregados. Há um ônibus para transportar os trabalhadores até a cidade e eles trazem as marmitas de suas casas.

A situação do acordo foi muito parecida com a que presenciei na Fazenda Santo Antonio. Enquanto a advogada falava, explicando o que ganhariam e o que teriam de pagar, durante todo o tempo os safristas reclamavam entre si e ironizavam os sindicalistas e o gerente da propriedade. Eles repetiam que o trabalhador rural estava “ferrado” e que ficaria cada vez mais pobre. Quando Giovana mencionou o quanto eles ganhariam por saca de café, uma moça gritou que com aquele preço, até o final da colheita não ia ficar ninguém. César, o trabalhador do Rio Grande do Norte, que estava próximo, disse para ela ficar quieta, pois ela não podia falar isso “ali”, na frente de “deles”.

Giovana convidou os *safristas* presentes para participarem de um encontro dos trabalhadores rurais organizado pelo sindicato local que aconteceria em breve. Ela informou que haveria atendimento gratuito de médicos e dentistas, sorteio de prêmios, café da manhã, almoço e lanche. Outra moça, que estava debochando bastante, falou que só compareceria para comer de graça, provocando muitas risadas entre os trabalhadores a sua volta.

César não ficou até o final do *acordo*. Voltou a colher café. Novamente, fui conversar com ele. Perguntei o que ele havia achado do preço da saca. César respondeu que a maioria

dos trabalhadores se contenta com pouco, quer apenas ter algo para comer, mas ele não pensa assim. Ele acredita que todos têm direito a uma vida melhor.

Alguns funcionários do sindicato, na nossa convivência durante o trabalho de campo, colocaram sua discordância em relação a muitas determinações do Ministério do Trabalho em prol dos trabalhadores. Para eles, há excessivo rigor nas exigências a serem cumpridas pelos proprietários em relação às condições dos alojamentos e das refeições vendidas pela fazenda. Se em suas próprias casas os trabalhadores não possuem conforto e uma alimentação balanceada, para aqueles sindicalistas não faz sentido exigir dos empregadores a obrigação de proporcionar tais regalias aos seus empregados.

1.5.2. Os alojamentos¹⁸

Nesta mesma tarde, quando chegamos à Esmeralda, perguntei à Giovana se ela conseguiria autorização de alguns produtores para que eu conhecesse os alojamentos de suas fazendas. Fomos até o sindicato e ela ligou para os gerentes das fazendas de Lorenzo Esmarini e de Carlos Heitor, dois cafeicultores conhecidos. Apenas o primeiro consentiu que eu visitasse sua propriedade.

No início da noite, a advogada me levou à fazenda de Esmarini, situada a dois quilômetros do centro da cidade. Fomos recebidas pelo dono e sua esposa. Impressionou-me a simplicidade da casa e do casal, que não demonstra qualquer sinal de riqueza, apesar de possuírem inúmeras propriedades. Eles são naturais do Paraná e beiram os 70 anos. Têm duas filhas e cinco netos. Seus genros administram outras fazendas suas em Esmeralda, enquanto as filhas e netos permanecem no Paraná, onde a família Esmarini também possui fazendas de café.

A propriedade visitada tem 184 mil pés de café e dois empregados fixos, Fabiano e Welington, ambos paranaenses e contratados há seis meses. Cada um tem uma casa dentro da propriedade. O primeiro tem 30 anos, é casado, tem uma filha e mora há 12 anos em Esmeralda. No Paraná, Fabiano trabalhava colhendo café. Até 2007, ele era *safrista* e segurança de uma empresa em Esmeralda.

Welington tem 17 anos, é solteiro e vive sozinho. Nunca trabalhou apanhando café. Ele e Fabiano são parentes distantes: a prima de um é casada com o primo de outro.

¹⁸ Menezes (2002), que teve a possibilidade de freqüentar os alojamentos das usinas de cana nas quais desenvolveu sua pesquisa, apresenta uma valiosa descrição sobre a constituição das redes sociais nos alojamentos de trabalhadores.

Após uma breve apresentação, Lorenzo Esmarini pediu a Fabiano que me acompanhasse até os alojamentos. Giovana preferiu ficar na casa do fazendeiro. Ela disse que os trabalhadores não deveriam nos ver juntas, pois se me identificassem com o sindicato, isso prejudicaria meu contato com eles.

Até o dia em que estive na fazenda, 30 safristas haviam sido contratados para a *panha* de café, mas apenas 13 estavam alojados. O restante morava da cidade e se deslocava todos os dias até a fazenda para trabalhar.

Os alojamentos da propriedade de Lorenzo Esmarini são várias casas minúsculas, relativamente distantes uma da outra. Pude entrar em apenas um. Os cômodos eram bem pequeninos. No primeiro, havia um beliche, uma pia e um fogão. Este “quarto” era separado dos outros por uma pequena área externa. Do outro lado, mais dois cômodos. Em um deles havia um beliche com uma das camas sem colchão. No último, havia mais três beliches e uma televisão trazida pelos próprios trabalhadores. As camas ficavam muito próximas uma das outras, de forma que não havia espaço para caminhar entre elas. Havia também um banheiro com chuveiro elétrico.

Neste alojamento, viviam sete pessoas da mesma família, procedente de São João da Ponte Firme, no norte de Minas Gerais. Eram seis homens, cuja idade variava entre 20 e 60 anos, e uma mulher bem jovem. Apesar de terem sido simpáticos e educados comigo, estavam muito reticentes e desconfiados. Contudo, permitiram que eu gravasse nossa conversa.

Joaquim tem 60 anos e há 14 anos trabalha nos cafezais de Esmeralda, para onde mudou-se há 12 anos. Ele mora com sua esposa em uma casa no Monte Azul. Joaquim possui um terreno em sua cidade natal, onde vive alguns de seus onze filhos que cuidam de sua pequena plantação de milho, feijão, mandioca, banana e de sua horta. Sua esposa já aposentou-se, e ele pretende voltar para o norte de Minas para aposentar-se também. Joaquim teve sua carteira de trabalho assinada somente quando passou a trabalhar nos cafezais de Esmeralda. Esse senhor trabalha há três anos na fazenda da família Esmarini, tendo *falhado* (deixado de trabalhar) apenas por um ano. Há um *gato* que vai a sua cidade buscar *turmas* para a colheita do café. Segundo Joaquim, muitas pessoas saem de sua região porque lá “é devagar pra serviço”.

Marina, sua sobrinha, a única mulher deste alojamento, tem 20 anos. Há dois anos ela colhe café e considera este trabalho “muito pesado”. No norte de Minas, ela não trabalhava.

Quando conversamos, Marina estava há um mês morando em Esmeralda. Antes do início da safra, ela estava trabalhando como faxineira em uma padaria.

Cláudio, o seu noivo, também estava alojado. Ele tem 19 anos e trabalha há quatro anos no café. Em sua casa em São Pedro da Ponte Firme, sua família planta milho e feijão. Cláudio contou que muitas outras pessoas saem de sua cidade para ir a Esmeralda colher café, pois no norte de Minas “não tem serviço”. Com o dinheiro que ganham nos cafezais, seus conterrâneos costumam construir casas, comprar motos e alguma cabeça de gado.

Como desde o princípio Fabiano se mostrara comunicativo, demonstrando confiança em mim, pedi a ele e aos trabalhadores alojados permissão para fotografar o alojamento por dentro, e eles consentiram.

Quando eu me despedia dessa família, Joaquim perguntou-me o que eu faria com aquelas entrevistas, temendo que minhas gravações prejudicassem sua aposentadoria. Não entendi muito bem como ele entendeu que eu poderia comprometê-lo, mas achei melhor não insistir, pois ele havia ficado um pouco nervoso. Apenas garanti a ele que não o prejudicaria de forma alguma.

Enquanto eu entrevistava esta família, Lorenzo Esmarini apareceu no alojamento, onde permaneceu alguns minutos ouvindo nossas conversas. Por fim, ele me perguntou se eu havia terminado. Eu disse a ele que ficaria um pouco mais e logo retornaria à casa da fazenda.

Pedi a Fabiano para conhecer pelo menos mais um alojamento. Ele levou-me a uma pequena casa onde estavam alojados dois homens do Paraná e um do Rio Grande do Norte. Eles nos receberam ao lado de fora, não me deixaram gravar entrevistas e mesmo quando guardei o gravador, não quiseram responder às minhas perguntas.

Após esse episódio, meu acompanhante levou-me até a casa de Welington, onde ficamos conversando na varanda. Fabiano discorreu sobre como trabalhar no café é rentável e afirmou que, como *safrista*, ganhava 80 reais por dia. Em sua opinião, muitos trabalhadores se queixam de não conseguir ganhar dinheiro na colheita de café porque não possuem experiência em cafezais, como no caso dos maranhenses. Apesar disso, arriscam sair de lugares muito distantes para trabalhar em Esmeralda. Como precisam pagar pelo transporte, pelo EPI e pela alimentação, ficam em uma situação muito difícil, pois não colhem o suficiente para voltar para casa ou mandar dinheiro para a família.

Neste momento, o fazendeiro apareceu novamente. Voltei com ele para sua casa, onde eu e Giovana tomamos um café. Lorenzo me perguntou o que eu havia achado dos

trabalhadores, e começamos a conversar um pouco sobre isso. Eu fiz algumas observações sem importância e comentei o fato de eles virem de vários lugares. A esposa do fazendeiro logo entrevistou e falou que, embora tenham boa vontade, existem muitas dificuldades em cumprir a legislação referente aos direitos dos empregados. Ela pediu que a advogada os avisasse, caso soubesse de algum problema com o Ministério do Trabalho envolvendo os Esmarini. Giovana consentiu, e pediu que não se preocupassem, pois o sindicato preza pelo diálogo com os *patrões*.

Quando comecei a pensar como a dissertação seria organizada, a idéia inicial era que neste primeiro capítulo eu apenas contextualizasse a região estudada, fazendo uma descrição das características físicas do cerrado; localizasse geograficamente o Alto Paranaíba e revisasse a bibliografia que trata da sua história de ocupação, e, sobretudo da ocupação recente, que se deu em especial pelos programas de colonização dirigida do Estado.

Contudo, ainda que o material mais denso seja proveniente da minha observação no abrigo dos trabalhadores e no bairro Monte Azul, que se tornaram o *locus* da pesquisa empírica, optei por ampliar esta seção incluindo os relatos das minhas experiências, mesmo que breves, nas fazendas e no núcleo trabalhista. Não somente tais relatos contêm elementos que contribuem para o trabalho, ajudando a entender o cenário em relação ao qual esta análise se desenvolve, como também indicam caminhos do que será apresentado nos próximos capítulos, e que constitui o foco da dissertação.

As trajetórias de Ana Maria, César, Josias, Mara, dos rapazes da Fazenda Santo Antonio e da família alojada na Fazenda Esmarini são bastante representativas da forma como esses trabalhadores vivem, de suas percepções em relação a sua condição e de suas práticas em busca de trabalho e de uma vida melhor. A diversificação das atividades nas quais trabalham, a mecanização que os assombra e que os leva a pensar que não terão mais emprego em um futuro próximo, as contradições em relação ao seu entendimento das leis trabalhistas – ora preferem a carteira assinada, ora a percebem como um malefício, e não como um direito –, a construção da reputação de bom trabalhador, o esforço permanente de cada um para desviar de si o estigma de “de fora”, bêbado ou vagabundo, o medo da violência, seja na cidade, seja no trabalho na lavoura, compõem os dilemas, medos e estratégias da vida diária dos grupos de trabalhadores por mim estudados.

Os episódios dos *acordos* nas fazendas, da conciliação de Mara e da minha visita ao alojamento da fazenda de Lorenzo Esmarini também sugerem indícios da relação tensa entre os trabalhadores e sindicalistas, funcionários do núcleo trabalhista e de gerentes ou gatos. Esses profissionais são percebidos como representantes quase sempre do outro lado – o dos patrões.

CAPÍTULO II

REPUTAÇÃO, VIOLÊNCIA E ESTIGMA: O BAIRRO MONTE AZUL E SEUS MORADORES

O café é o grão de ouro. Muitos pensam que vem pra cá e o dinheiro está pendurado no pé... Não. É à custa de muito trabalho, de muito sacrifício que a gente consegue as coisas. (Marília)

Não tenho vergonha de contar a minha vida pra ninguém, não tenho vergonha de dizer que sou pobre, que sou trabalhadora de roça. Teria vergonha se roubasse e matasse. Sou faxineira, não tenho vergonha de dizer que sou nada no mundo. (Márcia)

2.1. O Bairro

Tráfico de entorpecentes. Jovens drogando-se nas ruas. Furtos às casas. Vandalismos. Brigas entre vizinhos ou cônjuges que terminam em facadas. Assassinatos. Este foi o sombrio quadro pintado do bairro Monte Azul por todos com quem conversei em Esmeralda.

Esse bairro começou a ser formado há 19 anos com uma distribuição de lotes feita pela prefeitura e é considerado o mais problemático do município. Ele localiza-se em uma região afastada, do outro lado de uma estrada que corta a cidade. Tem aproximadamente 15 mil habitantes, entre os quais sua quase totalidade veio de outros municípios de Minas Gerais ou de outros estados para trabalhar na safra do café¹⁹. A diversidade de sotaques denota a diversidade de regiões de origem desses trabalhadores. Todavia, essa diversidade é indiferente aos habitantes de Esmeralda. Nas palavras de Moraes (1996), a massa heterogênea é tratada homogeneamente pelos moradores locais.

Em seguida, apresento uma tabela (Tabela 1) com a síntese das trajetórias e experiências de trabalho dos moradores de Monte Azul com os quais tive um contato maior:

¹⁹ Moraes (1996) também fala sobre como bairros de trabalhadores foram formados na região canavieira do interior de São Paulo com o auxílio das prefeituras locais.

Tabela 1

Nome	Idade	Estado civil/Trajatória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/cidade onde trabalhou
1.Dora	42 anos	Casada	MG/Abadia dos Dourados	Colheita de café, faxineira de escola	Unaí (MG)
2.Davi	48 anos	Casado	GO/Formosa	Colheita de café, pecuária (tirando leite)	Buriti de Minas (MG), Brasilinha (GO), Cristalina (GO), Cabeceira de Goiás (GO) e Brasilândia (MS), Unaí (MG)
3.Leopoldo	50 anos	Casado	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, viveiro de mudas de café, pecuária	São Paulo, Mato Grosso
4.Marília	Entre 45 e 50 anos	Casada	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, faxineira de escola, dona de uma pequena loja de roupas	Foi direto para Esmeralda
5.Gaspar	Entre 35 e 40 anos	Casado	MA	Pesca, vendedor ambulante, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)
6.Márcia	Entre 35 e 40 anos	Casada	BA	Pesca, faxineira de empresa, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)
7.Verônica	38 anos	Casada	PE/Recife	Operária de empresa têxtil, colheita de café, toma conta de crianças	Foi direto para Esmeralda
8.Dina	32 anos	Separada	MG/Novo Horizonte	Colheita de café, empregada	Araxá (MG), Itapevi (SP)

				doméstica	
9.Eliane	37 anos	Casada	MG/Romaria	Colheita de café, diária, toma conta de crianças e idosos	Foi direto para Esmeralda
10.Lucimara	30 anos	Recasada (2º casamento)	PR/Goerê	Colheita de café, diária	Foi direto para Esmeralda
11.Adriana	Em torno dos 60 anos	Casada	MG/São Pedro da Ponte Firme	Colheita de café, diária, hortaliças, colheita de cebola	Santo Antonio (MG)
12.Helena	38 anos	Viúva	MG/São Pedro do Suaçuai	Colheita de café, empregada doméstica	Foi direto para Esmeralda
13.Omar	49 anos	Casado	MG/Esmeralda	Colheita de café, diárias	Nunca saiu de Esmeralda
14.Roberto Carlos	46 anos	Casado	MG/Janaúba	Colheita de café, diária, vendedor ambulante, construção civil	Goiás
15.Janice	37 anos	Casada	MG/Jaíba	Colheita de café, diária, empregada doméstica	Não mencionou

O bairro, cuja topografia é ondulada, é descrito pelos seus moradores em termos de uma distinção entre a *parte de baixo* e a *parte de cima*. A primeira é considerada mais violenta, sendo onde se situariam os locais de vendas de drogas, as chamadas bocas de fumo, supostamente existentes no bairro. As moradias dessa região também seriam mais pobres em relação às da segunda.

No entanto, ao longo dos dois meses de trabalho de campo, durante as minhas idas ao Monte Azul não houve indícios de qualquer tipo de violência ou atos criminosos como os que me foram narrados, muito embora eu não o tenha freqüentado à noite, período considerado mais crítico. Segundo Dina, uma das entrevistadas que havia morado no interior de São Paulo, até mesmo nesse estado se tem notícias da violência no Monte Azul. Essas informações correm através dos trabalhadores que circulam por essas regiões em busca de trabalho.

Mas de fato, as residências situadas mais acima, no princípio do bairro são maiores e indicam condições financeiras melhores. Estas casas têm muros altos e cercas elétricas, e muitas têm carros e/ou motos na garagem.

O ônibus que faz o trajeto até o bairro leva aproximadamente 25 minutos da cidade até o mesmo. O último ponto é no final da Avenida da Bandeira, uma das principais do Monte Azul, onde fica o colégio municipal mencionado no capítulo anterior. Nesta rua e na sua paralela, a região pela qual mais circulei, era onde moravam minhas principais informantes, como Dora e Verônica. Este era um local quase que somente residencial.

Na avenida da escola concentravam-se os poucos estabelecimentos comerciais desta área: duas farmácias, pequenas lojas de roupas, um mercado, uma quitanda. Durante a semana, o movimento era basicamente de crianças e seus acompanhantes levando-as e buscando-as na escola. Fora dos horários de início e término dos turnos escolares, as ruas ficavam bastante vazias. Aos finais de semana, as ruas ficavam muito movimentadas. Havia muitos homens nos bares fazendo churrasco, jogando sinuca e bebendo, as crianças brincavam nas ruas e andavam de bicicleta, e vizinhos conversavam sentados nas calçadas.

Na época da safra, o bairro estava ainda mais cheio e movimentado aos sábados e domingos. Eram perceptíveis os sotaques nordestinos pelas ruas. De madrugada, entre três e cinco da manhã as ruas do Monte Azul são lotadas pelos ônibus que transportam os trabalhadores. Quanto mais distante a fazenda, mais cedo é preciso sair. Os trabalhadores precisam chegar na hora marcada nos pontos nos quais param os ônibus que os levam para as lavouras, sob a coordenação dos gatos.

Muitos dos que vão em busca de trabalho, acabam morando na cidade, em casas alugadas ou de parentes. Mas o objetivo sempre é conseguir a casa própria, mesmo que ela seja vendida no futuro.

Aqueles que vêm em grupos costumam dividir o aluguel no Monte Azul até empregarem-se em alguma fazenda com alojamento, uma situação desejada. Para baratear o custo das despesas com aluguel, água, luz e gás, permitindo guardar algum dinheiro para enviar à família ou viajar para outros lugares, grupos de 10 ou 15 trabalhadores costumam amontoar-se em casas de apenas um ou dois pequenos cômodos.

A sociabilidade no bairro é restringida em função da violência real, ou do temor em relação a esta. Embora não impeça o estabelecimento de uma rede de amizade como a dos *irmãos* evangélicos, por exemplo, o medo da violência no bairro talvez implique na constituição de redes mais fechadas de parentesco e de igreja, sem espaços para uma sociabilidade mais aberta.

O casal Leopoldo e Marília vai todos os anos ao evento do aniversário de Esmeralda. Ele prefere ir aos rodeios, enquanto ela prefere os shows musicais. Eles se revezam para ir às festas, pois segundo Leopoldo, é preciso ter sempre alguém em casa, para coibir assaltos. Ele me contou um episódio no qual, ao perceber a casa vazia, um menino de 14 anos (ele soube depois quem havia feito aquilo) pulou o muro de sua casa - que na época não tinha cerca elétrica - quebrou uma das janelas e roubou alguns eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. Leopoldo foi à polícia e fez um boletim de ocorrência. Ele disse que se flagrasse alguém roubando sua casa, “metia uma bala, colocava o corpo no porta-malas do carro e jogava no rio para virar comida de peixe”.

As histórias sobre violência estavam sempre presentes nos discursos dos moradores do bairro. Quem não sabia de algum fato concreto para contar, simplesmente especulava, como na afirmação de Dina: “Aqui cortam a orelha dos outros para fazer picadinho”.

Em outro episódio contado por Leopoldo, o ônibus no qual sua esposa voltava de uma viagem à Goiânia foi interceptado por ladrões. Levaram seu cordão de ouro e sua aliança de casada. Os assaltantes puseram todos os passageiros deitados no chão com as mãos na cabeça e atiraram no teto do ônibus. Pedacos do teto resvalaram no ombro de Marília, deixando-a ferida.

De acordo com Paulo, um jovem de 16 anos, os rapazes e moças do bairro gostam muito de ir às boites, pizzarias e festas de Esmeralda. No entanto, em sua opinião não pode haver danceterias em Monte Azul. Se houvesse, para ele, aconteceriam brigas que resultariam em mortes e pessoas feridas. As festas no bairro são restritas às residências; não há eventos ou comemorações nas ruas. Os jovens reúnem-se nas casas dos amigos, levam bebidas e pratos doces ou salgados e ouvem músicas. Aqueles que, como Paulo, apreciam jogar futebol, podem fazê-lo no Centro Poliesportivo Monte Azul, localizado ao lado da escola municipal. Nesse local aberto a todos, pode-se praticar esportes gratuitamente.

Dora, mãe de Paulo, foi o meu primeiro e um dos principais contatos no bairro. Eu a conheci no colégio municipal, onde ela trabalha. Através dela, me inseri no Monte Azul. Ela apresentou-me aos *irmãos* de sua igreja evangélica, a um de seus irmãos que trabalha como gato e a alguns de seus companheiros de trabalho no colégio. Verônica, uma das *irmãs* de igreja de Dora, também foi ajudou-me muito em minha inserção no bairro, apresentando-me às suas vizinhas. Quando lhe expliquei que estava fazendo um estudo sobre os trabalhadores do café, Verônica demonstrou grande entusiasmo pelo meu trabalho e sugeriu algumas estratégias de pesquisa. Ela insistiu que se eu quisesse entender de fato como vivem e trabalham os bóias frias, eu deveria acompanhá-los em uma de suas idas às fazendas, pegando

o ônibus com eles durante a madrugada. Verônica também recomendou-me que providenciasse uma máquina fotográfica ou uma filmadora para fazer registro dessa experiência.

Não tive dificuldades de aproximar-me deste grupo de trabalhadores²⁰. Dora apresentava-me aos outros como uma “filha adotiva” (expressão dela). Ela e Verônica também sempre manifestavam o desejo de levar-me para conhecer o pastor que havia fundado sua igreja e para participar de um culto, o que acabou acontecendo no aniversário de outro pastor, o Moisés. Os fiéis lhe haviam preparado uma grande festa surpresa. Houve um culto e um almoço na creche municipal do bairro em homenagem a ele. Evangélicos de uma filial dessa igreja de uma cidade vizinha compareceram em massa a esse evento.

No entanto, a minha boa aceitação não significava plena confiança. As opiniões em relação aos gatos, às condições de trabalho nas fazendas e às condições de vida dos bóias-frias, assim como as referências à atuação do sindicato, quando haviam, eram contidas, de forma inversa ao que acontecia no abrigo, como ficará claro no capítulo seguinte. As menções às situações nas quais vivem e trabalham pelos moradores do bairro eram quase sempre no sentido de enfatizar o seu esforço e a sua luta pela sobrevivência, sem atribuir, contudo, a razão de sua pobreza à exploração a qual são submetidos pelos patrões e pelos empreiteiros ou à falta de um apoio significativo do sindicato.

E se a questão não era o medo de comprometerem-se a ponto de não contarem-me o que de fato pensavam sobre seus patrões, os intermediários ou sobre o sindicato? É possível que esses trabalhadores tivessem realmente uma percepção diferenciada de sua vivência em relação aqueles os quais passavam pelo abrigo. Os perfis são bastante distintos. Em Monte Azul, a maioria dos meus entrevistados era do sexo feminino – conversei com dez mulheres e cinco homens – ao passo em que no abrigo conheci exclusivamente homens, muitos dos quais haviam perdido o contato com suas famílias e alguns não tinham sequer um endereço fixo. No bairro, ainda que pobres, havendo diferentes níveis de renda, todos com os quais conversei moravam em casa própria com seus cônjuges e/ou filhos.

Outra distinção importante diz respeito à relação com os gatos. Enquanto no abrigo, os trabalhadores desferiam críticas ácidas aos empreiteiros, identificando-os como uma figura central nas causas de sua miséria, muitos dos moradores do bairro tinham entre seus parentes ou vizinhos pessoas que trabalhavam como gatos. Essa proximidade certamente atenua

²⁰ Apenas Dina mostrou-se mais relutante em conversar comigo. Ela somente decidiu conceder-me uma entrevista gravada após grande insistência de seu filho. Quando começamos a entrevista, muito timidamente ela comentou que com o gravador “era ruim de conversar”. Depois que desliguei-o, ela contou-me mais sobre sua vida.

situações de conflito ou opressão entre trabalhadores e empreiteiros. Daí a resistência de alguns gatos em contratar trabalhadores “de fora”, os quais não conhecem.

Todos os trabalhadores que entrevistei em Monte Azul trabalham com gatos, mas apenas a família de Lucimara foi levada de sua região até Esmeralda por este profissional. Em uma de nossas conversas, Verônica estava cuidando de seu afilhado, pois sua vizinha, Lucinda, a mãe do menino, havia ido trabalhar na colheita do milho, catando os grãos deixados pelas máquinas. Dessa forma, ela também seguraria uma vaga quando começasse a colheita do café. Esta moça havia trabalhado por dois anos como gata. Verônica falou sobre a experiência de sua comadre como empreiteira:

Tem que ter muita paciência para mexer com povo. Tem que ter muita experiência. Ela (Lucinda) fala: “O que adianta eu ter essa paciência, essa experiência e aquela pessoa que trabalha para mim não tem?” Então tem que saber mexer com povo. Têm muitos que são ignorantes... Então tem que ter paciência e acima de tudo, tem a sua segurança. Porque vem muita gente de vários lugares, entende? É arriscado. Porque você agrada a um e não agrada a outro. Então você não conhece quem é aquela pessoa, a história dela, de ela ter vindo de um estado tão grande, Bahia, Pernambuco para uma cidadezinha dessas. Você não sabe. Então muita gente tem medo. São muitos casos, às vezes acontece. Um tempo desses, um senhor estava na roça e por causa de uma brincadeira que teve na roça, até essa família foi embora, morava aqui, na quarta rua daqui pra lá, foram até embora. Estava uma brincadeira, ele ignorou a brincadeira do rapaz, e sem esperar, quando foi de tarde ele já estava na Santa Casa. O rapaz tinha dado uma facada nas costas dele. E quase que ele perdeu a vida. Quer dizer, então você não conhece. Então é difícil, não é fácil mexer com esse tipo de gente.

O trabalhador ferido era do norte de Minas Gerais. Após esse episódio, ele vendeu a casa que havia construído em Monte Azul e foi embora de Esmeralda com sua família.

Talvez seja possível afirmar que como os moradores de Monte Azul possuem uma maior proximidade com os gatos, sua percepção em relação a eles seja diferente: esses trabalhadores enxergam o outro lado, consideram as dificuldades da profissão de empreiteiro,

como a suposta violência a qual estão sujeitos por *mexerem com gente que não conhecem*. Sobre Lucinda, Verônica ainda contou que muitos trabalhadores desafiavam a sua autoridade, dizendo que ela não mandava em ninguém, provocando-a.

Cada trabalhador tem um gato com quem prefere trabalhar. As fazendas grandes costumam contratar mais de um empreiteiro. As *turmas* de cada um não se confundem: cada um tem o seu ônibus e os seus contratados, cuja quantidade é solicitada pelos produtores ou pelos administradores de suas propriedades, como descreveu Adriana:

Tem essas pessoas que compram esses ônibus, esses coletivos... Aqui chama gato. Aí eles juntam as turmas deles, levam nas fazendas, as pessoas ficham ali por conta da fazenda. Aí eles levam as pessoas todo dia para trabalhar. Vamos supor, se eu vou trabalhar, eu tenho aquela pessoa, sabe? Que vai no ônibus, pega as pessoas para levar, vai aquela turma. Se tem outro gato, as pessoas vão é com eles. Mas se leva tudo pra um lugar só, quando chega ali, está todo mundo reunido, mas cada um tem sua turma. Que nem eu trabalho sempre é com a Mariana, um gato que tem ali em cima.

Além do contato estabelecido com os moradores do bairro através de Dora, muitos funcionários do sindicato dos trabalhadores rurais de Esmeralda também tinham alguns conhecidos no bairro. Assim foi que Arnaldo, o funcionário já mencionado, a pedido da presidente do sindicato, me acompanhou ao Monte Azul em uma oportunidade para que eu fizesse algumas entrevistas. Ele pediu a um morador do local a quem conhece há muito tempo que nos acompanhasse pelo bairro e apresentasse-me a algumas pessoas. Deste modo conheci Gaspar e Márcia, que moravam em outra região do bairro, e não tinham relações com o grupo da igreja de Dora e Verônica.

Dora e Davi moram em uma minúscula casa nos fundos do terreno de Dina, outra *irmã* de igreja. Este terreno fica na rua divisória entre a “parte de cima” e a “parte de baixo” do bairro. Verônica mora duas paralelas acima. Ao lado de sua casa, mora Lucinda, sua *comadre*. Lucimara mora em frente à Lucinda, e Adriana e Eliane são suas duas vizinhas. Dois quarteirões acima dessa mesma rua moram Leopoldo e Marília. Roberto Carlos, Janice, Helena e Omar, os quais conheci na festa do pastor Moisés, moram em outras áreas do Monte Azul, assim como Gaspar e Márcia.

Quando Dora ou Verônica não podiam caminhar pelo bairro comigo ou não tinham tempo de apresentar-me às pessoas, elas pediam aos seus filhos ou crianças próximas que me acompanhassem nessa tarefa. Em uma das vezes em que fui ao Monte Azul à procura de Dora e ela havia viajado em uma excursão com sua igreja evangélica para o interior de São Paulo, foi Mateus, filho de Dina, quem andou comigo pelo bairro. Em outra oportunidade em que eu havia ido procurá-la conforme havíamos combinado, seu marido, que estava sentado na calçada em frente a sua casa, tão logo avistou-me, levantou-se e foi chamar o filho Paulo, seguindo as recomendações da esposa. Foi este rapaz quem me acompanhou pelo bairro neste dia a pedido de sua mãe, que estava ocupada com um trabalho da igreja. Da mesma maneira, após o término dos festejos de aniversário do pastor Moisés, Verônica pediu a Beatriz, sua filha, para me acompanhar até a casa de Lucinda, para que eu pudesse entrevistá-la.

Conheci Verônica na minha primeira ida ao bairro, enquanto eu e Dora caminhávamos. Quando a encontramos, esta moça conversava com Lucinda, e elas comentavam sobre Mateus, filho de Dina. Verônica cuida de Mateus e de outras crianças enquanto suas mães trabalham. A pedido de Dina, Verônica havia ido conversar com a professora do menino, pois ele estava com muitas dificuldades na escola.

Mateus tem nove anos e possui dislexia. Durante as manhãs ele frequenta a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – uma entidade sem fins lucrativos e filantrópica destinada a auxiliar na educação de pessoas com algum tipo de deficiência. Segundo Verônica, isto seria “para dar mais uma instrução pra ele”. À tarde, ele vai à escola. O mau desempenho de Mateus é atribuído por Verônica à escassez de tempo para fazer os deveres de casa, já que ele passa os dias assistindo aulas, e à falta de controle da mãe sobre o menino. Ela disse que Dina precisava “botar autoridade” no filho, pois ele não a respeitava. Nesse dia, Mateus havia ido a sua casa para que ela lhe pusesse para fazer os deveres da escola, pois Dina não conseguia obrigá-lo a cumprir suas tarefas.

Em outra oportunidade, quando retornei à residência de Verônica, ela discorreu novamente sobre as mães que não conseguem ter domínio sobre os filhos, como Dina e Lucinda. Verônica, por ter uma boa relação com as crianças pelo seu convívio diário, é muitas vezes solicitada para ajudar a resolver problemas entre pais e filhos. Ela narrou um episódio no qual foi chamada por sua comadre para ajudar a controlar o filho de dois anos, que é muito levado. Para Verônica, quem tem que “dar conta” dos filhos são as mães. Ela contou sobre como controla seu filho de 14 anos, exigindo-lhe que a mantenha informada sobre suas companhias, horários e lugares aonde vai. E se ele não chega até 21 horas, ela liga para o seu celular para saber onde ele está.

Esses comentários sobre ser uma *boa mãe* exemplificam que, um problema que a princípio diz respeito apenas a Dina, Lucinda e seus filhos, torna-se público, sendo objeto de debate entre vizinhos. Da mesma maneira, o alcoolismo escapa ao domínio privado. Dora e Verônica passam por constrangimentos constantes por terem maridos alcoólatras. Quando eu quis entrevistar Davi, o marido de Dora, Mateus, filho de Dina, disse que era melhor que eu não o entrevistasse, pois Davi era um “bêbado”.

Por outro lado, a solidariedade entre o grupo se destaca. Verônica sempre falava da importância de os vizinhos e irmãos de igreja poderem partilhar os problemas para que todos pudessem se ajudar mutuamente:

Então a gente faz por onde ficar em um lugar assim, para que a gente possa ajudar outras pessoas. Cada um com seus problemas. Às vezes você chega na minha casa, conversa, eu vou saber do seu problema quando você conversar ele, começar a contar ele. Pra gente poder ter ajudar.

Quando eu estava no trabalho de campo, Davi teve um derrame e entrou em coma. Ele passou um tempo na UTI. Quando recebeu alta e foi para casa, estava em um estado vegetativo, exigindo uma série de cuidados especiais, além de consumir uma grande quantidade de remédios, fraldas e precisar de uma alimentação especial à base de muitas frutas, complexos vitamínicos e leite em pó. Como Dora precisava trabalhar mais do nunca, já que somente ela estava sustentando a casa, os evangélicos de sua igreja passaram a arrecadar alimentos e fraldas para serem doados e a se revezar para cuidar de Davi enquanto Dora trabalhava.

Curiosamente, todas as vezes em que fui encontrar esta senhora, ela sempre me recebeu na casa de Dina, talvez por vergonha da simplicidade de sua própria casa. A entrevista expõe o pesquisador à condição social de seus informantes, que pode revelar gestos de vergonha e humilhação, quando mais pobres (Menezes, 2002). Apenas no final da pesquisa, quando a procurei para despedir-me, Dora levou-me para conhecer sua casa e visitar seu marido, possivelmente por ter se sentido mais à vontade, após um período de certa convivência.

2.2. Trajetórias Familiares e Experiências de Trabalho

Dos quinze entrevistados com os quais conversei no bairro, nove são mineiros de outras cidades, um nasceu em um pequeno povoado na área rural de Esmeralda e cinco vieram de outros estados. Dora é de Abadia dos Dourados, um município próximo a Esmeralda. Leopoldo e Marília são de Lagoa Grande, onde conheceram-se e casaram-se. Eliane nasceu em Romaria e Adriana em São Pedro da Ponte Firme. Estas três últimas cidades ficam no noroeste de Minas. Dina, Helena, Roberto Carlos e Janice são do norte de Minas Gerais, respectivamente das cidades Novo Horizonte, São Pedro do Suaçuí, Janaúba e Jaíba. Omar é o único natural de Esmeralda, tendo nascido em um pequeno distrito local. Davi nasceu em Formosa, Goiás. Verônica, Gaspar e Márcia são nordestinos: a primeira é de Recife, o segundo é do Maranhão e a última é baiana. Lucimara é a única vinda da região sul, da cidade de Goerê, no Paraná.

Os motivos que levam à decisão de deixar a cidade natal são invariavelmente a procura por trabalho, uma busca por onde está *melhor de serviço*, isto é, qual local oferece melhores oportunidades de emprego para o *trabalhador rural, braçal, bóia-fria*, conforme suas próprias definições. Há também uma percepção apurada por parte desses trabalhadores de como sua pouca ou nenhuma escolaridade reduz de forma considerável suas possibilidades de conseguir um trabalho digno, que lhes permita ter uma casa própria – com uma boa mobília e aparelhos domésticos, não apenas os há muito difundidos, como máquina de lavar e televisão, mas também aqueles relativamente recentes, como DVD, computador e telefone celular, além de permitir-lhes alimentar-se bem, vestir-se bem, e proporcionar acesso à saúde para a família e educação para os filhos.

No grupo estudado, embora alguns tenham vivido durante um curto período em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, na opinião da maioria, estas capitais oferecem oportunidades apenas para pessoas com um bom nível de escolaridade, sendo mais fácil encontrar trabalho nas áreas rurais dos municípios interioranos voltados para algum tipo de monocultura em larga escala. Segundo Adriana, em Santo Antonio (Minas Gerais), cidade onde viveu durante muitos anos, era difícil encontrar trabalho:

Quer dizer, tinha assim pra gente formada... Na lavoura não, é pra gente *assim* (como ela) trabalhar. Então nas colheitas é bom. Tem lugar que se pega que dá alguma coisa, tem lugar que não dá. Tem uns que paga mais, tem uns que paga menos.

Então a lavoura é muito boa. Tem a colheita, a diária. Tem colheita de cebola também. Colheita de feijão. E no lugar que a gente estava não tem essas coisas. Eles investem tudo no pasto pra criar gado. Não tem nada de lavoura. Se planta alguma coisinha, é só pro gasto de casa.

Ela atribui à baixa escolaridade do marido suas dificuldades em conseguir trabalho desde que foi despedido da fábrica de cerâmica em que trabalhava.

Mesmo em Esmeralda, na opinião de Adriana, assim como na dos trabalhadores em geral, as oportunidades para quem *não tem estudo* se restringem à lavoura, ao trabalho como empregada doméstica para as mulheres e em um grande frigorífico da cidade, para ambos os sexos.

Em virtude desta percepção, é latente a preocupação com a escolaridade por parte daqueles cujos filhos ainda estão em idade escolar. Se por um lado, muitos reclamam da lei que proíbe os jovens de até 16 anos de trabalhar, já que aprender o valor do trabalho desde cedo é fundamental para moldar o caráter, por outro, muitos desses trabalhadores estão convencidos de que se seus filhos tiverem ao menos o ensino médio completo, poderão pleitear melhores empregos e terão melhores condições de vida. Deste modo, Adriana crê que se tivesse podido “dar estudo” para os seus filhos, eles não seriam trabalhadores rurais. Da mesma forma, Márcia acredita que “só o que se pode dar aos filhos é estudo”.

Ainda que a exigência e a expectativa é que os filhos completem o ensino médio, em algumas famílias há a aspiração de que os mesmos façam um curso superior, normalmente no centro universitário particular de Esmeralda, como é o caso de Paulo, filho de Dora e Davi, e da filha de Marília e Leopoldo, que está fazendo faculdade de matemática para tornar-se professora.

As notícias sobre onde está *bom de serviço* correm através de familiares, amigos ou conhecidos cuja trajetória é semelhante: também percorrem o país em busca de melhores condições de vida. Há uma circularidade de informações sobre cidades boas para morar e trabalhar, bons ou maus padrões e fazendas recomendáveis ou desejáveis de se evitar. No caso de Esmeralda, a monocultura cafeeira foi e permanece sendo o atrativo para esses trabalhadores.

É mais comum que os homens solteiros viajem pelo país, passando por diversas cidades em busca de trabalho; a migração temporária é essencialmente masculina (Menezes, 2002). Depois de casados, os deslocamentos diminuem. As mulheres costumam mudar-se

apenas na companhia dos maridos ou dos pais, nunca solteiras. Essa diferença pode estar relacionada às dificuldades ainda maiores enfrentadas pelas mulheres em uma vida de deslocamentos constantes, como o risco de sofrerem algum tipo de violência sexual ao participar de um universo masculino e por se considerar que elas têm menor resistência à fome e a habitar lugares insalubres, intempéries comuns no cotidiano desses trabalhadores. Pela mesma razão, é menos freqüente que casais com filhos mudem tanto de cidade.

Os dados apresentados no trabalho de Menezes (2002) indicam que a migração é fundamental na reprodução de famílias camponesas, sendo uma experiência transmitida ao longo de gerações, desde as etapas iniciais da socialização das crianças. No caso dos moradores de Monte Azul, pode-se afirmar que a migração dos filhos não é desejada; mais do que isso: supõe-se que ela não será necessária, posto que os pais aspiram a um futuro melhor para os seus filhos, exigindo-lhes ao menos o ensino médio completo. A necessidade da migração é entendida como uma consequência da baixa qualificação e da pouca escolaridade. Entre os meus interlocutores, boa parte mora há bastante tempo em Esmeralda. Eliane é a moradora mais antiga; mudou-se há 30 anos com os pais e os irmãos, quando ainda era criança. O pai quis ir a Esmeralda para trabalhar no café.

O segundo morador mais antigo que entrevistei foi Omar. Ele mudou-se há 26 anos para a zona urbana da cidade.

Lucimara, Helena e o casal Roberto Carlos e Janice moram há 20 anos em Esmeralda. Quando Lucimara tinha doze anos, seu pai decidiu mudar-se para este município por causa das geadas que acabaram com as plantações no Paraná. Seus pais haviam se separado quando ela tinha sete anos. Ela e seus quatro irmãos foram com o pai. A princípio, eles iriam apenas para a colheita, mas resolveram ficar. No caso de Helena, foi seu marido quem quis ir para Esmeralda colher café.

Roberto Carlos e Janice mudaram-se para Esmeralda na mesma época, e nesse município conheceram-se e casaram-se. Ele foi para colher café; ela foi para tomar conta de seus sobrinhos enquanto sua irmã trabalhava.

Quando Dora era criança, sua família mudou-se para Unai. Nesta cidade, ela conheceu e casou-se com Davi alguns anos depois. Antes de conhecê-la, ele havia morado em Buriti de Minas, Brasilinha, Cristalina, Cabeceira de Goiás e Brasilândia. Seu avô tinha um sítio perto de Formosa, onde Davi morava com seus pais. Sua mãe abandonou a ele e aos outros filhos quando ele era apenas um bebê, para fugir com outro homem, um “cabra safado” (nas palavras de Davi). Anos mais tarde, seu pai adoeceu e morreu. Ele e os três irmãos foram criados pelos avós. Depois de adultos, cada um saiu sozinho para viajar pelo país. Como seus

irmãos queriam vender o sítio de seu avô, este colocou-o em seu nome para impedir a venda. No entanto, Davi nunca mais retornou a sua cidade para receber sua herança.

Em Unaí, ele era caseiro de uma fazenda, na qual trabalhava principalmente com gado, tirando leite. O dono foi à falência, vendeu a fazenda, e Davi e Dora decidiram mudar-se para Esmeralda, em busca de trabalho na colheita de café.

Esta mudança ocorreu há 19 anos. Foi nesta mesma época que Verônica e seu marido saíram de Recife. Este casal de pernambucanos trabalhava em uma empresa têxtil, transferida para Esmeralda. Após um tempo, a fábrica faliu, mas como eles gostaram da cidade, resolveram ficar.

Também completou 19 anos que Dina chegou a Esmeralda pela primeira vez. De Novo Horizonte, ela havia ido a Araxá para ajudar nas tarefas domésticas da casa de uma irmã cujo marido havia ido trabalhar nesse município. Depois, todos mudaram-se para Esmeralda. Mas há quatro anos e meio, Dina decidiu mudar-se novamente, desta vez para Itapevi, em São Paulo, onde moram quatro dos seus irmãos. Eles trabalham como mecânicos e também foram em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Ela ficou em São Paulo um ano e três meses trabalhando como doméstica. O alto custo de vida a fez optar pelo retorno à Esmeralda.

Leopoldo e Marília estão há 16 anos em Esmeralda. Segundo Marília, eles foram “no intuito do café”, em virtude da fama do trabalho farto proporcionado pelos cafezais. Antes de casar, Leopoldo morou em outros lugares, como Mato Grosso e São Paulo.

Adriana e o casal Gaspar e Márcia estão há menos tempo na cidade. Adriana, quando criança, vivia em um pequeno sítio em São Pedro da Ponte Firme, onde sua família mantinha algumas lavouras e criava alguns animais. A sua história, como outras que me foram narradas, é bastante trágica. Seu pai foi morto quando ela e seus irmãos eram pequenos. Quando eram adolescentes, sua mãe desenvolveu alguns distúrbios mentais. Nesta época, Adriana conheceu o futuro marido. Casou-se e foi morar em Santo Antonio, outro município mineiro, onde morou durante 25 anos.

Após alguns anos, seu marido, que é alcoólatra, tentou suicidar-se, e atirou na própria perna. Como na cidade em que moravam não havia recursos para tratá-lo e ele corria o risco de ter a perna amputada, eles foram buscar auxílio em Patos de Minas.

Algum tempo depois desse episódio, Adriana decidiu retornar à São Pedro da Ponte Firme, onde, ao buscar informações sobre sua família, a qual nunca mais reviu, descobriu que sua mãe havia morrido e seus irmãos haviam migrado para a região do café à procura de trabalho. Adriana soube que uma de suas irmãs estava morando em Esmeralda.

Esta senhora foi algumas vezes a Esmeralda para visitar a irmã, até que decidiu ficar por alguns meses, a princípio. Sua irmã aconselhou-a a ficar, argumentando que na cidade havia muitas oportunidades de trabalho proporcionadas pelas lavouras de café. Adriana, seu marido e seus filhos, que casaram-se em Esmeralda, não quiseram mais deixar o lugar, pois em Santo Antonio tinham dificuldades para conseguir emprego. Isto aconteceu há quatro anos.

Márcia e Gaspar estão há pouco menos tempo em Esmeralda; mudaram-se há três anos. A mudança foi motivada pela opinião de seus familiares, que já moravam na cidade, de que em Esmeralda estava *melhor de serviço*. Eles venderam tudo o que tinham em Manga – porcos, cabra, galinhas e vinte hectares de terra – e com o dinheiro, foram morar na região do Alto Paranaíba. No norte de Minas, o casal tinha dificuldades para conseguir emprego. O clima seco também impunha dificuldades à manutenção de sua pequena lavoura para subsistência e à alimentação dos animais. Eles foram para Esmeralda em busca de uma *melhora*: queriam poder proporcionar aos filhos acesso à escola e uma boa saúde, além de roupas e calçados. O casal considera que sua vida é melhor agora do que quando viviam em Manga, pois possuem mais dinheiro para atender às necessidades dos filhos, mas a situação em que vivem ainda é bastante difícil.

Márcia e Gaspar, como boa parte dos meus interlocutores, estão “acostumados a andar” e tiveram “vida de cigano”, como disse-me essa trabalhadora. O pai de Gaspar é do Rio Grande do Norte e viajou pelo Pará e pelo Ceará, onde casou-se. Posteriormente, ele viajou pelo Maranhão, onde Gaspar nasceu. Esse trabalhador morou em Pernambuco até os dez anos, e depois mudou-se para São Paulo, onde morou até os 23 anos. Por fim, mudou-se para Manga, onde conheceu Márcia, que havia saído da Bahia. Esse casal foi morar em São Paulo por um período até que decidiu retornar ao norte de Minas.

Essa trajetória de inúmeros deslocamentos é bastante representativa do tipo de vida desses trabalhadores. Outras falas completam o sentido das de Márcia, acima citadas. “Lutamos para toda banda”, disse-me Leopoldo; “Andei para todo lado”, contou-me Davi; “A gente não vai a vida inteira em um local só”, revelou-me Adriana. Muitas vezes, após inúmeras conversas, é que eu descobria os diversos lugares pelos quais esses trabalhadores haviam passado. De início, essas informações eram ocultadas, ou por não serem consideradas relevantes ou pela indisposição de narrar os detalhes de toda uma existência.

E justamente por “nunca ficar parados em um só lugar”, é que não costumam sentir saudades do lugar de origem ou da cidade natal, como explicou-me Márcia. A outra razão para esses trabalhadores não cogitarem, a princípio, retornar aos locais de onde vieram ou

nasceram inscreve-se no cálculo de que em Esmeralda vivem em melhores condições. Verônica não sente vontade de voltar a viver em Recife, ao contrário de seu marido, pois ela acha que os filhos não se adaptariam à capital pernambucana. Ela teme a violência e a perda de controle sobre os filhos, já que acredita que em uma grande cidade a possibilidade de envolvimento com drogas é maior. Ela pensa apenas em voltar a passeio e para visitar a família, mas isto nunca aconteceu.

No caso de Davi, ele não teve vontade de voltar a Formosa nem para rever familiares e nem para reivindicar o sítio que lhe foi deixado por seu avô, em virtude das más lembranças do que viveu na cidade, como o abandono de sua mãe e a morte prematura de seu pai. A sua herança, ele deseja que “apodreça” e não pretende retornar jamais a esse município goiano.

Apesar de todas as dificuldades, Lucimara crê que a vida em Esmeralda é melhor do que em Goerê, porque “tem mais condições. O serviço lá é raro, é só lavoura branca”. Há alguns anos, ela havia voltado para o Paraná, para rever a família e os amigos. Acabou casando-se com o primeiro marido e teve um filho. Quando este tinha um ano e dois meses, ela desquitou-se e voltou ao Alto Paranaíba. Desde então, não voltou e não pensa em voltar a sua cidade natal.

Helena, que veio do norte de Minas, é a única que volta a sua região todos os anos para visitar a mãe, sempre na época das festas de Natal e Réveillon. Embora alguns manifestem o desejo de retornar aos locais de origem para rever a família, as dificuldades financeiras impedem que o façam, pois não há dinheiro para pagar a viagem, em geral para lugares distantes e para os quais a passagem de ônibus é cara. Por esse motivo, Roberto Carlos e Janice nunca voltaram a Janaúba nem a Jaíba.

Adriana, entre todos os entrevistados, é a única que afirmou não gostar de Esmeralda. Um de seus filhos, inclusive, queria voltar para Santo Antonio, logo quando se mudaram. Em sua opinião, as relações de amizade e vizinhança são bastante distintas do que estava acostumada:

Lá é convivido, as pessoas conversam, aqui não, aqui praticamente é uma cadeia. É dentro de casa. Um vizinho não vai na casa do outro, ninguém vai ali no vizinho, então a gente convive com a família dentro de casa. Então a gente que já é acostumado a viver com as pessoas, conversar com as pessoas... É difícil.

O que a prende em Esmeralda são as oportunidades de trabalho.

Enquanto alguns desses trabalhadores moraram em fazendas antes de ir para Monte Azul, a maioria reside neste bairro desde a mudança para o município. Apenas Verônica viveu durante cinco anos de aluguel em outro bairro da cidade, o Via Férrea. Quando ela e o marido souberam da distribuição de terrenos feita pela prefeitura no Monte Azul, fizeram a inscrição para pleitear um lote. Começaram a construir a casa através de um financiamento e mudaram-se há doze anos, na ocasião em que seu filho mais velho tinha dois anos.

Lucimara, o casal Leopoldo e Marília e Helena moraram dentro das fazendas onde trabalharam. Quando chegaram a Esmeralda, Lucimara, o pai e os irmãos trabalharam em uma das propriedades de Carlos Heitor, um grande cafeicultor já mencionado. O alojamento no qual residiam era uma casa e cada família morava em um cômodo. Apesar de terem levado o fogão do Paraná (foi a única coisa que levaram, além das roupas), não tinham dinheiro para comprar alimentos, de modo que comiam as refeições vendidas pela fazenda, que eram descontadas de seus salários no final do mês. Aos poucos, guardaram o dinheiro para comprar mantimentos e começaram a fazer sua própria comida. Depois de três meses, demitiram-se para trabalhar para um cafeicultor japonês. Nesta outra fazenda, as condições de vida eram melhores. Cada família vivia em uma casa. Anos depois, quando Lucimara retornou de sua estada no Paraná, seu pai já morava em Monte Azul, e ela foi morar com ele. Posteriormente, ele conseguiu outro terreno com a prefeitura para construir a casa onde a paranaense mora ainda hoje.

A história de Leopoldo e Marília assemelha-se à de Lucimara. Logo que mudaram-se para Esmeralda, foram viver dentro de uma fazenda onde trabalhavam com pecuária. Demitiram-se por terem conseguido emprego na fazenda de um cafeicultor japonês. O casal ficou por dois anos nesta fazenda. Graças à boa relação com o patrão, que lhes permitia manter uma roça para subsistência e criar alguns animais, como galinhas e porcos, Leopoldo e Marília conseguiram poupar dinheiro e compraram a casa na qual residem, para não precisar mais viver de aluguel. Com o seguro desemprego que receberam após pedirem demissão desta segunda fazenda, compraram o material para reformar a casa.

Helena morou poucos meses dentro da Fazenda Ouro Verde, mencionada por outras pessoas como uma das primeiras fazendas de café de Esmeralda. Sua casa, como a das outras famílias que moravam e trabalhavam na fazenda, ficava “dentro da lavoura”, pois a plantação de café estendia-se até sua porta. Quando foi para o Monte Azul, morou um ano de aluguel. Depois que conseguiu o primeiro terreno, Helena mudou-se sucessivas vezes, pois o marido

passou a construir e revender as casas prontas, até que ele faleceu. Desde então, há quase cinco anos, ela reside na mesma casa.

A maioria do grupo entrevistado adquiriu o terreno onde mora e construiu ou mandou construir a casa. Entre aqueles que sempre moraram no Monte Azul, Dora diz sentir saudades de quando o bairro começou a ser formado, quando quase todos viviam em barraca de lona, pois poucas casas haviam sido construídas. Esta época, na qual ainda não havia água encanada, eletricidade e ruas pavimentadas no bairro, foi lembrada por muitos, mesmo os que não a vivenciaram. Dora é a única que fala desse tempo com saudades; de resto, as memórias a ele referidas destacam a violência que cercava o bairro, considerada ainda maior que a atual, e as dificuldades de uma vida sem conforto.

Dina já morava no bairro nesse período, mas não chegou a viver em barraca de lona. Ela está há 15 anos no Monte Azul. O pai de seus filhos lhe cedeu o terreno ganho no loteamento feito pela prefeitura. Conforme contou-me, os lotes eram revendidos a um preço muito baixo, algo em torno de 300 reais. Eletrodomésticos como aparelhos de som eram trocados por terrenos. Essa desvalorização era causada pela fama de bairro violento. A casa na qual Adriana reside é de sua irmã, que também é sua vizinha. Segundo aquela trabalhadora, na época em que vivia de aluguel, conseguia pagá-lo apenas durante a colheita do café.

Omar, Eliane, Roberto Carlos e Janice também compraram o terreno e construíram a casa onde moram. Gaspar e Márcia compraram a casa pronta, e nos fundos do seu terreno, mora a irmã de Gaspar.

Este último casal, como a maioria dos trabalhadores que conheci em Monte Azul mantém a proximidade com a família extensa. O contato com irmãos, muitas vezes é maior do que o com os pais, como é verificado em outros estudos sobre trabalhadores (Fonseca, 2000). A irmã de Márcia foi a primeira a mudar-se para Esmeralda, há oito anos. Posteriormente, mudaram-se também outros irmãos e cunhados. “Vieram quatro ou cinco famílias parentes”, contou. Apesar de a irmã de Gaspar morar em outra casa no mesmo terreno, Márcia considera que elas moram juntas. Estas cunhadas que tratam-se “como irmãs” (nas palavras de minha entrevistada), têm acompanhado-se nos deslocamentos entre as cidades. “A vida minha é parecida com a dela, pois onde eu estou ela também está”, disse Márcia. Boa parte da família de Gaspar vive na capital paulista e muitos familiares de sua esposa, como sua mãe, permanecem no norte de Minas Gerais.

Este casal que está junto há 15 anos tem entre 35 e 40 anos e possui quatro filhas com idades entre três e doze anos. Duas dessas crianças nasceram em Manga; as outras duas são

naturais de São Paulo. A filha mais velha voltou para o norte de Minas para morar com a avó materna.

Todos os irmãos de Lucimara moram em Esmeralda, assim como o seu pai, desde que vieram do Paraná. Essa moça de 30 anos está no segundo casamento. Teve um filho com primeiro marido, um paranaense. Com o atual companheiro, um mineiro de Esmeralda, teve três filhos. Seus dois filhos mais velhos morreram. Os dois mais novos têm dez e sete anos. Bem como os de Márcia, quase todos os irmãos de Dora foram viver em Esmeralda. Esta senhora possui nove irmãos, entre eles, o gato Róbson, que também mora em Monte Azul e sobre o qual falarei no Capítulo IV. Somente duas irmãs moram em outros municípios; uma permanece em Unaí, a outra reside em Uberlândia. Os pais de Dora também moram em Esmeralda.

De maneira contrária, Davi, seu marido, não tem notícias de nenhum de seus familiares há 26 anos. Um dos seus irmãos morava em Brazilinha e dois em Formosa, da última vez que os viu. Um deles era policial, e Davi detesta policiais.

Dora, de 42 anos e Davi, de 48 anos, têm quatro filhos, uma moça de 24 anos e três rapazes de 21, 16 e 12 anos. Os dois filhos mais velhos atualmente moram no Recreio, no Rio de Janeiro. Uma vez por ano, Dora visita os filhos e a neta, fruto do primeiro casamento de sua filha, que na capital carioca casou-se novamente. Davi nunca visitou os filhos que moram no Rio, mas diz que eles estão bem de vida. Os dois filhos mais novos moram com os pais.

O casal Dora e Davi, e Adriana cuja idade beira os 60 anos, são os únicos que possuem netos. Esta última senhora tem três netos, três filhos e duas filhas, todos adultos. Os seus filhos homens vivem com ela e seu marido.

Os pais e irmãos de Eliane também vivem em Esmeralda. Somente uma de suas irmãs mora em Brasília. Eliane tem 37 anos e mora com o marido e com a filha de 14 anos. Os cunhados e a sogra de Helena moram todos em Esmeralda, assim como os irmãos e pais de Janice e de Roberto Carlos. Apenas um irmão de Janice mora em Campinas, onde arrumou um bom emprego e deixou de colher café. Mas os três irmãos, as duas irmãs e a mãe de Helena permanecem no norte de Minas. Esta trabalhadora tem 38 anos e mora com os três filhos e um irmão, que veio visitá-la por uns meses. Seu filho mais velho tem 19 anos, a do meio tem 17 anos e a filha caçula tem 14 anos.

Janice tem 37 anos e Roberto Carlos tem 46. Eles vivem com seus quatro filhos de 15, 13, 10 e 8 anos.

Cinco dos irmãos de Omar moram em Esmeralda; apenas um mora em São Paulo. Seu pai também ainda vive neste município mineiro. Este trabalhador de 49 anos vive com sua

mulher, com quem está casado há oito anos e é o único entre os meus entrevistados em Monte Azul que não possui filhos.

Os pais de Leopoldo e Marília, bem como seus irmãos permanecem em Lagoa Grande. Apenas um irmão de Leopoldo mora em Esmeralda. Seus pais não queriam que eles se mudassem da cidade onde nasceram, para não se distanciarem da família. Leopoldo tem 50 anos, Marília está beirando esta idade. O filho de 21 anos e a filha de 22 moram com eles.

Dina e Verônica não têm familiares em Esmeralda. A primeira tem irmãos em Uberlândia, em Novo Horizonte, no norte de Minas, e em Itapevi, em São Paulo. Dina, de 32 anos, tem dois filhos, um menino de nove anos, o Mateus, e uma menina de quatorze anos, que mora com o pai em Uberlândia. Ela vive apenas com seu filho. Esta pequena família é muito próxima da de Dora. Mateus chama os pais de Dora de avós, e alguns de seus irmãos de tios.

Verônica, que tem 38 anos, e o marido, foram os únicos da família que deixaram Recife. De resto, todos residem em Pernambuco. Seus dois filhos nasceram em Esmeralda. A menina tem sete anos e o mais velho quatorze.

No grupo estudado, muitos são evangélicos. Antes de freqüentar a Igreja da Missão do Brasil, Verônica, Dina e Dora eram da Igreja Jesus Cristo é a Verdade. A mudança se deu por elas se identificarem mais com o pastor do novo templo evangélico instalado há três meses no bairro Monte Azul. Adriana, Eliane, Lucimara, Márcia, Gaspar e Davi não são adeptos de nenhuma religião, mas se dizem cristãos. Apenas Leopoldo e Marília são católicos praticantes.

Os filhos de Dina, Eliane, Lucimara, Verônica, Helena, Roberto Carlos e Janice, Davi e Dora, e Galego e Márcia, com idades até 15 anos, estudam na escola municipal do bairro. Este colégio, que oferece desde creche para crianças a partir de seis meses, até a nona série do ensino fundamental, possui uma excelente estrutura: ginásio para práticas esportivas, fornece duas refeições bastante balanceadas ao dia, cede cadernos, livros e outros materiais para seus alunos. Os jovens que passam ao ensino médio têm que completar seus estudos em uma escola estadual no centro de Esmeralda.

Paulo, o filho de 16 anos de Dora que está no primeiro ano desta última etapa do ciclo básico, é uma exceção. Por ser um excelente aluno, ele conseguiu uma bolsa integral em uma escola particular no centro da cidade e em um curso de inglês. Este rapaz planeja cursar faculdade de engenharia elétrica e abrir uma *lan house* depois de formado. Ele não sonha em ganhar muito dinheiro; quer apenas “sobreviver”.

O filho mais velho de Dora e Davi trabalha em uma empresa de limpeza, e a filha, que atualmente trabalha como empregada doméstica, era *gata de lavoura* em Esmeralda. A filha de Marília e Leopoldo, de forma semelhante ao filho de Dora e Davi, também é considerada uma jovem bastante estudiosa. Na escola municipal de Monte Azul, esta moça foi bastante influenciada por uma professora de matemática, o que a levou à decisão de fazer esse curso no centro universitário de Esmeralda. Como seus pais não podiam pagar um cursinho preparatório para o vestibular, ela fez um curso técnico de contabilidade, que lhe ajudou a fazer os exames para ingressar na universidade. Na ocasião em que conversei com Marília, sua filha estava no primeiro período da faculdade. “A gente investe nela porque ela sempre gostou de estudar”, completou a ex-trabalhadora rural. A jovem trabalha em uma papelaria para pagar a faculdade. De acordo com o que me contou sua mãe:

Ela nunca foi em lavoura, nem passear. Ela sempre dizia pra mim: “Mamãe, se Deus quiser, eu nunca vou pra lavoura ser comida de inseto, comer adubo, comer poeira igual a você, meu papai, e meu irmão faz”. Desde pequeninha, ela falava: “Mamãe eu vou estudar e quando crescer, eu quero ser professora”.

Como sublinhado por Stolcke (1986), a educação é um privilégio indiscutível que, além de melhorar as oportunidades de emprego, também reduz o sentimento de exclusão. O filho de Marília e Leopoldo há dois anos é funcionário da prefeitura de Esmeralda. Ele trabalhou dos 16 aos 19 anos na colheita de café. Na opinião de sua mãe, “Ele é muito bom para colher café, parece uma máquina”. Este ano ele iria tirar férias no período da safra para trabalhar na colheita, prática bastante comum na cidade. Além da tentativa de fazer coincidir as férias com o período da safra de café, muitos preferem deixar o emprego para trabalhar na colheita, como as domésticas, ou colhem café nos fins de semana.

A filha mais velha de Helena começou a trabalhar como doméstica assim que completou 17 anos. Uma das filhas de Adriana também exerce esta mesma profissão e um de seus filhos trabalha em uma quitanda. Os outros, assim como o filho de Helena, trabalham em diferentes lavouras, e na safra e entressafra do café.

A trajetória de trabalho desses moradores do bairro Monte Azul também é bastante semelhante. A maioria cresceu nas áreas rurais dos municípios onde nasceu, em sítios da família ou em fazendas onde os pais trabalhavam. Como a proibição do trabalho infantil e a

fiscalização rigorosa para coibi-la são recentes, quase todos esses trabalhadores trabalharam desde crianças ajudando o pai na lavoura. Embora alguns tenham experiência na pecuária, boa parte trabalha com agricultura. Quase todos trabalham ou trabalharam nas colheitas de cebola, feijão e milho, ainda que a produção deste último cultivo esteja bastante mecanizada. São freqüentes as queixas de que só há resto de colhedeiros nos milharais. O trabalho nestas lavouras se dá nos intervalos da safra do café, considerada mais lucrativa do que as outras. A maioria dos irmãos e cunhados desses trabalhadores possuem o mesmo ofício que eles; trabalham em lavouras, especialmente nas de café. Alguns, como Dora, tem familiares que trabalham como empreiteiros.

A maioria dos meus interlocutores trabalha em fazendas diversas, em especial na entressafra do café. Neste período, as atividades das quais se ocupam, como os trabalhos na *diária* e nas colheitas de outros gêneros como cebola e feijão, duram menos tempo, obrigando-os a diversificar o tipo de ocupação, aumentando sua circulação entre as fazendas. No entanto, durante a colheita de café, é mais comum que os trabalhadores passem três ou quatro meses trabalhando na mesma fazenda, sobretudo nas de grande porte.

Entre esses trabalhadores, os homens não possuem empregos urbanos em Esmeralda, apenas as mulheres, que costumam trabalhar como domésticas.

Leopoldo trabalhou dos nove até os quatorze anos na roça ajudando o pai, em seu pequeno sítio. Quando adolescente, foi trabalhar em uma fazenda para ganhar seu próprio dinheiro, pois queria comprar um calçado, uma “roupa melhor”. Como tinha dez irmãos, seu pai não podia proporcionar-lhes esses pequenos “luxos”. Leopoldo trabalhou até os 45 anos de carteira assinada, como *empregado*. Ser *empregado*, neste sentido, significa ser um trabalhador fixo, ter um vínculo empregatício permanente.

Há cinco anos, Leopoldo trabalha como *bóia fria* e não quer mais ser empregado. Embora não tenha mencionado, acredito que ele tenha se aposentado e por esta razão não trabalha mais de carteira assinada. Todos os anos ele trabalha na colheita de café. Na época em que o entrevistei, estava esperando o café ficar mais maduro para facilitar a colheita e conseguir ganhar um pouco a mais. “Nessa época o café está muito duro, tem que ralar muito para ganhar mais”. Na entressafra, Leopoldo estava trabalhando em um viveiro de mudas de café.

Marília é funcionária do colégio municipal de Monte Azul há dez anos. Ela trabalha das sete horas da manhã até meio-dia e meia. Esta trabalhadora faz um intervalo para o almoço, retorna às quinze horas e fica até às dezoito e trinta na escola. Marília deixou de colher café para ir trabalhar na escola, mas inicialmente, ela continuou colhendo em suas

férias, nos feriados e finais de semana. Apenas há quatro anos deixou o trabalho nas lavouras, que considera “muito cansativo, mas muito bom”. Como durante a semana Marília convive com a agitação do cotidiano do colégio, a colheita do café tornou-se uma “terapia” para ela em virtude do silêncio do trabalho na lavoura, onde trabalhou durante sete anos. Além do trabalho na escola, Marília também revende roupas as quais compra em Goiânia, por preços módicos. Ela montou um pequeno comércio na sala de sua casa, onde atende em seus horários de folga na escola e à noite, após seu expediente, até vinte e duas, vinte e três horas. Ela e o marido compraram o terreno vizinho e estavam construindo uma loja para que ela possa vender suas roupas em um local mais amplo e apropriado, seu maior sonho. A entrevista de Marília foi interrompida muitas vezes, pois apareceram muitos clientes de sua loja.

O emprego no colégio municipal foi conseguido através do contato com um vereador para o qual Marília colhia café, sobrinho da diretora. Esta trabalhadora tinha muita vontade de trabalhar na escola, pela comodidade de ser bem próxima a sua casa. Para conseguir o emprego, Marília passou a procurar constantemente o vereador, insistindo e lembrando-o para que ele conversasse com sua tia para dar-lhe uma oportunidade. A trabalhadora contou que o “venceu pelo cansaço”. Certo dia, o político falou-lhe: “Você tem força de vontade, quer trabalhar, eu vou te arrumar esse emprego”.

Dora, assim como Marília, trabalhou durante algum tempo em lavouras de café, mas há 15 anos trabalha na escola municipal de Monte Azul (desde a sua fundação). Ela conseguiu este emprego através de um conhecido que é funcionário da prefeitura.

Davi, à semelhança de Leopoldo, também sempre foi trabalhador rural, tendo nascido e crescido na *roça*. Durante um bom tempo, trabalhou apenas com pecuária, e depois passou a colher café.

Dina trabalhou em lavouras durante pouco tempo. Há 16 anos ela trabalha como doméstica na mesma casa. Ela prefere ser doméstica a *bóia-fria*, cujo ofício considera mais desgastante.

Helena fez o caminho inverso ao de Dina. Ela nunca foi acostumada ao trabalho agrícola, apesar de ter nascido na área rural. Desde os 11 anos, Helena trabalhou como doméstica para suas tias. Enquanto seu marido estava vivo, ele nunca a deixou trabalhar na roça. Ela achava o cafezal muito bonito, tinha vontade de colher o café. Quando enviuvou há quatro anos, Helena passou a trabalhar nas colheitas, tendo *falhado* apenas um ano, e largou o emprego de doméstica. Finda a colheita, Helena não trabalha. Ela recebe uma pensão de um salário mínimo pelo marido, que trabalhava também como pedreiro, embora preferisse colher café. Na ocasião em que conversamos, ela estava trabalhando em uma pequena fazenda, cuja

colheita duraria apenas uma semana, e onde estava ganhando apenas sete reais por dia, sem *registro*. Esta trabalhadora aguardava para começar em uma fazenda em Pescadores, um povoado próximo, e na qual trabalhou no ano anterior. Esta colheita duraria três meses e Helena teria a carteira de trabalho assinada.

Além de trabalhar em lavouras, Eliane toma conta de pessoas idosas e crianças, e também faz faxinas. Ela prefere o trabalho agrícola, ao contrário de Dina, pois considera-o mais lucrativo e menos cansativo.

Janice, assim como Helena, trabalha há pouco tempo em *colheitas e diárias*. Há cinco anos ela começou a colher café, pois também sempre trabalhou como doméstica.

Roberto Carlos é trabalhador rural há 20 anos. Em Goiás, ele era vendedor ambulante e também trabalhou na construção civil.

Em Santo Antonio, Adriana trabalhava na horta comunitária da prefeitura. Quando a entrevistei, ela esperava a colheita começar. Enquanto isso, estava trabalhando na diária.

Lucimara sempre trabalhou com o pai na *roça*, desde criança. Seu marido também é trabalhador rural. Ele trabalha como tratorista, pulveriza e passa veneno nos cafezais.

Omar também trabalhou com o pai desde pequeno na roça. Ele trabalha há 15 anos na mesma fazenda. A esposa de Omar, como boa parte das trabalhadoras, também é doméstica.

Quando moravam em Manga, Márcia e Gaspar eram pescadores. Em São Paulo, Gaspar vendia cigarros nas ruas e Márcia era faxineira de uma empresa. Apesar de ter sua carteira assinada durante um ano e seis meses, ela não recebeu a remuneração pelas férias, 13º e seguro desemprego após demitir-se. Seu filho havia adoecido em função de problemas no pulmão, mas seu patrão não aceitou o atestado médico que lhe dava direito a seis dias de licença, e não permitiu que ela ficasse em casa para cuidar do filho. Nessa época, Gaspar também estava doente e somente Márcia trabalhava. Em Esmeralda, Márcia nunca quis trabalhar como faxineira, porque acredita que ganha mais trabalhando em lavouras.

Apenas Verônica nasceu em uma capital, e não vem de uma família de trabalhadores rurais. Ela e o marido trabalharam durante dez anos em fábricas têxteis. Mesmo com a falência da empresa da qual eram funcionários, Verônica e o marido decidiram continuar em Esmeralda, e ele começou a trabalhar como *apontador* de café em uma fazenda. Posteriormente, conseguiu um emprego em uma exportadora de café. Segundo Verônica, atualmente o marido “faz de tudo” nessa empresa. Ele varre barracão, dirige carros e caminhões, e trabalha na classificação do café. Depois de um tempo, seu marido também passou a trabalhar nas colheitas, para aumentar o rendimento familiar.

Após ficar desempregada com o fechamento da fábrica onde trabalhava, Verônica perdeu um bebê de dez meses. Para ela não entrar em depressão, o médico recomendou que ocupasse o seu tempo. Verônica decidiu, então, trabalhar nas colheitas de café²¹. Esta pernambucana ficou por cinco meses colhendo café. Ela disse que não teve dificuldades de aprender a colher, pois seu marido já era um bom apanhador de café e ensinou-a. Como ela teve muita “ansiedade” para aprender, foi fácil. Hoje, Verônica toma conta de crianças para que as outras mães possam trabalhar.

Este casal nunca havia trabalhado em lavouras.

2.3. Reputação, “Luta” e Trabalho

Uma grande preocupação desses trabalhadores é ficar sem trabalho. Um componente importante da constituição desse universo é, portanto, ter qualificações, ser um bom trabalhador. Isso inclui a prática acumulada com o trabalho na lavoura, ter habilidade para apanhar café (apenas a experiência não basta), dominar uma variedade de técnicas e saberes necessárias a uma série de outras atividades agrícolas, como operar máquinas, tratores e pulverizadores.

Verônica destaca a facilidade e a inteligência de seu marido por ter aprendido rapidamente a colher café, apesar de nunca ter vivido na roça:

Quando ele começou na cooperativa, ele começou como apontador, apontava café. Ficava todo ano naquilo ali. E na cooperativa, eles falavam: “Vai apanhar (café), moço. Você tem uma cabeça boa, você é esperto, vai apanhar.” E ele ficava com medo. “Vai que eu largo esse serviço de apontador, pra ganhar o tanto que eu recebo, vou apanhar café, não dou conta, e no final do mês?” Porque no serviço ele podia voltar para o mesmo. O problema é o tempo que ele ia perder... Ele levou uma semana para aprender a apanhar café. Um rapaz foi ensinando a ele, e a cada dia ele só foi aprendendo a apanhar melhor. Então hoje ele fala: “Não largo meu serviço hoje... O que eu tenho... Carteira assinada, meus direitos, tudo. Mas se

²¹ Pode-se reparar que tanto Verônica como Marília atribuíram o trabalho nas colheitas de café a um momento terapêutico: a primeira, para ocupar-se e esquecer-se da tristeza pela morte do filho; a segunda, após o emprego na escola passou a considerá-lo uma fuga da agitação do cotidiano da cidade.

for pra eu ir apanhar café, eu vou”. Ele se acostumou com aquilo ali.

Verônica também disse que o marido *tem estudo*: ele fez um curso de relações humanas, cozinheiro industrial e garçom cinco estrelas.

Sobre sua experiência de trabalho, Leopoldo falou:

Eu não fico sem serviço, vou pra um lado, vou pra outro. Todo mundo com quem eu trabalho nunca reclama de mim. Estão sempre me chamando para trabalhar. Tem fazendeiro que me chama para trabalhar em fazenda com curral. Porque eu tenho vários cursos para trabalhar em fazenda com curral. Tenho muita experiência com fazenda. Já sofri muito. Já trabalhei muito com os outros.

Lucimara, ao contrário, se considera e é considerada uma má apanhadora de café, diferente de Leopoldo, por exemplo:

Parece uma colhedeira, meus irmãos. Eu mesmo não, eu já sou mais fraca. Mas eu acho que neguei a raça. O meu esposo fala: “Você negou a raça, Lucimara. Você não é bem de apanhar café”. Mas eu dou meu jeito Não sou igual aos meus irmãos. Tem uns que abana o café bem... Os paranaenses, e têm outros que diz “lavar a égua”, no caso deles lá (os não-paranaenses). Lavar a égua é que eles jogam pra cima. E assopra. Então é muito diferente a abanação.

Embora os paranaenses sejam conhecidos como bons colhedores em virtude da sua tradição nas lavouras de café, essa distinção entre paranaenses e não-paranaenses não é mais significativa, pois se julga que os trabalhadores de outras regiões também já aprenderam a colher café.

Construir uma reputação de bom trabalhador é fundamental para manter-se na disputa por uma vaga em uma fazenda, ser sempre chamado pelo empregador e não ficar sem trabalho, situação a qual os trabalhadores temem bastante. Mais do que conseguir trabalho, é importante empregar-se em uma *firma organizada*, um *fazenda boa*. *Fazenda boa* é aquela

que dá *valor ao trabalhador*, como explicou-me Omar, respeitando os direitos dos trabalhadores, assinando sua carteira de trabalho. Adriana fala sobre a fazenda na qual trabalha:

Tem umas fazendas boas. Agora tem a São José... Pra gente trabalhar nela *fichado*. Tem o papel tudo direitinho. Tem outras lavouras que faz o cadastramento da gente, mas não é igual a São José.

Fazenda boa também é aquela onde se paga melhor. O preço da saca é constantemente negociado entre fazendeiros e gatos. Muitos trabalhadores lamentam que seja assim, pois acreditam ser prejudicados por não participar dessa negociação, como Lucimara.

Para pressionar os empreiteiros quando querem um aumento, os trabalhadores sentam no carreador e fazem *greve*“, e só voltam a colher depois do acordo sobre o novo preço pago pela saca. “Tem que ser um preço razoável, senão ninguém colhe”, segundo Eliane.

Gaspar e Márcia elogiaram bastante a Fazenda São Pedro, onde eles trabalham há dois anos. Esta propriedade pertence a um rico fazendeiro gaúcho. Na opinião destes trabalhadores, nesta fazenda há uma enorme preocupação com a segurança e o bem – estar dos seus funcionários. Nos dois primeiros dias de trabalho, há uma série de *palestras* para os safristas, para orientá-los com relação ao uso do equipamento de proteção, às medidas de segurança no trabalho e aos seus direitos trabalhistas. Gaspar e Márcia mostraram-me um livro no qual essas informações estão contidas e disseram repetidas vezes que assistem a vídeos informativos:

Lá tem uma turma contratada para segurança, que vem fazer o treinamento com a gente. Aí vem lá, faz toda a palestra, para mostrar vídeo, é dois dias isso aí. Nós fomos ontem, não foi? Ele disse pra gente: “Esses dois dias vocês estão ganhando, só pra assistir a gente conversar”. É como se usa uma luva, como se usa o EPI, esse negócio tudo. Ainda dá um livro pra gente pra não ficar à toa. E eles fiscalizam tudo. Pra cada ônibus tem um fiscal, você acredita? (...) Quando está trabalhando, como é que rende, como é que trabalha... Tem aquele mais inteligente, tanta coisa... Inteligente que eles diz é a pessoa que não desiste, trabalha, tudo. Eles diz: “Ó, a gente aqui mostra o lado da

empresa, e vamos mostrar também o lado do funcionário. A gente não estamos aqui por acaso”. A gente até brinca: “E aquele companheiro de vocês, que não veio, que o Róbson não trouxe?”. Aí eles diz: “Mas qual?” “Aquele que falta uma mão”. “Ah, mas não pode trazer“. Por isso que eu sou treinado com acidente, pra ficar mais atento. E passam filme também. (Gaspar)

Márcia contou que antes de começar a colher, todos são obrigados a exercitar-se, uma preparação do corpo para enfrentar o puxado trabalho físico. Às terças-feiras, há um profissional de educação física contratado especialmente para isso. Nos outros dias, o próprio *gato* se encarrega de coordenar os exercícios.

Na percepção de Gaspar, esses cuidados com os trabalhadores não são desinteressados, pois acabam revertendo em benefícios para o produtor. Segundo me informou, esse grupo de fazendas cresceu 25% em menos de dois anos. Gaspar e sua mulher nunca viram o dono da Fazenda São Pedro, mas o definem como sendo um homem muito rico por possuir diversas fazendas e plantações de soja, algodão, cana, trigo e feijão, além de café. “Tudo que se planta, ele planta”, acrescentou Márcia. Este casal me aconselhou a procurar os administradores da Fazenda São Pedro, porque se eu fosse lá, iria “fazer a pesquisa completa. Eles adoram ensinar”, completou Gaspar.

Leopoldo e Marília também elogiaram muito um de seus patrões, o cafeicultor japonês já mencionado. Este fazendeiro que o casal de trabalhadores considerava pobre em relação aos outros da região reconhecia o *trabalho* e a *honestidade* deles, e por isso os ajudou muito. Outros fazendeiros mais ricos não deixavam que eles plantassem nada, argumentando que iriam perder tempo de trabalho para cuidar de sua própria lavoura. Eis a opinião de Leopoldo sobre estes:

E fazendeiro é muito bom enquanto você está sadio, fazendo o serviço do jeitinho que ele quer. Adoeceu uns dois, três dias, começa a falar da gente.

Há alguns anos, esse produtor japonês tornou-se dono de uma rede de pousadas em Santos, onde mora atualmente. Segundo Leopoldo, seu ex-patrão insistiu bastante para que ele e sua família fossem trabalhar com ele em São Paulo. Na ocasião, esse trabalhador e sua esposa não quiseram mudar-se, pois seus filhos eram pequenos e eles não queriam distanciar-

se ainda mais de seus familiares que ficaram em Lagoa Grande, além preferirem morar em uma cidade menor e mais tranqüila. Mesmo hoje, Leopoldo e Marília não pensam em aceitar a proposta de ir para São Paulo, pois seus filhos possuem emprego em Esmeralda, e o casal de trabalhadores, já mais velhos, não pensam em trabalhar tanto quanto há anos atrás.

Para ganhar dinheiro na colheita é preciso *fazer o serviço*, trabalhar. Para ganhar mais, é preciso *forçar*, ir até o limite da capacidade física, superar a si próprio e ao seu rendimento médio, pois se ganha o que se produz:

Você só vai ganhar mais se você fizer o seu serviço. Se você fizer, você ganha, se você não fizer, você não ganha. Você vai ganhar pelo que você faz. Se uma saca de café está cinco reais... Mais de quatro sacas de café pra tirar aquela quantia que você está desejando. E através desse tanto, você fica consciente que vai ganhar pra pagar suas contas. (...) Vai acabando uma fazenda aqui, aí o povo passa pra outra... Já procura outro gato que leva pra outra fazenda. (Verônica)

A colheita de café é pesada. Não é fácil, não. Porque a gente tem que ficar insistindo em cima. Se a gente não ficar insistindo em cima... Pra gente ganhar tanto, até os horários pra gente comer a gente tem que tirar fora. E a gente ganha o que a gente produz. (Adriana)

Antigamente as pessoas ganhavam mais dinheiro. Hoje em dia se baseia em uma média. Sabe como é a média... Fez aquela média, você ganha um pouco mais, porque força, né? A média seria quanto... 30, 35 (reais por dia). Mas você pode até ganhar 50 em um dia. Mas tem que trabalhar bem mais. Mas a média... A nossa média (dele e da esposa) aqui é 35. Nós trabalhamos, dois, três dias, vai aquela média. Mas a gente não deixa uma formiga... Então tem que forçar para ganhar mais. (...) Não come direito... Na hora do almoço, tem gente que não almoça para adiantar. Tem uma média. Depois é o esforço da gente. (Gaspar)

Cada um colhe a partir do cálculo de suas necessidades, aspirações e das suas possibilidades de resistência física.

Márcia e Gaspar compraram a casa onde residem com o dinheiro das colheitas de café. Na primeira não ganharam quase nada. A partir da segunda colheita, é que começaram a juntar o dinheiro.

Entre as casas em que estive a de Marília e Leopoldo é a maior e mais bem equipada. A cozinha em particular é bem grande, sendo o maior cômodo. Os móveis, e, especialmente os aparelhos domésticos da cozinha, são bem novos. A casa tem três quartos: um para o casal, um para seu filho e outro para sua filha. A sala foi dividida, e em uma parte dela improvisou-se a loja de Marília. Na área externa da residência tem uma grande mesa de jantar. Marília foi a única entrevistada que fez questão de mostrar-me sua casa. No quarto de seu filho, ela apontou tudo o que ele comprou com o dinheiro do trabalho no café: uma televisão 29 polegadas, um computador de última geração, aparelho com duas caixas de som enormes, DVD, bicicleta, e um videogame Playstation. Ela mostrou-me também fotografias da filha e a obra no lote vizinho, comprado recentemente, onde está construindo sua boutique. Na parte de trás deste outro terreno, onde há uma pequena horta e algumas árvores frutíferas, Leopoldo e Marília pretendem construir uma churrasqueira e uma piscina. Essa família também possui um Chevette.

O exemplo de Leopoldo e Marília demonstra que os ganhos advindos do trabalho não são usados para apenas para a sobrevivência, mas também para adquirir algum tipo de bem durável (Menezes, 2002).

De acordo com este casal, tudo o que eles têm hoje foi construído com o dinheiro ganho com o trabalho no café, e pelo esforço deles:

O café é o grão de ouro. Muitos pensam que vem pra cá e o dinheiro está pendurado no pé... Não. É à custa de muito trabalho, de muito sacrifício que a gente consegue as coisas.
(Marília)

Verônica faz uma afirmação semelhante:

Muita gente tem um móvel bom dentro da sua casa, tem um carro, tem uma moto, por quê? Soube ganhar no café o dinheiro. E aí a pessoa vai construindo, construindo. Muitos abastecem as compras o ano todo (Verônica).

Na época em que trabalhava nos cafezais, Marília acordava às 4 horas da manhã, fazia almoço para os filhos e depois ia com o marido para a lavoura de café. Só nos finais de semana tinha tempo para organizar a casa. “Esta aí o resultado de muito trabalho”, falou. Tanto Marília quanto Leopoldo enfatizaram sempre a maneira como trabalharam exaustivamente para conseguir tudo o que tem. Por serem “lutadores” e “trabalhadores” e através de “muita luta, muita garra, muita vontade de crescer” que tiveram “sucesso” em Esmeralda. Não conseguiram nada em sua cidade porque não tiveram oportunidades, mas nesta cidade “com trabalho e luta”, conseguiram:

E assim, todas as metas que eu tracei na minha vida, eu nunca tracei algo que eu não possa conseguir, e eu sempre consegui, sempre corri atrás daquilo e sempre consegui. Deus me abençoa, claro, porque sem a ajuda dele, hoje eu não teria nada. (...) E outras pessoas não tiveram a mesma felicidade, a mesma sorte que eu tive, mas eu louvo e agradeço a Deus por isso. Sou muito esforçada, sabe, gosto de trabalhar, tenho o intuito de sempre crescer, e Deus está sempre do meu lado. (Marília)

A ênfase na qualidade de trabalhador, honesto e esforçado pode ser interpretada como uma forma de combater o estigma de indolentes, alcoólatras e desestruturados que esses trabalhadores carregam, como se tentassem corrigir o seu defeito, ou ao menos negá-lo (Goffman, 1988). Da mesma maneira, as privações materiais, vencidas pelo trabalho no caso daqueles que possuem melhores condições, e o desgaste físico do trabalho na lavoura, revelam, inúmeras vezes, a crença de que o sofrimento enobrece (Goffman, 1988).

A ajuda divina, bem como a sorte, é um componente fundamental em suas conquistas; sem ela, nada seria possível:

Eu sempre dizia: “Deus há de fazer uma obra na minha vida que um dia eu vou ter o meu próprio negócio”. Eu tinha uma vontade muito grande... Se eu desse conta de apanhar duas sacas de café, eu queria apanhar três. Eu queria colher, três, quatro sacas. Tinha assim, uma ambição muito grande, de chegar no final do mês estar com aquele dinheiro na mão. Eu falei: “Eu quero arrumar o meu próprio negócio”. E sempre

mesmo assim, estava vendendo uma coisinha pra um, uma coisinha pra outro. E por último eu peguei umas roupas de uma mulher pra vender, mas era assim, camisa, umas roupas de criança, bermuda, essas coisas. Falei: “Vou largar de vender coisas pros outros e vou vender pra mim”. Eu sempre falava para o meu marido: “Vamos juntar nós três, eu vou juntar um dinheiro pra comprar roupa”. E fomos trabalhando, juntando dinheiro, e foi só aumentando, aumentando, todo mês eu ia comprar roupa, e está aí o resultado (Marília).

Ainda que o café seja o “grão de ouro”, ele não torna o trabalho na lavoura menos extenuante e *sofrido*, nem deprecia menos a força de seus trabalhadores:

Porque ali vai o sol, vai a chuva. Você chega na roça, por causa do frio, você chega lá o café está molhado. Uns já vão chegando, já entram no meio do café e apanham. Mas é um risco. Você vai ficar molhado o dia inteiro, com a roupa no corpo, pode ficar doente, pegar uma pneumonia. Que aí já vem o veneno que eles batem. Já vem a poeira, o frio. Você fica arriscado a adoecer. Mas muitas pessoas deixam para apanhar o café lá pras oito horas, que aí o sol já saiu, já esquentou, já secou as folhas do café. Mas é muito cansativo pra quem não tem experiência. (Verônica)

Para Davi, “O trabalho na lavoura não vale nada”. Este trabalhador iria começar na colheita na semana seguinte a nossa conversa. Como seria feriado, perguntei se mesmo assim ele teria de trabalhar. Ele respondeu-me que “para o bóia fria, todo dia é o mesmo dia, não tem dia santo nem feriado”. Roberto Carlos partilha da mesma opinião:

O trabalhador rural tem uma vida muito sofrida, o que mais trabalha, menos ganha. O trabalhador é menosprezado. Não temos direito de sobreviver, ganhar uma vida digna.

Da mesma forma, para Eliane:

O trabalho na lavoura quase mata. Isso aqui é sofrido, menina.
Demais da conta..

A fala desses trabalhadores contraria a idéia da recompensa material (e divina) advinda do trabalho e do esforço, expressa por Marília, Leopoldo e outros. Helena, por exemplo, apesar de todo o desgaste físico, gosta de trabalhar como bóia fria:

É assim muito sofrido, cansado, mas eu gosto, sabe, é assim, divertido.

Para Marília, o desgaste compensa:

Cansa muito, mas é bom, é um dinheiro extra que entra. Se uma diária de serviço é 18, 20 reais, na lavoura dá pra tirar 40, 50 reais por dia. O valor de dois dias tira em um, na colheita do café.

Adriana considera o trabalho no café “sofrido” por causa do horário em que levanta todos os dias para trabalhar. “Então você chega dentro de casa é só pra dormir aquele pouquinho. A gente sofre bastante nesse ponto”. Quando trabalham nas lavouras de cebola, ela e sua família levantam às duas horas da manhã para tomar café e preparar a marmitta para o dia de trabalho. Muitas vezes, retornam a casa apenas às vinte horas. Verônica também reclama de ter que levantar-se tão cedo na época em que trabalhou nas colheitas:

Ruim é o horário que você sai de casa, é muito cedo. Quatro horas, cinco horas. Quando é muito perto, você vai mais tarde e chega mais cedo. Quando é muito longe, você sai bem cedo, e chega bem tarde.

Márcia e o marido saem de casa às três e meia da manhã quando trabalham nas lavouras de feijão em Ibiá, um município vizinho. Ela acorda às duas e meia para preparar a marmitta. Eles chegam na roça por volta das seis e meia manhã, e o horário de trabalho se

encerra às onze e meia. Aproximadamente às quinze e trinta, os trabalhadores retornam as suas casas²².

O trabalho na diária, com a enxada, é considerado ainda mais exaustivo do que a colheita, e menos rentável. O trabalho na safra é melhor porque se ganha por produção, pode-se receber um melhor salário, enquanto na diária o salário é fixo.

Adriana também trabalha nas diárias ou “na enxada”, mas não o dia todo, por causa da exaustão física. Helena não trabalha em diária, pois acha “muito sofrido”. “Não dou conta de enxada”. Apenas Janice, entre as mulheres entrevistadas, acha o trabalho na colheita mais “sofrido”:

Muitos adoecem por causa da poeira, do veneno. Na diária o dia é mais livre.

Embora a colheita de café seja “uma oportunidade de ganhar um pouquinho a mais”, como afirmou Lucimara, todos os trabalhadores com os quais conversei crêm que hoje não se ganha tão bem neste trabalho como antigamente. Para Eliane, a oferta de trabalho em 2008 estava muito ruim. “Não tem serviço”. Ela atribui ao grande fluxo de migrantes e à crescente utilização do maquinário a diminuição da oferta de trabalho para os moradores locais. Nas fazendas que utilizam máquinas, os safristas são contratados apenas para catar os grãos deixados pelas colhedoras. E na opinião de Eliane, eles recebem muito pouco por esse café. Nas *diárias*, se paga sempre 20 reais. “Os preços sobem, os salários aumentam, e o preço da lavoura de café é sempre o mesmo”, contou. Nesse ano, Eliane ainda não está trabalhando, pois a colheita atrasou em virtude das chuvas.

Davi também atribui ao fato de a população ter crescido demais as dificuldades para conseguir emprego e a extinção de certos benefícios dos trabalhadores rurais, como a possibilidade de morar dentro das fazendas. Ele afirmou que agora tem gente demais, “gente que a gente nem conhece, nem sabe de onde que saiu e que faz mal aos outros”:

Por exemplo, eu saio amanhã pra trabalhar, ganho 70 reais. Quando é depois de amanhã, volto pra trás. Ganho 10 reais. Por causa da acumulação de pessoas. Por exemplo. Chegam 45 pessoas. Bóias frias. Só trabalham 8, 10. No dia seguinte não

²² Stolcke (1986) relata situação semelhante entre as famílias de trabalhadores do café no interior de São Paulo. O dia de trabalho para as mulheres começava entre três e quatro horas da manhã, enquanto seus maridos e filhos costumavam levantar-se às cinco. O tempo antes da saída para o dia de trabalho era dedicado principalmente à preparação da marmitta a ser levada para a lavoura.

tem serviço. (...) Fazendeiro nem um coloca caseiro. Leva de manhã e traz à tarde, mas para morar lá, não. Por exemplo: os fazendeiros antigamente deixavam construir uma casa dentro da fazenda e plantar uma bananeira, um pé de mandioca. Agora não.

No estudo realizado por Stolcke (1986) sobre a cafeicultura no interior de São Paulo, seus entrevistados tinham as mesmas percepções que as evidenciadas por Davi, no que se refere à proibição dos trabalhadores de morarem no interior das fazendas. Essas mudanças estão relacionadas às leis trabalhistas implementadas a partir da década de 60, sobretudo ao Estatuto do Trabalhador Rural, que estabelece novas relações de trabalho no campo. O tempo em que se morava dentro da fazenda é pensado como um tempo de fartura, quando não faltava casa e nem comida, já que lhes era permitido manter uma roça para subsistência.

Roberto Carlos também lamentou a mudança da relação entre patrões e trabalhadores, e pensa que “hoje o fazendeiro é um sanguessuga”.

Na percepção de Gaspar, antigamente também era mais fácil conseguir emprego. Bastava os gatos reunirem grupos de trabalhadores e os levarem para as lavouras. Para ele, as leis trabalhistas e a fiscalização do sindicato para obrigar aos fazendeiros a assinar a carteira de seus empregados acabam sendo prejudiciais ao trabalhador:

É isso que eu digo. Era assim ó... O Mário chegou: “Tem um café pra nós pegar lá”. Aí juntava uns 4, 5 e nós vamos. A gente ganhava um dinheirinho. Não é mais assim. Hoje em dia está feio, porque quando você começa a trabalhar, aí chega o sindicato... Pra fichar... “É a lei”. (...) Hoje em dia, não está fácil. Trabalhar direto sem fichar, não pode.

Nas fazendas de Carlos Heitor, Gaspar contou que só se trabalha *fichado*. Mas mesmo com a fiscalização, nas lavouras onde o trabalho dura pouco tempo, não se assina a carteira. “Agora quando é semana arriba, nós temos que pegar os documentos...”, completou o trabalhador.

A mecanização crescente nas lavouras de café assusta os trabalhadores, para os quais somente na época da safra nos cafezais se ganha dinheiro. “Acabou o café, acabou tudo”, segundo Eliane. A solução para a suposta futura escassez de trabalho é a implementação de outros cultivos de grande porte, para Roberto Carlos:

Se tivesse outro tipo de monocultura seria melhor... Porque o café está todo mecanizado. Se os fazendeiros plantam muito, tudo bem colocar máquina porque senão não dá conta de colher, mas muita máquina atrapalha. (Roberto Carlos)

Muitos, como ele, afirmam que sem as máquinas não seria possível colher todo o café. No entanto, acreditam que os fazendeiros têm utilizado mais máquinas do que o necessário.

Esse ano a previsão é que dure mais tempo (a colheita), a não ser que coloque máquinas (Marília).

Na Fazenda São Pedro, onde Gaspar colhe café, há cerca de 300 safristas. Ele estimou que se não houvesse colheitadeiras, haveria aproximadamente o dobro de trabalhadores empregados, pois as máquinas funcionam dia e noite. Mas como há muitos pés novos de café, a mão de obra humana torna-se necessária, para não estragá-los.

Assim como no café, a mecanização também preocupa aqueles que trabalham nas lavouras de feijão. Segundo Mário, o *gato* amigo de Gaspar,

Há dois anos atrás, nós tivemos cerca de dois meses arrancando (feijão). Não teve máquina em momento algum. Esse ano já caiu para um mês. Já maquinário novo. Já caiu cerca de 30 dias de serviço. Isso praticamente de um ano para outro. A mão de obra vai ficar falida, bem decadente.

A safra do feijão é de janeiro a abril. Máquinas são utilizadas em quase todo o processo produtivo. O trabalho na colheita ocupa apenas a parte da manhã. Quando o sol esquenta, é preciso parar de colher para não arrebentar o pé de feijão. Os trabalhadores também recebem por produção. “Quanto mais se arranca, mais se ganha”, contou Gaspar.

A tematização da violência bastante presente nas referências ao bairro, inclusive nas falas de seus moradores, talvez tenha sido o que mais impressionou-me no início do trabalho de campo. Mais do que isso, o discurso sobre essa suposta violência existente no bairro de certa forma delimitou (e limitou) a minha inserção no bairro. Sem saber em que medida eu deveria relevar as recomendações que me foram feitas pelos informantes do bairro de não andar sozinha e não ficar até o escurecer, optei sempre por não arriscar-me.

E não é apenas a mim que esse discurso limita. Entre os meus entrevistados, muitos preferem não sair de suas casas para que elas não sejam furtadas, e acreditam que não pode haver festas e danceterias no bairro por causa das drogas, bebidas e do tráfico, e preferem que seja “cada um na sua casa” para que não haja brigas e nem problemas. Parece reinar a idéia de que um vizinho, de repente, pode se incomodar com o outro e lhe dar uma facada. Tive a sensação muitas vezes, de que um tinha medo do outro; o outro, se não for conhecido, pode ser um inimigo em potencial.

Ainda que não seja descabida a precaução em relação à violência, não se pode deixar de atribuir essa lacuna à falta de interesse por parte da prefeitura e das produtoras que promovem festas na cidade em estender esses eventos ao Monte Azul. E isto porque ele é o que é e para que permaneça sendo: um bairro de trabalhadores, “mais morenos” e “de fora”, isolado depois da estrada que corta Esmeralda.

Os laços mais fortes entre os moradores do bairro no grupo que estudei, parece ser com a família conjugal e, em algumas circunstâncias, com irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas. É dentro da família que se resolve os problemas, é aos irmãos que se pede ajuda, são os irmãos ou cunhados que se acompanham nos deslocamentos entre as cidades. As relações com os vizinhos parecem ser mais superficiais. Embora todos se cumprimentem e conversem nas ruas, durante a minha estada no bairro, nunca presenciei vizinhos se visitando ou freqüentando as casas um dos outros.

O grupo da igreja constitui uma exceção, até porque todos se consideram como uma família – não por acaso se tratam por “irmão” ou “irmã”. Esse grupo forma não apenas uma rede de solidariedade como também uma comunidade moral (Bailey, 1971). As regras de conduta parecem ser dentro deste grupo regulada com maior controle, como nos casos das críticas ao alcoolismo dos maridos de Dora e Verônica, e das observações feitas por esta em relação às suas “irmãs” que não conseguem lidar com os filhos.

Um dos principais projetos de vida dos trabalhadores do bairro é deixar de ser bóia fria, e se possível, deixar de *ser empregado*, ou seja, não ter mais um patrão. Há uma busca pela ascensão, representada pela conquista de postos de trabalho mais prestigiados como ser

funcionário da prefeitura, empregado de frigorífico, motorista, garçom, operador de máquinas e tratores, para os homens.

Entre as mulheres, embora algumas tenham parado de trabalhar nas colheitas de café para tornarem-se faxineiras ou domésticas, outras ainda preferem o trabalho nas lavouras. Das minhas entrevistadas, quem mais se aproxima de alcançar o “trabalho ideal” é Marília, com sua loja de roupas, embora ainda trabalhe como faxineira na escola municipal do bairro.

O trabalho no café pode fazer com que esses trabalhadores façam contatos que os levem a outros empregos, como aconteceu com esta mesma trabalhadora, que conseguiu o emprego de faxineira através de um vereador em cuja fazenda ela trabalhava.

Fazer com que os filhos estudem e completem o ensino médio é também uma estratégia de ascensão da família. Outro projeto importante é conseguir a casa própria e não ter que viver de aluguel, mesmo que essa casa não seja definitiva e possa ser vendida em uma futura mudança de cidade.

Por fim, o bairro Monte Azul pode ser pensado a partir de três perspectivas.

Para os moradores de Esmeralda, o bairro e quem nele reside são vistos como algo externo à cidade, enquanto unidade moral. O Monte Azul é o lugar da violência, do vandalismo, do alcoolismo, de famílias desestruturadas, do desregramento.

Corroborando com essa visão, as agências administrativas atuam no sentido de controlar a população do bairro, administrando-a enquanto um “problema social”, haja vista a instalação de postos de saúde, escolas e as rondas da Polícia Militar no Monte Azul. Essas medidas têm por objetivo atenuar os distúrbios supostamente causados pelos moradores do bairro, seja aqueles que estabeleceram-se há algum tempo, ou os que estão de passagem, tendo chegado para o trabalho na colheita.

Para os seus moradores, pessoas que tem uma trajetória marcada por deslocamentos, o Monte Azul significa uma possibilidade de se estabelecer e de se estabilizar. Adquirir uma casa; conseguir um emprego mais prestigiado; tecer uma relação permanente com um gato, o que facilita a garantia de uma vaga como *safrista* na safra do café; ter um negócio próprio, ou conciliar o trabalho no café com um negócio próprio ou outros tipos de ocupação; dar aos filhos a possibilidade de uma formação escolar; abrigar familiares que tenham chegado à cidade para ficar de forma permanente ou provisória; estas são algumas das razões que levaram aos trabalhadores descritos neste capítulo a viver e a permanecer no bairro Monte Azul.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a permanência no bairro abre possibilidades valorizadas de emprego, estudos dos filhos, casa própria e até o negócio autônomo, seus

moradores precisam conviver com o fato de serem visto como violentos, ladrões em potencial, pessoas de moral duvidosa e outras coisas muito vergonhosas na perspectiva desses trabalhadores. Por fim, os trabalhadores do Monte Azul, para além do tempo de residência da cidade, da perda do sotaque ou da adoção de elementos que possam “desidentificá-los” (Goffman, 1988), permanecem sendo “estrangeiros” em Esmeralda (Simmel, 1964; Sayad, 1998).

CAPÍTULO III

A VIDA DE DESLOCAMENTOS DOS TRABALHADORES DO ABRIGO

Esse negócio de a gente vir pra cá é muito sofrimento demais (...). O café você pode esquecer, é só ilusão. O patrão não te dá valor (...). Tem dois anos que eu saí da minha cidade. Só trabalhando... E enchendo a barriga de fazendeiro. Eles deixam a gente mais pobre e ficam cada vez mais ricos. (...) A vida da gente vira uma ilusão... Atrás de dinheiro e nunca conseguimos aquilo que a gente quer. (Viriato)

A fala acima reproduzida foi proferida por um migrante paranaense que estava há dois anos fora de sua cidade, longe de sua casa e de sua família. Durante todo esse tempo ele esteve viajando pelo Brasil em busca de trabalho nas mais diversas lavouras, como soja, cana, laranja e café. Sua trajetória e a maneira como a percebe são bastante ilustrativas das histórias que me foram contadas pelos trabalhadores os quais conheci no abrigo ou *albergue*, como costumavam chamá-lo.

A tabela (Tabela 2) a seguir, sintetiza as trajetórias que me foram contadas pelos trabalhadores entrevistados no abrigo:

Tabela 2

Nome	Idade	Estado civil/Trajecória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/cidade onde trabalhou
1.Roberto	42 anos	Separado	BA/Miguel Calmon	Colheita de café, usina de cana, colheita de feijão	Luis Eduardo Guimarães (BA), Barreira (BA), Boqueirão (GO)
2.Manoel	37 anos	Separado	BA/Salvador	Colheita de café, corte de cana, colheita de feijão	Minas Gerais
3.André	35	Separado	MG/Pedra da	Colheita de	Juscelino

	anos		Maria da Cruz	café, entrega de charques	Kubistchek (MG), João Pinheiro (MG), Magé (RJ), Montes Claros (MG)
4.Ramiro	52 anos	Recasado (2º casamento)	BA/Itabuna	Colheita de café, construção civil, colheita de cacau, colheita de açaí, corte de cana, pesca	São Paulo (SP), sul da Bahia, Goiás
5.Damião	44 anos	Separado	PR/Umurama	Colheita de café, motorista de caminhão, usina de cana, pecuária, peão de rodeio, tratorista	São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso
6.Viriato	40 anos	Separado	PR/Lobato	Corte de cana, colheita de café, colheita de laranja, carvoeira	Goiás, São Paulo
7.Josué	64 anos	Não mencionou	PB	Colheita de café	Não mencionou
8.José Luís	41 anos	Solteiro	BA	Colheita de café	Goiás
9.Patrício	Em torno dos 60 anos	Separado	PR	Colheita de café, colheita de laranja	Monte Carmelo (MG), Citrino (MG), São Paulo
10.Eduardo	65 anos	Casado	PR	Colheita de café	Atualmente só trabalha em Esmeralda
11.Alúcio	24 anos	Solteiro	SP/Campinas	Não mencionou (ainda havia trabalhado na colheita de café)	São Paulo, Pirapora (SP), Patos de Minas (MG)
12.Josiel	28 anos	Separado	BA/Irecê	Soja, colheita de milho,	Não mencionou

				colheita de feijão, colheita de mamona, carvoeira	
13.Sérgio	Em torno dos 35 anos	Separado	MG/Guimarânea	Colheita de café, tratorista	Não mencionou
14.Benedito	60 anos	Separado	SP	Colheita de hortaliças, corte de cana, colheita de café	São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais
15.João Fagundes	50 anos	Viúvo	PE	Colheita de café, construção civil	Monte Carmelo, São Gotardo, São Paulo (SP), São João do Meriti (RJ)
16.Jairo	46 anos	Viúvo	SC	Carvoeira, ainda não havia trabalhado no café	Mato Grosso
17.Marcelinho	30 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, corte da cana, colheita de laranja	Estados do sul e do sudeste
18.Fernando	Em torno dos 25 anos	Solteiro	PR	Colheita de café, corte de cana, colheita de laranja	Centro/sul do país, Mato Grosso
19.Ricardo	24 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil	Uberlândia
20.Rafael	22 anos	Casado	BA/Irecê	Não mencionou	Não mencionou
21.Artur	Em torno dos	Separado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil, corte de	São Paulo, Goiás

	25 anos			cana	
22.Mauro	30 anos	Casado	SP/São Paulo	Colheita de café, corte de cana, soja, colheita de algodão, colheita de feijão	São Paulo, Luís Eduardo Magalhães (BA)
23.Édson	Em torno dos 25 anos	Não mencionou	BA/Bom Jesus da Lapa	Colheita de café	Não mencionou
24.Leonardo	24 anos	Casado	Norte de Minas Gerais	Colheita de café	Não mencionou

Como a colheita de café em Esmeralda atrai um elevado contingente de mão de obra, o abrigo, localizado no entorno da rodoviária, foi construído pelo sindicato dos trabalhadores rurais aproximadamente há 15 anos para abrigar os que vão à cidade à procura de emprego. Há alguns anos, o local passou a ser gerido pela prefeitura, pois o sindicato não tem recursos para mantê-lo.

O abrigo tem um amplo pátio com bancos de cimento construídos rentes à parede, e onde se encontram os banheiros masculino e feminino, cada qual com chuveiro elétrico, lavabo e sanitário. Na pequena área externa coberta, há mais bancos e uma comprida mesa de madeira onde os trabalhadores fazem suas refeições e assistem a uma pequena televisão²³. Ao lado desta área externa, ficam dois dormitórios, com aproximadamente 15 beliches cada um.

Em um declive do terreno, dividido por uma pequena cerca de madeira, há o alojamento feminino, quase sempre vazio, e a casa onde mora Igor, o zelador, e sua família. Quando fui apresentada a esse senhor, ele logo comentou sobre as mudanças na organização do local, recentemente pintado e reformado. Antes dessa reforma e na gestão do antigo zelador, o abrigo era considerado uma “bagunça”.

O abrigo funciona durante o ano inteiro, todos os dias da semana. Abre às 18 horas, horário a partir do qual chegam os viajantes que ali desejam pernoitar, até às 22 horas, quando se encerra a recepção. Às 6 horas da manhã seguinte, após servirem-se de pão e café, todos devem sair. Em tese, pode-se dormir três noites consecutivas por mês no abrigo, mas Igor sempre abre exceções para os mais idosos ou para aqueles que não lhe criam problemas.

²³ Esta pequena televisão pertencia ao zelador. Posteriormente, quando ele vendeu a que assistia em sua casa para juntar dinheiro para comprar um carro, retornou àquela primeira para sua família.

O zelador não deixa os alojados entrarem para os quartos antes de tomarem banho e de serem *cadastrados* por sua mulher, Andréia. Na sala onde é feito este cadastro, Igor instalou uma portinhola de madeira de aproximadamente um metro de altura para impedir a entrada de “estranhos”. Seu objetivo é preservar a integridade física de sua esposa, pois acredita que “nunca se sabe quem é essa gente que anda pelo mundo e não pode deixar misturar com a família da gente”. Esta atitude reflete a opinião corrente em relação a esses trabalhadores: são potencialmente perigosos, uma gente “de fora”, sobre as quais não se tem referências e que quase sempre causam distúrbios na cidade.

Enquanto Andréia preenche uma ficha com dados referentes à identidade dos trabalhadores, Igor revista suas bolsas e malas, à procura de facas, facões e canivetes. Quando encontra esses objetos, ele os guarda e só os devolve aos seus donos na manhã do outro dia, quando saem novamente em busca de emprego. Esse procedimento de revista é realizado todas as noites, ainda que sejam os mesmos hospedados.

Após serem cadastrados e revistados, os trabalhadores podem tomar banho e jantar. Invariavelmente, é servida uma sopa cujos ingredientes são macarrão, batata, cenoura, muita pimenta e às vezes, uma carne. Todas as tardes, aproximadamente às 18 horas, um funcionário municipal leva em um automóvel os imensos vasilhames com a refeição preparada por merendeiras da prefeitura. Quando a sopa não é suficiente para a quantidade de trabalhadores presentes, Igor serve pão e café aos que chegam por último.

Aos finais de semana, embora permaneça aberto, não há jantar para os trabalhadores no abrigo. Eles queixam-se bastante disso e de estarem restritos a pernoitar apenas três noites por mês nessa hospedagem.

Depois de alimentarem-se e de banharem-se, os viajantes alojados costumam assistir televisão ou ficam conversando e fumando. Por causa do dia cansativo que passam nas ruas, percorrendo os escritórios das fazendas em busca de trabalho ou em pé na rodoviária à espera de algum gato ou fazendeiro que os chamem para trabalhar, todos costumam deitar-se até às 21 horas. Após esse horário, poucos permanecem fora dos dormitórios.

Ao longo do segundo mês de trabalho de campo, momento no qual foquei minha observação no abrigo, percebi uma grande oscilação na quantidade de trabalhadores que o procurava. Se em uma semana o abrigo estava lotado, na outra poderia ficar quase vazio²⁴.

²⁴ Em uma das minhas idas ao abrigo, Andréia permitiu-me acessar os registros dos 192 migrantes hospedados durante o mês de maio. Eles eram naturais do Maranhão, Paraíba, Ceará, São Paulo, Paraná e principalmente do norte de Minas Gerais e da Bahia. Entre os baianos, havia muitos de Irecê.

Eu freqüentava o abrigo entre segunda e sexta-feira, pois aos sábados e domingos era mais difícil encontrar trabalhadores no local, por não haver jantar e por serem noites que os trabalhadores tiravam para divertir-se, indo aos bares e saindo com prostitutas.

Eu chegava quase sempre às 18 horas e 30 minutos e tocava a campainha. Igor gentilmente abria o portão e nós sempre conversávamos um pouco. Ele costumava dizer que estava muito “estressado” e reclamava bastante de seu emprego. Igor trabalha todos os dias da semana sem descanso e desde que tornou-se zelador, há três anos, nunca tirou férias. Igor também queixava-se da falta de apoio da Polícia Militar e da assistência social da prefeitura. Quando ocorrem brigas no abrigo, ele sempre liga para a polícia. Nas pouquíssimas vezes em que essa corporação atendeu o seu chamado, demorou muito para aparecer. Além disso, quando algum trabalhador se sente mal ou se fere, não há no local qualquer medicamento ou material de primeiros-socorros. Igor contou um episódio no qual um trabalhador havia batido a cabeça em um acidente e tinha febre alta. O zelador comprou um antitérmico com seu próprio dinheiro e cuidou dele com a ajuda de outros alojados.

Após nossa conversa inicial, Igor sempre pedia que eu fosse cumprimentar sua mulher. Eu ia até sua casa, tomava um café com Andréia, assistíamos um pouco a uma novela. Ela também costumava queixar-se dos trabalhadores que apareciam bêbados no abrigo e contava sobre o cotidiano de seus filhos, que os mais velhos estavam muito levados e o bebê havia estado doente, coisas assim. Depois disto, eu retornava ao pátio para conversar com os trabalhadores alojados.

Fui levada para conhecer o abrigo por Giovana, a advogada do sindicato dos trabalhadores. No dia seguinte à primeira visita, voltei sozinha para entrevistar Igor. Ele não quis dizer nada sem autorização de seu “chefe”, que em breve descobri ser seu próprio irmão. Eu insisti argumentando que não o prejudicaria e que gostaria apenas de conhecer sua trajetória pessoal. Ainda assim ele negou-se a conceder-me a entrevista. O zelador ligou para o seu irmão, que depois do telefonema, foi até o abrigo para conhecer-me. Ele pediu que eu o acompanhasse até a rodoviária, onde fica a sala do Centro de Triagem do Migrante, local onde passa boa parte do tempo.

José Reinaldo é funcionário da prefeitura e há dez anos está alocado na Secretaria de Ação Social. Ele falou longamente sobre o fato de ser ex-drogado e ex-alcoólatra, sobre o alcoolismo entre os trabalhadores e sobre o “carinho” e o “respeito” com que trata aqueles que chegam à Esmeralda à procura de trabalho. No entanto, ele mostrou-me um grande número de fotografias tiradas dos trabalhadores que ficam deitados pelas ruas ou embriagados, definindo-os como “problemáticos”, afirmando que “eles vêm só para beber pinga”. José

Reinaldo sempre revê as fotos para conferir se algum desses trabalhadores está novamente pela cidade.

Terminada a nossa conversa, meu interlocutor acompanhou-me até a rua para mostrar-me como eu poderia voltar para o hotel. Nisto, deparamo-nos com seis trabalhadores deitados no chão, ao lado de fora da rodoviária. José Reinaldo instantaneamente começou a agredi-los. Aos gritos, mandou que ficassem de pé para falar com ele, cutucando com os pés alguns dos trabalhadores deitados. Perguntou-lhes se estavam alcoolizados e o que faziam pela cidade.

Uma vez, durante uma conversa com os trabalhadores na rodoviária, um rapaz de Pedra da Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, pediu-me para eu conseguir com José Reinaldo uma passagem de ônibus para que ele pudesse voltar para sua cidade. Durante todo o período do trabalho de campo, inúmeros trabalhadores se queixaram do José Reinaldo para mim. Muitos o chamavam de “bruto” e relatavam como ele os tratava mal. Muitos diziam que ele se negava a dar as passagens para que eles pudessem ir embora de Esmeralda.

Fiquei muito constrangida com o pedido que me foi feito, mas o jovem trabalhador insistiu, argumentando que eu era mais inteligente e se eu intercedesse junto ao funcionário da Secretaria de Ação Social, ele me atenderia.

Eu não sabia como proceder nesta situação, pois não queria me indispor com José Reinaldo e nem despertar a antipatia dos trabalhadores. Por outro lado, tive vontade de tentar fazer algo por eles. Também ponderei que se eu fizesse o pedido e conseguisse a passagem para o rapaz do norte de Minas, certamente essa notícia correria e muitos outros poderiam me solicitar o mesmo, o que se tornaria um transtorno.

Decidi sondar primeiro o funcionário da prefeitura para saber como são encaminhados os pedidos de passagens de ônibus pelos migrantes. Cheguei à sala de José Reinaldo e o cumprimentei. Perguntei como estava o movimento na cidade por causa da safra. Ele falou que a rodoviária estava cheia de homens em busca de trabalho e contou o caso de um policial que quebrou o braço de um trabalhador e com medo de ser denunciado, pagou uma passagem ao agredido para que este fosse embora da cidade. José Reinaldo afirmou que se estivesse presente no momento da agressão, não a permitiria, inclusive porque é amigo desse policial.

Eu havia decidido retornar no outro dia para fazer o pedido. Por fim, nunca mais encontrei aquele rapaz e acabei não pedindo a passagem.

Em virtude das dificuldades colocadas, optei por não gravar uma entrevista formal com o zelador do abrigo. Igor tem 50 anos, nasceu em Guimarães, mas reside em Esmeralda há muito tempo. Separou-se de sua companheira do primeiro casamento, com quem teve quatro filhos, que lhes deram cinco netos. Andréia, sua atual mulher, tem 33 anos e é

esmeraldense. Este casal tem um bebê de quatro meses, uma menina de seis anos e um garoto de dez anos. Antes de trabalhar no abrigo, o zelador e sua esposa eram trabalhadores rurais. Segundo me contou, Igor era um excelente apanhador de café e já chegou a colher 120 sacas em um só dia. Com o dinheiro acumulado das safras, ele construiu uma casa no bairro Via Férrea, que está alugada. Sua mãe vive na parte de trás desse terreno.

Um desafio da minha vivência no abrigo era conseguir aproximar-me dos trabalhadores sem ser identificada como funcionária da Secretaria de Ação Social ou do sindicato. No início, houve certa dificuldade, pois sempre que chegava ao abrigo, Igor me convidava para ir a sua casa tomar um café e cumprimentar sua esposa. Embora os trabalhadores não o tivessem em mau juízo como tinham a seu irmão, o zelador não deixava de ser um agente da prefeitura, representando autoridade e poder sobre eles.

Nas primeiras vezes em que estive no abrigo, Igor, ao perceber que eu não sabia como me aproximar dos trabalhadores, pedia a atenção de todos e me apresentava como pesquisadora do Rio de Janeiro, dizendo que eu queria entrevistá-los. Estas primeiras situações foram muito embaraçosas, pois na intenção de me ajudar, ele desligava a televisão a qual os trabalhadores assistiam e interrompia outras atividades que porventura os distraísse. Como era visível o constrangimento de alguns trabalhadores em função destas circunstâncias, as primeiras entrevistas não fluíram bem. Decidi então não usar logo guardar o gravador, e me aproximar de maneira mais informal.

Foi dessa forma que me aproximei de Sérgio, quando ele decidiu desabafar sobre os problemas que enfrentava. Este trabalhador havia sido surrado na rodoviária durante a noite e teve todos os seus documentos roubados, inclusive um álbum com as fotos de seus três filhos que moram com sua ex-mulher em Campos Altos. Ele havia ido a Esmeralda colher café, e também trabalha como tratorista. Nasceu em Guimarães e conhecia Igor da sua cidade. Sérgio já havia dormido três noites no abrigo, mas o zelador o deixou passar mais uma, enfatizando que estava abrindo uma exceção. O trabalhador tinha apenas a roupa do corpo, que estava bem suja. Igor lhe deu calça, cueca e blusa para trocar após o banho e disse: “Você é trabalhador, não tem que tá passando por isso, não”. Esse apanhador de café pretendia ir à Secretaria de Ação Social pedir uma passagem de ônibus para visitar seus filhos.

Ao contar-me sobre a difícil situação pela qual passava, o trabalhador agredido mostrou-me as mãos: “Olha, moça, sou trabalhador, pode ver”. Este era um ato freqüente entre meus entrevistados, sobretudo os que conheci no abrigo. Eles também costumavam mostrar-me seus documentos, em especial a carteira de trabalho, e fotos de suas famílias.

Nessa mesma noite, José Reinaldo apareceu no abrigo. Durante à tarde, quando conversamos na rodoviária, eu comentei que iria ao abrigo para gravar algumas entrevistas. O funcionário da prefeitura sentou-se próximo a mim e ficou observando meu diálogo com o rapaz que havia sido roubado. José Reinaldo disse que seria bom eu entrevistar esse trabalhador e sugeriu que eu lhe perguntasse por que ele bebia cachaça.

Após a experiência com Sérgio, eu havia decidido adotar essa estratégia. Passei a me apresentar dizendo que estudava os trabalhadores rurais, e começava perguntando coisas triviais da vida cotidiana.

Algumas vezes, Igor indicava alguns trabalhadores que, em sua concepção, seria importante para a minha pesquisa que eu entrevistasse. Geralmente isso acontecia com os trabalhadores que chegavam alcoolizados, e o zelador do abrigo lhes pedia que conversassem comigo e me contassem por que bebiam tanto.

Certa noite, Igor pediu que eu entrevistasse Eduardo, um paranaense de 65 anos, que trabalha há 13 anos nos cafezais de Esmeralda. Ele queria que este trabalhador me explicasse por que razão continuava trabalhando com “essa idade”. Como mencionado, Igor tinha muita consideração pelas pessoas mais velhas. Os outros trabalhadores também demonstraram o mesmo respeito, pois quando Eduardo começou a falar, todos se calaram para ouvi-lo.

Eduardo trabalharia apenas mais na colheita de 2008 e depois se aposentaria. Ele não viajava mais para trabalhar em outras regiões, saía do Paraná direto para Esmeralda e depois de terminada a safra do café, retornava a sua casa. Ele ainda trabalha porque acredita que isto valoriza a pessoa.

Após algum tempo freqüentando o abrigo, houve uma noite em que, ao chegar por volta das 19 horas a este local, deparei-me com um grupo de seis ou sete trabalhadores ao lado de fora. Todos estavam muito aborrecidos pelo abrigo estar fechado, pois estavam cansados e com fome. Um senhor que descobri depois ser da Paraíba, estava em especial muito indignado com esta situação. Ao ver-me conversando com os outros, deduziu que eu era assistente social, e veio furiosamente me pedir explicações sobre aquela situação. Eu disse que não sabia de nada, pois havia acabado de chegar. Junto a eles estava também Ramiro, de 52 anos, natural de Itabuna, que eu havia conhecido outra noite no abrigo. Ele está no seu segundo casamento e teve quatro filhos com a primeira esposa, de quem desquitou-se. Seus quatro filhos e sua ex-mulher moram em São Paulo, onde ele morou durante 25 anos. Este trabalhador mora com a atual esposa em Itabuna.

Na capital paulista, Ramiro trabalhava como pedreiro. Na Bahia, ele trabalha com cacau, pesca, açaí e café, e também já foi cortador de cana em Goiás. Ele prefere cortar cana a

colher café.

Ramiro contou sobre o EPI - Equipamento de Proteção Individual - usado nas fazendas de cacau na Bahia. De acordo com seu relato, neste tipo de lavoura, os trabalhadores não precisam pagar pelo material de proteção utilizado. Os fazendeiros apenas dizem que o descontarão dos seus salários para que eles zelem pelo equipamento, mas não o fazem. Nos canaviais onde trabalhou, Ramiro também havia recebido o EPI completo sem ter de comprá-lo.

Segundo Ramiro, na colheita dos cafezais na Bahia, paga-se um real pela caixa de café, cuja medida é 20 litros. Em sua opinião, em Esmeralda ganha-se mais dinheiro trabalhando neste tipo de lavoura.

Se não encontrasse emprego em uma semana, Ramiro voltaria para a Bahia. Ele tinha o contato de uma pessoa que lhe arrumaria trabalho em uma fazenda em Esmeralda. Ramiro já havia sido chamado para ir à Fazenda Santo Antonio, mas outros trabalhadores o aconselharam a não ir.

Foi este trabalhador que saiu em minha defesa na noite do mal-entendido no abrigo, e explicou a Josué, o paraibano, que eu não trabalhava para a prefeitura.

Aproximei-me do portão e ouvi Andréia perguntando para o seu vizinho, que assistia ao tumulto ao lado de fora, quem havia chegado. A mulher de Igor estava sozinha com os filhos, pois ele havia saído com seu irmão José Reinaldo para procurar sua mãe que havia desaparecido. Quando ela soube que eu estava ali, abriu rapidamente a porta para que eu entrasse. Nisso, os trabalhadores se aproximaram dela e começaram a gritar e reclamar. Aparecida me puxou para dentro e tornou a trancar a porta.

Uns quarenta minutos depois dessa confusão, Igor chegou com José Reinaldo. A mãe deles, uma senhora bem idosa havia ido à casa de outro filho e não avisou a ninguém. Em seguida o zelador abriu o portão para os trabalhadores entrarem.

Josué, de 64 anos, ao entrar, logo sentou-se e começou a conversar comigo. Ele considerava Igor como um filho. Ele contou-me que estava bebendo cachaça todo dia porque estava há muito tempo longe de sua família, e desatou a chorar. Josué levantou-se e não quis mais continuar a conversa. Pediu um prato de sopa a Igor e foi deitar-se. O zelador, jocosamente, disse que o paraibano estava “magoado” porque havia bebido “umas cachaças”. Os outros trabalhadores riram de sua brincadeira.

No ano anterior Josué havia adoecido e ficou internado no hospital municipal de Esmeralda. Quando teve alta, uma assistente social pediu se ele poderia ficar no abrigo, pois não tinha onde ficar. Ele passou um tempo lá, aos cuidados de Igor.

Entre esses trabalhadores, nesta noite, havia um rapaz ao qual chamavam de hippie. Ele era todo tatuado, usava muitos brincos e vendia bijuterias feitas de sementes, miçangas e penas. Ele estava de passagem por Esmeralda e também queria passar a noite no abrigo. Ele causava bastante estranheza entre os trabalhadores, que também o achavam engraçado. Igor comentou que no dia seguinte pediria ao seu irmão que trabalhava na Secretaria de Ação Social para que arrumasse uma passagem de ônibus para mandar este jovem embora da cidade.

Observar o movimento no entorno da rodoviária revelou-se uma estratégia de pesquisa bastante profícua. Até o fim de maio, ainda não havia chegado muitos trabalhadores à cidade, em virtude do atraso da colheita, e o movimento da rodoviária não havia se alterado. Somente a partir de junho pude verificar a intensa circulação de trabalhadores recém-chegados a procura de uma oportunidade como safrista na colheita do café.

Na rodoviária foi onde conheci Benedito, um trabalhador que nasceu em São Paulo, mas se identificou como sendo do Paraná. Ele trabalhou a vida toda em lavouras e viajou por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais em busca de trabalho. Para estados como o Mato Grosso ou para o nordeste não tem vontade de ir, pois está “acostumado com o clima mais fresco”. Benedito tem 60 anos, é separado e tem dois filhos os quais não vê há muito tempo. Sua filha é dona de casa e o filho está desempregado. Separou-se da mulher quando a filha tinha dez anos e o filho, cinco anos.

Este senhor viaja o ano inteiro, trabalhando em safras de diversos cultivos em diferentes regiões e não tem residência fixa. Ele não pensa em casar-se novamente porque não tem condições de sustentar uma nova esposa. “Como vou ficar carregando a mulher debaixo do braço nessa miséria?”, declarou.

Benedito nunca havia ido à Esmeralda. Depois da colheita do café, ia para Campinas, onde há lavouras de verduras. Ele acredita que o trabalho com hortaliças é “menos sofrido para quem é velho”.

Quando expliquei a ele sobre minha pesquisa, ele disse que eu deveria investigar as fazendas de café em Garça, no interior de São Paulo, cujos proprietários, em sua opinião, deveriam ser denunciados para a Polícia Federal. Segundo Benedito, nessa região, os alojamentos para os trabalhadores eram “piores do que chiqueiro” e a comida oferecida “nem cachorro queria”²⁵. Além disso, a medida real da saca de café ultrapassava em muito a medida suposta.

²⁵ Por diversas vezes os trabalhadores usaram essa expressão para referirem-se à péssima qualidade da comida fornecida pelas fazendas.

Este trabalhador criticou os homens que gastam o dinheiro ganho com o trabalho em cachaça. Benedito tinha o hábito de jogar na loteria, mas como nunca ganhou, desistiu: “A vida do pobre é assim”.

Benedito estava há uma semana na cidade, não havia conseguido trabalho e estava dormindo na rua. Apesar de saber da existência do abrigo dos trabalhadores, Benedito não o procurou. Ele sabia que este havia sido construído pelo sindicato, e sua opinião em relação a essas entidades era péssima. Ele criticou bastante o sindicato de Garça, afirmando que seus representantes nunca fizeram nada pelos trabalhadores. Curiosamente, ele perguntou-me se eu sabia onde ficava o sindicato patronal de Esmeralda. Ele pretendia ir lá procurar por algum fazendeiro que pudesse lhe dar um emprego.

Enquanto conversávamos sentados no chão da área de embarque do terminal rodoviário, várias pessoas nos observavam. Um rapaz parou e perguntou se éramos pai e filha. Seu nome era Pedro. Ele é baiano, mora na cidade há 10 anos e é dono de um dos bares em frente à rodoviária. Pedro também já morou em São Paulo e em Belo Horizonte.

Eu falei que havia estado na Fazenda Santo Antonio e Pedro observou que essa fazenda era uma “bagunça”, pois seus alojamentos eram ruins e os *gatos* vendiam “pinga” para os trabalhadores.

Além deste baiano e de outras pessoas, José Reinaldo, através da parede de vidro de sua sala, da qual visualiza todo o movimento da rodoviária, também observava a minha conversa com Benedito. Em certo momento, ele chamou-me e convidou-me para ir a sua sala beber um café.

Era comum eu encontrar pela manhã na rodoviária os trabalhadores aos quais havia conhecido na noite anterior no abrigo. Como fui ficando bastante conhecida entre eles, toda vez que passava pela região da rodoviária durante o dia, em geral para ir ao Ninter, eu era parada por esses trabalhadores. No início de junho, sempre havia muitos. Eles ficavam em pé, ou deitados e sentados sob suas bagagens. Os bares também estavam sempre cheios.

No primeiro dia em que reencontrei os trabalhadores, havia cerca de 20 homens em um grupo no qual estavam alguns que eu havia conhecido no abrigo. Quando me viram, todos me cercaram e começaram a contar histórias e a queixarem-se. Naquele dia, quase todos haviam tentado algum trabalho, mas nenhuma das ofertas recebidas compensava. Os *gatos* e fazendeiros estavam pagando muito pouco pela saca de café, algo em torno de cinco reais.

Todos estavam muito agitados e vários estavam alcoolizados. Percebi que a minha presença ali estava despertando muita atenção. Com o tempo, constatei que essa região da rodoviária estava sempre sobre uma vigilância constante: do José Reinaldo, da Polícia Militar

e dos moradores da cidade que por ali passavam ou trabalhavam, como no exemplo do Pedro, o dono do bar, e dos taxistas locais. Ver-me com os trabalhadores causava estranheza, e sempre havia quem reparasse em nossas conversas.

Os diálogos entre mim e os grupos de trabalhadores na rodoviária aconteciam sempre da mesma maneira. Eles vinham até mim e queixavam-se de mais um dia sem trabalho, ou relatavam as péssimas condições de alguma fazenda aonde haviam ido trabalhar, e por essa razão, não quiseram ficar, voltando à rodoviária. Esta fazenda era quase sempre a Santo Antonio, cuja fama era péssima entre os trabalhadores. Muitos recusavam o trabalho antes de ir conhecê-la, devido as histórias que a envolviam. Estas versavam sobre a precariedade do alojamento, a comida ruim, fria e cara, os maus tratos do gato João da Bica, temido entre os trabalhadores, a cachaça vendida por ele aos trabalhadores que embriagados acabavam brigando entre si, sobre o aparecimento de trabalhadores mortos em valas da fazenda e sobre o desaparecimento de trabalhadores vivos, os quais nunca mais eram vistos.

Nestas minhas passagens pela rodoviária, alguns dos trabalhadores pediam para ser entrevistados, ou eram indicados para conversar comigo por aqueles que eu conhecia. Assim entrevistei Damião, natural de Umurama, Paraná. Ele tem 44 anos e mora com sua mãe em Foz do Iguaçu. Damião é separado, tem uma filha de 19 anos e uma neta de dois anos. Ele também disse ter muita experiência no trabalho em cafezais, pois quando era criança trabalhava com seu pai, que era arrendatário de uma fazenda de 19 mil pés de café. Este trabalhador define-se como caminhoneiro, profissão da qual tem orgulho:

Já fui homem de está com caminhões na mão... Muito importante. Sou caminhoneiro profissional. Não são todos como eu, profissionais. Mas eu não estou “tirando” ninguém. Sou um peão, como todos

Ele mostrou-me sua carteira de habilitação. “Faz parte da minha vida, os meus documentos pessoais”, disse-me. No entanto, Damião nunca teve seu próprio caminhão. Ele iria colher café apenas porque estava “sem condições”. Pretendia trabalhar em Esmeralda e voltar para o Paraná para renovar sua documentação e refazer alguns exames exigidos pelo DETRAN para que possa continuar a dirigir caminhões. Damião viajou por São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso, e sua experiência inclui trabalhos em usinas de álcool, com trator agrícola e com gado. Damião possui o ensino médio completo, o que se empenhou em

destacar. Ele também já foi peão de rodeio e quase disputou em Barretos. Este trabalhador estava fora do Paraná há 15 dias.

Neste mesmo dia, outro trabalhador também se ofereceu para ser entrevistado. Mas ele estava muito alcoolizado, por isso não o entrevistei. Perguntou-me se eu era do sindicato, pois ele havia me visto na Fazenda Santo Antonio, onde ele trabalhava, com a Giovana, a advogada do sindicato.

Muitos trabalhadores dormiam na rodoviária quando não tinham conseguido emprego ou haviam esgotado as noites as quais tinham direito no abrigo. Manoel contou sobre sua experiência:

Passei uma noite ali na rodoviária para nunca mais... Eu quero ir embora. É um desespero. É muito perigoso, é muito frio. A gente quase perde a nossa vida. Já pensou uma pessoa de 6 horas da manhã em pé até de noite? É um frio de doer os ossos. Você ficar de um lado pro outro em pé pra passar o tempo.

Para proteger-se do frio da madrugada, Manoel havia dormido dentro do banheiro da rodoviária. Ele saiu de Salvador, onde nasceu e mora, há um ano e durante todo este tempo não deu notícias à família. Alguns conhecidos viram sua mãe em um programa de televisão pedindo informações pelo filho desaparecido. Ao saber disso, Manoel decidiu ligar para casa. Ele queria voltar, mas não tinha dinheiro para pagar sua volta. Este trabalhador estava tentando conseguir uma passagem na Secretaria de Ação Social. De Esmeralda, não há ônibus direto para Salvador, somente para Feira de Santana. Para ir deste município até a capital baiana, Manoel teria que trabalhar para comprar uma nova passagem. Este baiano de 37 anos tem um filho pequeno, mas não é casado. Ele trabalhou no corte de cana e na colheita de feijão.

Os trabalhadores queixavam-se muito de poderem passar apenas três noites no abrigo, o que os obrigava a dormir na rua, já que ainda não possuíam emprego e nem podiam pagar um lugar para ficar. Mauro, que passaria sua última noite no abrigo, caso não conseguisse trabalho no dia seguinte, iria à Secretaria de Ação Social pedir autorização para dormir lá mais algumas noites, conforme orientação do “guarda” (Igor).

Mauro é de Lapão, na Bahia, e tem 30 anos. Mora com a esposa e com seus filhos de 13 e 10 anos. Sua mulher trabalha como faxineira. Seus pais estavam trabalhando em São

Paulo quando ele nasceu. Seu pai trabalhava como pedreiro e sua mãe como doméstica. Voltaram para a Bahia para que os familiares ajudassem a cuidar de Mauro. Há alguns anos, sua mãe voltou para São Paulo, mas seu pai continua em Lapão. Nesta cidade, também moram os irmãos de Mauro, todos mais novos. Uma irmã trabalha em uma lanchonete e a outra trabalha em uma rádio. Seu irmão tem 15 anos e ainda não trabalha.

Era a primeira vez que Mauro ia a Esmeralda. Além de trabalhar no corte de cana, ele esteve em Luís Eduardo Magalhães colhendo algodão e soja, e em outros lugares da Bahia colhendo feijão. Ele sonhava em montar um comércio e trabalhar para ele mesmo, na sua roça, no seu mercadinho, em sua cidade, onde “conhece as pessoas”.

Mauro estava há quatro meses fora de casa. Antes de ir a Esmeralda, onde havia chegado há uma semana, ele estava em São Paulo cortando cana. Como ainda não havia conseguido um emprego, acabou gastando o dinheiro que tinha ganhado e precisava trabalhar ao menos para pagar a passagem de volta a sua cidade. Ele aceitava qualquer trabalho, só não queria ir para a Fazenda Santo Antonio, por causa da sua má fama.

Viriato, trabalhador que conversava com Mauro, disse que quando eles não podem mais ficar no abrigo e ainda não conseguiram trabalho, ficam “jogados” na rua:

Viriato: E se ficar muito jogado, a polícia chega e bate. Taca cassetete. E aí não tem lei pra nada.

Mauro: Só porque está na rua com a bolsa, é vagabundo. Aí o pau come.

Viriato tem 40 anos e nasceu em Lobato, no Paraná. Esse município fazia parte de Colorado, onde mora atualmente, mas agora se emancipou. É separado e tem uma filha de 13 anos e um menino de 14 anos. Seus filhos moram com sua mãe.

Este paranaense costuma cortar cana na cidade onde vive. Disse que agora está voltando o plantio de café em sua região e por isso ele não precisará mais ir à Minas Gerais para trabalhar. Viriato já trabalhou em uma carvoeira em Goiás e na colheita da cana e da laranja em São Paulo. Pensa em ter sua propriedade e uma pequena quantidade de gado, “para não trabalhar mais para patrão”.

Viriato está há dois anos fora de Colorado. Era a terceira vez que ia a Esmeralda, onde trabalhou em diversas propriedades.

Sobre a violência a qual se expunham na rodoviária, Manoel havia falado algo semelhante a Viriato:

Hoje mesmo a polícia pegou um monte. É batendo, é jogando os documentos no chão. (Manoel)

No entanto, Manoel achava que o fato de alguns trabalhadores envolverem-se com bebidas, drogas e brigas despertava a represália por parte da polícia, e todos acabavam prejudicados pelo comportamento da minoria. “Não se comportam, aí a maioria paga”.

Ramiro e Damião também comentaram sobre a brutalidade policial em relação aos trabalhadores. Além da agressão física, estes homens tinham constantemente suas bolsas reviradas e suas roupas e objetos eram jogados ao chão.

Mas ao mesmo tempo em que estes trabalhadores lamentavam-se das situações por que passavam na rodoviária, consideravam um privilégio poder estar ali durante o dia, pois era um local de encontro entre os que procuravam trabalho e os gatos e fazendeiros. Alguns trabalhadores também tinham o hábito de procurar pelos escritórios das fazendas que ficavam próximos a essa região.

Apenas homens circulavam pelo abrigo. Embora alguns estivessem viajando na companhia de amigos, quase todos viajam sozinhos. Nenhum deles levava consigo a esposa ou filhos, em virtude das incertezas da vida que levavam em busca de trabalho: não era sempre que se tinha algo para comer ou onde dormir. Conforme a explicação de André, uma criança não suporta passar por esse sofrimento:

O homem agüenta qualquer coisa. A gente fica um dia, dois dias sem comer, criança não fica nem meia hora.

André tem 35 anos e é natural de Pedra da Maria da Cruz, no norte de Minas Gerais. Ele e mais sete amigos haviam saído juntos dessa cidade à procura de trabalho. Há 10 anos ele colhe café em Esmeralda, onde morou durante um tempo. Ele e seus amigos estavam trabalhando em lavouras no município de Juscelino Kubistchek, mas “estava muito ruim”, pois não estavam conseguindo ganhar dinheiro. Estiveram em João Pinheiro, onde ficaram em um albergue para trabalhadores. Ganharam um dinheiro e conseguiram uma passagem até Patos de Minas, e de lá foram para Esmeralda.

André trabalhou em Magé, no Rio de Janeiro, por um ano, com charque e entregas. Foi a primeira vez que teve sua carteira assinada. Outras 17 pessoas de sua cidade também trabalharam para a mesma empresa. Ele voltou para o norte de Minas porque ficou com

saudades de uma namorada, que não queria que ele viajasse. André tem dois filhos e desquitou-se há pouco tempo, mas está tentando reatar o casamento. Ele construiu a casa onde morou com sua família por sete anos. Quando ele estava trabalhando em Montes Claros, sua mulher foi embora e alugou outra casa para morar. Como a casa construída por André fica fechada, já que ele passa boa parte do tempo viajando, ele lhe pediu para voltar, para ela não ter de pagar aluguel. Ele dá 100 reais por mês de pensão aos filhos e lhes compra cadernos, roupas e remédios. André pede a Deus para sua mulher voltar, para os filhos não “ficarem jogados”, pois acredita que são eles quem mais sofre com a separação dos pais.

Assim como André e seus companheiros, Rafael e Ricardo também eram amigos em Irecê, de onde saíram juntos para ir a Esmeralda colher café. “É melhor que vir sozinho. Aqui não se faz amigo. Tem gente que diz que é amigo, mas não é”, afirmou Ricardo. Ambos haviam alugado uma pequena casa junto com outros colegas em Monte Azul. Quando o dinheiro acabou e não puderam mais pagar o aluguel, foram para o abrigo, onde já haviam ficado em anos anteriores.

Rafael tem 22 anos, mora com a esposa e com o filho de um ano. Ricardo tem 24 anos, também é casado e tem uma filha de nove meses. Ele reside na casa de sua mãe, mas pensa que “quando se tem sua família, é preciso ter seu próprio canto”. Ricardo pretende juntar o dinheiro ganho com o café para construir sua própria residência. Os dois amigos nasceram e viveram sempre em Irecê.

Ricardo tem parentes em São Paulo e Uberlândia. Nesta última cidade, ele costuma trabalhar como ajudante de pedreiro e recebe 30 reais por diária. Ele diz que seus familiares tentam convencê-lo a mudar-se para Uberlândia, onde ele teria mais oportunidades de trabalho, mas ele só o fará se for possível levar sua esposa.

Ricardo pretendia ficar no máximo por dois meses em Esmeralda. Sua mulher não queria que ele viajasse. Ele estava há uma semana fora de casa e sentia muita vontade de voltar. Só sai de sua cidade porque lá ganha-se muito pouco, apenas 15 reais por dia trabalhando em construções.

Há dois anos Ricardo vai a Esmeralda apanhar café. De acordo com o que me contou, a safra não foi muito lucrativa para os trabalhadores em 2007, mas ele acreditava que em 2008 seria melhor.

Depois de algum tempo, reencontrei Rafael. Ricardo havia conseguido trabalho, mas ele não. Apesar disto, Rafael não estava sozinho: ele havia encontrado Artur, outro baiano de Irecê, de onde se conheciam de vista. Esses dois jovens trabalhadores estavam voltando para a Bahia, pois não haviam conseguido bons trabalhos. Os pais de Artur iriam depositar o

dinheiro do aluguel de sua casa para que ele pudesse comprar a passagem de volta. Este jovem, que aparenta ter em torno dos 25 anos, mora com seus pais e irmãos em Irecê. Ele separou-se de sua mulher e alugou a casa em que moravam.

Artur está desde o início do ano viajando em busca de trabalho. Foi para São Paulo, onde trabalhou como ajudante de pedreiro. Voltou para Irecê, e depois foi para Goiás, quando trabalhou em usinas de cana-de-açúcar. Por fim, foi a Esmeralda. A primeira vez que saiu de sua cidade para trabalhar foi em 2002, e depois em 2005, 2007 e 2008. Artur enfatizou que só faz isso porque em Irecê é “fraco de serviço”, pois “é muito ruim ficar tanto tempo longe da família”.

Artur trabalhou alguns dias em uma fazenda, cujo nome do dono ele não soube dizer, e pediu demissão. Ele estava ganhando muito pouco e achou o preço cobrado pela marmita muito alto. Em São Paulo e Esmeralda, lugares onde costuma trabalhar, nunca teve sua carteira assinada. Somente em Goiás foi *registrado*. Ele contou que nas fazendas menores nas quais a colheita dura 15, 20 dias, nunca se assina a carteira.

Alguns dos trabalhadores que encontrei, como Ricardo e Rafael, haviam saído de sua cidade diretamente para Esmeralda. Outros estavam há anos longe de casa e da família. Os que estavam há mais tempo sem retornar às cidades onde moravam são outros dois baianos: Roberto e Marcelinho.

Roberto tem 42 anos, nasceu e mora em Miguel Calmon, uma cidade baiana. Ele tem cinco filhas e um filho. Roberto mostrou-me um pequeno álbum com fotos de sua família. Ele foi para Esmeralda para “procurar serviço” pela primeira vez. Roberto colheu café em Luís Eduardo Magalhães e Barreira, na Bahia. Antes de ir para o Alto Paranaíba, esteve no município de Boqueirão, em Goiás, trabalhando em uma usina de cana de açúcar. Ele também já trabalhou em lavouras de feijão e em “serviços gerais”. Continuou em busca de emprego por lá, mas não encontrou, por isso decidiu ir para Minas Gerais. Este baiano está há três anos fora de sua casa e sente muitas saudades de sua mãe.

Quando conversamos pela primeira vez e eu expliquei sobre a pesquisa, Roberto agradeceu a Deus e a mim por eu estar ali entrevistando-o. Ele também agradeceu a Igor, que estava presente, por tê-los recebido tão bem, tratando-os “com todo amor e com todo carinho”. Nas vezes em que encontrei-o na rodoviária, ele sempre apresentava-me aos outros trabalhadores aos quais tentava convencer sobre a importância de conversar comigo por eu estar interessada na vida deles.

Marcelinho, de aproximadamente 30 anos, saiu de Irecê, sua cidade natal, em 1999. Nesta época, sua filha tinha quatro anos e seu filho dois anos. Considerava-se casado, mas

depois de nove anos sem dar notícias, não sabia se a mulher ainda esperava por ele. Ele mostrou-me as fotos de seu filho, de seus irmãos, de sua cidade e de sua casa. Marcelinho tinha um pequeno sítio, vizinho ao de seu pai, no qual plantava feijão, mandioca, jiló e melancia, “para não passar fome”. Este trabalhador circulou por diversos estados do sul e do sudeste, cortando cana e colhendo laranja e café. Ele havia passado um dia na Fazenda Santo Antonio e não quis mais trabalhar lá.

André, que estava fora de casa há 15 dias, contou sobre o irmão de um colega que há doze anos deixou a cidade natal e nunca mais retornou ou deu notícias à família. Este trabalhador e seus companheiros estiveram procurando por ele e não o encontraram.

Muitos desses trabalhadores se envolviam com mulheres, sobretudo prostitutas, durante suas viagens, alegando que passavam muito tempo longe de suas esposas. Manoel contou que havia conhecido uma “menina bonitinha” na rodoviária. Foi com ela para um quarto de hotel, e quando chegou lá, ela estava com cocaína. Dispensou-a porque não queria envolver-se com drogas. Esses trabalhadores tinham o máximo cuidado para abordar esse assunto comigo de uma forma respeitosa. Quando Manoel me contou o seu envolvimento com uma prostituta, muitos riram constrangidos.

De acordo com o que me foi relatado por esses trabalhadores, não parece haver entre eles e as mulheres que conhecem nos municípios onde trabalham um envolvimento para além de um breve contato sexual. A maioria desses homens não cogitava formar novas famílias, por mais que tivesse perdido o contato com os filhos e esposas. Eles explicavam que não conseguiam nem manter a família que tinham deixado no lugar de origem, e, portanto, não tinham condições de formar novas famílias.

Murray apud Menezes (2002) critica a perspectiva dualista na abordagem da relação entre os trabalhadores que saem de suas cidades em busca de trabalho e suas famílias deixadas no lugar de origem. Segundo essa perspectiva, a migração significa a dissolução das famílias, ou, do contrário, representa a única possibilidade de sua permanência. Esse dualismo é combatido pelo argumento de que tal postura teórica apenas tem contribuído para a difusão do economicismo nascente da prerrogativa de definir todas as relações em termos econômicos.

Nenhum dos trabalhadores entrevistados era associado do sindicato de Esmeralda ou de qualquer outro. Para Manoel, o sindicato não se importa com eles e não cumpre a obrigação de ir às fazendas para verificar suas condições de trabalho:

Se você tem uma firma, tem que contratar 20 operários, sabe que é uma parada de risco. Tem que ter ali um material, bota,

luva. Pra uma construção não dá bota, não dá tudo? Então. Seria tão bom se eles sempre visitassem as fazendas, mas não visitam. Só se ligar, alguém denunciar. Aí eles vão lá. Esse negócio mesmo de documentação pra assinar a carteira de trabalho. Eles têm que ver isso e não vê.

Eduardo concordava com Manoel e achava que os sindicalistas só pensam em enriquecer às custas dos trabalhadores.

Houve um episódio no qual ficou evidente o desconforto entre os representantes do sindicato e os trabalhadores. Certo dia, ao caminhar pelo centro da cidade, encontrei novamente Ramiro, de Itabuna, e outros três homens que estavam com ele no abrigo na noite anterior. Ele e mais quinze homens haviam trabalhado na Fazenda Santo Antonio durante cinco dias (ele mostrou-me sua carteira de trabalho) e pediram demissão. O *gato* João da Bica não quis *dar baixa* na carteira, ou seja, liberá-los. Para isto, ele impôs como condição que pagassem o aviso prévio ou trabalhassem mais oito dias. Eles se negaram a cumprir essas exigências, pois se ficassem mais oito dias, mais 56 reais seriam descontados pela alimentação, já que marmita custava sete reais por dia. Eles também não tinham dinheiro para pagar o aviso. O baiano também falou sobre como o *gato* vende cachaça para tirar o dinheiro do trabalhador. O preço da saca de café em Santo Antonio, nesta época, havia subido para dez reais. No dia seguinte, Ramiro e outros três companheiros que estavam com ele no abrigo ligariam para outra fazenda à procura de trabalho.

Por fim, este grupo conseguiu trabalho em uma das fazendas de Carlos Heitor, através de um gato que os chamou na rodoviária, e precisavam que constasse a liberação na carteira de trabalho. Além disso, eles estavam sem dinheiro para comida e hospedagem, e só poderiam passar mais uma noite no abrigo.

Estes trabalhadores queriam pedir auxílio ao sindicato para resolver essa situação. Raimundo repetia que o sindicato teria que ajudá-los, pois essa era sua função, fazer algo pelos trabalhadores. Como esse grupo não sabia onde ficava a sede do sindicato de Esmeralda, eu e minha colega de pesquisa que me acompanhava neste dia, nos oferecemos para levá-los até lá.

Ao longo do caminho, Ramiro era o único entre os trabalhadores que falava conosco. Os outros três andavam atrás de nós, a uma distância considerável. O senhor de Itabuna contou que além de cobrar pela marmita (e pela cachaça), o *gato* vende pacotes de biscoitos para os trabalhadores alojados pelo triplo do preço do mercado.

Ao chegarmos ao sindicato, falamos com o recepcionista e explicamos o caso. Ele pediu que os trabalhadores aguardassem o atendimento de Giovana. Quando a advogada apareceu, explicamos novamente o que se passava com Ramiro e os outros safristas. Parecendo constrangida com a nossa iniciativa, ela pediu que esperássemos.

Decidimos então recorrer a Miriam, presidente do sindicato, que havia ido nos cumprimentar. Ela não foi muito receptiva, e apenas nos instruiu que eles deveriam ter procurado o Ninter, responsável por resolver questões envolvendo trabalhadores empregados há menos de um ano.

Miriam pediu que eu a apresentasse aos *safristas*, que permaneceram todo o tempo ao lado de fora do sindicato, possivelmente por não terem se sentido à vontade para entrar com suas roupas sujas de terra. Deixei-os conversando, e entrei novamente. Pouco depois, Ramiro nos chamou, nos cumprimentou e agradeceu por termos lhes levado até ali.

Após tê-los dispensado, Miriam explicou a Giovana o acontecido. A advogada veio falar conosco, em tom de brincadeira: “Como é que vocês ficam trazendo esse povo errado aqui... Essas duas vão virar nossas assessoras”.

Na noite seguinte, fui ao abrigo especialmente para encontrar Ramiro e saber o que havia acontecido depois que ele e seus companheiros saíram do sindicato no dia anterior. Os trabalhadores haviam retornado ao Ninter e, a princípio, os conciliadores haviam dito que nada poderiam fazer por eles. Um dos baianos ficou muito irritado e começou a gritar que iria denunciá-los para a polícia federal. Felisberto, o conciliador que representava os trabalhadores, decidiu ligar para a fazenda e resolver o problema. Naquele mesmo dia, eles voltaram à fazenda e conseguiram a *baixa* na carteira. Foram ao escritório da Fazenda Santo Antonio, e receberam o que lhes era devido. Eles conseguiram o trabalho na fazenda de Carlos Heitor. Ramiro mostrou-me os exames médicos que lhes foram pedidos para a admissão na fazenda.

Quando tinham problemas trabalhistas, muitos trabalhadores deixavam de recorrer ao sindicato de Esmeralda ou de outras regiões, por acreditarem que não havia interesse por parte destes em ajudá-los. Em um ano anterior, Viriato havia trabalhado quatro meses em uma fazenda em Esmeralda, e quando foi receber o dinheiro ao qual tinha direito, lhe pagaram apenas 38 reais. Ele não quis procurar o sindicato, pois achava que “a corda arreventa sempre do lado mais fraco”. Mauro concordou com ele e explicou-me que como eles estão sempre viajando ou moram em outras cidades e estados, fica difícil abrir um processo contra o patrão.

Stolcke (1986) também relata o medo dos trabalhadores do café do interior de São Paulo de entrar na justiça contra o patrão para exigir o cumprimento de seus direitos. Os que o

fazem, ficam marcados e têm dificuldades para empregar-se novamente. A existência de um exército de reserva, uma massa de trabalhadores em busca de trabalho, faz recuar os empregados da fazenda diante das greves, temerosos de perder o emprego. E ainda que não se perca o emprego, um dia a menos de trabalho é muito para quem ganha por diária.

No entanto, a não adesão a greves ou a inexistência de insurreições contra as formas de exploração e controle da fazenda não significa passividade ou conformismo. Scott (1986) sugere a análise das formas cotidianas de resistência para entender como a escolha por não participar de mobilizações abertas se inscreve na estratégia de manutenção do emprego e sobrevivência desses trabalhadores.

Carpir o mato grande e deixar o pequeno para continuar a ter serviço, parar de trabalhar ao primeiro sinal de chuva, furtos de sacas dos gêneros produzidos e quebras de peças das máquinas durante à noite são alguns atos de resistência e revolta descritos por Stolcke (1986) e Scott (1986). Enquanto qualquer pequena rebelião declarada desperta grande repressão por parte do Estado e dos patrões, esses atos de sabotagem podem produzir grande impacto na luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações (Scott, 1986).

Em Esmeralda, não parece haver boicotes ao maquinário e nem roubos de sacas de café. As formas cotidianas de resistência consistem em pequenas greves, deserção e divulgação de histórias ruins sobre fazendeiros, fazendas e gatos; a construção de uma má reputação (Bailey, 1971) de seus empregadores. Uma fazenda com má fama, como a Santo Antonio, parece ter mais dificuldades em conseguir trabalhadores e, sobretudo, em mantê-los. O alto índice de abandono do trabalho, ainda que não afete substancialmente a produção de uma fazenda, não deixa de ser um inconveniente para proprietários e empreiteiros.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados tinha uma origem na *roça* e cresceu trabalhando com os pais na lavoura, como Roberto. Seu pai morreu quando ele tinha apenas cinco anos, e ele e os quatro irmãos passaram a ajudar a mãe, plantando feijão, abóbora, mamona e melancia no pequeno sítio onde viviam. Ainda hoje, a maioria de seus familiares mora na área rural:

Eu nasci na roça e gosto da roça. Tudo é bonito na roça. Tudo o que se planta colhe. Na cidade tudo é comprado, tudo é caro. Na roça, quando nasci, eu tinha que andar 8 km a pé para ir à escola. Hoje em dia eu vejo “pirua” (Kombi) carregando menino de escola pra tudo quanto é lugar.

Assim como Roberto, a maioria preferia a vida rural, considerada menos difícil. A roça é definida como um lugar onde não se passa fome, quando se pode plantar. A vida na cidade é pensada como sendo para quem tem um maior grau de escolaridade e, portanto, melhores oportunidades de trabalho, como afirmou Artur: “A vida na cidade é muito difícil para quem não tem estudo”. Alguns dos trabalhadores entrevistados eram analfabetos e poucos haviam completado o ensino médio; a maioria tinha apenas o ensino fundamental incompleto.

A família de André, ao contrário da de Roberto, atualmente mora toda na cidade. Mas aquele trabalhador também nasceu e cresceu na *roça*, onde prefere viver:

O bom da roça é isso... Na roça, sem dinheiro você passa, na cidade, não. Tudo tem que ter dinheiro. Quando tem que ir no bairro Monte Azul, se não tiver dinheiro para a passagem, leva um dia inteiro para ir a pé e voltar. Na cidade, se você não tiver dinheiro, você não é nada.

Muitos desses trabalhadores, que cresceram em pequenas propriedades da família, perderam suas terras, por razões diversas. No entanto, alguns ainda plantam pequenas roças para subsistência. Ter terra representa segurança e alguma autonomia para não depender apenas de trabalhar para *patrão*:

Viriato: Quando você trabalha para você, é diferente. Você tendo a sua terrinha, você tem o maior valor do mundo. Você vai lá, planta um negócio, você vai lá na cidade, você vende. Você tem progresso, você tem tudo, você tem valor. Agora se você trabalha pro patrão, o patrão não te dá valor, não.

Mauro: E muitas vezes sendo humilhado...

Viriato: Você tem que ter a sua terra.

Mauro: Mesmo se a pessoa não puder comprar a terra, pode entrar em sociedade com o outro. E ali, a pessoa trabalhando, tendo uma estabilidade mais ou menos, tem alguma coisa que você vai comercializando, vai entrando um “troquinho”, mesmo que você não tenha terra, mais você pode comprar um gado, bota na terra de outro... Outro que eu digo assim, que seja conhecido seu. Aí você vai cuidando da terra junto com o

outro parceiro. Fica como se você tivesse um pedacinho de terra... Conforme você vai progredindo, você pode comprar um pedacinho de terra na mão de um colega seu.

Mauro avaliava que em sua terra estava melhor, pois ao menos não passava fome. Para ele, muitas vezes compensava o trabalhador rural trabalhar apenas em sua propriedade, caso tivesse, ainda que fosse somente para *sobreviver*, do que sair da sua cidade para “trabalhar para patrão”. Manoel partilhava de opinião semelhante e queixava-se de que jamais sairia novamente de sua cidade sem emprego certo, pois também havia passado fome. Ele falava repetidamente que nunca mais sairia de Salvador em busca de emprego, e que isso era uma “besteira”, a não ser que tivesse algum parente no lugar para o qual viajasse:

Se não tivesse o albergue (o abrigo), como é que a gente ia ficar? Não ia ter onde dormir, ia dormir na rodoviária. Por isso que eu estou pra trabalhar, arrumar algum dinheiro pra comprar a passagem e ir embora. Agora não faço mais isso não, sair para trabalhar assim.

André também achava que por mais difícil que fosse a vida em seu município, ao menos ele estava perto de sua família:

O norte de Minas é sofrido, mas pelos menos tem os seus parentes, você está na sua casa, a gente tem um apoio. Porque você sabe, a gente vem pra trabalhar assim, porque serviço nenhum não é bom, mas a gente vem aventurar. Há 10 anos, não dava para perder dinheiro, mas agora, mudou as coisas muito. Não sei como é que está. Acho que não dá para perder, não. Acho que dá para salvar pelo menos uns seis meses para fazer uma feira boa.

É corrente entre esses trabalhadores, assim como entre os entrevistados de Monte Azul, a idéia de que *antigamente* se ganhava mais dinheiro e a oferta de trabalho era maior para os apanhadores de café. Manoel havia trabalhado na Fazenda Santo Antonio e pediu demissão:

O dinheiro não compensa. O patrão aproveita. Eu pensava que era uma coisa, mas é outra. Agora não é mais como antigamente... Antigamente qualquer pessoa tinha vontade de vir... Se ganhava mais dinheiro. Hoje tudo é mais difícil.

Nas outras vezes em que estive em Esmeralda, Viriato sempre conseguiu trabalho. Ele atribuía as dificuldades para empregar-se no ano de 2008 ao atraso no início da colheita em virtude da longa temporada de chuvas:

Viriato: A gente vem à procura de uma melhora, trabalhar para dar uma roupa melhor para os filhos, comprar alguma coisa pra botar dentro de casa, uma televisão, um sofá, alguma coisa. Antigamente existia a gente ganhar dinheiro para fazer isso. Aqui a gente vinha já sabendo que levava (dinheiro). Mas agora, o que nós estamos levando é “ferro”.

Mauro: Eu estou aqui pra ver se dou uma melhora pra minha família, mas estou vendo que não vai dar. (...) Estamos batalhando por aí pra ver se a gente consegue alguma coisa. E vamos tentar. Porque nós estamos nessa luta e nascemos pra isso mesmo. E vamos batalhar, nunca pode abaixar a cabeça e tem que ser aquilo que a gente é.

Para Viriato, os governos estaduais deveriam ter a preocupação de gerar mais empregos para os agricultores, para que não fosse necessário viajar à procura de trabalho: “As pessoas não deveriam passar pelo sofrimento de ter que sair da sua casa e ficar longe da família”.

Hoje é um tempo em que se ganha menos e as dificuldades para conseguir trabalho são maiores. No entanto, não se pode voltar para casa sem dinheiro, fato que provoca vergonha e é percebido como fracasso no lugar de origem. “Voltar sem dinheiro não dá. Tem que seguir pra frente”, dizia André.

O pouco dinheiro que se ganha é preciso poupá-lo. Segundo Mauro, mesmo que o *acerto* seja ruim, é necessário guardá-lo para enviar à família. Aqueles que *ficam na gandaia* e gastam o que ganharam são sempre criticados. No entanto, para Mauro e Viriato, quem tem filhos, tem que “pensar muito e ter *responsabilidade*”.

Josiel, de 28 anos, nascido em Irecê, destacava-se entre os trabalhadores. Enquanto quase todos desesperavam-se para conseguir um emprego e falavam em ir embora de Esmeralda, ele me pareceu mais seguro e com uma situação financeira melhor, o que lhe permitia certa margem de escolha entre as ofertas de trabalho. Este trabalhador não aceitava qualquer *serviço*. Josiel está há um ano fora de casa e trabalhou em lavouras de soja, milho, feijão, mamona e em uma carvoeira. Ele mora sozinho, é separado e não tem filhos.

Os outros trabalhadores admiravam-se da situação de Josiel. Como havia entre eles alguma convivência, mesmo passageira, no abrigo ou na rodoviária, embora sendo de lugares diferentes, os trabalhadores sabiam o que se passava uns com os outros: quem havia sido preso por beber e brigar, quem era o recordista do número de sacas colhidas em uma fazenda, quem não conseguia colher nada, entre outras informações do tipo circulavam entre esses trabalhadores.

Roberto contou que Josiel havia recebido cinco propostas de trabalho; o próprio Josiel confirmou essa história e acrescentou que três dessas aconteceram em apenas um dia. Roberto dizia que enquanto Josiel rejeitava trabalho, os outros não o conseguiam.

Apesar de, *não conseguir trabalho*, de forma geral, ser considerado como uma dificuldade explicada pelo uso crescente do maquinário ou por uma safra ruim, muitas vezes havia entre os trabalhadores insinuações ou até acusações explícitas sobre a incapacidade individual de conseguir empregar-se. Quando Manoel falava sobre como não podia retornar à Salvador por não ter como pagar a passagem de volta, Josiel disse que se ele trabalhasse apenas três dias, conseguiria o dinheiro para ir embora, sugerindo que era difícil não conseguir nenhum *serviço*:

Manoel: Mas cadê o trabalho?

Josiel: Eu arrumei três serviços de ontem pra hoje.

Manoel: Sim, mas a gente não arruma, a gente fica ali...

Roberto: A história dele sabe como é que é? No meio de cem, às vezes dez arruma...

Manoel: Você (referindo-se ao Josiel) arrumou e não quis, eu estou doido, estou procurando e não estou achando. O que eu puder fazer eu faço, se não puder...

Em outra ocasião, quando Roberto chegou ao abrigo, eu conversava com um cearense que havia ido a Esmeralda para trabalhar em uma *chácara*. Roberto queria ir embora de

Esmeralda, pois havia se *enganado* com a cidade. Ele contou que nunca havia passado por uma situação tão difícil e estava até pedindo dinheiro para as pessoas nas ruas. Roberto havia ligado para uma de suas filhas que iria lhe mandar dinheiro para ele ir a Brasília encontrá-la. Ela também havia ido procurar emprego na capital federal.

Roberto partiria no outro dia, e mesmo que alguém lhe oferecesse emprego, não ficaria mais em Esmeralda. O cearense provocou-o, dizendo que para quem sabia trabalhar, emprego não faltava. Ele disse ainda que se tentasse, certamente acharia trabalho, pois isto nunca havia lhe faltado. O baiano se irritou, pois havia passado cinco dias procurando emprego. O cearense, muito alcoolizado, ria e debochava. Roberto ficou muito nervoso, perguntou-lhe se ele havia bebido e disse que não conversaria mais com ele, somente comigo.

As qualificações pessoais, a força de vontade e a sorte, ou a ausência destas, apesar das circunstâncias difíceis, são importantes diferenciais que colaboram para o sucesso ou o fracasso na empreitada de empregar-se, e, sobretudo, empregar-se bem, assim como a ajuda divina:

Se a pessoa quiser trabalhar e tiver fê em Deus, serviço não falta. (Patrício)

Só Deus que sabe se a gente vai ganhar dinheiro ou não.
(André)

No caso de Alúcio, um rapaz de Campinas, os outros trabalhadores alojados no abrigo especulavam sobre sua sanidade e achavam difícil que ele se empregasse, pois ninguém daria essa oportunidade a alguém com indícios de perturbação mental.

Este rapaz havia passado duas noites no abrigo. Ele nunca jantava e nem se sentava para conversar com os outros, apesar da insistência para que ele se aproximasse e partilhasse os seus problemas, desabafasse. Em poucas palavras, Alúcio resumiu para mim a sua vida:

A minha história é diferente... A minha família me abandonou, sumiu todo mundo... Aí eu procurei sair, viver a minha vida, ser eu. Jovem, saudável. Fui para o litoral, fui passando por um monte de lugares. Andei de São Paulo até o litoral. Do litoral vim parar nesse estado aqui, fui para Pirapora, onde fiquei três meses parado, desempregado, procurando serviço... Porque eu sou jovem, preciso pelo

menos de um salário para desenvolver as minhas idéias, os meus planos, minha vida, ter uma família. Em Pirapora não consegui nada. Aí passei direto por Juscelino Kubistchek, João Pinheiro, Patos, onde fiquei três dias. Também não consegui nada. Aí vim parar aqui. Aí quem sabe aqui eu tenho uma oportunidade, onde os representantes desse lugar possam fazer alguma coisa por mim. Um emprego e um lugar onde eu possa me estabilizar e ter uma família, que é o mais importante para mim. Viver um pouco mais diferente, incentivar a saúde, a paz, o evangelho, isso é o mais importante para o mundo inteiro, para o país. O país precisa desenvolver, dar oportunidade para as pessoas que são boas, são inteligentes, só precisam de alguém que os apóie, então na minha opinião, se eu puder ter essas condições, eu vou desenvolver. Mas mesmo se eu não conseguir, eu vou caminhar, vou procurar os meus direitos, que eu sou um ser humano.

As tentativas frustradas de conseguir emprego levavam sempre à escolha de sair de Esmeralda e ir para localidades próximas, para continuar tentando uma vaga como safrista em alguma fazenda de café. Muitos também iam para outros estados, como Roberto, ou falavam em voltar para casa, como Édison, de 25 anos, natural de Bom Jesus da Lapa. Após ficar desempregado, ele voltou a dormir no abrigo após um mês. Ele estava há um pouco mais de 30 dias em Esmeralda, para onde tinha ido pela primeira vez.

Segundo este baiano, muitos trabalhadores que foram à Esmeralda para trabalhar na colheita estavam voltando para suas regiões de origem já no final de junho (o período da safra vai até setembro ou outubro), e muitos outros estavam trabalhando somente para pagar a passagem de volta, pois ninguém estava conseguindo ganhar dinheiro.

Viriato havia trabalhado durante 12 dias em um *sítio* com um *gato*, até o fim da colheita. Poucos dias depois, o mesmo empreiteiro o chamou novamente para colher café, mas dessa vez ele não quis ficar até o término do trabalho, pois estava ganhando somente 15 reais por dia, sem os descontos pelas refeições. Este trabalhador e seus companheiros caminharam 30 km até a cidade, pois o empreiteiro não quis disponibilizar o ônibus para transportá-los após os pedidos de demissão.

Viriato não sabia informar o nome da fazenda ou do fazendeiro para o qual trabalhou. Ele disse que nunca o viu, pois resolviam tudo com o *gato*, cujo nome ele também não recordava. É comum os trabalhadores dizerem que não conhecem e nem sabem o nome do fazendeiro para o qual trabalharão. Ainda que saibam e prefiram não falar, o empreiteiro e o gerente da fazenda são figuras muito mais presentes em seu cotidiano, pois lidam diretamente com eles. Por esta razão, para os trabalhadores, estes profissionais e em especial o *gato*, muito mais que o proprietário, são os responsáveis pela exploração, pelos salários baixos e pelas demissões injustas. No caso da Fazenda Santo Antonio, por exemplo, os *gatos* Carlos Bigode (que descobri ser primo de Andréia, a mulher de Igor) e João da Bica são sempre mencionados por tirarem o dinheiro dos trabalhadores, mas o dono nunca foi citado por nenhum dos *safristas* com quem conversei.

As investidas para conseguir emprego usualmente eram feitas em grupo, mesmo que este fosse formado por trabalhadores que haviam acabado de se conhecer. Patrício havia chamado alguns dos trabalhadores entre os presentes no abrigo para conversar com um cafeicultor com quem ele havia trabalhado em anos anteriores. Este produtor era dono de um pequeno mercado próximo a rodoviária. Eles iriam procurá-lo neste mercado e ofereceriam sua mão de obra para a colheita:

Eu já trabalhei com ele, e ele disse: “A hora que você vier, a porta está aberta”. Vamos ver o preço do café, o preço da “bóia” (refeição), vai ser tudo cantina (comprariam a comida da fazenda). Nós chegemos hoje... Está em cinco reais. Vamos ver o preço que ele vai fazer... Não gosto de fazer promoção, não sou empreiteiro. Por que eu vou levar o cara enganado? Não vou. Se eu estou na luta, eu quero que os nossos coleguinhas também levem dinheiro embora. (Patrício)

Patrício tinha aproximadamente 60 anos e era paranaense. Ele é separado, não tem filhos e nem residência fixa. Há anos ele trabalhava nos cafezais de Esmeralda, Monte Carmelo e Citrino. Em 2008, antes de ir à Esmeralda, onde estava há três dias, ele estava colhendo laranja no interior de São Paulo, mas desistiu deste trabalho porque não estava ganhando dinheiro. “Estava muito ruim”. O empreiteiro que o empregou o estava roubando.

Damião também falava sobre a importância da *união* entre os trabalhadores para superar as condições precárias nas quais estavam vivendo, o que levava muitos a pedir água e

comida nas casas da cidade. De forma semelhante a Patrício, ele dizia que “Não sou malfeitor, não sou gato, não sou agenciador de fazenda” e acreditava que *por ser paranaense*, o que supunha uma maior experiência no trabalho com o café, poderia e desejava ajudar aqueles que tinham menor prática nesta lavoura.

Na primeira vez em que conversamos, André aguardava a confirmação de um trabalho para ele e os outros sete amigos que haviam saído juntos de sua cidade. Ele falava repetidamente que “um tem que fazer pelo outro” e “onde um está, o outro entra”. Algum tempo depois, eles conseguiram trabalho em uma plantação de pimenta, na falta do trabalho no café. Como só havia emprego para três, eles se revezariam, para que os oito pudessem trabalhar. Cada um ganharia 25 reais por dia. Este arranjo feito por estes trabalhadores tem a ver com o discurso sobre a *união*, de que *um tem que fazer pelo outro* e que todos têm que estar *unidos*, conforme repetido por alguns, como André, Patrício e Damião. O primeiro, para exemplificar esta postura, contou que dividiu o dinheiro que havia poupado com seus colegas que haviam ficado sem nada.

Quando posteriormente, reencontrei André, soube que apenas três dos seus companheiros permaneceram trabalhando na pimenteira. Ele e outro amigo que foram trabalhar em um silo de uma pequena fazenda haviam voltado a dormir no abrigo, apesar de já terem excedido as noites às quais teriam direito. Igor não teria permitido que os outros também voltassem ao abrigo porque estavam bêbados. Este grupo do norte de Minas planejava alugar uma casa em Monte Azul para morar durante o período da safra, quando todos estivessem empregados.

Da mesma forma que em Monte Azul, circulava entre os trabalhadores do abrigo informações sobre onde estava *bom de serviço*. João Fagundes, um pernambucano que morava no município de Varzelândia, no norte de Minas Gerais, pensava em ir a Citrino, mas Viriato, a quem ele havia conhecido no abrigo recomendou que não o fizesse. Este paranaense comentou que em Citrino só havia pequenas plantações de tomate e café, cuja colheita durava apenas um mês e os preços pagos pelas sacas eram muito baixos.

João, antes de ir a Esmeralda, estava trabalhando em um cafezal em Monte Carmelo, mas logo pediu demissão, pois estava ganhando muito pouco. O preço da saca de café na fazenda onde havia trabalhado era quatro reais e as refeições custavam cinco reais por dia aos trabalhadores. Ele conseguiu uma passagem com uma assistente social da prefeitura para ir a Esmeralda. Disse que não houve dificuldades, bastou explicar a situação.

Em 1972, João Fagundes saiu de Pernambuco e retornou em 1976. Hoje ele não tem nenhum vínculo com seus parentes no nordeste. Esse trabalhador também morou 27 anos em

São Paulo e esteve em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, cujo clima achou muito quente. Quando perguntei por que os trabalhadores rurais não costumam buscar trabalho no Rio de Janeiro como em São Paulo, ele respondeu que não há emprego naquele estado, pois os cariocas não gostam de trabalhar, querem apenas ficar bebendo cerveja na praia.

João tem 50 anos e é viúvo desde 2005. Suas duas filhas, uma de 15 anos e outra de 19 anos, moram com sua sogra, que possui umas *terrinhas*, onde plantam feijão, milho e mandioca.

O pernambucano, além de pagar pelo almoço e pelo jantar das fazendas onde trabalha, compra biscoitos para complementar a alimentação, porque acha o café servido pela manhã muito fraco. Ele também costuma comprar aparelho de barbear e outros itens para higiene pessoal. Com todos esses gastos, não lhe sobra dinheiro algum. Ele vendeu seu celular, do qual sempre falava com suas filhas, para pagar as diárias de oito reais do hotel onde estava hospedado na rodoviária, antes de ir ao abrigo.

Há três anos João trabalha nos cafezais em Esmeralda. No ano anterior ficou até setembro e depois voltou para a cidade onde mora. Ficou até o dia 21 de dezembro em Varzelândia e em seguida foi para São Paulo, onde trabalhou como servente de pedreiro e ficou hospedado na casa de seus irmãos. De lá, voltou para Minas, onde estava há 15 dias. Além de Monte Carmelo, João esteve também em São Gotardo procurando por trabalho.

João Fagundes avaliava que, há alguns anos, algumas fazendas melhoraram as condições de habitação e trabalho para os trabalhadores. Em uma das fazendas em que havia trabalhado em Esmeralda, ele afirmou ter *pelo menos* água quente para tomar banho. Para Viriato, houve mudanças porque “bateu a federal”, se referindo à fiscalização do Ministério do Trabalho. João também achava que agora “está mais sério”, embora ambos ponderassem que muitas melhorias ainda estão por serem feitas.

A avaliação sobre onde está *bom de serviço*, inclui não somente municípios, mas também fazendas. Os trabalhadores fazem uma distinção entre *fazenda boa* e *fazenda ruim* (termo meu). *Fazenda boa* é onde “eles ajudam mesmo”, segundo Roberto. De acordo com André, ganha-se dinheiro quando se consegue trabalhar em uma *fazenda boa*. *Fazenda boa* é aquela onde os trabalhadores são *bem cuidados*, ganham bem, tem direito a banho com chuveiro quente e boa alimentação:

Manoel: Fazenda boa que eu falo é o jeito de cuidar da gente...

André: E o que dá para ganhar um “troquinho” também...

Manoel: Você não se preocupa com nada, tem alimentação, tem banho, chuveiro quente.

Do contrário, a fazenda ruim, entre as quais a maior expoente é a Fazenda Santo Antonio, é aquela onde eles não têm seus direitos respeitados e são *humilhados*. Manoel havia trabalhado durante quinze dias nesta fazenda e descreveu o alojamento, situado em uma área próxima a um chiqueiro, como sendo frio e insalubre:

Hoje em dia é muito difícil encontrar uma fazenda que assine a carteira. Que cuide da pessoa. Esse povo mesmo (da Fazenda Santo Antonio)... Não assina a carteira de ninguém... Dá o preço do café e quem quiser trabalhar... A comida também não dá, a gente tem que se virar. A gente tem que fazer, comprar nossa comida.

André contou que ninguém quer trabalhar na Fazenda Santo Antonio, e muitos dos que nela trabalharam, se demitiram, em virtude da exploração e dos maus tratos aos quais eram submetidos pelo gato. Este ficava com parte do dinheiro ganho pelos trabalhadores e cobrava caro pelas refeições, reduzindo bastante o salário dos *safristas*.

Quase todos os trabalhadores narravam histórias sobre a Fazenda Santo Antonio, mesmo aqueles que nunca haviam estado lá. Édson também reclamou da péssima qualidade da comida e do alojamento desta fazenda. O colchão no qual dormia era muito fino, e ele recusou-se a provar a marmitta.

Édson e um amigo, como quase todos que se demitiram da Fazenda Santo Antonio, não quiseram esperar pelo ônibus que os transportaria à cidade e voltaram caminhando. Segundo este trabalhador, quando alguém pede demissão dessa fazenda, a dispensa leva cinco dias para que os trabalhadores continuem consumindo as refeições e, portanto, recebam salários ainda menores. Um conhecido, ao final de um mês de trabalho nesta fazenda, só recebeu 60 reais depois de descontados os valores pagos pela alimentação e pelo EPI. Édson também contou histórias sobre corpos de trabalhadores encontrados nesta fazenda.

Roberto e Marcelinho haviam passado um dia na Fazenda Santo Antonio e também não quiseram mais trabalhar lá. Eles contaram que pela manhã, quando os trabalhadores acordam, o empreiteiro oferece cachaça para todos antes de irem para a lavoura, assim como na hora do almoço. “O caboclo já vai pra lavoura doidão”, disse Roberto.

Conforme os relatos dos trabalhadores, não adiantava queixar-se com o João da Bica, pois ele dizia: “aqui quem manda sou eu” e continuava os tratando mal. Há nesta fazenda outro gato, o Carlos Bigode, mas ele é considerado tão ruim para os trabalhadores quanto o João da Bica. A opinião corrente entre os trabalhadores com quem conversei no abrigo sobre os gatos, era que os empreiteiros se aproveitam de sua situação vulnerável para explorá-los. Eles sempre pagam menos pela saca do que o acordado previamente. Muitas vezes, o que os apanhadores de café ganham ao final da colheita, não cobre nem as refeições, cujo preço cobrado pelo empreiteiro gira em torno de seis reais por dia.

O ideal de muitos trabalhadores, e o critério definidor de alguns, era trabalhar em fazendas onde pudessem negociar diretamente com o fazendeiro ou com o gerente. Josiel, por exemplo, não aceitava trabalhar para empreiteiro, para não ter de repassar parte do dinheiro ganho. Ele só trabalhava em fazendas nas quais não havia intermediário entre ele e o proprietário:

Eu não vou em todo serviço, não. Com empreiteiro, você não ganha o que você quer ganhar. Com empreiteiro, você esforça e não ganha dinheiro.

Manoel concordava que era melhor trabalhar sem o empreiteiro. Em sua concepção, só é possível ganhar dinheiro para mandar para a família quando se trabalha com carteira assinada e sem o intermédio do gato. “Com o gato, só se ganha para sobreviver onde estiver”, afirmou. Artur também não queria mais trabalhar com *gato*, pois achava que este lucrava muito em cima dos *bóias frias*.

No entanto, Roberto lembrou que em nem todos os lugares é possível trabalhar sem o gato, pois muitos proprietários não aceitam conversar com os trabalhadores. Quando estes os procuram, os fazendeiros pedem que procurem o empreiteiro. Ele citou como exemplo sua experiência em usinas de cana, onde só se trabalha com um mediador entre trabalhadores e patrões. Em meio a esta conversa, Patrício observou que na fazenda aonde ele levaria os trabalhadores para conversar não havia gatos:

Não tem gato, é o próprio dono da fazenda. Nós vamos conversar com ele, o preço do saquinho de café, o preço da marmita, tudo bem certinho, para não ir enganado.

Caso fossem contratados, esses trabalhadores ficariam no alojamento desta fazenda. Em que pese todas queixas e denúncias com relação à precariedade dos alojamentos das fazendas, não somente de Esmeralda, mas de outras regiões também, a maioria dos trabalhadores não gosta de trabalhar em fazendas que não oferecem alojamento, pois quando alugam casas na cidade para morar durante o trabalho na colheita, acabam freqüentando bares e gastando o dinheiro, além de terem que acordar mais cedo para se deslocar até as propriedades e de correrem o risco de serem assaltados. André preferia ficar nos alojamentos:

Você evita de gastar na rua... Às vezes tem alguém que bebe. Quando chega na quinzena, ele pegou aquele dinheiro, ele estoura, fica sem um real, que nem eu já vi aqui. A pessoa tirava a safra todinha aqui, quando chegava dia de ir embora, não tinha nem o dinheiro da passagem para ir embora. Tem uma coisa também, igual uns colegas meu que não conhecem, nunca vieram aqui... Aqui em Esmeralda, tem uma vantagem, é bom. E também tem uma desvantagem. Tem muita gente aqui nessa época que fica só dependendo de esperar uma pessoa chegar, quando a pessoa bebe, eles tomam o dinheiro, o cara fica liso, até documento vai embora. E pra não acontecer isso, é melhor a pessoa ficar alojada.

Patrício também preferia acordar e já estar “dentro do serviço”. Manoel, em outra cidade, trabalhou em uma fazenda que não possuía alojamento. Ele acordava às quatro horas da manhã para preparar a marmita para levar para a roça. Quando saía para pegar o ônibus que o levaria à fazenda, o dia ainda não havia amanhecido.

No entanto, Roberto argumentou que mesmo quando os trabalhadores ficam nas fazendas, muitas vezes ao final da colheita, não recebem dinheiro algum, em função dos descontos relacionados aos gastos com a alimentação e com o material de proteção.

Apesar destas considerações, havia entre esses trabalhadores alguma discordância sobre se compensava ou não trabalhar com gatos. Quando indagado sobre o quanto os gatos ganhavam às custas dos trabalhadores, André me deu a seguinte explicação:

Depende. Vamos supor... O gato ganha dinheiro... Por que ele gosta da pessoa que é a pessoa boa de serviço. Por quê? Quanto mais a pessoa produz, mais o gato ganha também em

cima. Você entendeu? E quando a pessoa é ruim, aí ele não ganha quase em cima da pessoa. Então eles só gostam principalmente de gente que já mexeu com café... Que eles querem levar. Se você falar com o gato “Eu nunca mexi com café”, ele não te leva não. Porque até você produzir ali, vai demorar. Porque tem pressa. O que é o café? Café tem gente que pega do mesmo serviço que você tiver, tem gente que pega em dez sacos, vinte sacos e têm outros que pega menos... Quatro, cinco.

Ainda que a exploração e responsabilidade pelas condições degradantes de trabalho sejam atribuídas muito mais aos empregadores do que aos fazendeiros, também eram comuns afirmações de que estes não gostam de assinar a carteira de trabalho e não dão nenhum conforto aos seus empregados, e por isso muitos trabalhadores preferem demitir-se.

Embora Manoel achasse os fazendeiros *nojentos*, ao mesmo tempo, ele considerava que muitos trabalhadores não valorizavam as oportunidades dadas, *bebendo, brigando e bagunçando*. No seu entender, o total dos trabalhadores contratados costuma ser prejudicado por alguns *bagunceiros*, sendo a má vontade dos produtores consequência deste tipo de comportamento da minoria. Ele acreditava que os fazendeiros ficam com raiva porque dão emprego e oportunidade aos trabalhadores e não tem esta *ajuda* reconhecida. As situações nas quais os trabalhadores têm a carteira de trabalho assinada são ainda mais complicadas, porque caso o fazendeiro não esteja satisfeito e deseje demitir algum dos *safristas*, terá que pagar uma série de encargos trabalhistas em virtude da rescisão do contrato de trabalho:

Porque ele registra aquele cara... Ele não vai poder botar pra fora. Ele vai ter que ficar com aquele cara até o final do contrato. Porque se você faz o contrato, se você bota pra fora, você vai ter que pagar o mês todo que você botou pra trabalhar, certo?

Para Damião, a relação entre fazendeiros e trabalhadores deve ser de uma consideração mútua: os primeiros devem ajudar os trabalhadores empregando-os, ao invés de usarem máquinas, e estes não devem colocar os patrões na justiça. “Tem uns que estão ganhando 50 reais, mas querem ganhar 100. Eu sou contra isso daí”, declarou Damião.

De forma semelhante ao que foi narrado pelos trabalhadores do bairro Monte Azul, para manter uma boa relação com gatos, fazendeiros e garantir uma vaga como safrista em alguma fazenda, é preciso construir uma reputação de bom trabalhador, de apanhador rápido e eficiente. Como no café se ganha por produção, e os empreiteiros ganham porcentagens em cima dos trabalhadores, sua preferência é sempre pelos melhores colhedores. Os trabalhadores lentos e que colhem poucas sacas por dia são conhecidos como *aranha*. *Perder* é o termo utilizado para ter prejuízo, não conseguir ganhar dinheiro suficiente:

E eu sempre fui desse jeito, eu nunca perdi no café não.
(André)

Encontrar trabalhadores *campeões de produtividade*, eliminando os trabalhadores com baixa produtividade tem sido uma preocupação dos arregimentadores e fazendeiros (Novaes, 2007).

Os trabalhadores consideravam bastante complicado e penoso o trabalho na colheita de café. Conforme relatado por André, muitos decidem trabalhar nos cafezais porque pensam que este trabalho é simples. Nesta noite no abrigo, ele apontou para um dos trabalhadores presentes e afirmou que ele nunca havia visto um pé de café. Patrício acrescentou que o mesmo se passa com a colheita de algodão, que “se ficar olhando, não pesa na balança”. Igor que também participava dessa conversa, contou que, quando era apanhador de café, colhia 120 sacas de café e ganhava 400 reais por dia, e que ele e sua mulher construíram uma casa com o dinheiro que ganharam nos cafezais.

Além de ser um *bom colhedor*, não *beber*, não *brigar* e nem *bagunçar*, é necessário trabalhar bem, *limpo* e honesto, para não sofrer uma fiscalização intensa do gato na lavoura. Eduardo afirmou que nunca tem o seu trabalho fiscalizado:

Ele nem vai ver minha rua, porque sabe que eu trabalho limpinho... Se eu trabalho mal, ele vai estar em cima de mim.
O fiscal sabe quem trabalha bem e quem não trabalha.

Os trabalhadores que roubam sacas de café dos outros também acabam tornando-se conhecidos e vigiados:

Roberto: A senhora vai colher café... Seu número é 37, o número do seu saco. Então ali vai ter uns 80 sacos com o número 37. O meu é o 10. Se eu colocar um saco com o número 37 no carreador... O apontador (é quem confere as sacas) chega aqui...

Manoel: Ele está roubando o seu café. Eu estou trabalhando com você... Eu faço 30, você faz 10... Você pega o meu saco e bota no seu. Não pode acontecer isso. Se você pega cinco, é cinco e acabou, não tem nada a ver. Se não, fica *sujo*. Esses caras trabalham sozinhos. Eles (os fiscais ou gatos) já botam para trabalhar sozinhos. Fica na última rua. Porque se ele está na última rua, não tem como fazer nada disso. É só o que ele ganhar na rua... O que ele tirar na rua é dele.

De acordo com Aluísio, “qualidade é importante”. Patrício contou que um trabalhador fez um “trabalho porco” em outra cidade, e em Esmeralda um fazendeiro não quis contratá-lo porque ficou sabendo da história. Aqueles que já trabalharam na cidade e se envolveram em brigas, furtos ou em crimes mais graves, ou têm processos na justiça contra os empregadores, têm dificuldades para empregar-se novamente, em virtude da circulação destas informações sobre a reputação dos trabalhadores entre empreiteiros e fazendeiros.

Outros trabalhos (Moraes, 1986; Stolcke, 1986, Menezes, 2002) sobre a situação de trabalhadores migrantes indicam a preferência dos fazendeiros em contratar trabalhadores de outras regiões. Estes são considerados mais suscetíveis às táticas políticas do controle do trabalho pela sua permanência nos alojamentos, e mais dóceis, pela situação ainda mais vulnerável do que a dos trabalhadores nativos, por estarem distantes de sua terra, de sua família e de sua casa.

Todas as grandes fazendas de Esmeralda tinham um Escritório, localizado quase sempre no centro da cidade, e onde era feita a contratação formal dos trabalhadores. É no Escritório que as informações sobre os empregados das fazendas são organizadas e controladas. É neste lugar onde os trabalhadores são registrados, onde são guardadas suas fichas, sua documentação, e onde fica o Departamento de Pessoal. É no Escritório que os trabalhadores são admitidos e dispensados formalmente. Ele foi criado para gerir a força de trabalho, função que perpassa o conhecimento de quem é este trabalhador (Moraes, 1986).

Conhecer a reputação, o mau e o bom trabalhador, tarefa e ferramenta do gato, é outra etapa do controle efetivo do processo do trabalho. Ser o fomentador da má reputação do

trabalhador ruim – aquele que processa o patrão, é lento no trabalho, é alcoólatra e desordeiro – é também uma tática de controle (Goffman, 1988).

É nesse contexto que se pode entender a função de José Reinaldo e sua sala panóptica do Centro de Triagem do Migrante. José Reinaldo é o funcionário encarregado de fazer o controle social formal das pessoas de má reputação na rodoviária (Goffman, 1988): os vagabundos, os bêbados, os potencialmente criminosos; em suma, os trabalhadores “de fora”.

O alojamento, assim como o abrigo construído pelo sindicato, também requer uma disciplina interna. Em ambos há uma autoridade para gerenciar o espaço, que se reserva o direito de punir com a expulsão todo aquele que transgride as normas (Sayad, 1998). No alojamento, esta figura é o gato; no abrigo, esta tarefa é cumprida por Igor.

Alcoolismo e violência entre os trabalhadores

A ingestão de bebidas alcoólicas e de cachaça em especial, era hábito comum entre esses trabalhadores. Porém, era preciso estabelecer limites. O consumo de álcool em excesso propiciava uma fama ruim, prejudicava a sua reputação: ninguém quer contratar *bêbados*. Os que bebiam demais, não raro eram objeto de piadas e gozações. Por outro lado, ninguém gostava de ser alvo dessas brincadeiras, que nunca eram consideradas apenas brincadeiras. Ser chamado de *bêbado* ou ouvir insinuações sobre ter o vício de beber ou de ter bebido era quase sempre uma forte ofensa moral. O *bêbado* era sempre o outro, aquele que bebia era sempre outro; cada qual dizia apenas ter bebido *naquele dia* por desespero ou solidão.

Durante o período em que freqüentei o abrigo, Manoel, André, Roberto e outros trabalhadores confessaram-me que haviam bebido ou haviam sentido vontade de beber, por causa das dificuldades que estavam enfrentando, embora não tivessem esse hábito. Os trabalhadores alcoolizados também ficavam mais vulneráveis a agressões e assaltos, como a história de Sérgio, contada no início deste capítulo.

Em um dia no qual eu passava pela rodoviária, Manoel, me chamou para me contar que havia conseguido um emprego. Segundo o baiano, 16 homens haviam se candidatado a esse trabalho, mas somente cinco foram contratados. A razão para a dispensa teria sido o fato de que muitos haviam bebido e estariam com “bafo de cachaça”. Manoel criticou os trabalhadores que ficam bebendo nos bares da rodoviária. Se as dificuldades para conseguir um emprego já são muitas, se agravam ainda mais nestas circunstâncias.

Manoel mostrou-me a solicitação do fazendeiro para que os trabalhadores empregados fizessem alguns exames médicos no hospital público de Esmeralda antes de iniciarem o

trabalho. Eles ganhariam cinco reais por saca de café e o preço da marmita nesta fazenda era três reais por dia. Esta safra duraria sete meses. Aquela seria a última noite de Manoel no abrigo, pois no dia seguinte ele iria para a fazenda trabalhar. Outros dois senhores baianos que estavam no abrigo na noite anterior também haviam conseguido este emprego.

Em uma noite no abrigo, Igor pediu que eu entrevistasse um homem que havia acabado de chegar e estava muito alcoolizado. Os outros trabalhadores que participavam da conversa começaram a rir e a gozá-lo pelo fato de ele estar bêbado. Manoel perguntou se ele bebia por desgosto, ao passo que ele respondeu que bebia por causa de uma “incompatibilidade no conjugue” (problemas em seu casamento). Esse trabalhador havia passado por Brasília, Luziânia, Paracatu e Cristalina antes de ir a Esmeralda. Manoel sugeriu-lhe que ele substituísse a cachaça por um refrigerante, argumentando que ele podia até beber, mas era preciso um limite. Igor apoiou esta idéia acrescentando que “bebida nunca resolveu problema de ninguém”.

Em uma noite, André chegou quando eu conversava com Roberto e falou em tom de brincadeira: “Não conversa com esse cara aí não que ele bebeu muito hoje”. Roberto não gostou da piada: “E você está sadio, é?”. Momentos depois, André afirmou que Damião havia sido preso por ter bebido demais e se envolvido em uma grande briga em um bar.

Uma observação corrente feita pelos próprios trabalhadores era que muitos diziam não ter dinheiro para alimentar-se, mas tinham para beber. Édison, entre outros, criticava os que bebiam, argumentando que eles gastavam um real e 50 centavos em uma dose de cachaça.

O fato de os trabalhadores chegarem alcoolizados ao abrigo incomodava muito a Igor. Quando aqueles que haviam bebido estavam muito agitados ou se negavam a cumprir as “normas” do local, o zelador os ameaçava dizendo que não os hospedaria mais.

Presenciei uma dessas cenas com dois trabalhadores sergipanos. Eles eram caminhoneiros e haviam viajado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Um deles, que estava completamente alcoolizado e falava muitos palavrões, reclamou muito quando Igor revistou sua bolsa de viagem. O zelador irritou-se e disse que se ele aparecesse bêbado novamente, não o deixaria mais ficar no abrigo. Igor também não permitiu que ele jantasse, dizendo que como ele havia bebido muito, a comida o faria vomitar no quarto, e o mandou ir dormir. Na noite seguinte, este sergipano apareceu alcoolizado de novo no abrigo e Igor não o deixou entrar. O trabalhador começou a gritar palavrões e a chutar o portão de ferro do abrigo. Ele só parou quando o zelador ameaçou chamar a polícia.

As reclamações em relação à Fazenda Santo Antonio também envolviam a questão do consumo desenfreado da cachaça vendida pelo próprio gato. O comportamento violento era

quase sempre associado aos excessos na bebida, que provocava brigas entre os trabalhadores. Eram comuns também relatos de que, nesta fazenda, os trabalhadores costumavam andar *armados com facões*.

Fernando, um paranaense alojado no abrigo, perguntou a um dos trabalhadores que havia estado na Fazenda Santo Antonio se lá havia muitos paraibanos, dos quais ele não gosta porque os julga muito violentos. “Eles estão sempre armados com um facão na cintura”, afirmou. Por essa razão, Fernando queria voltar para o Paraná: “Entre os paranaenses não tem nada disso”. Em uma época em que trabalhava no Mato Grosso, este trabalhador viu um paraibano “rasgar de cima a baixo” o rosto de uma moça com um facão. Eduardo, outro paranaense, discordou de Fernando em relação aos paraibanos, pois já havia trabalhado com eles e não os considerava perigosos.

Fernando tem 25 anos, é solteiro e não tem filhos. Ele vive com seus pais e irmãos em uma reserva no Paraná. Seu pai é *bugre* e sua mãe é *índia*. Este jovem trabalhador havia saído de casa há três anos e meio e viajou por todo o centro-sul trabalhando em diversas lavouras, como cana e laranja. Somente no dia em que o conheci, ele havia decidido dar notícias a sua família, e soube que sua mãe estava internada com pressão alta, angustiada com o seu desaparecimento.

Há um mês, Fernando havia sofrido um acidente. Ele tinha sido arrastado por um carro por 10 metros em um município próximo e ficou internado no hospital público de Esmeralda. Quando o conheci, ele ainda estava bastante machucado, e usava uma tala no pescoço. Uma assistente social da Secretaria de Ação Social havia conseguido uma passagem para ele ir a Perdizes, de onde iria para sua cidade no Paraná.

Ainda outros dois episódios sobre brigas e facadas me foram narrados pelos trabalhadores no abrigo. Um paraibano contou-me sobre uma briga na qual se envolveu em um bar na Paraíba, com um sujeito que, sem motivo, “cismou” com ele e o esfaqueou. Após o término da história, ele levantou a blusa e mostrou-me as cicatrizes das facadas no abdômen. Eram duas, uma enorme e outra um pouco menor. A partir de então, ele passou a andar com uma faca para se defender. O paraibano ainda quis mostrar-me o objeto, mas este havia sido guardado por Igor.

José Luís, da Bahia, estava em um bar em Goiás, quando um sujeito começou a provocá-lo e a chamá-lo de “veado”. Eles brigaram e o baiano esfaqueou o outro. José Luís ficou preso por oito meses, o que achou muito injusto, pois o homem esfaqueado não teve nenhum ferimento grave e ficou no hospital apenas por dois dias. José Luís tem aproximadamente 40 anos, é “sozinho no mundo” e não possui residência fixa.

Além das brigas e facadas, os trabalhadores também estavam sujeitos a outro tipo de violência física: os acidentes de trabalho causados pela ausência do equipamento de proteção ou por este ser inadequado.

Jairo tem 46 anos, é do interior de Santa Catarina e tem uma filha de quatro anos que vive com sua mãe, pois sua mulher morreu no parto. Atualmente, ele não sabe onde elas moram, pois sua mãe mudou-se com a neta e não lhe comunicou o novo endereço. Embora não veja a filha há um tempo, Jairo afirmou fazer uma poupança para a menina, para que “ela não pense que o pai esqueceu dela”. Se ganha 250 reais, guarda 100 para ela, conforme relatou.

Jairo e um primo que viajava com ele, trabalharam em uma carvoaria no Mato Grosso do Sul, fechada por problemas legais, deixando-os desempregados. Quando estavam trabalhando, sem carteira assinada, uma motosserra dilacerou parte da mão esquerda de Jairo, que não usava qualquer proteção. Ele foi levado para o hospital, mas não quis operar. O médico tentou persuadi-lo, explicando-lhe que se não se submetesse a uma cirurgia, ele poderia ter sua mão amputada, mas mesmo assim ele não quis. Na época em que o conheci, sua mão estava bastante inchada. Os pontos estavam arrebentando e o corte grande e profundo parecia estar inflamado. Ele havia perdido os movimentos do dedo mínimo e do anelar.

Após o acidente, seu patrão o procurou e pediu que não declarasse no hospital como havia se machucado, pois posteriormente ele o indenizaria. Jairo inventou que havia levado uma facada em uma briga e nunca recebeu qualquer indenização.

Jairo também trabalhou em São Paulo, onde tem alguns primos. Este trabalhador de Santa Catarina passou um tempo em um presídio, mas não contou o motivo por qual foi preso. O catarinense e seu primo após serem demitidos da carvoaria, foram procurar trabalho em Itumbiara, no estado de Goiás. Foram assaltados na rodoviária daquela cidade e ficaram sem documentos, roupas e dinheiro. Pediram carona na estrada e caminharam até chegar a Uberlândia, onde fizeram o boletim de ocorrência.

Desta minha conversa com Jairo, participaram Ramiro e Leonardo, do norte de Minas Gerais. Leonardo tem 24 anos, casou-se há um ano e só ligará para sua esposa, uma jovem de 17 anos, após seis meses. Ele havia saído de sua cidade há dois meses e só pretendia voltar em meados de 2009. O casal possui sua própria casa, mas enquanto Leonardo estiver fora, sua mulher morará com a irmã dele, para não ficar sozinha.

Jairo nos pediu conselhos sobre o que deveria fazer com sua vida. Ele não estava conseguindo trabalhar com a mão machucada e queria aposentar-se por invalidez. Os outros trabalhadores diziam-no para voltar ao Mato Grosso e processar seu ex-patrão. Ramiro

também sugeriu que sem a carteira do trabalho, Jairo não conseguiria empregar-se em Esmeralda. Neste momento, houve certa tensão, pois Ramiro falou que nunca perdeu seus documentos, e que isto só acontece com quem bebe. Jairo, de forma mais entusiástica, enfatizou que não havia *perdido* suas coisas, e sim que havia sido roubado, e mostrou-nos o boletim de ocorrência. Ele também perguntou se eu poderia arrumar-lhe um emprego e expliquei que eu não tinha como ajudar.

Além de Jairo, outros trabalhadores falaram sobre a falta do material de proteção adequado que deveria ser fornecido pelos empregadores. Um dos incômodos de Manoel em relação ao trabalho nas lavouras era causado pelo seu “pânico de cobras”, como descreveu. Ele disse que os cafezais de Esmeralda são cheios de cobra por causa da temperatura mais amena. Alguns trabalhadores confirmaram que já haviam encontrado muitas cascavéis nas lavouras de café. Manoel perguntou a Eduardo, que até então apenas ouvia a conversa, quantas cobras ele havia encontrado após todos esses anos de trabalho no café. O senhor paranaense respondeu que em sua vida matou apenas duas cascavéis, e que hoje não há mais cobras nas lavouras, em função da enorme quantidade de agrotóxico utilizada. Ramiro também falou sobre as sucuris que encontrou nos canaviais.

Conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, o trabalho em locais onde há animais rasteiros e peçonhentos exige luvas e botas próprias ao trabalho. Nos cafezais de Esmeralda, os trabalhadores usam luvas de lã, ao invés de luva borracha. Segundo André, após um dia de trabalho, as mãos ficam muito feridas, levando quinze dias para cicatrizar. Ao dizer isso, ele e os outros trabalhadores me mostraram os calos e machucados nas mãos.

Em vez de tênis ou botas de borracha, Manoel afirmou que eles deveriam usar uma bota de couro com bico de ferro. Ele mostrou-me o sapato que usa para trabalhar, e disse que se usasse facão, facilmente se machucaria. Ele também reclamou do fato de não receberem óculos protetores, para evitar que galhos ou pequenos ciscos arranhem seus olhos durante o trabalho:

O café é pior do que a cana. O café ele fura mesmo. Porque a gente se abaixa, e tem as pontas arranhando, tem que usar proteção e a gente não tem. A gente tem que levar uma roupa... A roupa da gente mesmo, uma calça, uma camisa. Olha o meu braço como está. Eu trabalho de chinelo... Depois que pisei naquelas cobras, eu tive que botar o tênis que eu tinha.

Ao pedir demissão da Fazenda Santo Antonio, Manoel havia recebido um cheque pré-datado para quinze dias (e teve muitas dificuldades para trocá-lo). Com o dinheiro comprou um sapato para trabalhar, para não ter de usar chinelos.

Igor, que observava a conversa, interrompeu para dizer que, por outro lado, existem muitos trabalhadores que se negam a usar o equipamento de proteção.

Na opinião de Roberto, “a prioridade para o trabalhador rural é o EPI”. Ele também contou que os trabalhadores dos canaviais recebem luva, caneleira, óculos e a botina com chapa de aço para proteger da batida do facão.

A comparação com o trabalho na cana era uma constante entre os trabalhadores. Ora eles diziam que era melhor trabalhar nos canaviais, pois os trabalhadores eram mais valorizados, ganhavam melhor e recebiam todo o EPI sem ter de pagar por ele, ora eles diziam que o trabalho era pior, mais desgastante fisicamente. Para Marcos e Roberto, o trabalho na cana era mais *pesado*, em função do uso da foice e do facão.

Roberto: Cansa a pessoa e já vi muitos morrer... São cinco linhas que você leva... No café você só leva uma. Você leva três e deixa duas. Duas a gente chama de “telefone”. Você corta uma, duas três e joga no pé da quarta. Agora tem gato... Apontador, né? Fiscal, chefe de panhagem. Não deixa você deixar o “telefone”.

Manoel: Porque tem muitos que não dá conta de voltar. Se você pega uma linha, você tem que terminar. Tem que tirar tudo.

Roberto: Eles não deixam tirar telefone sabe por quê? Porque tem muitos que não dá conta de tirar aquelas duas, aí “torra”. Torra que eu falo é cansar. Como é que vai tirar aquelas duas?

Manoel: Tem que ser a mesma pessoa.

Mauro também considerava este trabalho mais *pesado*. Para Viriato, o corte da cana *tem valor, é valoroso*:

É pesado, mas é valoroso. Tem que voltar esses cortes de cana para acabar com esse negócio de café... Porque o corte de cana é valoroso. Você tem seguro desemprego, FGTS, tudo

certinho, você tem tudo. O corte de cana pra mim é primeiramente.

O trabalho *valoroso* é aquele em que o trabalhador tem todos seus direitos respeitados e é bem remunerado. Neste aspecto, Mauro concordava com Viriato:

Mauro: Na cana dá pra ganhar dinheiro. É um serviço pesado, mas está mais valorizado do que o café. Porque tem todos os direitos. E aqui não está dando direito, não. O direito é se lascar lá na roça. E receber só o que eles querem dar mesmo. Porque realmente eles não pagam normalmente o que devem pagar. Os descontos deles são milhões. E aí, não tem couro (físico) que agüenta...

Viriato: Porque os fazendeiros não querem saber de você. Só querem saber de você quando você está trabalhando.

Mauro: Porque o café não tem preço, trabalha demais e não ganha nada. É o caso de todos nós aqui.

Apesar dessas ponderações de que o trabalho na cana é mais *valoroso* do que no café, acredito que esta avaliação se dá em virtude das circunstâncias difíceis pelas quais esses trabalhadores passavam quando os conheci, longe da família, sem trabalho e sem dinheiro, expostos à violência e à fome. Os estudos (Stolcke, 1986; Menezes, 2002; Novaes, 2007) sobre as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana têm apontado para a direção inversa. A situação destes trabalhadores nos canaviais é tão ou mais perversa do que a encontrada nos cafezais de Esmeralda.

Muito embora o passado na cana seja pensado como melhor do que o presente no café, para os trabalhadores, a cana não era também o futuro:

O corte de cana também não garante o futuro de ninguém, porque você ganha dinheiro, mas não é o valor desejado. Quando pensa que receberá uma boa quantia, é aquela decepção.

Mauro e Viriato se preocupavam muito com a aposentadoria. Eles lamentavam que o governo estendesse cada vez mais o tempo de trabalho necessário para conseguir a

aposentadoria, e acrescentaram que quando chega o momento de o trabalhador se aposentar, ele já está para morrer. Viriato acha que, sobretudo as mulheres deviam aposentar-se com menos tempo do que o exigido atualmente, pois considera que são mais “sofridas”, pois fazem o serviço doméstico e cuidam dos filhos. Ele disse que embora o homem trabalhe mais “pesado”, ele também é mais “protegido”.

Na cana também se ganha por produção como no café. Segundo a avaliação desses trabalhadores, quanto mais vale o café, menos se paga ao apanhador:

Quanto mais o café é bom, o preço é pouco. Se o café é ruim, o preço é mais.

Roberto concordou com essa avaliação e acrescentou que ocorre o mesmo nas plantações de cana, onde também é preciso ser eficiente. Segundo este baiano, muitos trabalhadores pedem aos colegas para cortar o que falta em troca de alguns metros de cana ao final da colheita. Ele falou sobre os “fraquinhos” que não agüentam o trabalho. Manoel contou que na cana é preciso ser tão rápido quanto no café, pois também se ganha por produção:

Porque quanto mais rápido você é, mais você ganha. Igual o negócio do café. No café você tem que ser rápido. Se você andar devagar, você fica pra trás.

Outra queixa constante dos trabalhadores era em relação ao crescente uso das máquinas na produção agrícola. Embora entendessem que a mecanização inclui as diversas fases do processo produtivo, era mais comum que atribuíssem às colhedadeiras a diminuição da contratação da mão de obra.

Patrício mencionou que nas plantações de cana e mandioca os fazendeiros também estão substituindo os trabalhadores por máquinas. Conforme o mesmo, apenas as colhedadeiras de laranja não funcionaram bem. Manoel brincou que já devem estar aperfeiçoando esta máquina para colocá-la em uso.

De acordo com Roberto, a colhedeira de cana trabalha por 80 homens, contando das sete horas da manhã até às quatro horas da tarde. No entanto, muitas funcionam durante 24 horas, e apenas mudam de operador. Como as máquinas são alugadas por diária, os fazendeiros têm pressa em terminar a colheita, o que costuma acontecer em três dias. “A bicha

é rápida demais”, comentou André. Este trabalhador contou que quando a colhedeira passa em uma rua de café de 500 metros, restam no máximo 15 ou 12 sacos de café para serem colhidos. “Aí já passou o soprador” (outra máquina), acrescentou Paraná.

Após algum tempo freqüentando o abrigo, ficou nítido o papel que eu assumia para os trabalhadores. Se a princípio eles haviam me identificado como assistente social da prefeitura ou funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que provocou alguma desconfiança, não demorou para que descobrissem que eu era uma pesquisadora do Rio de Janeiro interessada em lhes ouvir, o que definiu os termos da nossa relação. De pessoa suspeita passei a “amiga” com quem podiam desabafar sobre as dificuldades encontradas em conseguir trabalho e sobre a tristeza que sentiam por estarem longe da família.

Uma das questões mais evidentes nesses momentos de desabafo era a tensa relação desses trabalhadores com os gatos, representantes do sindicato, com a polícia e com o funcionário da prefeitura, José Reinaldo. Eu ouvia queixas diárias sobre a violência com que os trabalhadores eram tratados pela polícia e do descaso do sindicato. Essa relação delicada com os órgãos e agentes institucionais, e com os “representantes” do fazendeiro – era como os gatos eram vistos -, fica nítida em inúmeras situações, como na ida de Ramiro e seus colegas ao sindicato para pedir ajuda e na forma como eram abordados por policiais e por José Reinaldo na rodoviária.

Havia uma etiqueta de convivência entre os trabalhadores que circulavam pelo abrigo. Nesse contexto de grande estigmatização e precariedade, normas de comportamento precisavam ser respeitadas. O consumo de álcool em excesso, por exemplo, era sempre reprovável, assim como o desperdício de dinheiro com mulheres e bebidas.

Diferente dos trabalhadores do bairro Monte Azul, as mudanças de cidade entre os homens do abrigo não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre solitários ou com conhecidos.

Esses homens possuem uma vasta experiência de deslocamentos em busca de trabalho, bem como uma inserção bastante diversificada no que se refere aos tipos de ocupação. Há uma espécie de cálculo em relação ao melhor momento de sair de um lugar e ir para o outro, que considera onde estão as melhores oportunidades de ganhar dinheiro, o clima, a distância de um lugar a outro, o transporte necessário, ou o quanto será preciso gastar para se deslocar, a combinação entre o término da safra de um cultivo, e o início de outra, quanto tempo será

preciso ficar longe da família. Esse conhecimento sobre onde está se pagando melhor ou quais lugares são mais difíceis de conseguir trabalho é adquirido através da experiência própria e da troca das informações entre eles.

Há uma interface entre essas práticas de deslocamento em busca de trabalho e os arranjos matrimoniais e familiares. Esses arranjos resultam da escolha e da disposição desses trabalhadores a se distanciarem de suas famílias, de forma temporária ou permanente. É notável, no quadro acima, o grande número de casamentos desfeitos.

Um último aspecto a ser destacado em relação aos trabalhadores do abrigo é a ambigüidade que viviam entre ter clareza sobre os problemas e as limitações de cada trabalho – na cana, no café, no milho – e a “ilusão” de que esses mesmos ofícios poderiam tornar-se meios de ascensão e reconhecimento.

CAPÍTULO IV

A RESPONSABILIDADE DE MEXER COM TURMA: CONTROVÉRSIAS E SABERES DO OFÍCIO DE SER *GATO*

4.1. Um Sujeito Múltiplo

Na hierarquia da fazenda, o gato oscila entre a aproximação dos fazendeiros e/ou administradores e dos trabalhadores (Menezes, 2002). Em sua relação com os trabalhadores, cria-se um deslocamento na percepção de quem é o explorador: o gato oculta, muitas vezes no sentido literal, a face do patrão (Moraes, 1996). É no gato que a exploração se corporifica. Segundo Moraes (1996) e Stolcke (1986) a figura do empreiteiro surge no bojo das transformações das relações de produção que culminaram no aparecimento do bóia fria, e tornou-se um elemento fundamental ao mercado, à organização do trabalho e ao controle da força de trabalho.

No entanto, ao mesmo tempo em que lhe cabe o controle dos trabalhadores, e ele é de fato responsável em parte pela exploração daqueles a quem contrata para fazenda, o gato quase sempre é um ex-bóia fria. Ele media os conflitos com os trabalhadores e negocia salários com administradores ou patrões. É evidente que, o peso em cada uma dessas faces, varia de acordo com cada empreiteiro. E é justamente o lado para o qual ele mais pende, que irá construir a sua má ou boa reputação. Para tanto, é mister habilidade para controlar as informações que circulam a respeito de suas práticas (Bailey, 1971).

Para tornar-se gato é preciso mais do que ter um capital inicial. O empreiteiro deve ganhar a confiança dos trabalhadores e dos fazendeiros, e para isso é necessário experiência no trabalho agrícola. O prestígio do qual goza o empreiteiro depende de sua capacidade de coordenar o trabalho e impor uma disciplina, do ponto de vista do empregador; e da capacidade de conseguir bons salários e boas condições de trabalho na perspectiva dos trabalhadores (Moraes, 1996).

Por outro lado, muitos trabalhadores também valorizam a disciplina e a organização/fiscalização impostos pelo gato no trabalho na lavoura, quando isto não implica em maus tratos ou agressões verbais e morais. Da mesma forma, muitos patrões também parecem valorizar o gato que se preocupa com as condições de trabalho de seus empregados, ainda que certamente a preocupação central do fazendeiro seja com o rendimento do trabalho

e em não ter que lidar diretamente com os trabalhadores, assim como a preocupação central dos trabalhadores seja com o valor e regularidade do pagamento.

A posição do gato é, enfim, carregada de tensão e ambigüidade, o que faz dele um sujeito múltiplo, contraditório (Moraes, 1996).

4.2. Os Gatos em Esmeralda

Na tabela (Tabela 3) abaixo, aparecem resumidas as trajetórias e experiências dos empreiteiros entrevistados:

Tabela 3

Nome	Idade	Estado civil/Trajétoria matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/cidade onde trabalhou
1.Tarcísio	48 anos	Recasado (2º casamento)	MG/Esmeralda	Colheita de café, pecuária, experiência em vários tipos de lavoura	Não mencionou
2.Róbson	50 anos	Casado	MG/Abadia dos Dourados	Colheita de café, experiência em vários tipos de lavoura	Unai (MG), Formoso (MG), Brasília (DF)
3.Erick	66 anos	Viúvo	MG/Esmeralda	Meeiro, colheita de café, plantio de café,pecuária, operário de fábrica de cerâmica, experiência em vários tipos de lavoura	Abadia dos Dourados (MG)
4.Serafim	57 anos	Recasado (2º casamento)	MG/São João da Ponte	Colheita de café, açougueiro, operário de metalúrgica	São Paulo (capital)
5.Lucinda	33 anos	Casada	MG/Uberaba	Colheita de café, <i>cata</i> do milho, vende roupas	Foi direto para Esmeralda

Ainda que sutis, as primeiras referências aos gatos ouvidas por mim no estágio inicial do trabalho de campo já sinalizavam as controvérsias e tensões que os envolvem no universo

da cafeicultura em Esmeralda. Quando no começo de maio de 2008 revi a advogada do sindicato dos trabalhadores, ela mencionou o quão importante seria para a minha pesquisa eu conhecer os empreiteiros, acrescentando que alguns destes traziam muitos problemas para o sindicato por descumprirem a legislação concernente aos direitos trabalhistas.

Apontando o sentido inverso da relação entre trabalhadores e gatos, Verônica, moradora do bairro Monte Azul, ao ouvir pela primeira vez minha explicação sobre os objetivos do meu trabalho e ao indicar-me algumas pessoas com as quais eu deveria falar, insisti que eu entrevistasse sua *comadre* e vizinha Lucinda. Esta moça havia trabalhado como gata durante dois anos e ouvindo os relatos eu poderia entender as dificuldades inerentes à profissão, como ter de lidar com certos distúrbios causados pelos trabalhadores.

A partir destas informações e de um conhecimento prévio acumulado pela leitura da bibliografia relacionada ao tema (Stolcke, 1986; Sigaud, 1979; Menezes, 2002), ponderei que seria difícil ter acesso aos gatos. Pela delicada posição que ocupam – situam-se na tensa divisória entre proprietários e empregados -, e do que representam para os trabalhadores – com o tempo, pude constatar que a exploração à qual estes últimos são submetidos é consumada na figura do gato -, além dos já citados conflitos com o sindicato, imaginei que estes intermediários entre a fazenda e sua mão-de-obra, ou entre capital e trabalho (Menezes, 2002), se mostrariam relutantes em conceder-me entrevistas.

Mesmo assumindo que todo informante pode colocar em risco a teia de relações sociais na qual está imerso ao permitir que o antropólogo a destrinche – há sempre questões envolvendo familiares ou vizinhos, amigos ou inimigos, patrões ou empregados – algumas situações implicam danos maiores. Falar abertamente do seu ofício para uma pesquisadora que publicizaria em alguma medida os dados obtidos poderia ter sérias conseqüências. Supus que os gatos temeriam comprometer-se com os seus patrões, com seus contratados e com os órgãos e entidades incumbidos de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas, como o sindicato e o Ministério do Trabalho.

No caminhar da pesquisa, quanto maior a minha convivência com os trabalhadores hospedados no abrigo, mais a minha ponderação preliminar se ratificava, em virtude das histórias que me foram narradas sobre os maus tratos e a espoliação aos quais eram sujeitos pelos gatos nas fazendas, especialmente quando trabalhavam *alojados*.

De fato, por uma série de razões não foi possível entrevistar os *gatos* que vivem dentro das fazendas e mantêm os trabalhadores em alojamentos: essas propriedades eram distantes, a dificuldade em conseguir autorização dos proprietários ou gerentes para entrar nas mesmas tornou-se um obstáculo intransponível e não conheci quem tecesse o contato entre mim e este

tipo de empreiteiro. Por outro lado, os empecilhos para aproximar-me dos gatos que não moravam dentro das fazendas não foram tantos, e a dificuldade acima mencionada foi apenas parcial.

Tarcísio foi o primeiro gato ao qual fui apresentada. Ele é conhecido como um dos mais antigos empreiteiros de Esmeralda. Eu o conheci através de Miriam, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Ela havia me levado para visitar o supermercado do sindicato, onde nós o encontramos fazendo compras. Após ouvir a explicação corrente sobre a razão da minha estada na cidade, Tarcísio convidou-me para ir a sua casa quando eu quisesse para gravarmos uma entrevista.

Dora, desde o princípio, revelou-se um contato importante não somente para aproximar-me dos trabalhadores, mas também dos gatos. Dois de seus irmãos, Róbson e Tadeu, trabalhavam como empreiteiros, e logo a própria senhora mencionou a possibilidade de eu entrevistá-los e acompanhá-los em suas idas às fazendas. Mas somente consegui conversar com o primeiro; o outro não teve disponibilidade para receber-me.

De forma indireta, o contato com Serafim também foi conseguido através de Dora. Ela apresentou-me a Moisés, pastor de sua igreja, que era tratorista da Fazenda São José. Por sua vez, este religioso levou-me ao Galeão, outro bairro cuja maioria dos habitantes era trabalhadores do café e onde residia o mencionado empreiteiro.

Por fim, o telefone de Erick me foi passado por seu sobrinho, docente do centro universitário local, o qual meu orientador havia conhecido. Quando cedeu-me o endereço e número do tio, aquele professor me fez muitas recomendações sobre a importância de eu esclarecer a Erick que não o prejudicaria, enfatizando que os empreiteiros tinham grande resistência em falar com pesquisadores.

4.3. Trajetórias Pessoais

Erick tem 66 anos e nasceu em Esmeralda. Durante um período, morou em Abadia dos Dourados, um município vizinho, onde era meeiro em um pequeno sítio. Há 23 anos, Erick voltou para sua cidade natal.

Este empreiteiro é viúvo há três anos e tem cinco filhas e um filho. Algumas de suas filhas moram em Uberlândia. Duas são enfermeiras e outras duas são donas de casa. Uma é professora e todas são casadas com caminhoneiros. Seu único filho também é caminhoneiro e sua nora é doméstica.

Erick possui uma namorada, Elisa. Esta moça tem 32 anos e é do interior de Sergipe. Sua irmã foi morar em Esmeralda há quase sete anos e em seguida, Elisa também resolveu mudar-se para esta cidade, onde está há cinco anos. Ela trabalha desde 2005 como *safrista* e reside sozinha no bairro Via Férrea em uma casa próxima a de Erick.

Este casal está junto há um ano. Ela pretende casar-se, ter um filho dele e mudar-se para o bairro Nairóbi, considerado melhor para viver. Os filhos de Erick do primeiro casamento são contra o namoro, pois de acordo com Elisa, eles pensam que ela está interessada somente em seu dinheiro.

Assim como Erick, Tarcísio também nasceu em Esmeralda. Este empreiteiro de 48 anos não conheceu o pai, que morreu quando ele ainda era bebê.

Tarcísio separou-se da primeira esposa quando descobriu que ela estava tendo um caso com outro homem. Posteriormente, o empreiteiro casou-se com uma jovem de 22 anos. “Não posso morrer sozinho”, confessou-me. Sua atual esposa é apanhadora de café, e o salário recebido por ela é para suprir suas despesas pessoais. O sustento da casa é mantido com o dinheiro ganho pelo gato.

Um dos filhos de Tarcísio trabalha com computação e o outro é motorista de ônibus. Além destes, este gato tem três filhas, entre as quais duas são donas de casa e uma é dona de lanchonete.

Serafim e Róbson saíram das cidades em que nasceram em busca de melhores condições de vida e trabalho. Serafim é de São João da Ponte, tem 57 anos e há 25 anos reside em Esmeralda. Róbson nasceu em Abadia dos Dourados, onde viveu até os cinco anos. Em seguida, sua família mudou-se para Unaí. Quando jovem foi para Formoso, na divisa com a Bahia, onde morou por 16 anos. Depois, Róbson esteve em Brasília e por fim foi para o Alto Paranaíba. Ele tem 50 anos e mora há 26 anos em Esmeralda.

Da mesma forma que Tarcísio, Serafim também teve o primeiro casamento desfeito. Sua filha de 23 anos, que mora com a mãe, e seu filho de 22 anos são fruto dessa primeira união. Com a segunda esposa, ele tem uma menina de 11 anos. O empreiteiro adora o município onde vive e se considera “como um esmeraldense”. Diz que foi onde criou seus filhos, lhes proporcionando educação e saúde e, portanto, não pode falar mal de Esmeralda. Em sua opinião, essa região oferece uma melhor qualidade de vida do que o norte de Minas, onde situa-se São João da Ponte.

Serafim conheceu sua esposa em Esmeralda há 27 anos e casou-se cinco anos depois. Seus três filhos, os quais todos moram com ele, são naturais do município. O mais velho tem 20 anos e é funcionário de um frigorífico. O filho do meio tem 18 anos e trabalha em uma

gráfica, e a caçula tem 16 anos e apenas dedica-se a estudar. Sua esposa é faxineira na escola municipal de Monte Azul, e sempre foi empregada doméstica. Ela trabalhou na colheita dos cafezais durante pouco tempo porque, segundo Róbson, ela não tinha habilidade para colher café.

Tanto Tarcísio quanto Erick possuem muitos irmãos. Os nove irmãos de Erick moram em Esmeralda, mas ele não costuma vê-los. “O povo não tem união”, falou-me. Seu irmão mais velho é pedreiro, um segundo é caminhoneiro. Outros colhem café. Seus cunhados são pedreiros.

Tarcísio tem oito irmãos, com os quais também não tem muita proximidade.

Os irmãos e pais de Róbson também mudaram-se para Esmeralda, mas em épocas diferentes. Os irmãos, cunhados, tios e primos de Serafim ainda vivem no norte de Minas. Ele costuma visitar os seus familiares a cada dois anos.

Erick e Serafim são católicos não praticantes. Tarcísio e Róbson freqüentam templos evangélicos. O primeiro vai à Igreja Mundial da Fé, mas não se considera evangélico, porque não deixou o vício do tabaco e ainda não passou pelos rituais de batismo da religião, embora tenha parado de beber há 11 anos. Ele não freqüenta festas ou outros eventos, apenas vai aos cultos dominicais de sua igreja. Róbson e sua esposa são fiéis da Igreja Jesus Cristo é a Verdade.

Todos estes quatro gatos possuem boas casas, maiores e mais cômodas do que as dos trabalhadores. A residência de Tarcísio é bem grande e possui uma ampla cozinha. Tem um quarto de hóspedes, um banheiro e uma suíte para ele e a mulher. Há também uma grande despensa. A casa é cercada por um muro alto de cimento, em cima do qual foi instalada uma cerca elétrica. Seus outros bens são um carro e o ônibus no qual transporta os trabalhadores até às fazendas. Antes de desquitar-se, Tarcísio tinha uma chácara e uma mercearia no Monte Azul, onde sempre morou. Com a separação, ele deixou a residência, localizada na principal avenida do bairro, e o estabelecimento comercial para a ex-esposa e vendeu sua pequena propriedade rural. Com o dinheiro, construiu e mobiliou a nova casa, situada em uma rua transversal à mencionada avenida.

Róbson também mora no Monte Azul, em uma rua transversal à avenida principal, mas no sentido oposto ao da residência de Tarcísio. Sua casa, que afirmou ser seu único bem, também tem um muro alto de cimento. Ao lado de fora, há uma placa com a advertência: “Cuidado com o cão”. O empreiteiro mantém dois cachorros da raça pit-bull para a segurança da família. A casa tem dois dormitórios, uma sala, banheiro e cozinha. Segundo Róbson,

apesar dos boatos de que os gatos ganham muito dinheiro, este ofício só lhe permitiu comprar uma “caminhonetinha velha”.

Nos fundos do terreno da residência onde mora, no bairro Via Férrea, Erick permitiu que um de seus genros construísse uma casa para morar com sua filha e seus netos. A casa deste empreiteiro tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Há um muro cercando a casa, intercalado com grades no portão de entrada e no portão da garagem. Da primeira vez em que estive com Erick, ele tinha um Gol antigo e um ônibus para levar os trabalhadores até às fazendas. Um mês depois, o carro foi vendido.

Serafim, antes de mudar-se para o Galeão, onde mora há 20 anos, residia no centro da cidade. Sua casa atual fica em frente a uma rodovia federal. Contrariamente aos casos anteriores, há somente grades separando sua residência da rua. Conversamos na varanda, a única existente nas moradias descritas.

4.4. Experiências de Trabalho

Nas trajetórias de trabalho de Serafim, Tarcísio, Róbson e Erick há várias semelhanças. Antes de se tornarem empreiteiros, todos trabalharam como *bóia fria*, colhendo, plantando e trabalhando em outras etapas da produção do café:

Aprendi a mexer com café aqui (em Esmeralda). Aí comecei a plantar, a colher, e pensei: “Vou mexer com turma”. Comecei com uma Kombi velha. Da Kombi eu passei pro Chevrolet.

Até a sua ida para Esmeralda, Róbson nunca havia trabalhado em cafezais. Depois de um tempo, decidiu tornar-se empreiteiro. No início, teve de se esforçar muito, mas hoje Róbson fica “só no comando”.

Tarcísio trabalha com café desde que se passou a cultivá-lo em larga escala na região. Ele começou na Fazenda Ouro Verde. Conforme contou-me, nesta época não havia mulheres trabalhando nas lavouras.

Serafim trabalha como empreiteiro há 20 anos. Depois de um tempo colhendo café, o fazendeiro permitiu que ele começasse a levar pessoas para trabalhar na lavoura. Serafim não gosta do trabalho no café, e só trabalha nisto “por precisão”. No norte de Minas, ele era açougueiro. Em 1973, Serafim trabalhou como operário de uma metalúrgica em São Paulo e depois voltou para São João da Ponte. Posteriormente, mudou-se em definitivo para

Esmeralda. Ele acredita que hoje, as grandes capitais como São Paulo, só oferecem oportunidades de trabalho para pessoas jovens e com bom nível de escolaridade.

Tanto Erick quanto Tarcísio lidavam com gado antes do trabalho no café. O primeiro também foi funcionário de uma fábrica de cerâmica. Estes dois gatos, assim como Róbson, foram agricultores e trabalhavam com diferentes cultivos antes de tornarem-se empreiteiros. Este último também trabalhou como pedreiro.

O termo utilizado por Erick, Tarcísio, Róbson e Serafim para referir-se ao próprio ofício é “*mexer com turma*”. O gato é quase sempre o outro, o empreiteiro que explora, em geral aquele que leva os trabalhadores para morar nos alojamentos das fazendas, no discurso dos meus interlocutores. Quando a categoria gato é mencionada por aquele que fala para referir a si, ela é quase sempre acompanhada por uma correção:

Assumir... *Gato, né? Mexer com turma*. E nesses 26 anos eu venho fazendo isso, mexendo com café. Como *gato*, foi de 98 pra cá. *Mexendo com turma*. (Róbson)

Tarcísio coloca-se em oposição ao *gato*, por *trabalhar com ônibus*, buscando os trabalhadores nos bairros da cidade ao amanhecer para a colheita nos cafezais e levando-os de volta ao entardecer, definindo-se como *empreiteiro* ou *fiscal*:

Mas o meu estilo que eu trabalho aqui... Eu trabalho com ônibus. Eu vou e volto. (...) Eu tenho carteira registrada sempre nas fazendas como fiscal. E aí a gente já vai trabalhando, vai começando a entender... No eu conhecer o pessoal... “Ó, fulano, trabalha de...” Em uns lugares chama de empreiteiro, em outros lugares chama de fiscal. A fazenda me contrata e eu chamo o pessoal pra trabalhar comigo.

Como Tarcísio, Erick também leva os trabalhadores em seu próprio ônibus. Róbson e Serafim usam os ônibus cedidos pelas fazendas, por não terem os seus. Tarcísio nunca levou os trabalhadores para morar nos alojamentos das fazendas. Em sua concepção, mantê-los nessas moradias significa explorá-los, e num sentido mais extremo, até escravizá-los. Ele explica sua preferência em trabalhar com bóias frias, como são denominados os trabalhadores que têm de se deslocar todos os dias até as lavouras:

Porque eu acho que esse trabalho (manter os trabalhadores nos alojamentos das fazendas) é tipo um trabalho escravo. O caboclo está ali trabalhando, ele vai receber mensalmente. O bóia fria recebe o pagamento quinzenal. Toda quinzena a pessoa recebe. À tarde, ele está na casa dele. Se é boa ou ruim a cama dele, ele está na cama dele. Tem o transporte pra levar e trazer ele todo dia. À tarde chega em casa tem um banho tranquilo. Come do jeito que ele quer na casa dele. Esse aí está corretamente, porque a fazenda está pagando o frete para levar e trazer ele. Eu acho que esse negócio de alojamento nessa região nossa, tinha que acabar.

Como explicitado no Capítulo I, no município estudado costuma-se remunerar os bóias frias quinzenalmente, ao passo em que os trabalhadores alojados recebem um salário mensal.

Para Tarcísio, o Ministério do Trabalho deveria inspecionar rigorosamente a situação dos trabalhadores nos alojamentos:

A lei tinha que olhar a respeito desses empreiteiros que eles falam “gato”, que trabalha alojado. Na região de Esmeralda está um problema. Porque se o maço de cigarros vale um real, lá no alojamento ele cobra dois, três no maço de cigarros. É pinga... Se um litrinho de pinga vale um real, eles cobram 3, 4. Explorando o trabalhador que está em alojamento... Principalmente porque tem fazenda aqui que o Ministério do Trabalho faz vista grossa.

O empreiteiro acredita que se os fiscais trabalhistas fossem à Fazenda Santo Antonio, por exemplo, ela seria interditada. Neste local, os trabalhadores têm descontos descabidos nos seus pagamentos, pagam um preço muito alto pelas refeições e as condições dos alojamentos são insalubres. No entendimento de Tarcísio, essas circunstâncias, apesar de amplamente conhecidas por toda a cidade, mas nunca combatida por nenhum órgão público ou pelo próprio sindicato dos trabalhadores, se deve à riqueza e ao poder do dono da fazenda. “Como é que um bóia fria vai lutar contra um homem desses?”, perguntou-me. Nas eleições municipais de 2008, este fazendeiro candidatou-se ao cargo de prefeito, mas não foi eleito.

Tarcísio ganha 7% do valor da saca pago pela fazenda ao trabalhador:

Se a fazenda está pagando cinco reais lá, ela me paga 7% do valor daquilo que ela está pagando ao trabalhador pra mim poder cuidar da minha turma, né? O meu preço que eu ganho pra cá não tem nada a ver com o preço da turma.

Érick afirmou ganhar 50% do salário recebido pelos seus contratados. A cada duas *diárias*, uma fica para o empreiteiro:

Mas todo serviço que eu faço eu ganho o meu separado. Por exemplo, em duas diárias, uma eu tenho que ganhar. É a minha condição.

Essa porcentagem declarada por Erick destoa daquelas conhecidas também por outros estudos, sendo um valor muito acima do comum.

Os gatos passam o dia na fazenda, supervisionando o trabalho dos bóias frias:

Eu ando no meio da lavoura, quando a pessoa acha que eu estou para um lado, eu estou olhando o serviço dela. Se me serve, continua. Se não me serve, eu peço com jeito. (Erick)

Aqueles com melhores condições financeiras, como Erick e Tarcísio, além de possuir um ônibus próprio, costumam contratar alguns profissionais para ajudá-los em seu trabalho. Ambos pagam um motorista, uma *apontadora* ou um *apontador* para contabilizar as sacas colhidas por cada safrista e para *fazer o acerto* no dia do pagamento. Erick prefere que sua filha faça o pagamento aos trabalhadores; o *apontador* apenas faz a contabilidade das sacas.

O material necessário ao trabalho na lavoura, como o pano, a peneira ou o rastelo geralmente é comprado pelo empreiteiro e é descontado do salário do trabalhador. Itens do equipamento de proteção, que nunca estão em conformidade com o exigido pela legislação, são providenciados pelos próprios trabalhadores. Ao invés de luvas de borracha e botas impermeáveis, usa-se luvas de lã, cuja durabilidade é de apenas um dia, e tênis ou sapatilhas de pano, no caso das mulheres.

Estes *gatos* levam os trabalhadores também para outros tipos de lavoura, como milho e feijão. Na entressafra, trabalha-se no plantio, na capina, na adubação e na desbrota do café, e em todo o tipo de atividade, como construção de cercas.

Erick, Róbson e Tarcísio, no período da colheita nos cafezais, lidavam com até 100 trabalhadores. Em 2008, todos já estavam trabalhando. Em junho desse mesmo ano, apenas Serafim estava parado. Ele disse que não havia trabalho, e estava aguardando ser chamado por algum fazendeiro.

Embora trabalhem em diferentes fazendas ao longo do ano, os gatos, durante a safra, voltam sempre para trabalhar nas mesmas propriedades. Tarcísio e Róbson costumam trabalhar em fazendas grandes; Erick e Serafim trabalham em fazendas menores. ■

Os empreiteiros somente aceitam registrar seus contratados quando a colheita dura mais de 15 dias. Assim como os trabalhadores, os gatos consideram que assinar a carteira de trabalho por pouco tempo *suja a carteira*:

Você leva o pessoal em um serviço, trabalha dez dias já acaba o serviço. Não compensa hoje em dia assinar a carteira para um trabalhador mais não. Porque assinar a carteira para trabalhar dez dias não compensa. Trabalha dez dias, acaba o serviço tem que dar baixa. (Serafim)

Para Tarcísio e Erick, muitas das leis trabalhistas que, a princípio, são consideradas conquistas sociais, tornam-se prejudiciais aos próprios trabalhadores, como no exemplo acima. Argumenta-se que a grande quantidade de encargos e obrigações impostas aos produtores e os riscos de sofrer sanções e multas por não cumpri-las, os fazem optar pela mecanização, causando desemprego e diminuindo a renda entre os bóias frias.

O trabalhador em geral sofre muito. Sofre bastante porque as leis hoje, para quem está na lavoura, estão rígidas demais e prejudicam... Em parte o trabalhador e em parte o fazendeiro... Por quê? O fazendeiro está tendo que pôr máquina hoje em dia por causa das leis que estão vindo. Porque antigamente, quando eu comecei a trabalhar, não tinha as leis que tem hoje, o pessoal ganhava mais dinheiro. Hoje... O caboclo trabalha 15 dias em uma fazenda, já tem aquele negócio, que ele tem que receber *direito*. Já muda até o estilo que o fazendeiro tem

de trabalhar com o trabalhador... Por quê? Se ele pagar alto demais, tem que pagar tempo de casa, é mais remunerado, é mais isso, mais aquilo, você entendeu? Então em vista de hoje com antigamente, hoje está mais difícil. Antigamente você pegava um café aqui... Cinco reais... O pessoal ganhava, não tinha aquela burocracia de fiscalização. (Tarcísio)

Para Tarcísio, se essas leis fossem extintas, os fazendeiros aceitariam subir o preço das sacas de café. O empreiteiro afirma que os cafeicultores ganham quase 100% do que produzem em cima do trabalhador, e seria preciso coibir esse lucro tão absurdo.

Porque o trabalhador não sabe o preço do mercado de café. Porque o fazendeiro colhe, ele ganha um absurdo vendendo lá pra fora saca de café. E o trabalhador ele vai trabalhar no café a 3, 4 reais. Resto de colhedeira é 6 reais. Café que vai exportar, eu tenho certeza que vende a 400, 500, 600 reais a saca. Você vê o fazendeiro comprando fazenda e mais fazenda e a situação do trabalhador cada vez mais difícil.

A proibição do trabalho até os 16 anos também é descrita como uma perda, e não como um benefício ao trabalhador:

Hoje com 16 anos não pode trabalhar que é de menor. Esse bairro nosso aqui... Está um vandalismo... Que esses rapazinhos de 16 anos ficam fumando droga aí na rua, bagunçando. Antigamente não, ele podia ir no serviço... Não escravizando ele... Mas ele podia ajudar o pai e a mãe, ficava mais fácil. (Tarcísio)

Essa noção está relacionada à idéia de que aprender a trabalhar desde bem jovem é fundamental para a formação do caráter:

O pessoal fala: larga disso... Eu falo: não largo, não. Eu gosto. A pessoa tem que trabalhar, tem pegar cedo e ir até de noite. A pessoa que fica à toa... Quem aprendeu a trabalhar de novo, não agüenta ficar à toa. Ficar à toa, você acha ruim. (Erick)

Por outro lado, nem todas as leis são consideradas ruins, como a obrigatoriedade de o trabalhador submeter-se a uma avaliação médica antes do início do trabalho.

A mecanização crescente é um dos maiores problemas apontados pelos empreiteiros. Para Erick, as máquinas estão causando muito desemprego entre os trabalhadores, especialmente nas fazendas grandes, onde alguns fazendeiros começarão a pagar por pé. Segundo Róbson, uma das propriedades na qual sempre trabalha, A Fazenda São Pedro, uma das maiores de Esmeralda, usa três, quatro colhedeiças durante três meses para depois passar à colheita manual:

Mas aqui é bom... Mas vai chegando um tempo... Estudo pouco... A única coisa que a gente sabe fazer são essas coisas grosseiras... Então... Vai ficando difícil. Igual o maquinário que a cada dia vai operando mais... (...) Esse negócio de máquina está tomando muito a área do trabalhador. Cada ano que passa, eles inventam uma máquina diferente... Aí vai dificultando mais para o trabalhador. Mas por enquanto a gente está mexendo, mas vai ter um ponto que não vai ter para ninguém não, só para a máquina mesmo. (Róbson)

Serafim lamentou-se muito em relação à diminuição da oferta de trabalho nos cafezais em Esmeralda, o que atribui à grande quantidade de máquinas usadas pelos produtores e ao elevado número de trabalhadores que vêm de outras regiões procurando emprego:

Esse ano deve entrar em Esmeralda umas 10 mil pessoas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão. Esse ano está parado. Porque as colhedeiças, infelizmente, estão tirando a mão-de-obra do trabalhador. Esse ano o trabalho no café está péssimo, está ruim, mas ruim mesmo. Porque eles estão trazendo muita máquina sofisticada, está tirando a mão de obra do trabalhador. Eles estão tirando a mão de obra do trabalhador e estão dando muito apoio para o pessoal que vem de fora, alojando eles, tirando a mão-de-obra do pessoal que mora na cidade mesmo. Que aqui nós pagamos impostos, cuidamos da nossa família, pagamos luz, água, tudo. E o

peçoal daqui não está sendo valorizado, o peçoal mesmo que trabalha de bóia fria. Estão tentando acabar com a mão de obra da colheita, já acabaram com a da capina, da adubação, da desbrota. Então não tem mais essa mão-de-obra. Até pra plantar café hoje, eles tem máquina. Pra adubar café hoje, eles têm máquina.

A solução para a escassez de emprego em sua opinião seria a instalação de novas indústrias em Esmeralda:

Se não trazer para cá outro tipo de serviço, uma indústria, qualquer coisa para poder gerar outra mão de obra sem ser café, fica difícil... Esmeralda hoje deve ter no mínimo uns 20 mil trabalhadores rurais da cidade mesmo. Quando acabar essa colheitinha de café, como esse povo vai sobreviver? Não tem como. Porque o forte daqui é o café. Acabou o café, acabou a cidade.

Outra queixa de Tarcísio no que diz respeito às relações trabalhistas é a implementação de uma lei recente, conhecida como *embutido*. No seu entender, os trabalhadores estão sendo prejudicados, pois têm recebido menos do que deveriam. Por esta lei, os trabalhadores recebem seus *direitos* – 13º salário, férias, repouso semanal remunerado - inclusos no preço do café, ao invés de receberem ao término do trabalho, fazendo com que os fazendeiros dissimulem o valor real da saca. Depois que o *embutido* passou a vigorar, se uma saca de café vale cinco, os safristas recebem três reais e cinquenta centavos por ela, por exemplo. O restante é distribuído em *direitos* e eles acabam recebendo menos do que aquele café realmente vale:

Saiu uma lei aí que nós não entendemos... A pessoa vai trabalhar em uma fazenda... Ele trabalha lá, final de safra ele conta com aquele acertinho dele. Com aquele acerto, ele vai comprar um estoque de mantimento para pôr dentro de casa, às vezes comprou uma televisão, um guarda-roupa... Saiu umas leis hoje, um acordo do Ministério do Trabalho... O caboclo trabalha em uma fazenda, vamos supor que ele (o

fazendeiro) paga oito reais a saca. Vai pôr preço no café de seis. Aí dois reais, chama *embutido*. Ele põe em cima todos os direitos que a pessoa tem até atingir oito. Depois, se a pessoa ficou até o final da safra ali, ela pega só o FGTS, porque o direito que ele tinha já recebeu. E na verdade isso aí que eu acho é um golpe. Esse embutido é que tinha que acabar aqui em Esmeralda. Isso aí a gente não acha certo, e é muito reclamado pelos trabalhadores. Mas o que nós podemos fazer?

Segundo Tarcísio, antes de irem para as fazendas, os trabalhadores costumam perguntar se no lugar onde trabalharão “paga embutido”. O empreiteiro diz que nestes locais, muitos trabalham apenas 4, 5 dias e pedem demissão, e que não há como impedir o trabalhador de ir embora quando a fazenda está pagando pouco.

Na concepção de Tarcísio, mais importante do que exigir o uso do equipamento de proteção pelos trabalhadores ou proibir o trabalho infantil, os legisladores deveriam preocupar-se com outras questões mais fundamentais, como obrigar os produtores a subirem o preço pago pela saca de café e revogar essa lei do *embutido*. O empreiteiro criticou a atuação do Ministério do Trabalho, argumentando que quando seus representantes vão às fazendas, apenas fiscalizam se o trabalhador está usando o EPI, sem a preocupação de certificarem-se que outros direitos dos empregados estão sendo cumpridos:

Ele só vê: o trabalhador está de botina? Está de boné na cabeça? Se não estiver, vai multando o fazendeiro e nesse ponto, vai sacrificando o trabalhador.

Tarcísio, Erick e Róbson são associados do sindicato dos trabalhadores quase desde a sua fundação. Serafim não tem qualquer relação com esta entidade, desconhecendo o seu funcionamento. Ele disse que o sindicato de Esmeralda não existe mais por causa da diminuição do emprego de bóia fria.

De maneira inversa, na percepção de Erick, o sindicato é bastante atuante. Ele mencionou que seus representantes costumam ir às fazendas para certificarem-se que os trabalhadores foram *registrados* e que instruem os empreiteiros a não permitirem que os bóias frias trabalhem de chinelos, descalços ou portando armas. Ele mesmo é orientado a não andar com facas ou facões na cintura, “para não ficar provocando”. Quando há um acidente de trabalho, o fazendeiro precisa pagar pelo atendimento médico de seu empregado. Do

contrário, ele pode ser denunciado pelo trabalhador. “Senão vai no sindicato e fica pior”, afirmou Erick. Ele contou que muitos *bóias frias* recorrem ao sindicato para denunciar irregularidades nas relações de trabalho. Erick diz que nem ele nem os *apanhadores de café* podem andar com facas ou facões na lavoura.

No caso de trabalhadores que tiveram a carteira assinada, o *acerto* é feito no sindicato. Para este gato, a entidade “ajuda a resolver”. Ele também costuma utilizar os serviços médicos e odontológicos prestados pelo sindicato:

Eu pago o sindicato, vou lá, converso com eles. O certo é pagar 15 dias de férias, 13º. Tenho carteirinha, sou associado desde que abriu. É uma boa, pois se vou ao médico, ao dentista, pago a metade.

Tarcísio também possui uma grande proximidade com o sindicato. Ele foi citado pela advogada e pela presidente da entidade por diversas vezes como alguém a quem eu deveria conhecer. Como escrito acima, quando o encontrei pela primeira vez, ele fazia compras no supermercado para associados do sindicato. ■

Tarcísio contrata trabalhadores das mais diferentes regiões, como Paraná, Sergipe, norte de Minas Gerais. Ele não vê problemas em contratar pessoas *de fora*, como Serafim:

O pessoal de fora, eu não mexo, sabe? Tenho medo. Mexer com gente alojado é muito perigoso. Então eu prefiro mexer com bóia fria aqui da cidade. Não é uma palavra muito boa, né? Não é muito bom falar bóia fria... É desagradável chamar eles de bóia fria, eles se sentem discriminados. Então a gente tem que falar trabalhador rural.

Da mesma forma, Erick não vai à rodoviária em busca de trabalhadores para contratar e gosta de ter referências sobre as pessoas com as quais trabalha. “Pra não dar problema. Mesmo assim, ainda dá problema”, contou-me. Em sua opinião, os trabalhadores que vem de outras regiões causam muitos distúrbios em Esmeralda. Ele relatou um caso de assalto em um bar em Pescadores, um povoado próximo. Um grupo de homens armados rendeu a todos e roubou três mil reais. Quem contou-lhe a história desconfia que os ladrões são apanhadores de café, pois estavam muito sujos de terra.

Erick prefere contratar casais, mulheres e pessoas mais velhas, pois acredita que estes dão mais valor ao trabalho:

Porque se pegar um rapaz de 18 anos, ele vai só para dar problema. De 10, você tira 2. Mas se pegar um casal, um mais idoso, ele vai para trabalhar. Porque hoje um rapaz de 16 anos não pode ir para a lavoura. Então ele não sabe quanto custa um litro de óleo. Se vai uma mulher, ela trabalha de segunda a sexta.

De acordo com Erick, não se pode *fichar* qualquer pessoa, pois senão ele pode ter prejuízo, como no caso de trabalhadores faltosos ou que não são eficientes:

Não pode fichar qualquer um, porque senão não ganha o certo. O que ganhar, desconta. Pegou parado, tem que descontar. Porque você está segurando o lugar do cara, não poder pôr outro no lugar. Às vezes você põe, no dia seguinte ele vai. É complicado.

Róbson também prefere trabalhar com conhecidos. A maioria das pessoas com as quais trabalha veio de outros estados, mas mudou-se para Esmeralda e reside em Monte Azul. Esses trabalhadores são, em geral, homens jovens.

A escolha de Róbson, Erick e Serafim de trabalhar com pessoas em relação às quais tenham referências é uma forma de protegerem-se, de pouparem-se de conflitos ou atos de violência advindos de desconhecidos, talvez possíveis criminosos foragidos de outros lugares. Tarcísio, apesar de ser o único que não se importa de contratar trabalhadores *de fora*, que vão à cidade apenas durante o período da safra, reconhece a diversidade de situações às quais está sujeito. Ele distingue trabalhadores que vão à cidade com o intuito verdadeiro de trabalhar de outros que vão apenas para beber e badernar:

Vem só pra buscar o dinheiro pra família dele. Tem também aquele mau elemento que vem e fica, né? Vem só por motivo de bebida. Gente de fora que vem pra cá, gosta do lugar continua morando aqui. Às vezes tem condições, compra uma casinha aqui, entendeu? É por aí. Eu mesmo conheço vários

tipos de gente... Tem gente boa de você mexer, tem gente difícil de você mexer, tem gente que é bom elemento.

Por trabalhar com safristas de outras regiões, há uma maior rotatividade entre os trabalhadores contratados por Tarcísio do que entre aqueles empregados por Róbson, Erick e Serafim. Estes trabalham quase sempre com as mesmas pessoas.

Erick queixou-se bastante dos trabalhadores, afirmando que eles não dão valor ao dinheiro e não gostam do trabalho. Conforme me disse, na época da diária, eles não começam a trabalhar antes das sete horas, mas na colheita, como ganham por produção, às seis horas estão trabalhando. Além disso, contou que eles brigam, roubam e se drogam.

Você pagar um peão a 25 reais e ele achar que é pouco... Maconheiro aqui é uma porção. Eles olham a gente trabalhar assim, ainda abusa da gente. Ta difícil pra mexer com as coisas. Você larga o carro aí dentro da horta, eles tacam pedra. Pra implicar com a gente. Você também não pode pegar qualquer um ali em Monte Azul, não. Lá é muito perigoso. Eles matam para ver o sangue correr e para ver a pessoa sofrer. Lugar mais violento da cidade é o Monte Azul. Principalmente nos fundos lá embaixo. Você vê cada coisa.

Tarcísio e Erick estipulam algumas regras em seus trabalhos. O primeiro não gosta de bagunça nem de “cachaçada”; o segundo não contrata homens que usam brinco ou tenham cabelos compridos e ou *gays*. Erick também não gosta de trabalhadores que não o *obedecem*:

Não pode. Se eu falar duas vezes e ele não me obedecer... Na terceira eu chego nele e falo: “Moço, eu já falei com você duas vezes... agora pode parar”. Eu tenho que chegar na pessoa e falar: “Moço, você está me estragando o café, que é caro para formar”. Não pode despelar a vara e nem virar ela para trás. A gente tem que dar valor ao que fazendeiro tem para nós termos serviço.

Quando demite algum de seus contratados, este gato procura pagá-lo ainda na lavoura, “para não dar problema”. Há um saber entre os empreiteiros sobre a maneira de lidar com os

trabalhadores, para não criar atritos, em virtude da sempre presente idéia da violência. É preciso saber falar, é preciso saber fazer a acerto, na hora da demissão.

Não pode mandar embora de qualquer maneira, não pode gritar com uma pessoa. Você tem que receber numa boa. Na hora do acerto... Vamos acertar numa boa. Se faltar uma saca de café, eu não tiver anotado e ele (o trabalhador) teimar que tem, eu pago para não dar problema. Vou deixar a pessoa me botar uma faca na barriga por causa de uma saca de café... Eu pago cinco ou oito reais é muito melhor. Pra mim é melhor.

Ter de lidar com um número tão grande de pessoas exige habilidade para manter a harmonia. Por esta razão os critérios de escolha são tão importantes:

A pessoa tem que ter muita paciência, muito jogo de cintura para *mexer* com tanta gente, que não é fácil, não. Às vezes um desagrada de um lado, outro desagrada de outro, mas tem que saber *mexer*... A gente tem que saber escolher as pessoas, para não trazer problema. Porque lá (na Fazenda São Pedro) é uma empresa grande e eles sempre dizem pra gente saber escolher as pessoas para não dar problema. (Róbson)

Os conflitos entre trabalhadores e gatos são motivados quase sempre por questões financeiras referentes à discordância com relação a pagamentos e ao baixo preço da saca de café ou da diária:

█

O próprio trabalhador ignora com o empregador... Estresse... Às vezes o trabalhador está ganhando pouco, o fazendeiro não quer pagar mais, eles ficam nervoso... Mas a gente não é culpado. A fazenda não é da gente... O empregador só leva a turma. Porque o responsável mesmo é a fazenda. Eu sou só o intermediário deles. (Serafim)

Erick disse já ter sido ameaçado por trabalhadores, mas nada nunca aconteceu efetivamente. Quando ele percebe um desentendimento entre os trabalhadores na lavoura,

aproxima-se e tentar solucionar a questão. Mas se começar uma briga mais séria, ele liga para a polícia, assim como se desconfiar que há um “bandido” na *turma*. Róbson também falou sobre discussões entre seus contratados:

Mas graças a Deus nunca deu nenhum problema. Costuma discutir um com o outro, já teve, não em minha turma, mas de ter briga, de um machucar o outro.

Tornar-se conhecido e construir uma reputação de *bom gato* é imprescindível para progredir, manter-se ativo na profissão. Tarcísio, Róbson e Erick não precisam mais sair à procura de trabalhadores. Tião afirmou que todos sabem seu endereço e costumam procurá-lo em sua casa, como tive a possibilidade de presenciar enquanto conversávamos. Ele disse que muitos o indicam aos que vem de fora e ficam na rodoviária à espera de trabalho. Ele atribui essa enorme procura ao fato de ser honesto e de “trabalhar bem”.

Quando começou, Erick saía pelos bairros onde moram os trabalhadores chamando-os para trabalhar. Hoje, isto não é mais necessário:

Eu já tenho a minha turma certa que eu passo nos pontos. Estão me esperando. Eu posso ir com dois carros que enche. Agora esses dias eu estou trabalhando só com um. Mas lá pro dia 10, eu começo com o outro. Quando eu vou colher café o telefone não pára, “Eu quero trabalhar com você”. Então eu acho o seguinte: o gato aqui na cidade tem nome.. Cada turma prefere o seu gato.

Quando a época da colheita se aproxima, muitos trabalhadores ligam para os *gatos* antes de saírem de suas cidades, avisando que querem trabalhar na safra do café. Aqueles que moram em Esmeralda, também os procuram com certa antecedência, para garantir uma vaga como safrista em alguma fazenda.

Ter nome e reputação também é fundamental para a disputa entre os empreiteiros. Segundo Erick, há muita competição entre os gatos. Quando um sabe que o colega de profissão irá colher em uma fazenda, oferece seus serviços ao fazendeiro por um preço menor, somente “para te derrubar”. Róbson pensa de forma diversa. Ele contou que na Fazenda São Pedro, onde trabalha todos os anos, há sete ou oito *gatos*, os quais todos se dão bem. ■

O termo *responsabilidade* aparece em suas falas por diversas vezes. É preciso *responsabilidade* na escolha dos trabalhadores, é preciso *responsabilidade* na gerência do trabalho na lavoura:

Você tem mais *responsabilidade*, é uma *responsabilidade* muito grande você trabalhar com 50, 80 pessoas. Mas é muito bom, eu gosto. (...) Não é dizer que tem umas pessoas que é mais ruim do que os outros, mas tem umas que tem mais *responsabilidade*, que entende mais. (Róbson)

“Tem que ter muita responsabilidade”, repetiu Erick inúmeras vezes:

Porque responsabilidade é assim. Se você põe 300 sacas novas na lavoura, você não recebe elas não. Um leva o teu pano, o outro leva para pôr lixo. Ferramenta, se você deixar eles leva, um pega do outro. Se você não abrir o olho, um pega a saca do outro. Então por isso tem que ter responsabilidade. E mesmo na hora do pagamento, você tem que ser esperto. Agora tem uns gatos aqui que não. Só quer gente para encher o carro e eles ganhar o frete e a comissão deles. Eu quero gente para trabalhar pra mim, senão no ano que vem não tem serviço. Fica ruim para mim e pra eles.

Tanto Tarcísio quanto Erick enfatizaram que é preciso uma grande *responsabilidade* com o “carro”, o ônibus no qual transportam os trabalhadores, que tem o seguro pago, licença e documentos legalizados.

Assim como os trabalhadores, os cafeicultores também entram em contato com os gatos solicitando determinado número de empregados para o trabalho em suas fazendas, seja durante a safra ou a entressafra do café. Os empreiteiros avaliam primeiro o cafezal antes de acordar o quanto será pago pela saca de café. O jogo da negociação consiste em pedir sempre mais do que sabe que o produtor vai pagar:

Porque se eu te pedir a sete (reais), você não vai me pagar a sete, você vai me pagar a 6. Então já chego e olho e peço a tanto... E ele oferece a tanto. (Erick)

O preço da saca de café tem de ser constantemente negociado:

Sempre a gente tem que está brigando pelo preço do café. Patrão sabe como é, né? Eles só puxam pro lado deles. Então a gente discute o preço, vê o que dá pra eles e dá pra gente... Esse ano ainda não sabe quando se vai pagar. Trabalha um, dois dias e aí que vai avaliar o preço que a gente quer e o que eles podem pagar. (Róbson)

Serafim não vê problemas na relação com os fazendeiros, mas menciona que é mais difícil negociar o preço da saca de café com alguns que não sabem *valorizar* os trabalhadores:

O pessoal é educado, os fazendeiros são tudo gente boa. Tem uns que é mais mão de vaca, pão-duro, não abre mão por causa de preço. Tem uns que sabem valorizar mais os trabalhadores. Reconhece... Um trabalhador merece ganhar, ainda mais um bóia fria que levanta 5 horas de sua cama pra pegar seu ônibus para ir pro seu serviço, não tem horário de almoçar, não tem horário de merendar nem nada, então ele tem que ganhar mais ou menos um salário assim, uma diária de 30 a 40 reais. Agora, a pessoa levantar 5 horas da manhã de sua cama, não tem horário de almoçar nem nada pra chegar até a hora de sair, não compensa... Não compensa levantar de sua cama para ir pra lavoura.

Entre os fazendeiros há os “bons de pagar” e os “enrolados”. Erick contou que alguns produtores, especialmente aqueles que estão começando, sempre atrasam o pagamento. Nestes casos, quando é chamado, ele costuma recusar a oferta de trabalho, argumentando que está ocupado.

Róbson fez muitos elogios à Fazenda São Pedro. Disse ser muito boa a relação com o proprietário e com os gerentes. Todos o tratam bem e não o discriminam por ser empregado:

Fazenda muito boa, muito importante, tem um contrato com o exterior, tem muitos empregados, dá uma boa assistência.

4.5. Lucinda e a Experiência de uma Empreiteira

Como citado no início do capítulo, na minha primeira ida ao bairro Monte Azul conheci Lucinda, a vizinha de Verônica que havia trabalhado como gata. Quando marcamos uma conversa, minha expectativa em relação a essa moça era que ela falasse sobre a experiência de uma mulher como empreiteira. Para a minha surpresa, ao longo de toda a entrevista, isto não foi mencionado. No momento em que perguntei-lhe se trabalhava, ela respondeu-me que apenas vendia roupas. Insisti e perguntei-lhe se já havia sido gata ou trabalhadora rural. Ela respondeu afirmativamente, tendo o cuidado de acrescentar que há muito já não trabalhava em lavouras em virtude de um problema de coluna crônico.

Esta informação contrastava com o que Verônica havia me contado algumas semanas antes. Esta vizinha estava cuidando do filho de Lucinda porque ela havia ido trabalhar em um milharal, catando o restante dos grãos deixado pelas colhedeadas, enquanto aguardava o começo da colheita de café.

Lucinda tem 31 anos e nasceu em Uberaba. Quando criança mudou-se com os pais e os sete irmãos para Esmeralda, onde casou-se. Seu marido é de Sacramento, Minas Gerais. Este casal tem dois filhos, uma menina de onze anos e um menino de dois anos. Muitos dos seus familiares trabalham em cafezais, tanto na colheita quanto nas atividades da entressafra. Um dos seus cunhados também é gato e ele mesmo dirige o ônibus que leva os bóias frias para as fazendas. Geralmente, o empreiteiro contrata alguém para esta função. O marido de Lucinda é tratorista, sendo funcionário fixo da Fazenda São José. Na época em que conversamos, ele estava operando as colhedeadas. Embora se considere evangélica, essa moça não frequenta nenhuma igreja.

Lucinda começou a trabalhar como gata quando o encarregado deste ofício não pôde mais e pediu-lhe que ficasse em seu lugar. Ela trabalhou dois anos como empreiteira. Disse ser “muito cansativo, tem que olhar o pessoal, cansa a cabeça”. Além de permanecer durante todo o dia na lavoura orientando e observando o trabalho de seus contratados, administrando alguns conflitos eventuais, à noite, quando chegava em casa, ela ainda tinha de fazer a contabilidade de quantas sacas cada trabalhador havia colhido e o quanto devia para cada um.

Assim como Erick, Róbson, Serafim e Tarcísio, Lucinda usava o termo “levar turma” para referir-se ao seu antigo ofício. Depois de deixar o emprego de empreiteira, ela voltou a trabalhar nas colheitas de diferentes lavouras e ao trabalho por diária.

Partilhando da mesma opinião expressa pelos outros empreiteiros, para Lucinda a mecanização crescente está diminuindo as oportunidades de emprego dos trabalhadores. Na

fazenda na qual seu marido trabalha, além das colhedadeiras já são utilizadas máquinas para rastelar e abanar café. Como muitos trabalhadores, ela recordou-se de tempos passados como a época em que era possível fazer uma poupança e abastecer a dispensa para o ano inteiro com dinheiro ganho nos cafezais.

Como destacado ao longo do texto, o gato ocupa um lugar ambíguo; ele está entre os trabalhadores e os patrões. Entre esses dois pólos, o gato ainda lida com os representantes do sindicato, outros gatos, gerentes e administradores das fazendas.

Outra ambigüidade que envolve os gatos diz respeito à legislação. Eles ficam entre burlá-la, como quando não assinam a carteira de trabalho, e cumpri-la, ou exigir o seu cumprimento. Ainda sobre a legislação trabalhista, é curioso notar que todos sentem-se prejudicados por ela: os patrões, os gatos e os trabalhadores.

Embora os gatos sejam trabalhadores que ascenderam, e muitos trabalhadores desejam essa ascensão, nenhum trabalhador nunca manifestou o desejo de tornar-se gato. Da mesma maneira, todos os entrevistados afirmaram ter-se tornado gatos por acaso. Essa profissão, que parece ser vista como moralmente ambígua e pouco legítima, nunca é descrita como um projeto desses trabalhadores.

É preciso assinalar também uma distinção significativa entre os empreiteiros. Alguns gatos, como Erick, Tarcísio e Róbson parecem ser mais profissionais, mais constantes na profissão do que outros, como Serafim e Lucinda. Ainda que Serafim não tenha deixado de atuar como empreiteiro, não é dado como certo que ele terá trabalho sempre. E assim como no caso de Lucinda, algumas pessoas parecem trabalhar como gato de forma mais eventual, ou apenas trabalharam durante um curto período.

Essa diferença entre os gatos repercute no caráter concorrencial do ofício de empreiteiro. Os gatos mais profissionais, que ocupam uma posição mais sólida no mercado da mediação entre fazendeiros e trabalhadores, são os únicos que trabalham para as grandes fazendas. Os gatos mais ocasionais, além de terem mais dificuldades para conseguir trabalho, acabam trabalhando sempre para fazendas menores.

Outra variável importante que influencia na disputa dos empreiteiros por boas fazendas e bons trabalhadores é a sua reputação. O gato de má reputação, como o João da Bica, da Fazenda Santo Antonio, tem mais problemas em contratar trabalhadores, e,

sobretudo, em mantê-los trabalhando durante toda a safra, tendo que lidar com o inconveniente de um índice de evasão mais alto do que o comum.

No entanto, é preciso não confundir a má reputação com o trabalho eventual. Em outras palavras, o “profissionalismo” dos gatos e boa reputação não são correlatos, haja vista o exemplo do mesmo empreiteiro mencionado acima, que embora trabalhe em uma fazenda grande, seja antigo na profissão e bastante conhecido na cidade, não é bem visto pelos trabalhadores.

CONCLUSÃO

(...) Novas análises e reanálises virão para comprovar a fecundidade teórica do trabalho etnográfico. Elas certamente irão reforçar a convicção central dos antropólogos: de que a prática etnográfica – artesanal, microscópica e detalhista – traduz, como poucas outras, o reconhecimento do aspecto temporal das explicações. Longe de representar a fraqueza da antropologia, portanto, a etnografia dramatiza, com especial ênfase, a visão weberiana da eterna juventude das ciências sociais.

Mariza Peirano

Nesta dissertação, procurei descrever e analisar as trajetórias, as práticas de deslocamento e as experiências de trabalho dos trabalhadores empregados em período temporários nas atividades relativas à produção do café no município de Esmeralda, bem como as formas pelas quais eles percebem as suas condições e as relações nas quais estão inseridos.

A migração de trabalhadores entre cidades e estados em busca de trabalho é definida como uma resultante das relações sociais de subordinação identificadas tanto no processo de expulsão desses trabalhadores de suas terras e do interior das fazendas onde trabalhavam seguido das barreiras à obtenção de trabalho e de acesso à terra na própria região, quanto nas dificuldades enfrentadas pelos pequenos lavradores em sua inserção no mercado, na participação das políticas agrícolas, e no aumento do valor do arrendamento da terra (Novaes, 2007).

As pesquisas mais atuais sobre migrações no interior do Brasil apontam, a partir da década de 70, a presença de uma camada considerável de trabalhadores que se deslocam inúmeras vezes ao longo do ano e da vida, com a finalidade de driblar a pobreza e encontrar um lugar que lhes ofereça melhores condições para viver e trabalhar. Essa perspectiva nada tem a ver com migração clássica que dicotomiza o movimento migratório entre origem e destino (Menezes, 2002).

Por não ter focado na migração em si, mas no trabalho no café e nas trajetórias de sua mão de obra, chamar de práticas de deslocamento a circulação desses trabalhadores no interior do Brasil pareceu-me desde o princípio a decisão mais acertada. Em outras palavras, na minha análise, a migração – ou os deslocamentos – se destaca por ser constitutiva da vida dos trabalhadores do café, estes sim meu objeto de estudo.

Segundo Sayad (1998), a situação do migrante é definida em si como transitória, mas tem sido de fato, duradoura. Assim posto, a situação daquele que migra tem permitido uma dupla interpretação: para não assumir a forma quase definitiva da migração, somente se leva em conta o caráter provisório do migrante; por outro lado, há motivos para insistir na tendência de que os migrantes se instalam de forma cada vez mais duradoura em sua condição de migrantes.

Nos grupos estudados, essas práticas de deslocamento adquirem três formatos. O primeiro, ao qual chamarei de deslocamento segmentado, refere-se às trajetórias mais comuns aos moradores do bairro Monte Azul. Chamo de *deslocamento segmentado* porque, embora haja uma circulação desses trabalhadores entre as cidades, eles costumam se estabelecer e morar muitas vezes por anos no novo local, comprando, se possível um imóvel onde possam viver.

As mudanças de cidade relacionada a este tipo de deslocamento são feitas em família, apenas por casais ou pelos casais e seus filhos. O objetivo é encontrar uma cidade onde a família possa estabelecer-se por oferecer boas oportunidades de trabalho e condições de vida, como escola acessível para os filhos em idade escolar. Irmãos, pais e cunhados geralmente acompanham-se nesta mudança, embora não necessariamente no mesmo momento. É preciso destacar também que esses deslocamentos podem acontecer em estágios distintos da vida desses trabalhadores. A mudança para a cidade onde se estabeleceu pode ter acontecido na infância com os pais, ou na fase adulta, com o marido ou a esposa e os filhos.

Por mais longo o tempo que uma família more em uma cidade, inclusive em casa própria, o estabelecimento não é necessariamente definitivo. Além do trabalho, razões familiares também podem motivar a mudança de cidade, como a procura por algum membro da família ao qual se deseja rever.

Ao formato das práticas de deslocamento dos trabalhadores os quais conheci no abrigo, denominarei de *deslocamento intermitente*. Esse tipo de deslocamento é masculino e quase sempre solitário. Embora seja raro, irmãos, cunhados, primos, amigos ou conhecidos podem fazer juntos essas viagens. As mulheres, filhos e filhas, ou pais ficam sempre no lugar

de origem. A motivação para deixar a cidade onde vivem é a busca de trabalho que permita acumular dinheiro para enviar à família durante os meses em que se está fora.

O terceiro tipo de deslocamento, o *deslocamento contínuo*, também diz respeito aos trabalhadores do abrigo. Nestes casos, os trabalhadores haviam perdido o contato com suas famílias e não tinham mais residência fixa.

Embora eu proponha essa tipologia das práticas de deslocamento, esse é apenas um exercício de reflexão. Essa análise não pode ser feita de forma estanque, mesmo porque essas práticas podem se diferenciar de acordo com as etapas distintas da vida dos trabalhadores. Um trabalhador casado e com filhos que há anos estabeleceu-se em Esmeralda, pode ter se deslocado continuamente quando jovem e solteiro.

No bairro Monte Azul, as famílias eram compostas em sua maioria por pais e filhos em idade escolar ou adultos, mas solteiros. As únicas duas famílias nas quais os filhos haviam se casado e já tinham filhos eram as de Adriana e de Davi e Dora. Somente no caso de Adriana, seus filhos casados ainda moravam com ela.

A única exceção a esse modelo era a família de Gaspar e Márcia. Uma das irmãs de Gaspar havia construído uma casa nos fundos do terreno do casal. Embora, a rigor, ela vivesse em uma casa separada, o relacionamento entre as cunhadas era tão amistoso que elas consideravam que moravam juntas, e uma tinha livre trânsito na casa da outra.

Assim como na pesquisa feita por Fonseca (2000) em uma vila pobre de Porto Alegre, em Esmeralda, o contato entre irmãos adultos também é maior do que o contato entre pais e filhos. É mais comum que os irmãos se acompanhem nas mudanças de cidades do que os pais, como no exemplo de Márcia e Gaspar, cujos irmãos de ambos também se mudaram para Esmeralda, e como aconteceu com os filhos mais velhos de Dora e Davi, que se mudaram juntos para o Rio de Janeiro.

Aquela mesma autora questiona os principais conceitos atribuídos aos estudos de famílias em grupos de baixa renda, como “estratégia de sobrevivência”, “mulher chefe de família” e família “matrifocal”. Tais conceitos apontam um modelo familiar baseado em sua maioria, em uniões consensuais, em famílias compostas de apenas mães e filhos, alta taxa de instabilidade conjugal e recasamento.

Entre as famílias do bairro Monte Azul apenas Lucimara estava no segundo casamento, tendo se desquitado do primeiro marido. Dina também era separada, mas não havia se casado novamente. Helena era viúva, e também não havia encontrado um novo companheiro.

No grupo com o qual tive contato, assim que os filhos faziam 17 anos, era imperativo que começassem a trabalhar. Embora a proibição do trabalho até os 16 anos não seja sentida exatamente como um benefício, havia um reconhecimento entre esses trabalhadores de que era preciso que os jovens não abandonassem o estudo para ter melhores oportunidades de trabalho do que seus pais. Mesmo no caso da filha de Marília e Leopoldo que estava fazendo faculdade, a moça trabalhava em uma papelaria da cidade para ajudar a pagar o seu curso.

Ao contrário da realidade descrita por Fonseca (2000), nas famílias entrevistadas, as mulheres trabalhavam fora tanto quanto os homens. Não havia um padrão moral que reprovasse o trabalho feminino não-doméstico. Era não somente desejável, como necessário que as mulheres trabalhassem e ganhassem dinheiro. Todos na casa, com exceção dos menores de 16 anos, precisavam contribuir para o orçamento familiar.

O trabalho na colheita de café, embora seja “uma oportunidade de ganhar um pouquinho a mais”, como ouvi repetidas vezes ao longo do trabalho de campo, não é mais percebido como algo que permita acumular renda para elevar o padrão de vida de uma família. O projeto dessas famílias de Monte Azul inclui conseguir trabalho em outros espaços como na escola, como Marília e Dora, ou como o marido de Verônica que trabalha como “faz-tudo” em uma exportadora de café. Há entre esses trabalhadores uma percepção da desvalorização do trabalho na safra de café ou em outras atividades agrícolas e do trabalhador rural. Não foram poucas as oportunidades em que ouvi que há anos, o trabalho no café era lucrativo, permitindo aos trabalhadores comprar uma casa e mobiliá-la, e abastecer a despensa para o ano inteiro. A afirmação de Davi de que “o trabalho na lavoura não vale nada” é significativa de como essa categoria de trabalhadores percebe hoje as suas condições enquanto tais.

O trabalho no café, entre os trabalhadores entrevistados no bairro, é conseguido através dos gatos. Ao menos no grupo entrevistado, todos disseram trabalhar com empreiteiros, e ter o seu de preferência.

Para os moradores que conheci em Monte Azul, a relação com vizinhos ou conhecidos do bairro não parece ser tão significativa, a não ser entre os evangélicos, que se tratam por “irmão” e “irmã” e participam efetivamente da vida uns dos outros.

Os trabalhadores do abrigo passavam muito tempo longe de suas famílias, sem contar aqueles que haviam perdido o contato com seus filhos, pais e esposas. As viagens não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre solitários ou com conhecidos. Mesmo aqueles que ainda tinham casa e mantinham a família como referência, poderiam passar meses ou até anos sem dar notícias.

Tanto entre os trabalhadores do abrigo quanto entre os do bairro parecia haver uma noção corrente, raramente declarada de forma muito evidente, de que não se pode confiar em ninguém, e que os amigos são poucos, *tem gente que diz que é amigo, mas não é*, como expressou Ricardo no abrigo. Essa postura talvez tenha sido o que causou estranheza em Adriana, moradora do Monte Azul, quando queixou-se da falta de proximidade entre seus vizinhos do bairro.

A instabilidade conjugal era maior entre os trabalhadores do abrigo do que entre os do bairro. No abrigo, havia um número significativo de homens separados e vários solteiros. Na perspectiva deles, a vida de pobreza e de deslocamentos em busca de trabalho era um obstáculo aos relacionamentos duradouros e casamentos. Também havia uma certa quantidade de homens mais velhos que não apenas não tinham se casado, como também não haviam tido filhos.

Boa parte dos meus interlocutores do abrigo eram filhos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e haviam nascido na roça. Seus irmãos e os filhos adultos também tinham experiência no trabalho agrícola e na construção civil. Os trabalhadores que eram casados mencionavam que suas esposas apenas colaboravam com o sustento trabalhando como domésticas, mas que o dinheiro enviado ou levado por eles é que constituía a base do orçamento familiar.

Outra diferença entre os trabalhadores do bairro e os do abrigo é que enquanto para os moradores de Monte Azul a segurança era representada pela casa própria, para os homens que circulavam pelo abrigo era a *terra própria* que trazia alguma tranquilidade. A terra e a casa afastam o medo de ficar sem trabalho e sem teto.

Diferente do que ocorre entre as famílias residentes no bairro, os trabalhadores do abrigo não tinham muitas perspectivas de conseguir empregos melhores e serem mais bem remunerados. Ao menos em Esmeralda, eles não tinham contatos com pessoas que pudessem lhes dar outras oportunidades, como aconteceu com Marília e Dora em Monte Azul. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que eles não moram na cidade. Outra hipótese a ser levantada é que mesmo no município de origem daqueles que possuem residência fixa, essa possibilidade de ascensão seja anulada pela escassez de oferta de outros tipos de trabalho que não o agrícola.

Por outro lado, os meus interlocutores do abrigo tinham a mesma percepção de que o trabalho na lavoura, e no café em especial, era mais rentável antigamente.

Os trabalhadores do abrigo procuravam conseguir empregar-se sem o auxílio dos gatos, aos quais consideravam exploradores. A situação desejada era negociar o trabalho e

suas condições como o valor que receberiam pela saca ou o preço da marmita diretamente com o patrão, embora raramente o conseguissem.

É interessante destacar que enquanto no bairro as trajetórias pessoais e familiares tiveram maior peso nas minhas conversas com meus entrevistados, meus interlocutores do abrigo acabaram por direcionar as entrevistas para as questões relacionadas ao trabalho e ao seu enquadramento institucional.

Enquanto boa parte dos trabalhadores do abrigo havia nascido na Bahia, no bairro a grande maioria era natural de outras cidades de Minas Gerais, especialmente do norte, do noroeste, e da própria região.

Entre os vinte e quatro trabalhadores entrevistados no abrigo, dez eram da Bahia. O segundo estado no qual havia nascido o maior número de trabalhadores era o Paraná, com cinco homens. Também havia trabalhadores naturais de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina.

Boa parte dos trabalhadores do abrigo costumava procurar trabalho em São Paulo, seja na capital ou nas cidades do interior. Além de São Paulo e Minas Gerais, foram citados os estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Santa Catarina. Aqueles que especificaram as cidades onde já trabalharam mencionaram Barreiras (BA); Boqueirão (GO); São Paulo (capital); Garça (SP); Juscelino Kubistchek (MG); João Pinheiro (MG); Montes Claros (MG); Citrino (MG); Pirapora (MG); Patos de Minas (MG); São Gotardo (MG); Uberlândia (MG); Magé (RJ); São João de Meriti (RJ), Monte Carmelo (MG) e Luís Eduardo Guimarães (BA).

O objetivo da descrição detalhada das cidades e/ou estados onde esses trabalhadores nasceram, moraram ou moram e buscam trabalho é fazer um mapeamento da sua origem e dos lugares pelos quais circulam.

No que se refere aos tipos de ocupação, há uma inserção diversificada nos grupos que acompanhei, com a prevalência de algumas atividades, como o trabalho na cana, seja no corte ou nas usinas. Entre os trabalhadores do abrigo também foram mencionadas experiências de trabalho em colheitas de feijão, laranja, mamona, milho, algodão, hortaliças, cacau, açaí, na construção civil, carvoeiras, plantações de soja, trator agrícola, entrega de charque, caminhões, como peão de rodeio, pecuária e pesca.

Os homens e mulheres os quais conheci em Monte Azul haviam trabalhado como vendedores ambulantes, com venda de roupas, fazendo faxinas em empresas ou como domésticas, nas colheitas de feijão, cebola e hortaliças, na construção civil, em indústria têxtil, com pesca, pecuária, como caseiro de fazenda, como babá e cuidando de idosos.

A escolha por um ou outro tipo de atividade perpassa várias ponderações como qual trabalho remunera melhor e é menos desgastante fisicamente, qual fazenda oferece melhores condições de alojamento e de alimentação. A região e a maneira como as diferentes safras se combinam também permitem que os trabalhadores tracem uma rota das suas possibilidades de trabalho.

A circulação desses trabalhadores pelos diversos processos de trabalho, do corte de cana à construção civil, de acordo com Moraes (1996) permite a reprodução do trabalhador temporário, submetido a distintas formas de exploração, mas homogeneizado enquanto trabalhador. Esta circulação leva, por conseguinte, a uma circulação de outro tipo: a do controle e da dominação.

Nesse contexto, Novaes (2007) destaca as novas formas de gestão do trabalho agrícola, com a incorporação de novas tecnologias e de uma nova racionalidade produtiva. Os empregadores passaram a exigir maior produtividade e maior disciplina no trabalho, utilizando novos arranjos produtivos e o maquinário.

Moraes (1996) chama atenção para o fato de que o contrato por safra encobre a relação de um trabalho permanente, constituindo mais um elemento da instabilidade do emprego. Essa estratégia é usada pelos produtores para não assumirem, na entressafra, os trabalhadores contratados para a safra, contribuindo para a desvalorização desses trabalhadores.

Sendo a forma predominante o salário por produção, tem-se que o salário recebido pelo trabalhador dependerá do seu esforço próprio. Segundo Moraes (1996), esta forma de pagamento oculta a percepção do trabalho excedente. Com a idéia difusa de que quanto mais se trabalha, mais se ganha, supondo justiça e igualdade, a invisibilidade do trabalho excedente torna-se maior quando se ganha por produção.

Isto posto, pode-se concluir que a gestão do trabalho não exige apenas o domínio da objetividade e da racionalidade. Para que um trabalho seja bem feito e para aumentar a produtividade, é mister o controle da vontade do trabalhador e, portanto, de suas condições subjetivas (Moraes, 1996). A qualidade de *bom trabalhador* não está atrelada apenas à maior disposição e habilidade para o trabalho, mas também aos seus valores morais (Moraes, 1996). O bom trabalhador também é aquele que não bebe, não briga, não reclama, não falta ao trabalho, não abandona a colheita, é cuidadoso com o material de trabalho e com os pés de café, se empenha em trabalhar da melhor maneira possível.

O mau trabalhador é o oposto: ele costuma ter fama de *bêbado*, descuidado, violento e preguiçoso.

Se por um lado, a categoria dos trabalhadores é subdividida entre os disciplinados e os indisciplinados, os produtivos e os indolentes, os que proporcionam lucro e os que trazem prejuízos, por outro, as diferenças de sexo, idade e origem são subsumidas em um processo de homogeneização (Moraes, 1996).

Se a consciência de classe é imprescindível para a ação coletiva, a identidade e objetivos semelhantes não o são. A opção por um confronto declarado por parte de grupos de trabalhadores como estratégia de reivindicação por suas demandas passa pela avaliação das possibilidades reais de êxito de tal estratégia, incluindo o entendimento do poder a sua disposição para superar a opressão (Stolcke, 1986).

Scott (1986) descreve as quebras de máquinas e o roubo de sacas de arroz entre os camponeses que estudou como formas de fazer frente aos fazendeiros. Estas formas, segundo o autor, são, muitas vezes, a melhor maneira dos trabalhadores defenderem seus interesses, mais do que manifestações abertas, que sempre provocam represálias e o aumento da repressão, constituindo também uma alternativa às dificuldades de se organizar.

Em Esmeralda, de maneira distinta, não parece haver boicotes ao maquinário e nem roubos de sacas de café. As formas cotidianas de resistência consistem em pequenas greves, deserção e divulgação de histórias ruins sobre fazendeiros, fazendas e gatos; a construção de uma má reputação, nos termos de Bailey (1971), de seus empregadores. Uma fazenda com má fama, como a Santo Antonio, parece ter mais dificuldades em conseguir trabalhadores e, sobretudo, em mantê-los. O alto índice de abandono do trabalho, ainda que não afete substancialmente a produção de uma fazenda, não deixa de ser um inconveniente para seus proprietários e empreiteiros.

O abandono da colheita antes do fim da safra também era mencionado com constância pelos trabalhadores com os quais conversei. Todos já haviam desistido de algum trabalho em função da baixa remuneração ou das condições precárias do alojamento e da falta de alimentação adequada ou falavam em fazê-lo. A adesão às greves, por outro lado, foram pouco citadas, tanto pelos trabalhadores de Monte Azul quanto pelos do abrigo.

Assim como existem os bons e os maus trabalhadores na perspectiva dos gatos e empregadores, há também os gatos maus e os “menos maus” do ponto de vista, sobretudo, dos trabalhadores do abrigo. É como se, como me disse a advogada do sindicato, os gatos fossem um “mal necessário”. No entanto, embora muitos trabalhadores tenham preferência por fazendas que não façam uso da mediação do empreiteiro, as oportunidades de trabalho chegam mais facilmente através desses profissionais, que costumam procurar pelos

trabalhadores. Em fazendas que não trabalham com gatos, é preciso que os trabalhadores vão até as fazendas ou fiquem à procura de seus proprietários.

Também entre os gatos, há o jogo da reputação. Ser um mau gato significa explorar os trabalhadores, tomar o seu dinheiro, tratá-los mal, ser agressivo, se recusar a atender às demandas dos trabalhadores quando eles reivindicam o aumento do preço pago pela saca de café, não saber negociar com o patrão, colocá-los em alojamentos ruins, fornecer-lhes uma alimentação ruim, cobrar caro pelas refeições, fazer promessas e não cumpri-las. O gato “menos mau” não ganha tanto às expensas dos trabalhadores, não os ofende nem os xinga, oferece-lhes alojamentos e alimentação razoavelmente dignos, é um bom negociante de salários com o patrão.

Durante o trabalho de campo, não tive a oportunidade de conversar com os gatos considerados muito ruins pelos trabalhadores, embora eu tenha feito algumas tentativas. Essa dificuldade e a recusa em me receber podem estar ligadas ao fato de que eles conhecem a sua fama e o que dizem sobre eles na cidade.

Da perspectiva dos gatos com os quais conversei, eles se situam entre tolerar os excessos do patrão e controlar os trabalhadores. Por um lado, os gatos manifestam o desacordo com relação ao salário pago pelos trabalhadores, às condições dos alojamentos e das refeições oferecidas, à rigidez das leis trabalhistas, ao excesso de maquinário que está substituindo a mão de obra, e, em consequência, ameaçando também o seu trabalho, e ainda precisam cobrar dos proprietários que são maus pagadores os salários em dia. Por outro, os empreiteiros precisam conter os trabalhadores, considerando sempre possível ser alvo da violência desencadeada pela indignação com relação à sua miséria e fazê-los trabalhar, vigiando os trabalhadores indolentes e desleixados, além de serem pressionados para fazer novas negociações do preço da saca do café. O medo da violência e a pressão sofrida parecem ser ainda maiores no caso das mulheres empreiteiras, como Lucinda.

Os critérios para selecionar trabalhadores e o saber construído em torno de como lidar com eles ganham importância nesse contexto. No momento desta seleção é que pesa também a reputação do trabalhador. Trabalhadores conhecidos como alcoólatras, bagunceiros, arruaceiros, violentos, preguiçosos e com histórico de processos trabalhistas contra os patrões são evitados. Em outro sentido, os gatos também não podem gritar nem tratar mal seus contratados para não despertar esse tipo de reação, mesmo que não tenha contratado trabalhadores reconhecidamente problemáticos.

Além de ter que manter o equilíbrio entre fazendeiros e trabalhadores, e tentar controlar todas as variáveis acima mencionadas para que tudo corra bem, os gatos ainda precisam manter-se na disputa com outros gatos por boas fazendas e bons trabalhadores.

Os empreiteiros por mim entrevistados sentem-se, de certa forma, injustiçados: não agradam nem aos patrões nem aos trabalhadores, travam uma luta constante com ambas as classes e dentro de sua própria categoria para se manter no mercado, e carregam a fama de exploradores, por culpa dos maus colegas de profissão.

A relação dos trabalhadores com seu sindicato e com o núcleo trabalhista também é bastante tensa, ao menos para os trabalhadores que conheci no abrigo, pois as famílias entrevistadas no bairro Monte Azul em nenhum momento do nosso convívio fizeram alusão àquela entidade. De qualquer maneira, nenhum dos trabalhadores do bairro ou do abrigo eram associados do sindicato dos trabalhadores de Esmeralda ou de outra cidade.

Entre os homens do abrigo, os sindicatos de trabalhadores em geral eram vistos ou como entidades ausentes ou indiferentes às suas demandas ou como entidades que estavam ao lado do patrão, embora se outorgassem representantes da classe trabalhadora. Embora houvesse casos nos quais pedissem a ajuda do sindicato, isto acontecia em última instância e os trabalhadores não alimentavam a esperança de que teriam a ajuda solicitada.

Sobre o sindicato de Esmeralda e os trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício e, sobretudo aqueles que iam à cidade apenas para o período da safra, o que é importante reter é que esses trabalhadores não somente não se viam representados pelo sindicato, como também olhavam com desconfiança os seus representantes. Ao longo do trabalho de campo, me empenhei desde o princípio em deixar claro para os trabalhadores que eu não estava ligada ao sindicato, já que isso poderia prejudicar o meu contato com eles. Por outra perspectiva, as minhas poucas idas às fazendas foram possíveis em virtude do bom relacionamento entre o sindicato e os fazendeiros.

Não são apenas as relações entre trabalhadores e gatos e trabalhadores e sindicato que são carregadas de conflitos. De fato, toda a teia de relações envolvendo as diferentes classes e entidades ligadas à produção agrícola e à questão do trabalho no universo social aqui delimitado e por mim estudado é conflitiva, em maior ou menor escala. Os trabalhadores queixam-se dos gatos, dos fazendeiros, do sindicato e do Ministério do Trabalho; os gatos reclamam dos trabalhadores, dos fazendeiros, do sindicato e das leis trabalhistas; os sindicalistas criticam os gatos, alguns fazendeiros, o Ministério do Trabalho e os trabalhadores.

Este emaranhado de oposições impõe a necessidade de refletir sobre o lugar de onde fala cada um desses atores, de como percebem a sua inserção neste contexto e de como se dão suas interações no mundo real, bem como as resultantes sociais dessa interação. Assumir tal postura não implica o não reconhecimento de verdades absolutas, como a miséria incontestada dessa massa de trabalhadores; pelo contrário. Se o que se pretende é contribuir para explicitar a estrutura que produz essa miséria, esse processo é mais bem entendido quando se deixam de lado esquemas simplificados que atribuem rótulos pré-estabelecidos às diferentes categorias.

A função da assistência social da prefeitura e da Polícia Militar em Esmeralda inclui uma ação (que se pretende) educativa, civilizadora, e exige manter sob controle essa classe potencialmente perigosa, os trabalhadores temporários do café vindos de outros estados, de outras cidades, de outras regiões, quer tenham se tornado moradores de Esmeralda ou não. Esses trabalhadores “de fora” são indefinidamente alvo de um trabalho de correção cujo objetivo é reduzir seus erros na sociedade de sua migração²⁶.

É preciso vigiá-los para que não bebam, não mendiguem, não roubem, não sujem a cidade. É tomado como dado que, caso a vigilância falhe, tais excessos serão cometidos. Essa prática de identificar o “de fora” como o causador dos problemas de sua comunidade (pobreza, criminalidade, etc.) é pensada por Vettorassi (2007) como uma forma de preservar sua auto-identidade; uma maneira de defender-se, atacando.

Lembrá-los dos estigmas pelos quais são denunciados e se denunciam como “de fora” – analfabetismo, falta de qualificação, pobreza, cor da pele e sotaque – é na realidade uma maneira de lembrá-los de sua condição de intrusos. Ou seja, pessoas de outro lugar, de um lugar para o qual deverão voltar mais cedo ou mais tarde (Sayad, 1998).

Uma fase do processo de socialização do estigmatizado é aquela na qual a pessoa que carrega o estigma aprende e incorpora o ponto de vista da sociedade mais ampla, adquirindo suas crenças em relação a sua própria identidade. Em outras palavras, o estigmatizado se convence de que de fato possui tais caracteres (Goffman, 1988).

Entre os trabalhadores pesquisados de Esmeralda, o estigma de indolentes, bêbados e violentos é incorporado em termos da categoria mais ampla, mas não ao nível pessoal. Em diversas oportunidades, ouvi histórias de trabalhadores sobre outros trabalhadores que haviam bebido, brigado, que não gostavam de trabalhar ou eram inábeis para o trabalho, como nas insinuações sobre a falta de competência de alguns para empregar-se e nos relatos sobre a violência disseminada entre os moradores de Monte Azul.

²⁶ Essa observação é feita por Sayad (1998) em seu estudo sobre os migrantes argelinos na França.

Mas o bêbado, o violento e o preguiçoso é sempre o outro, e nunca aquele que fala. A forma como cada trabalhador se valoriza, destacando o empenho na busca por trabalho e suas qualidades de bom trabalhador sugerem um esforço para que o interlocutor – neste caso, uma pesquisadora – não os identifique com aquela imagem corrente, que num acordo silencioso, ambos fingem desconhecer.

No entanto, a incorporação do estigma não implica a não-percepção por parte desses trabalhadores da exploração e da injustiça social ao qual são submetidos, como na opinião expressa por Manoel. Para este trabalhador, a maioria *paga pela bagunça de alguns que bebem* e que não valorizam as oportunidades de trabalho que lhes são dadas, provocando a raiva e a retaliação dos empregadores. Porém, ao mesmo tempo, o trabalhador considera que os *patrões são nojentos* e só querem enriquecer as suas custas.

Os trabalhadores “de fora” estabelecidos em Monte Azul corroboram com a visão de que os que vão a Esmeralda apenas para o período da safra do café provocam o aumento da violência e a desordem da cidade. Frente aos estigmas, a princípio, disseminados pelo grupo nativo a que estão submetidos, os “de fora”, têm reações diversas. Os “de fora” podem ser pensados em dois subgrupos: os “de fora”, que chegam a Esmeralda para a colheita, e os “de fora”, trabalhadores estabelecidos na cidade²⁷.

A experiência em Esmeralda também leva à conclusão de que, como assinalou Goffman (1988), a familiaridade e a convivência com esses trabalhadores “de fora” não reduz o menosprezo da comunidade nativa em relação a eles e tampouco os livra de sua condição de estigmatizados.

De acordo com Simmel (1964), o estrangeiro, aquele que vem “de fora”, ocupa um lugar singular no interior de um grupo. A sua presença implica uma forma específica de interação, e uma tensão específica produz a particular forma de relação entre o estrangeiro e o grupo por ele integrado. Apesar de ser inorganicamente um apêndice do grupo, o estrangeiro é, na realidade, um membro orgânico do mesmo. O estranhamento causado pelo estrangeiro denuncia a sua inserção e sua proximidade no novo grupo. Sua posição é inexoravelmente determinada pelo fato de ele não pertencer ao mesmo desde o princípio.

Em meio ao processo de reflexão durante a elaboração deste trabalho, um dia ocorreu-me chamar estes trabalhadores de forasteiros, por eles serem sempre designados como “de fora”, e por passarem suas vidas a viajar pelo país.

²⁷ Situação semelhante é descrita por Vettorassi (2007) entre os trabalhadores da cana em São Paulo.

O forasteiro, assim como o pobre, é um elemento do grupo, ocupando um lugar na escala do desenvolvimento social (Simmel, 1964). Os forasteiros em Esmeralda são os “mais morenos” e as “mais morenas”, negros e negras, de outras regiões, de outras cidades, com sotaques distintos, trabalhadores e trabalhadoras braçais, semi-analfabetos (as); pobres, residentes nos alojamentos das fazendas ou estabelecidos nos bairros periféricos, em especial, no Monte Azul.

Os paranaenses e os paulistas, quando fazendeiros, em Esmeralda nunca são “de fora” da mesma maneira que os moradores do Monte Azul e os trabalhadores do abrigo. Nesta perspectiva, eles são “de fora”, mas “incluíveis”, ao contrário daqueles que serão sempre “de fora”.

Embora eu me refira ao grupo estudado como trabalhadores do café, ou como trabalhadores temporários do café, essa categorização é usada apenas para demarcar a situação na qual os acompanhei, sendo necessário destacar que eles não se percebem enquanto “trabalhadores do café”.

Pretendo que esta dissertação seja apenas uma primeira parte de um longo estudo que ainda está por ser feito. O dois meses de trabalho de campo, longe de dar todas as respostas ou esgotar questões, apenas indicaram caminhos para a continuidade da pesquisa no curso de doutorado, e para a necessidade de um diálogo mais profundo com a teoria.

Buscando fugir da antropologia do “denuncismo”, e na tentativa de captar a perspectiva dos diferentes atores, busquei analisar as trajetórias, as práticas de deslocamento e as trajetórias de trabalho dos trabalhadores temporários do café em Esmeralda. O modelo produtivo do café, ainda que pautado em um projeto de mecanização crescente, ainda não pôde se livrar do “inconveniente” da mão de obra, na perspectiva dos cafeicultores. Para os trabalhadores, o trabalho no café representa cada vez menos uma oportunidade de emprego e de possibilidade de alguma acumulação para a compra de uma terra, casa, moto ou para abastecer a despensa por um bom tempo. O trabalho no café também constitui mais um elemento na combinação de diferentes tipos de ocupação que geram diferentes fontes de renda. Essa articulação é uma estratégia, uma tentativa de driblar a precariedade e a pobreza. Invariavelmente, o dinheiro ganho com o trabalho no café, na cana, na soja, no milho, na laranja, entre outros, tem permitido apenas (e nem sempre) a reprodução desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. UFRRJ. 1997.

_____. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRRJ. 2003.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: ALVES, F; NOVAES, J. R. (org.) **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

BAILEY, F. G. Chapter 13. The management of reputations and the process of change. **Gifts and poison. The politics of reputation**. Oxford. Basil Blackwell. 1971.

BECKER, H. Capítulo 2: Problemas de Inferência e prova na observação participante. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo. Hucitec. 1993.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. FGV. 1996.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo. Capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Economia, teses e dissertações. Publicação do departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. UFU. S/d.

BRENNEISEN, E. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná**. Tese de Doutorado. São Paulo. PUC. 2000.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

CARMO, M. A. A. **Lavradores de Sonhos: saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes 1980-2000**. São Paulo, Editora da PUC-SP. 2006.

CASTRO, E. G. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. IFCS. UFRJ. 1995.

CLEPS JR, J; FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G. (Orgs). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia. Editora da UCG. 2006.

_____. ; CARVALHO, E **O novo território da cana-de-açúcar em Minas Gerais: os impactos socioterritoriais na implantação de atividades sucroalcooleiras no Pontal do Triângulo Mineiro**. *Paper* apresentado no II Seminário de Pesquisa de Pós-graduação em Geografia da UFU. Uberlândia. UFU. 2007.

_____. ; GOMES, R. **Reforma agrária no Triângulo Mineiro: a luta pela terra e a construção dos assentamentos rurais**. *Paper*. Uberlândia. UFU. S/d.

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

D'INCAO, M. C. **O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria**. Petrópolis. Vozes. 1975.

_____ **A mão de obra volante na agricultura**. Departamento de Economia Rural - Unesp Botucatu (org.). Botucatu, Unesp-CNPq. 1982.

FERREIRA, R; ORTEGA, A. **Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG**. In: Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo. V.12. N. 23. Novembro de 2004.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra. Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2000.

GARCIA JR, A. R. Introdução: Mercado de trabalho e campesinato. Conclusão: Salário e campesinato. **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo. Marco Zero. 1990.

GEERTZ, C. Capítulo 1: Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.

GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1988.

LEVI, G. Usos da biografia. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. FGV. 1996.

LINHART, A. M. G. M. Êxodo rural, fazendas e desagregação. Estudos Sociedade e Agricultura. Outubro. 2002.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

MACEDO, Marcelo E. **Zé Pureza – etnografia de um acampamento no norte fluminense**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPCIS. UERJ. 2003.

MEDEIROS, L. *et al.* Luta por terra e assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 1999.

MENEZES, H. **Reforma Agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ. 1991.

MENEZES, M. A. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. João Pessoa. EDUFPA. 2002.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1988.

NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. (org.) **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

PALMEIRA, M; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Santos, R; Costa, L. F. C. (orgs.) **Política e reforma agrária**. Mauad. Rio de Janeiro. 1998.

PEIRANO, M. Capítulo 2: A favor da etnografia. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1995.

PEREIRA, J. C. A. Condição camponesa e migração. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

PESSOA, V. **Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. Tese de Doutorado. Rio Claro. Unesp. 1988.

RIBEIRO, A. E. M. **Os fazendeiros da cultura**. Dissertação de mestrado. Campinas. Unicamp. 1986.

ROSA, M. **Os Sem terra partido ao meio: um estudo de caso das relações entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre – RS**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2000.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo. Edusp. 1998.

SCOTT, J. Every Day forms of peasant resistance. In: *The Journal of Peasant Studies*. 13 (2): 5-35, january. 1986.

SMIRCIC, S. C. **Com a cara e a coragem: Uma etnografia de uma ocupação de terras**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro. Museu Nacional/UFRJ. 2000.

SIGAUD, L. As condições de possibilidades de ocupações de terra. *Revista Tempo Social*. São Paulo. Vol. 17. Nº1. 2005. Disponível em [http://: www.scielo.br](http://www.scielo.br).

_____. Introdução e conclusão. **Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco**. São Paulo. Duas cidades. 1979.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. Tese de Doutorado. Araraquara. SP. UNESP. Faculdade de Ciências e Letras. 1996.

SIMMEL, G. The stranger. In: **The sociology of Georg Simmel**. The Free Press. New York. 1964.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo. Brasiliense. 1986.

THIOLLENT, M. J. M. Capítulo 3: O processo de entrevista. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo. Ed. Polis. 1987.

VETTORASSI, A. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

WOLF, E. Trabalho de campo e teoria. **Antropologia e poder**. Brasília. UnB. 1998

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo. V. 7. N. 1. Janeiro/junho de 1990.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

Outras fontes:

Estatuto do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – Ninter. Minas Gerais. S/d.

WWW.jurisite.com.br/ct_atualizada. Artigo 479 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

